MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO DE 2010

Cabedelo/PB - 2010

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, DN TCU nº107/2010, Portaria TCU nº 277/2010 e Portaria CGU nº 2546/2010.

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA/SFA/PB

Cabedelo/PB - 2010

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
WAGNER GONÇALVES ROSSI

SECRETÁRIO EXECUTIVO
JOSÉ GERARDO FONTELLES

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA
FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA – SPA
EDILSON GUIMARÃES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO – SDC
ERIKSON CAMARGO CHANDOHA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DA PARAÍBA – SFA/PB

SUPERINTENDENTE
HERMES FERREIRA BARBOSA

SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO – SePA
MARIA DO SOCORRO NICULAU DA CUNHA

SEÇÃO DE APOIO OPERACIONAL E DIVULGAÇÃO – SAOD
JOSINÉA DE ATAÍDE MORAIS

DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – DPDAG
DIVALDO DA SILVA CUNHA

SEÇÃO DE SUPORTE AGROPECUÁRIO
MANOEL OCTÁVIO SILVEIRA DA MOTA

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DDA
JERÔNIMO BARATA DE MELO

SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL – SISA
ANTONIO HYBERNON DA SILVA

SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL – SISV
JOÃO BERQUIMAS DE ANDRADE

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG
HAILTON PEREIRA DO NASCIMENTO

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAD
JOÃO GONÇALVES DE ABRANTES NEW

SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS – SGP
CARMEN BERTA C. D. MACHADO

SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SEOF

EDUARDO MARCELO MEIRA

SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – SMP
RAIMUNDA MEDEIROS VIDAL

SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS
MARIA ZILMA M. G. DA COSTA

SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS - SAG
MARCOS ANTÔNIO BENJAMIM DA SILVA

NÚCLEO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - NMAP
MARIA DO CARMO BARROS

SETOR DE PROTOCOLO – SPR
LUIZ ALBERTO MACEDO CAMPELO

SETOR DE TRANSPORTE – STR
JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Maria do Socorro Nicolau da Cunha – Coordenadora
Cristiane Eduardo Pereira Costa
Eny Soares Pereira de Souza Oliveira
Isabelle Alves Oliveira do Nascimento
Rita Laurindo Costa
Ary Bonifácio de Farias
Kelson Caldas Ribeiro
Manoel Octávio Silveira da Mota
Anne Emanuelle Pereira Serra

Sumário

Missão /Visão de Futuro/Valores Organizacionais.....	13
Apresentação	14
Introdução	15
1.Identificação.	18
2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira	18
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade	18
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais .	21
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	22
2.2.2. Análise Plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	37
2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	37
Divisão de Defesa Agropecuária – DDA	37
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	39
2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ	39
Serviço de Inspeção e Saúde Animal – .SISA	41
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV	63
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG.	85
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG	100
Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA	125
Seção de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD	134
Serviço de Apoio Administrativo – SAD	135
Seção de Atividades Gerais – SAG	139
Gabinete Odontológico	140
Suporte Documental	141
Setor de Material de Patrimônio – SMP	143
Setor de Compras e Contratos – SCC.	149
Setor de Transporte – STR	165
Setor de Protocolo – SPR.	172
Seção de Gestão de Pessoas – SGP	173
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF	177
Núcleo Estadual do GESPÚBLICA na Paraíba	179
Conclusões	181
2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro	183
2.4.1.Programação Orçamentária .da Despesa	183
2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes	183
2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital	183
2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas.	184
2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	184
2.4.2 . Execução Orçamentária da Despesa	187
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	187
2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação.	187
2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	188
2.4.2.1.3. Despesas de Capital por grupo e Elemento de Despesa	188
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	189
2.4.2.2.1- Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	189
2.4.2.2.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	189
2.4.2.2.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	191
2.4.3. Indicadores Institucionais	192
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	203
3.1. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	203
3.2 Análise Crítica	203
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	203
4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	203
4.2. Análise Crítica	204
5 . Informações sobre Recursos Humanos da Unidade	204
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	204
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	206
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	207

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos	207
5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	208
5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	210
6. Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse , termo de parceira e outros	210
6.1. Transferências efetuadas no exercício	210
6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010	210
6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	212
6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes	212
6.1.4. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	213
6.1.5. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	213
6.2. Análise Crítica	214
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, SIASG e SICONV	215
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei n° 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	217
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	219
9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ	219
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras.	220
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	220
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial, de propriedade da União ou locado de terceiros	221
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	222
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	223
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	223
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.	224
14. Informações sobre Renúncia Tributária sob a gestão da UJ	224
14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	224
14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	224
14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	224
14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídica	226
14.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	227
14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	227
14.7 Comunicações à RFB	227
14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	227
14.9. Declaração	228
14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB	228
15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a UJ	228
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	229
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	230
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício	230
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.	231
16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.	232
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e do desempenho da gestão no exercício	232
Declaração do Contador com Ressalva	232
Documentos Pesquisados na Elaboração do Relatório de Gestão Individual da SFA/PB – 2010	233
Anexo I	
Anexo II	

LISTA

1.Identificação	
QUADRO A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de gestão individual	18
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.	
Ilustração I	24
Tabela I - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2010 - Situação das Unidades Organizacionais	25
Tabela II - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2010 - Unidade: Gabinete do Superintendente	25
Tabela III - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2010 - Unidade: Divisão Administrativa	27
Tabela IV - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2010 - Unidade: Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG	28
Tabela V - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2010 - Unidade: Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV	30
Tabela VI - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2010 - Unidade: Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA	32
Tabela VII - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2010 - Unidade: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG	34
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	
QUADRO A.2.1 - Demonstrativo de execução orçamentária por programa de governo	39
Serviço de Inspeção e Saúde Animal – .SISA	
Tabela VIII - Identificação do Programa de Governo - 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária	44
Tabela IX - Dados gerais da ação - PI – FEBREAFTOS	45
Tabela IX.1 Resultados alcançados da ação	45
Tabela IX.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	46
Tabela IX.3 - Vacinação contra a febre aftosa – 2010	47
Tabela X - Dados gerais da ação - PI - PCEANIMAL	47
Tabela X.1 - Resultados alcançados da ação	47
Tabela X.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	50
Tabela X.3 - PI – ERPCEANIMAL - Informações orçamentárias e financeiras da ação	50
Tabela X.4 - Informe de vacinação contra a brucelose	52
Tabela X.5 - Condensado dos relatórios de diagnóstico de tuberculose - 2009 e 2010	53
Tabela X.6 - Sacrifício de animais 2010	53
Tabela XI – Dados gerais da ação - PI – VIGIZOO2	54
Tabela XI.1 – Resultados alcançados da ação	54
Tabela XI.2 - Trânsito animal - GTA emitida - 2010	55
Tabela XI.3 - Fiscalização nos postos fixos - 2010	55
Tabela XI.4 – Fiscalização volante - 2010	56
Tabela XII – Dados gerais da ação - PI FISCANIMAL2	58
Tabela XIII - Identificação do Programa de Governo - 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	58
Tabela XIV - – Dados gerais da ação - PI – INSPANIMAL3	58
Tabela XIV .1 – Resultados alcançados da ação	59
Tabela XIV 2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	60
Tabela XV - Dados gerais da ação - PI - RESÍDUOS	61
Tabela XV .1 – Resultados alcançados da ação	62
Tabela XV.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	62
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV	
Tabela XVI - Identificação do Programa de Governo - 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	66
Tabela XVII - Dados gerais da ação - PI – IPVEGETAL2	66
Tabela XVII.1 – Resultados alcançados da ação	66
Tabela XVII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	68
Tabela XVII..3 - Atividades do PI IPVEGETAL2	70
Tabela XVIII - Dados gerais da ação - PI - PADCLASSIF	71
Tabela XVIII.1 – Resultados alcançados da ação	71
Tabela XVIII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	72
Tabela XIX - Dados gerais da ação - PI – FISCORGEN	73
Tabela XIX.1 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	73
Tabela XX - Identificação do Programa de Governo - 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária	74
Tabela XXI - Dados gerais da ação - PI – VIGIFITO1	75
Tabela XXI.1 – Resultados alcançados da ação	75
Tabela XXI.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	76

Tabela XXII - Dados gerais da ação - PI - PCEVEGETAL	78
Tabela XXII.1 – Resultados alcançados da ação	78
Tabela XXII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	81
Tabela XXII.3 - PI – ERPCEVEGETAL - Informações orçamentárias e financeiras da ação	81
Tabela XXIII - Dados gerais da ação - PI – ERRADMOSCA1	82
Tabela XXIII.1 – Resultados alcançados da ação	82
Tabela XXIV - Dados gerais da ação - PI – FISCPLANTA2	84
Tabela XXIV.1- Resultados alcançados da ação	84
Tabela XXIV.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	84
Tabela XXIV.3 - Comparativo das atividades desenvolvidas na área vegetal 2007/2008/2009/2010	85
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG	
Tabela XXV - Identificação do Programa de Governo - 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	87
Tabela XXVI - Dados gerais da ação - PI – FISCINAN	88
Tabela XXVI.1 – Resultados alcançados da ação	88
Tabela XXVI.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	89
Tabela XXVII - Dados gerais da ação - PI - FISPROVET	90
Tabela XXVII.1 – Resultados alcançados da ação	90
Tabela XXVII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	91
Tabela XXVIII - Dados gerais da ação - PI - FISCGENE	93
Tabela XXVIII.1 – Resultados alcançados da ação	93
Tabela XXVIII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	93
Tabela XXIX - Dados gerais da ação - PI - FISAGROTOX	94
Tabela XXIX.1 – Resultados alcançados da ação	94
Tabela XXIX .2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	96
Tabela XXX - Dados gerais da ação - PI – FISCALSEM1	96
Tabela XXX .1 – Resultados alcançados da ação	96
Tabela XXX .2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	97
Tabela XXXI - Dados gerais da ação - PI - FISFECOI	98
Tabela XXXI.1 – Resultados alcançados da ação	98
Tabela XXXI..2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	99
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG	
Tabela XXXII - Identificação do Programa de Governo - 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	102
Tabela XXXIII - Dados gerais da ação - PI – CERTORGAN1	103
Tabela XXXIII.1 – Resultados alcançados da ação	103
Tabela XXXIII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	104
Tabela XXXIV - Dados gerais da ação - PI – APOIOAGRIC	105
Tabela XXXIV.1 – Resultados alcançados da ação	105
Tabela XXXIV.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	106
Tabela XXXV - Dados gerais da ação - PI – INOVAGRO	107
Tabela XXXV.1 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	107
Tabela XXXVI - Dados gerais da ação - PI – ORGMANEJO2	107
Tabela XXXVI 1 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	108
Tabela XXXVII - Identificação do Programa de Governo - 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual	109
Tabela XXXVIII - Dados gerais da ação - PI - INDGRAF	109
Tabela XXXVIII.1 – Resultados alcançados da ação	109
Tabela XXXVIII..2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	112
Tabela XXXIX - Identificação do Programa de Governo - 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade	114
Tabela XL - Dados gerais da ação - PI - DESENORG	115
Tabela XL.1 Resultados alcançados da ação	115
Tabela XL.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	117
Tabela XLI - Identificação do Programa de Governo - 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	118
Tabela XLII - Dados gerais da ação - PI – FISCONTRATO	118
Tabela XLII .1 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	119
Tabela XLII .2 - Contrato de Repasse 2010/PB – MAPA	119
Tabela XLIII - Dados gerais da ação - PI – APPRODUTOR	121
Tabela XLIII.1 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	121
Tabela XLIV - Identificação do Programa de Governo - 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços	122

Agropecuários	
Tabela XLV - Dados gerais da ação PI - FISCAGRIC	122
Tabela XLV.1 – Resultados alcançados da ação	122
Tabela XLVI - Identificação do Programa de Governo - 1437 – Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional	123
Tabela XLVII - Dados gerais da ação - PI - PROMOAGRO	123
Tabela XLVII.1 – Resultados alcançados da ação	124
Tabela XLVII..2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	125
Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA	
Tabela XLVIII - Produtos do Plano Operativo do PI MANUT da SFA	129
Tabela XLIX - Acompanhamento dos Resultados Orçamentários	131
Serviço de Apoio Administrativo – SAD	
Tabela L - Identificação do Programa de Governo- 0750 – Apoio Administrativo	137
Tabela LI – Dados gerais da ação - PI – MANUTSFAS	137
Tabela LI.1 - Informações orçamentárias e financeiras da ação 2008	137
Tabela LI.2 - - Informações orçamentárias e financeiras da ação 2009	138
Tabela LI.3 - Informações orçamentárias e financeiras da ação 2010	138
Gabinete Odonto lógico	
Tabela LII - Atendimento ao usuário	140
Tabela LIII - Procedimentos realizados	140
Suporte Documental - SDOC	
Tabela LIV - Documentos recebidos e arquivados	142
Tabela LV - Documentos consultados pelos serviços, seções e setores	142
Setor de Material de Patrimônio – SMP	
Tabela LVI - Entrada orçamentária de material de consumo	145
Tabela LVII - Saída orçamentária de material de consumo	145
Tabela LVIII - Consumo anual de materiais requisitados	146
Tabela LIX - DOAÇÕES 2010	147
Tabela LX - Relação dos Bens Móveis Adquiridos	147
Tabela LXI - Bens Móveis adquiridos por incorporação	148
Setor de Compras e Contratos – SCC	
Tabela LXII - Dispensa de Licitação (Art. 24, Lei 8.666/93)	151
Tabela LXIII - Inexigibilidades de Licitações (Art. 25, 8666/93)	157
Tabela LXIV - Resultado das Licitações - 2010	158
Tabela LXV - Relação dos Contratos Vigentes	159
Tabela LXVI - Termos Aditivos Efetivados em 2010	161
Tabela LXVII - Demonstrativo Adesões a Pregões de Outras Unidades– SRP	161
Setor de Transporte – STR	
Tabela LXVIII - Programação executada / 2010	166
Tabela LXIX - Atividades executadas relativas a manutenção automotiva	166
Tabela LXX - Discriminação dos gastos de combustiveis	166
Tabela LXXI - Programação Executada em 2008 a 2010	167
Tabela LXXII - Relação da frota da SFA/PB por Grupo – 2010	167
Tabela LXXIII - Consumo de combustível e manutenção mecânica por veículo	169
Tabela LXXIV - Relação de consumo de combustível com suprimento em 2010	171
Tabela LXXV - Consumo de pneus e material de expediente via almoxarifado exercício 2010	171
Setor de Protocolo – SPR	
Tabela LXXVI - Atividades desenvolvidas	172
Seção de Gestão de Pessoas – SGP	
Tabela LXXVII - Demonstrativo das atividades executadas	175
Tabela LXXVIII - Gestão de Pessoas	175
Tabela LXXIX – Concessão de pensão - 2010	176
Tabela LXXX - Concessão de aposentadoria - 2010	177
Tabela LXXXI – Atos do exercício e registro no SISAC	177
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF	
Tabela LXXXII - Balancete Contábil 2008 a 2010	178
Tabela LXXXIII - Documentos emitidos	178
Tabela LXXXIV - Documentos CPR (Contas a Pagar e Receber)	179
Tabela LXXXV - Processos analisados	179
Núcleo Estadual do GESPÚBLICA na Paraíba	

Tabela LXXXVI - Atividades realizadas	180
Tabela LXXXVII - Auto-avaliação da gestão e validação	180
2.4.1.Programação Orçamentária .da Despesa	
QUADRO A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias	183
2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes	
QUADRO A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	183
2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital	
QUADRO A.2.5 - Programação de Despesas de Capital	183
2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas	
QUADRO A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas	184
2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	
QUADRO A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	184
2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação	
QUADRO A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	187
2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	
QUADRO A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	188
2.4.2.1.3. Despesas de Capital por grupo e Elemento de Despesa	
QUADRO A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	188
2.4.2.2.1- Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	
QUADRO A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	189
2.4.2.2.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	
QUADRO A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	190
2.4.2.2.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	
QUADRO A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	191
2.4.3. Indicadores Institucionais	
Tabela LXXXVIII – Eficácia - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais – PCEANIMAL	192
Tabela LXXXIX – Eficiência - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL	192
Tabela XC - Eficácia - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	192
Tabela XCI - Eficiência -Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	193
Tabela XCII - Eficácia -Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIFITO	193
Tabela XCIII - Eficiência - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIFITO1	193
Tabela XCIV - Eficácia - Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal – IPVEGETAL2	193
Tabela XCV – Eficiência - Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal – IPVEGETAL2	194
Tabela XCVI - Eficácia - Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL	194
Tabela XCVII – Eficiência - Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL a	194
Tabela XCVIII - Eficácia - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais - PADCLASSIF	195
Tabela XCIX – Eficiência - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais - PADCLASSIF	195
Tabela C - Eficácia - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	195
Tabela CI – Eficiência - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	195
Tabela CII – Eficácia - Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM1	196
Tabela CIII – Eficiência - Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM1	196
Tabela CIV – Eficácia - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECOI	196
Tabela CV – Eficiência - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECOI	197
Tabela CVI – Eficácia - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos – FISCPLANTA2	197
Tabela CVII – Eficiência - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos – FISCPLANTA2	197
Tabela CVIII - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos – FISCANIMAL2	197
Tabela CIX - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos – FISCANIMAL2	198
Tabela CX - Indicadores da área Administrativa 2008	199
Tabela CXI - Indicadores da área Administrativa 2009	200
Tabela CXII - Indicadores da área Administrativa 2010	201

3.1. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	
QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	203
4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	
QUADRO A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	203
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	
QUADRO A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010	204
QUADRO A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – Situação Apurada em 31/12/2010	205
QUADRO A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010	205
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	
QUADRO A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010	206
QUADRO A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010	206
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	
QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários	207
5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos	
QUADRO A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008,2009 e 2010	207
5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	
QUADRO A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	208
QUADRO A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	209
QUADRO A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	209
5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	
Tabela CXIII - Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	210
6. Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse , termo de parceira e outros	
QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência	211
6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	
QUADRO A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	212
6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes	
QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	212
6.1.4. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasses	
QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	213
6.1.5. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	
QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse	213
9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ	
QUADRO A.9.1 - Estrutura de Controles Internos da UJ	219
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	
QUADRO A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	220
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	
QUADRO A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União	222
QUADRO A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	222
QUADRO A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	223
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	
QUADRO A.12.1 - Gestão de TI da UJ	223
14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	
QUADRO A.14.1 - Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	224
14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	
QUADRO A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	224
14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	
QUADRO A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas	224
QUADRO A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas	225
14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídica	
QUADRO A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas	226
QUADRO A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Jurídicas	226
14.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	
QUADRO A.14.7 – Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ	227
14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	
QUADRO A.14.8 - Prestação de Contas de Renúncia de Receitas	227

14.7 Comunicações à RFB	
QUADRO A.14.9 - Comunicações à RFB	227
14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	
QUADRO A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	228
14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB	
QUADRO A.14.11 - Ações da RFB	228
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	
QUADRO A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	229
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	
QUADRO A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	230
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício	
QUADRO A.15.3 - Relatório de Cumprimento das recomendações do OCI	231
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	
QUADRO A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	231
Declaração do Contador com Ressalva	
QUADRO B.1.2 - Declaração do Contador com Ressalva	232

Missão

"Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira"

Visão de Futuro do MAPA para 2015

"Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio"

Visão da SFA para 2015

"Ser excelência na gestão pública nacional e no desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro"

Valores Organizacionais do MAPA

Comprometimento - Eficiência e Eficácia
Estratégia - Ética
Foco no Cliente - Inovação
Liderança - Organização
Respeito - Trabalho em Equipe
Transparência

Princípios/Valores da SFA/PB

Gestão Participativa - Transparência
Legalidade - Agilidade
Credibilidade - Efetividade
Valorização Das Pessoas - Cordialidade
Comprometimento – Impessoalidade

Apresentação

O presente relatório, elaborado a partir de esforços conjuntos de vários servidores da Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Paraíba, transmite, em sua essência, a soma de diferentes componentes nas ações de execução de políticas públicas relacionadas ao setor agropecuário em nosso Estado, refletindo todo o trabalho efetivamente realizado.

Vários programas e ações compõem e dão forma ao trabalho como um todo, tais como: defesa sanitária da atividade agropecuária, fiscalização e inspeção de produtos de origem animal e vegetal, fiscalização de insumos e produtos agropecuários, vigilância internacional e ações de fomento ao desenvolvimento rural. O detalhamento destes programas, no que se refere aos processos, atividades e resultados encontram-se ao longo deste relatório.

Ressalta-se que todos os processos e atividades contidos nestes programas e ações são executados por pessoas, no caso, servidores públicos, cujo compromisso e dedicação foram fundamentais nos resultados obtidos, sejam eles das áreas meio ou fim. Pessoas são mais importantes que processos e a valorização das relações humanas é a essência para um resultado satisfatório à sociedade em geral.

Acrescente-se a isso as diversas parcerias firmadas com entidades e instituições públicas e privadas, a níveis municipal, estadual e federal, bem como o apoio e contribuição dos órgãos de controle e assessoria jurídica, cujas orientações foram decisivas para o cumprimento dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade, norteadores do trabalho.

Ao longo da leitura deste relatório percebe-se de maneira clara e direta toda a estrutura da SFA, quadro de funcionários, custos da Unidade, informações técnico-administrativas, dados quantitativos e qualitativos na execução de políticas públicas, estratégia de atuação e análises críticas de desempenho. A análise destes componentes permite que se tenha uma visão sistêmica de todo o funcionamento desta Unidade Organizacional e reflete a diversidade e complexidade das ações.

Por fim, salienta-se que as ações realizadas ao longo do ano de 2010, por esta Superintendência, estão em sintonia com as diretrizes e objetivos estratégicos do Plano Plurianual do Governo Federal para o quadriênio 2008/2011 e do Mapa Estratégico do MAPA, no sentido de **"promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira"**, que é a missão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na busca de atingir em 2015 a visão de futuro do MAPA que é ser **"reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio".**

Hermes Ferreira Barbosa
Superintendente da SFA-PB

Introdução

O caminho a ser trilhado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para atingir sua Missão Institucional e Visão de Futuro passa por investimentos em tecnologias, pessoas, processos e preservação dos recursos naturais, criando políticas públicas eficazes que alavanquem o crescimento do país através da garantia do acesso da população a alimentos baratos, seguros e saudáveis, geração de empregos, aumento da renda e estímulo à produção agropecuária.

O setor agropecuário brasileiro, ao longo da última década, tem passado por transformações de caráter quantitativo e qualitativo, deixando de ser considerado apenas como responsável pela produção de alimentos e fibras, para ser visto sob uma ótica mais ampla, mais dinâmica, ou seja, como um complexo de atividades que envolvem a produção agropecuária propriamente dita, o fornecimento de insumos, o processamento, o armazenamento, a exportação e a distribuição, até o consumidor final, preservando em todos os elos da cadeia produtiva a sanidade, a qualidade e a inocuidade dos alimentos colocados à disposição da sociedade.

Atualmente, o Brasil já é o terceiro exportador de produtos agrícolas, com desempenho expressivo nos últimos anos. As exportações para todos os blocos econômicos aumentaram, com exceção do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta). As maiores altas ocorreram para os países da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio (ALADI), em 63% e para a Ásia, em 49%. Para a União Européia, a comercialização se elevou 13,8%; no MERCOSUL, 14%; no Oriente Médio, 8,5%; na Europa Oriental, 28% e na África, 27%.

Além disso, representa o setor que mais gera empregos no País, contribuindo em torno de 30% na formação do PIB brasileiro, tendo sido fundamental para o equilíbrio das contas externas.

Este desempenho se sustenta na convergência de um conjunto de variáveis ligadas ao mercado, à utilização de tecnologias, à disponibilidade de capital, ao seguro rural, à infra-estrutura e, em especial, à capacidade do país em definir e fiscalizar padrões de qualidade agropecuária, criar estrutura de serviços condizentes com as exigências internacionais e exercer a fiscalização e a inspeção para a prevenção, controle e erradicação de doenças e pragas dos animais e vegetais.

Nos anos recentes, a utilização intensiva de sementes melhoradas, de novas combinações de fertilizantes e defensivos e de modernos sistemas de produção agropecuária foram os responsáveis pela grande transformação qualitativa do agronegócio nacional e pela obtenção de safras recordes, exigindo do MAPA um maior aperfeiçoamento das suas ações de defesa sanitária agropecuária, fiscalização e inspeção de produtos de origem animal e vegetal, fiscalização de insumos e produtos agropecuários, vigilância agropecuária internacional e apoio ao desenvolvimento agropecuário relacionados.

Embora o setor agropecuário do Estado da Paraíba não seja tão expressivo como em outros estados da federação, muitas vezes devido à ausência de políticas públicas, falta de planejamento a longo prazo, insipiente organização do setor produtivo, sistemas produtivos frágeis e desarticulação entre os diversos elos que compõem e atuam no setor, o foco do trabalho realizado pela Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Paraíba situou-se nesse contexto do desenvolvimento agropecuário e na visão ampla e prospectiva do agronegócio, gerando inúmeras realizações ao longo do exercício de 2010. O detalhamento dos produtos gerados pelos diversos setores encontra-se ao longo deste relatório, porém, de antemão, podemos citar os principais:

- intensificação na fiscalização dos estabelecimentos produtores e comercias de produtos de uso veterinário, de fertilizantes, de sementes e mudas, produtos de origem e destinados à alimentação animal e bebidas, extrapolando em alguns projetos a meta estabelecida no cronograma de execução, principalmente com relação ao aumento do nº de fiscalizações em estabelecimentos comercias de produtos veterinários registrados, com a abrangência de localidades ainda não contempladas pela fiscalização;
- implantação do Sistema de Comunicação Integrada do MAPA.
- consolidação do Processo de Gestão Estratégica.

- certificação das Contas do MAPA pela CGU e pelo TCU.
- implantação do ensino à distância através do Caminho do Conhecimento, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com acesso aos servidores das diversas categorias funcionais.
- instalação do sistema de vídeo conferência na SFA/PB.
- conclusão das obras de melhorias do muro frontal, guarita, calçadas de contorno e biblioteca;
- aumento da área produtiva de sementes e mudas, com o surgimento de novos viveristas e produtores;
- consolidação do trabalho de desenvolvimento sustentável das principais cadeias produtivas do Estado da Paraíba, com destaque para o arroz vermelho, abacaxi e coco, com foco na diferenciação de produtos e certificação de origem;
- aumento substancial no número de contratos de repasse aos municípios paraibanos;
- incremento nas ações de fomento à agricultura orgânica, principalmente com a realização da Semana do Alimento Orgânico.

Como exposto acima, verifica-se o grande rol de atividades desenvolvidas pelos diversos setores e divisões desta Superintendência, incluindo-se trabalhos realizados na área técnica (fiscalização, fomento e desenvolvimento), administrativa, planejamento, financeira e de infra-estrutura, compondo diferentes realizações que beneficiaram tanto a sociedade em geral, quanto os próprios servidores lotados nesta Unidade.

Porém, no exercício do serviço público, dificuldades sempre são encontradas para a realização dos objetivos traçados no planejamento de cada Serviço e/ou Divisão desta Superintendência. Torna-se relevante relatar os principais empecilhos enfrentados pelos Serviços ao longo do ano de 2010 a fim de se estabelecer estratégias de mitigação e solução de grande parte dos mesmos, com o propósito de avançar cada vez mais em nossa Missão Institucional.

Dentre as principais dificuldades, destacam-se:

- estrutura estadual de defesa sanitária animal deficiente, com falta de recursos humanos e capacitação dos servidores na maioria dos escritórios;
- relatórios técnicos encaminhados pelo Serviço Veterinário Oficial Estadual ao Serviço Veterinário Oficial Federal com atrasos;
- redução do quadro de funcionários da inspeção animal, ocasionando acúmulo de serviço;
- recursos escassos repassados à Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário, comprometendo o comparecimento á reuniões de trabalho e execução de atividades;
- falta de comunicação com algumas Coordenações em Brasília, que não observam a importância das atividades descentralizadas em cada Estado e diferenças regionais existentes no Brasil.

Após este breve relato sobre o contexto da agropecuária brasileira e sua importância para o país, situação da Paraíba neste universo, principais realizações alcançadas e dificuldades enfrentadas, apresenta-se, logo abaixo, de maneira sucinta, a estruturação deste relatório de Gestão, com o intuito de facilitar o entendimento sobre os diferentes tópicos que serão abordados no corpo deste relatório.

O presente relatório é composto por dezessete tópicos fundamentais para facilitar sua compreensão e análise, alguns divididos em subtópicos e outros não.

Para esclarecimento acerca dos itens que não se aplicam à realidade da unidade, bem como dos que se aplicam, mas há conteúdo a ser declarado no exercício de referência, seguem discriminados abaixo todo elenco dos mesmos, com seus respectivos quadros correspondentes.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO
QUADRO A.2.4 - Programação de Despesas Correntes
QUADRO A.2.5 - Programação de Despesas de Capital
QUADRO A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas
QUADRO A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ
QUADRO A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ
QUADRO A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ
QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
3.2 – Análise crítica
QUADRO A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
QUADRO A.14.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
QUADRO A.14.3 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas
QUADRO A.14.4 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas
QUADRO A.14.5 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas
QUADRO A.14.6 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Jurídicas
QUADRO A.14.7 – Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ
QUADRO A.14.8 – Prestação de Contas de Renúncia de Receitas
QUADRO A.14.9 – Comunicações à RFB
14.9 – Declaração
QUADRO A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
QUADRO A.14.11 - Ações da RFB
15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a UJ
Não houve auditoria nesta UJ no ano de 2010, portanto não há pendência com relação ao plano de providência de exercícios anteriores
QUADRO A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício -
Não houve auditoria nesta UJ no ano de 2010, portanto não há pendência com relação ao plano de providência de exercícios anteriores
QUADRO A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Não houve auditoria nesta UJ no ano de 2010, portanto não há pendência com relação ao plano de providência de exercícios anteriores
QUADRO A.15.3 - Relatório de Cumprimento das recomendações do OCI
Não houve auditoria nesta UJ no ano de 2010, portanto não há pendência com relação ao plano de providência de exercícios anteriores
QUADRO A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Não houve auditoria nesta UJ no ano de 2010, portanto não há pendência com relação ao plano de providência de exercícios anteriores
16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.
A OCI existe no mapa, não há na SFA/PB e nem recebemos nenhuma demanda da auditoria do OCI/MAPA.

1. Identificação

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo.			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	**Código SIORG:** 2796		
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba			
Denominação abreviada: SFA/PB			
Código SIORG: 2796	**Código LOA:** 22101	**Código SIAFI:** 130024	
Situação: Ativa.			
Natureza jurídica: Administração Direta do Poder Executivo			
Principal atividade: Regulamentação e fiscalização das questões econômicas na agricultura, federal, estadual e municipal.	**Código CNAE:** 7513-2		
Telefones de contato	(83) 3216-6300	3246-2123	
Fax de contato	(83) 3246-2535	3246-2008	3246-1203
Endereço eletrônico: gab-pb@agricultura.gov.br			
Página na Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço postal: Br 230, Km 14, Estrada de Cabedelo**,** Cabedelo/PB**,** CEP: 58.010-000**.**			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, publicada no DOU de 12/10/1962 e republicada em 03/01/1963, Decreto nº 4.629, de 22/03/2003, publicada no DOU de 23/03/2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria Nº 300, de 16 de junho de 2005, publicada no DOU Nº 116 de 20/06/2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	**Nome**		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	**Nome**		
Não se aplica	Não de aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**		
Não se aplica	Não se aplica		

Fonte: SIPLAN

2. Informações Sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

As responsabilidades da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado da Paraíba (SFA/PB), na execução das políticas públicas da União, estão delineadas no Plano Plurianual da Administração Federal (PPA – 2008/2011), oficializado mediante a publicação da Lei nº 11.653 de 07/04/2008.

O PPA 2008 – 2011, promoveu uma reorganização das ações (PI) do MAPA, preservando os mecanismos e instrumentos de atuação, com foco na segurança da sanidade na agropecuária, qualidade de insumos e serviços agropecuários, segurança e qualidade de alimentos e bebidas, apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário, desenvolvimento sustentável do agronegócio, pesquisa e desenvolvimento para a competitividade e sustentabilidade do agronegócio, pesquisa e

desenvolvimento agropecuário e agroindustrial para a inserção social, minimização de riscos no agronegócio, abastecimento agroalimentar, desenvolvimento da agroenergia, desenvolvimento da economia cafeeira, desenvolvimento do agronegócio no comércio internacional e desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau.

A estrutura organizacional e regimental do MAPA, criada pelo Decreto nº 5.351(21/01/2005) e Portaria nº 300, de 16/06/2005, sofreu alteração legal com a Portaria nº 428 de 14/06/10. Tal portaria promoveu alterações na estrutura interna das Superintendências Federais de Agricultura, sendo que a principal se refere às atividades relacionadas à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), que contempla trabalhos na área animal e vegetal, ocorrendo um agrupamento das atividades de defesa, inspeção e fiscalização animal em um único serviço, como também da área vegetal.

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG), ligado à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), sofreu mudanças em sua estrutura, tornando-se a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG), desmembrando-se da área técnica e ligada diretamente ao gabinete. Também foi criado o Serviço de Suporte Agropecuário (SESAG), ligado ao DPDAG e com competência para coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário.

No que se refere à área administrativa, a Portaria nº 428 de 14/06/10 criou e regulamentou o Setor de Compras e Contratos (SCC), o Setor de Manutenção Predial (SMAP) e a Seção de Apoio Operacional e Divulgação (SAOD). Foi modificada a nomenclatura da Seção de Recursos Humanos (SRH) para Seção de Gestão de Pessoas, não ocorrendo, neste caso, alteração nas competências regimentais.

Outra modificação ocorrida com a nova estrutura regimental criada, diz respeito a transformação da Divisão Técnica (DT) em Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), que passou a coordenar os recém criados Serviço de Inspeção e Saúde Animal (SISA), Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal (SISV) e Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários (SEFAG).

É importante ressaltar que todas competências previstas em regimento encontram-se detalhadas mais adiante, no conteúdo geral do relatório de gestão, onde são apresentadas todas atividades pertinentes aos Serviços, Seções e Setores desta Superintendência.

Com relação aos objetivos estratégicos que a SFA/PB busca atingir durante o exercício, os mesmos alinham-se com os objetivos definidos palo Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento, através de seu Mapa Estratégico, definido no ano de 2005, sendo que, em nossa Superintendência, sua implementação teve início em 2009, com a criação da Comissão de Gestão Estratégica. Desde então, reuniões trimestrais de análise estratégica vêm ocorrendo com o objetivo de avaliar os resultados estratégicos obtidos no período. As Reuniões de Análise Estratégica (RAE) iniciaram-se a partir de Agosto de 2010, onde foram apresentados os resultados estratégicos do ano de 2009 e primeiro semestre de 2010.

Faz-se necessário esmiuçar o Mapa Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que contém a Missão Institucional, Visão de Futuro e Objetivos Estratégicos, que devem ser percorridos para que a Missão e a Visão sejam alcançadas.

Como foi relatado acima, os objetivos estratégicos da SFA/PB estão alinhados aos contidos no Mapa Estratégico. Este Mapa é dividido em quatro perspectivas: Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento; Perspectiva de Processos Internos; Perspectiva do Agronegócio e Parceiros e, por fim, Perspectiva da Sociedade.

Na Perspectiva de Pessoas, voltada ao ambiente interno e base de todo Mapa Estratégico, três focos principais são elencados: informação e conhecimento, ambiente de trabalho e pessoas. Estes três focos englobam ações de melhoria na gestão da informação e conhecimento, valorização e motivação das pessoas e fortalecimento do trabalho em equipes multidisciplinares, desenvolvimento de cultura voltada a resultados, desenvolvimento de comunicação interna ágil e eficaz e desenvolvimento e retenção de competências do corpo funcional da instituição.

A Perspectiva de Processos Internos, também voltada ao ambiente interno, possui quatro focos principais: Excelência Administrativa, Informação, Produtos e Serviços e Articulação e Promoção. Nesta Perspectiva estão inseridos objetivos de fortalecimento do processo de gestão estratégica do MAPA, eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira, melhoria contínua da infraestrutura e dos processos de trabalho. Além disso, outros objetivos, não menos importantes podem ser citados como a garantia da inocuidade dos alimentos, estímulo a agregação de valor na produção agropecuária, melhoria da qualidade e acesso às informações para o agronegócio e promoção, organização e integração das cadeias produtivas, dentre outros.

A Perspectiva do Agronegócio e Parceiros é voltada ao ambiente externo e tem como principais objetivos ser referência em informações estratégicas para o agronegócio, ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços e ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio.

Por fim, a Perspectiva da Sociedade, missão maior do Ministério, irá refletir todo o trabalho das perspectivas descritas anteriormente, ou seja, com a valorização das pessoas no ambiente interno, melhoria dos processos internos e parcerias realizadas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estará promovendo o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira, com o aumento da produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos, garantia da segurança alimentar da população, ampliação da participação da agroenergia na matriz energética e conseqüentemente impulsionando o desenvolvimento sustentável do país.

Os colaboradores da Seção Planejamento e Acompanhamento - SePA, no decorrer do ano de 2010, exerceram suas atividades, alinhadas às atribuições institucionais e ao Mapa Estratégico do MAPA, correlacionada a perspectiva de processos internos, com foco na iniciativa estratégica - excelência administrativa - ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira e na perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento, relacionadas as iniciativas estratégicas – informação e conhecimento, ambiente de trabalho e pessoas, como segue:

- Nos meses de janeiro e março foi elaborado o Relatório de Gestão Indivual da SFA/PB, exercício 2009;
- Em janeiro e fevereiro foi realizado o desdobramento das estratégias do 4º trimestre de 2009;
- Em fevereiro foi realizada reunião da SPA com a alta administração e os chefes da área técnica e administrativa para apresentação e análise das despesas de custeio e investimento da área técnica, exercício 2009, com o objetivo de orientar e fundamentar as programações mensais pertinentes a cada ação (PI) dos serviços, considerando o referencial comparativo do ano anterior, mês a mês;
- No decorrer do ano essa seção desenvolveu e implementou demonstrativos orçamentários visando aperfeiçoar o monitoramento da programção orçamentária e execução financeira das despesas da área administrativa e técnica, alinhadas ao PLANO OPERATIVO DO PI MANUTSFAS e demais ações (PI's) da área técnica;
- No decorrer do ano foram realizadas algumas ações, dando continuidade ao Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos - PROVERH, a começar pelo projeto "Valorização e Reconhecimento do Servidor" que teve início em janeiro 2008. Como exemplo temos a homenagem ao dia internacional da mulher, as comemorações dos aniversariantes do trimestre juntamente com a programação do dia das mães, dia dos pais, secretária, etc. que estão descritos no decorrer do relatório desta seção. O PROVERH tem como objetivo reconhecer, valorizar e agradecer a qualidade dos serviços prestados pelos servidores, no desempenho de suas funções, nos diversos setores da SFA/PB, sob a coordenação de Lourdes, Vânia e outros membros da Comissão do programa;
- No mês de agosto, 11 servidroes participaram do Curso de Elaboração e Gestão de Projetos, em Recife/PE, por temas específicos, definidos pela AGE, com o bjetivo de

compor, posteriormente, a comissão de implantação do Escritório de Projeto da SFA/PB, sob a orientação e coordenação da AGE/MAPA;

- Em parceria com AGE/MAPA, com a participação do servidor Roberto Papa, da interlocutora da Gestão Estratégica na SFA/PB- Socorro Niculau e da facilitadora do Mapa de Aprendizagem – Vânia Leyton, foi realizada, no período de 23 a 27/08/2010, a Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem, na SFA/PB, sendo capacitado mais de 111 servidores da sede, que de forma espontânea, os servidores escolheram o horário e turma que iriam participar;
- No dia 30/08/2010 foi realizada, com a participação do servidor Roberto Papa, a I e II e Reunião de Análise Estratégica – RAE da SFA/PB, compreendendo a I RAE o ano de 2009 e a II ERA o 1º e 2º trimestre de 2010, com participação de quase todos os servidores ativos, terceirizados de apoio administrativo e estagiários;
- No dia 20/09 foi realizada, com a participação da interlocutora da Gestão Estratégica – Socorro Niculau e a facilitadora do Mapa de Aprendizagem – Vânia Leyton, a Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem na UTRA Campina Grande e apresentação da I e II RAE;
- Em setembro ocorreu , em Brasília a Reunião Nacional dos Chefes das SPA'S e SePA'S, sob a coordenação da CGPLAN, com o objetivo de apresentar, analisar e discutir o novo regimento da seção, com base na Portaria/MAPAnº 428, de 14/06/2010, as ações de melhoria que a CMI e CMO/CGPLAN estãso desenvolvendo e definição de uma agenda de trabalho para 2011;
- Em outubro, Socorro Niculau e Manoel Mota participarm do curso de Implantação do Escritório de Projetos no Setor Público;
- No mês de outubro os serviços da área técnica e administrativa elaboraram a III RAE referente ao 3º trimestre;
- No dia 29/11/10 a SFA/PB realizou a III RAE, com a participação dos servidores, estagiários e terceirizados da área de apoio administrativo;
- No dia 16/12 foi realizada a V MOSTRA CULTURAL DA SFA/PB, coordenada pela equipe da SePA, com a temática Valorização e Reconhecimento do Servidor, constando da programação: comemoração dos aniversariantes do 3º e 4º trimestre, exposição dos produtos artesanais das artesãs da organização, homenagem aos servidores aposentados em 2009: e 2010 - Fátima e Gilberto, incluindo mostra fotográfica deles, entrega de certificados às artesãs, sorteio de produtos artesanais produzidos pelas servidoras artesãs com os servidores, V Mostra culinária dos servidores da SFA/PB,. O evento contou com a parceria da AFFAMA e ASMAPA;

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Neste exercício, não houve mudanças conjunturais que exigissem a implementação de mudanças significativas no conteúdo e na forma de atuação da SFA/PB, materializado nas diretrizes, objetivos, ações, indicadores e custos dos programas definidos no PPA 2008 – 2011, na estrutura do MAPA e no novo regimento interno das Superintendências.

Dessa forma, a exemplo de anos anteriores, as decisões desta Superintendência ficaram no âmbito das metas operacionais e objetivos estratégicos, em consonância com o aporte financeiro definido pelo órgão central e articulado pelo Coordenador de Ação Nacional de cada PI, atendidas as disponibilidades orçamentárias.

Quanto a articulação interna entre a Superintendência e o Órgão Central, com relação à definição quantitativa das metas e o correspondente aporte e descentralização financeiro repetiu-se, de modo geral, a situação descrita no relatório de gestão do exercício anterior, ou seja, a ausência de

uniformidade de procedimentos. Neste sentido, em alguns PI´s as metas foram definidas no Órgão Central e, em outros na SFA/PB, acontecendo situação semelhante com relação à disponibilidade orçamentária, principalmente em função dos sistemáticos contingenciamentos que implicam na redefinição das prioridades da instituição. Além disso, por ser um ano eleitoral, os recursos orçamentários destinados à celebração de convênios foram prejudicados pela limitação de prazos da legislação eleitoral.

Da mesma forma, não houve uma uniformidade de procedimentos com relação à descentralização, haja vista que em alguns PI´s foi descentralizado o montante dos recursos solicitados e, em outros, o valor liberado foi aquém do solicitado. Constata-se, historicamente, uma situação polarizada no sentido de que nos meses iniciais do exercício normalmente há uma defasagem de recursos e nos meses finais há um superávit de oferta de recursos, algumas vezes ensejando a sua devolução e, como conseqüência, transparecendo que houve uma baixa utilização dos recursos do PI ou inconsistência do planejamento.

Da mesma forma, a estrutura de gastos da Superintendência no exercício de 2010 foi semelhante ao exercício anterior, envolvendo custos fixos e variáveis. Os custos fixos estão amparados em contratos celebrados em conformidade com a legislação que rege a matéria, quais sejam: água, energia, telefonia fixa e móvel, combustível, correios, manutenção de ar condicionado, manutenção de computadores e impressoras, passagem aérea, manutenção de veículos e contratação de pessoal terceirizado.

O conjunto de ações de natureza técnica e administrativa e a correspondente estrutura de custos da SFA/PB no exercício de 2010, não sofreram significativas mudanças em relação ao exercício anterior, razão pela qual não houve necessidade da tomada de grandes decisões fora do contexto habitual da administração e nem gastos emergenciais por força da ocorrência de situações atípicas de caráter técnico, social, econômico, político ou administrativo.

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Nos últimos 100 anos o mundo passou por grandes transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que impactaram profundamente a população mundial e sua distribuição, assim como os hábitos, valores e crenças das pessoas em geral e os alimentares mais especificamente. Tais modificações trouxeram grandes desafios para o agronegócio mundial e para a agricultura brasileira, que soube se adaptar, passando a ofertar produtos diversos e em grandes quantidades para atender às demandas mundiais. A velocidade e a freqüência das mudanças sociais intensificaram-se, fazendo com que o agronegócio brasileiro e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA buscasse soluções abrangentes para se alinhar aos novos cenários brasileiros e mundiais. Assim o MAPA iniciou em 2004 amplo diálogo com o setor agrícola , visando gerar soluções democráticas e consensuadas, culminando com a criação de várias Câmaras Setoriais e por outro lado era preciso adequar a organização às mudanças do ambiente externo. Assim o MAPA iniciou um processo de reestruturação 0rganizacional, resultado de amplo processo de consulta interna e externa, envolvendo lideranças do Ministério e segmentos significativos do agronegócio, como também realizou diagnóstico de auto-avaliação, baseado no Modelo de Excelência em Gestão Pública – GESPÚBLICA.

Como conseqüência desse processo, evidenciou-se a necessidade de promover o aperfeiçoamento da gestão operacional prorpiamente dita e se buscasse a implantação de um processo de gestão estratégica , visando garantir que o MAPA estivesse olhando para o futuro e se estruturasse para dar respostas às demandas de curto, médio e longo prazo dos diversos públicos de interesse e da sociedade em geral.

O Ministério iniciou a construção e implementação da gestão estratégica no final de 2005, na gestão do Ministro Roberto Rodrigues, de forma participativa e com a presença efetiva do Ministro anterior, juntamente com a alta administração do Ministério e representação por região

das SFA's, na construção do Mapa Estratégico do MAPA, fundamentado no Balanced Scorecard – BSC, com foco na missão institucional e alcançar a visão de futuro pré-estabelecida para 2015.

Visando consolidar a estratégia, o MAPA alinhou o PPA 2008-2011 com as suas estratégias, tanto no que se refere aos objetivos setoriais do PPA do MAPA como também as 23 iniciativas estratégicas estão alinhadas as ações do PPA, de modo a garantir sua execução até pelo menos 2011.

Esse proceso é gerenciado pela Assessoria de Gestão Estratégica – AGE do MAPA e nas SFA'S foi instituída a figura do interlocutor de gestão estratégica para fazer o elo da SFA com a AGE nos assuntos correlacionados a execução a do desdobramento das estratégias em cada unidade gestora

A partir de 2008 iniciou-se o desdobramento das estratégias nas SFA's,começando nas dez maiores e somente em 2009 as demais Superintendências foram capacitadas para iniciar o processo de avaliação da gestão, de forma estratégica e a avaliação do resultado estratégicos.

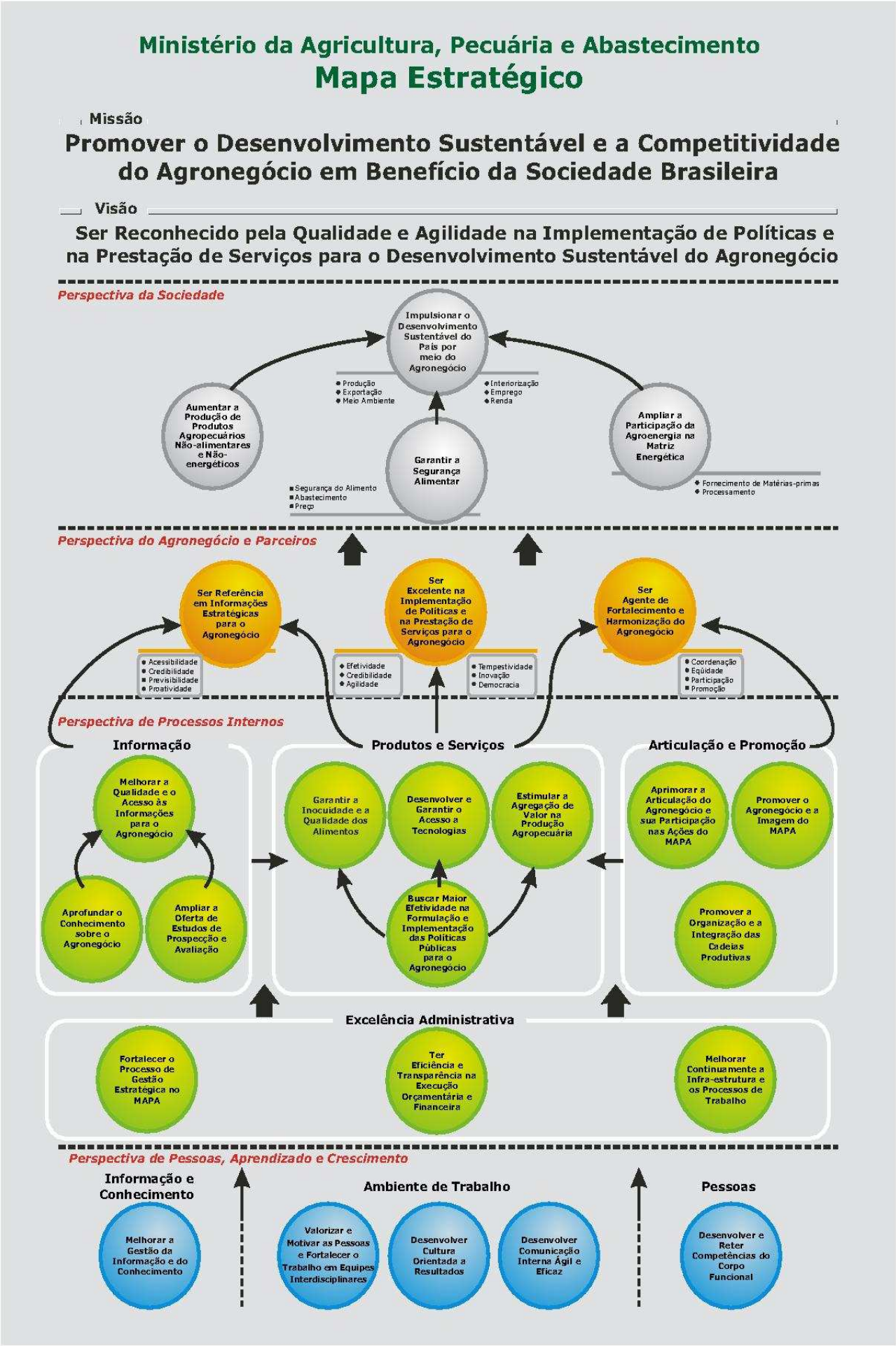
Na SFA/PB foi criada a Comissão de Gestão Estratégica que é responsável pela implementação na Superintendência. Convém salientar que dos 23 obejtivos estraégicos que compõem o Mapa Estratégico, apenas 15 são pertinentes a SFA's e dos quais apenas 10 foram identificados nesta SFA/PB.

Os resultados estratégicos estão alinhados com os programas de governo e respectivas ações, trabalhadas pelos diversos serviços da área técnica e administrativa e cada resultado estratégico é desdobrado em tarefas e sub-tarefas e apresenta os indicadores de desempenho do porcesso e da sub-tarefa e a nível de atividades e é avaliado com base no status.

A implantação do processo de gestão estratégica é resultante do desdobramento dos resultados estratégicos, elaboração pelos diversos serviços da área finalísita e emeio, indicando o nível de desempenho alcançado em relação as metas planejadas, apresentados na Reunião de Análise Estrategica – RAE, em reuniões trimestrais.

No ano de 2010 o resultado estratégico apresentado pela SFA/PB está demonstrado nas tabelas a seguir.

Ilustração I



RESULTADOS ESTRATÉGICOS da SFA/PB em 2010

Sumário da Situação Atual - 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2010

1.Situação das Unidades Organizacionais

Tabela I

T1	T2	T3	T4	Unidade Organizacional	Resultados Estratégicos
				Gabinete do Superintendente	1) GM.R1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA implantado 2) AGE.R1 – Processo de Gestão Estratégica Consolidado 3) GM.R4 - Contas do MAPA certificadas pela CGU e pelo TCU
				Divisão Administrativa	1) SE.R1 - Gestão por competência Implantada 2) Espaço Físico do Mapa Reformado e Reformulado
				SEFAG	1) SDA.R3 – Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada 2) SDA R2a - Conformidade dos insumos agrícolas assegurada
				SISV	1) SDA.R4 – Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada (conformes e seguros) 2) SDA.R8 - Qualificar e Melhorar o Status Fitossanitário Nacional
				SISA	1) SDA.R5 – Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado 2) SDA R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional 3) SDA.R6a - Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial
				DPDAG	1) SDC.R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados 2) SDC.R2 – Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio 3) SDC.R4 – Minimizar os problemas de infraestrutura e logística

Fonte: SFA/PB

Cor		Média dos Indicadores entre 2,51 e 3,0		Média dos Indicadores entre 1,51 e 2,5		Média dos Indicadores abaixo de 1,5		Dado não disponível
Indicadores		3 pontos		2 pontos		1 ponto		0 ponto

RESULTADOS ESTRATÉGICOS de 2010

Avaliação 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2010

Unidade: Gabinete do Superintendente

1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela II

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho		Avaliação do Desempenho até o Período
				GM.R1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA implantado		Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA	**Produtos Gerados:** 1) Página Institucional na Intranet da SFA/PB; 2) Sistema de Controle de Diárias –

				FORMDIA; 3) Implantação do sistema de conversação entre os usuários (CHAT) 4) Mensagem institucional no PABX; **Pontos de Atenção:** 1) Melhoria da interlocução entre as Secretarias do MAPA e as SFA´s.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Promover o Agronegócio e a Imagem do Mapa			
PROGRAMAS E AÇÕES	P. 0750 - Apoio Administrativo Ação: 2000 – Administração da Unidade P. 0360 - Gestão da Política Agropecuária Ação: 4721 – Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio - DIFRAGONEG			
	AGE.R1 – Processo de Gestão Estratégica Consolidado		Nº de RAEs executadas	**Produtos Gerados:** 1) Realização da 1ª RAE referente ao ano de 2009, da 2ª RAE referente ao 1º e 2º trimestre de 2010 e da 3ª RAE que refere-se ao 3º trimestre de 2010; 2) Realização da Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem, totalizando 110 servidores treinados na Sede e Utra/CG; 3) Participação de 11 servidores no Curso de Elaboração e Gestão de Projetos realizado em Recife/PE promovido pela AGE; 4) Realização da pesquisa para aferir o nível de conhecimento dos gerentes com o processo de gestão estratégica. **Pontos de Atenção:** 1)Conclusão do Mapa de Aprendizagem na Sede; 2) Realização da Oficina do Mapa de Aprendizagem e Apresentação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª RAE/2010 na Utra/Patos; 3) Realização da 4ª RAE; 4) Necessidade de um maior envolvimento dos servidores da área técnica na análise dos resultados estratégicos.
			Grau de entendimento dos gerentes sobre a Gestão Estratégica	
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA Melhorar Continuamente a Infra-Estrutura e os Processos de Trabalho			
PROGRAMAS E AÇÕES	**Programa 0360 - Gestão da Política Agropecuária** Ação: 1K40 – Implantação do Processo de Gestão Estratégica Orientado ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - AGE			
	GM.R4 - Contas do MAPA certificadas pela CGU e pelo TCU		Nº das Contas Certificadas Regulares Sem Ressalvas pela CGU	**Produtos Gerados:** 1) Relatório de Gestão 2009; 2) Julgamento das contas regulares e quitação plena aos responsáveis. **Pontos de Atenção:** 1) Maior comprometimento de cada servidor com os dados disponibilizados para o Relatório de

							Gestão Anual, com suas respectivas análises.

Fonte: GAB

Status		Acima 90% da Meta		Entre 60% e 90% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

RESULTADOS ESTRATÉGICOS de 2010

Avaliação 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2010

Unidade: Divisão Administrativa

1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela III

T1	T2	T3	T4	Resultado		Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				SE.R1 - Gestão por Competência Implantada		Índice de Capacitação em Competências	**Produtos Gerados:** 1) Implantação do ensino à distância através do Caminho do Conhecimento, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com acesso aos servidores nas diversas categorias funcionais. **Pontos de Atenção:** 1) Descontinuidade no processo de implantação da gestão por competência do MAPA, devido a várias mudanças na equipe de trabalho da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas - CGDP, principalmente no biênio 2008/2009; 2) Descontinuidade das ações definidas pela CGDP no que se refere ao Plano de Capacitação Coorporativa do MAPA.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipe Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional			
PROGRAMAS E AÇÕES				**Programa: 0360 - Gestão da Política Agropecuária** Ação: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – **CAPACITA1**			
				Espaço Físico do Mapa Reformado e Reformulado		Nº de servidores por área construída	**Produtos Gerados:** 1) Manutenção Sistema de Segurança Digital (vídeo); 2) Instalação do sistema de vídeo conferência na SFA/PB; 3) Conclusão das obras de melhorias: muro frontal/guarita, calçadas de contorno, biblioteca;

							4) Projetos em elaboração: anexo da SFA/PB, refeitório, sanitários, ampliação do estacionamento dos servidores e visitantes e contra incêndio; 5) Reestruturação da rede de informática de modo a adequá-la novas tecnologias (em fase de conclusão); 6) Aquisição de cadeiras, micro computadores, net book, mesas, arquivos e gaveteiros volantes. **Pontos de Atenção:** 1) Adequação do espaço físico dos setores; anexo a SFA-PB, melhoria das instalações elétricas, sanitárias; ampliação do estacionamento dos servidores/visitantes; climatização da recepção; substituição do piso, portas e janelas, construção do refeitório e copa cozinha.

Fonte: SAD

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

RESULTADOS ESTRATÉGICOS 2010

Avaliação do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2010

Unidade: Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG

1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela IV

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho		Avaliação do Desempenho até o Período
				SDA.R3 – Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada		Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários	**Produtos Gerados:** 1) Os resultados estão de acordo com o programado; 2) Foram realizadas fiscalizações, auditorias (EP's) e coletas de amostras de conformidade (físico-químico e bacteriológico) e microscopia; 3) Ocorreu fiscalização de rotina em estabelecimentos comerciais e indústrias de alimentação animal e ainda realização de auditorias para implantação de boas práticas de fabricação.

							Pontos de Atenção: 1) Morosidade no atendimento ao Decreto 7.045/2010, que trata de adequação documental para estabelecimentos industriais e produtos; 2) Demora nos resultados das análises pelo LANAGRO/PE e PA.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos			
PROGRAMAS E AÇÕES				**Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários** 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - **FISCINAN** 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - **FISPROVET** 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal - **FISCGENE**			
				SDA R2a - Conformidade dos Insumos Agrícolas Assegurada		Índice de Conformidade de Fertilizantes	**Produtos Gerados:** 1) Com relação a fertilizantes e corretivos foram realizadas as fiscalizações na produção e comércio e coletas de amostras conforme o planejado. Realizamos análise de processo para registro e renovação de estabelecimento. 2) Referente a sementes e mudas foram executadas fiscalizações na produção e no comércio de sementes e mudas conforme programado. Realizamos análise processual para proceder a inscrição de campos de sementes, viveiros de mudas, responsáveis técnicos e comerciantes de sementes e mudas. 3) Com relação a agrotóxicos e afins, houve a participação em reunião técnica regional e nacional. A fiscalização do uso e comércio de agrotóxico é de responsabilidade do órgão executor do Estado (SEDAP). **Pontos de Atenção:** 1) Com relação a fertilizantes e corretivos, sementes e mudas e agrotóxicos e afins, não houve nenhum entrave administrativo e financeiro na execução das atividades programadas para o período.
						Índice de Conformidade de Sementes e Mudas	
						Índice de Conformidade de Agrotóxicos	
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos			
PROGRAMAS E AÇÕES				**P. 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários** 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - **FISFECOI** 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas - **FISCALSEM** 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - **FISAGROTOX**			

Fonte: SEFAG

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

RESULTADOS ESTRATÉGICOS DE 2010

Avaliação 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2010

Unidade: Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV

1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela V

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho		Avaliação do Desempenho até o Período
				SDA.R4 – Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada (conformes e seguros)		Índice de Conformidade dos Produtos de Origem Vegetal	**Produtos Gerados:** **Área de bebidas** 1)Os resultados obtidos estão de acordo com o previsto, consolidando o foco do orgão fiscalizador na conformidade de estabelecimentos. 2) A expectativa desta unidade descentralizada é de que adote-se um sistema de classificação de risco de estabelecimentos, categorizando-os mediante escores obtidos a partir da aplicação de quesitos objetivos de inspeção e auditoria. **Área da classificação vegetal** 1)Os resultados obtidos estão de acordo com o previsto e há perspectiva de atingimento dos objetivos desejados. 2) Participação de 02 Fiscais Federais no Curso de Reciclagem de Classificadores de Arroz e Feijão para o melhor entendimento da IN 12 do feijão e a IN 06 do arroz. 3) Realização de coletas de amostras dos produtos arroz e feijão. 4) Participação do FFA Raimundo Luiz da Silva no Encontro dos RTs do PADCLASSIF e Resíduos e Contaminantes em Fortaleza/CE para entendimento na programação para o ano de 2011 5) As ações da fiscalização se deram no litoral, brejo, sertão, alto sertão e cariri. **Pontos de Atenção:** **Área de bebidas** 1) Andamento do projeto de lei da inspeção, com vistas ao estabelecimento de um instrumento legal adequado para dar fundamento de validade às ações da inspeção vegetal;

				2) Necessidade do estabelecimento de parceria institucional com a Receita Federal para acesso aos dados produzidos pelo SICOBE (sistema de controle de produção de bebidas), a fim de estabelecer métodos de inteligência como subsídio às ações do órgão fiscalizador. **Área da classificação vegetal** 1) Necessidade de uma legislação mais coesa e punitiva para melhor andamento das ações da fiscalização com vistas aos estabelecimentos fiscalizados para trazer um melhor resultado no padrão e na qualidade dos produtos fiscalizados. 2) Necessidade de mais um FFA para ajudar no desenvolvimento das atividades de fiscalização e no laboratório de classificação vegetal.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio			
PROGRAMAS E AÇÕES	**P. 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas** 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – **IPVEGETAL2** 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – **PADCLASSIF**			
	SDA.R8 - Qualificar e Melhorar o Status Fitossanitário Nacional		Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48 horas da notificação	**Produtos Gerados:** 1) As ações desenvolvidas pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (SEDAP-PB) seguiram um ritmo normal, com o Status fitossanitário do Estado sendo mantido, através dos trabalhos rotineiros de manutenção da Área Livre de Sigatoka Negra; 2) Manutenção da condição de estado livre da praga pelo levantamento fitossanitário para moko da bananeira, cancro cítrico, pinta preta dos citros, greening e cancro da videira; 3) A vigilância e fiscalização do trânsito de vegetais e seus produtos vem sendo mantida. 4) Prevenção e controle da Cochonilha-do-carmin; **Pontos de Atenção:** 1) É imprescindível a formalização do convênio plurianual 20011-2015 para que os trabalhos de Defesa Sanitária Vegetal no Estado da Paraíba possam melhorar; 2) Necessidade ajustes nos Postos de Vigilância Agropecuária, principalmente quanto a quantidade de técnicos e sua capacitação para o desenvolvimento das ações.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Garantir a Inocuidade e Qualidade dos Alimentos			

PROGRAMAS E AÇÕES	**Programa 0357 - Segurança na Sanidade da Agropecuária** 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos - **FISCPLANTA2** 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – **VIGIFITO1** 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – **PCEVEGETAL** 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – **ERRADMOSCA1**

Fonte: SISV

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

RESULTADOS ESTRATÉGICOS 2010

Avaliação 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2010

Unidade: Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA

1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela VI

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho		Avaliação do Desempenho até o Período
				SDA.R5 – Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado		Índice de Conformidade dos Produtos de Origem Animal	**Produtos Gerados:** 1) Os resultados obtidos pelo DIPOA encontram-se dentro do esperado. **Pontos de Atenção:** 1) Insuficiência de técnicos que a cada dia torna-se maior devido ao grande número de aposentadorias e de fiscais com problemas de saúde como conseqüência do envelhecimento do quadro de pessoal. 2) Necessidade da publicação do novo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, peça fundamental para a melhoria dos gargalos que encontramos hoje na nossa fiscalização.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio			
PROGRAMAS E AÇÕES				**Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas** 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – **INSPANIMAL3**			
				SDA R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional		Porcentagem de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização	**Produtos Gerados:** 1) Os resultados não estão de acordo com o esperado, apesar da execução do convênio, pois o resultado esperado "Área Livre de Febre Aftosa com

					Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)	Vacinação" não foi alcançado. 2) A perspectiva é a continuidade das ações de saúde animal, com a manutenção do atual status de médio risco com relação a febre aftosa. **Pontos de Atenção:** 1) Reduzido número de Médicos Veterinários, Auxiliares Técnicos e Administrativos que compõe o sistema de atenção veterinária do Estado da Paraíba; 2) Falta de atualização do cadastro de propriedades e rebanhos; 3) Decisão política para contratação dos concursados para o sistema de atenção veterinária do Estado da Paraíba.
					Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa	
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Melhorar Continuamente a Infra-Estrutura e os Processos de Trabalho Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional					
PROGRAMAS E AÇÕES	**Programa 0357 - Segurança na Sanidade da Agropecuária** 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - **PCEANIMAL** 4842 - Erradicação da Febre Aftosa - **FEBREAFTOS** 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos - **FISCANIMAL** 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos - **VIGIZOO** **Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas** 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – **RESIDUOS**					
					Número de atividades de combate à clandestinidade executadas pelo DIPOA e pelos SIPAG	**Produtos Gerados:** 1) Esperamos que para os próximos períodos sejam disponibilizados pelo departamento ações padronizadas para serem realizadas pelos estados independentemente da finalização do Plano Nacional. **Pontos de Atenção:** 1) Como os trabalhos realizados no combate a clandestinidade são muito recentes, sendo iniciados neste ano e não tendo ainda um planejamento nacional orquestrado, não é possível fazer uma análise dos resultados encontrados; 2) Elaboração de um plano nacional eficiente e condizente com a realidade dos estados da federação; 3) Deficiência de técnicos.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio					
PROGRAMAS E AÇÕES	**Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas** 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – **INSPANIMAL3**					

Fonte: SISA

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

RESULTADOS ESTRATÉGICOS de 2010

Avaliação 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2010

Unidade: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela VII

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho		Avaliação do Desempenho até o Período
				SDC.R1 – Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados		Área sob sistemas orgânicos de produção (ha)	**Produtos Gerados:** 1) Os resultados estão de acordo com a previsão; 2) As perspectivas são boas, pois no ano de 2011 entrará em vigor a nova legislação que regulamenta a produção orgânica no Brasil; 3) Realização de 06 reuniões da CPOrg realizadas até o presente trimestre; 4) Realização da VI Semana do Orgânico; 5) Implementação do Banco Comunitário de Sementes e Adubação Verde em vários municípios do Estado; 6) Visitas técnicas às unidades de produção agroecológica; 7) Apoio à venda direta de produtos orgânicos aos consumidores através das feiras agroecológicas distribuídas por toda Paraíba. **Pontos de Atenção:** 1) Necessidade de estabelecer uma estratégia conjunta para ampla divulgação da nova legislacão, o que não é uma tarefa fácil, pois existem inúmeras unidades de produção orgânica no Estado e, em muitos casos, os produtores não têm acesso às informações. 2) Necessidade de recursos financeiros suficientes para deslocamentos em todo o Estado para verificação in loco das unidades de produção.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária			
PROGRAMAS E AÇÕES				**Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio** 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – **CERTORGAN1**			

				8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas - **ORGMANEJO2** 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – **APOIOAGRIC** **Programa 1426 - Conservação, Manejo e uso Sustentável da Agrobiodiversidade** 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico - **DESENORG**			
				SDC.R2 – Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio		Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas	**Produtos Gerados:** 1) Os resultados estão de acordo com a previsão; 2) Está em andamento um projeto para a indicação geográfica do coco de Sousa, com previsão de celebração ao final de dezembro/2011; 3) Ótima comunicação entre a CIG e o DPDAG/PB, com discussão aprofundada sobre os trabalhos a serem priorizados na Paraíba; 4) Consolidação do Fórum Paraibano de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas no ano de 2010, realizando em parceria com a UFSC e a UFRJ; 5) Realização do II Seminário Internacional de Indicação Geográfica; 6) A perspectiva é boa, considerando que o aditivo do convênio do Projeto de Indicação Geográfica do Arroz Vermelho do Vale do Piancó foi aprovado, com reinício das atividades previsto para o mês de Janeiro de 2011 e a previsão da solicitação da IG junto ao Instituto nacional de Propriedade Industrial (INPI) ocorrerá em meados de 2011; 7) Neste último trimestre foram realizadas várias reuniões do Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas e foi finalizado o Plano de Trabalho para celebração de convênio visando a obtenção da Indicação de Procedência do Coco de Sousa; 8) Realização de diversos cursos de capacitação de produtores na região, com um aumento significativo na participação destes nas discussões e encaminhamentos do fórum. **Pontos de Atenção:** 1) No ano de 2010 ocorreu uma drástica redução no repasse de recursos financeiros, comprometendo algumas atividades, principalmente relacionadas ao Fórum de IG. Com o desenvolvimento dos trabalhos no Estado, vários compromissos e agendas de trabalho são assumidos e, com o corte de recursos, corre-se o risco de perda de credibilidade junto aos produtores envolvidos e as instituições parceiras; 2) Necessidade de aperfeiçoamento da legislação acerca das IGs, cuja reavaliação e alteração de alguns

					artigos faz-se necessária ao bom andamento e consolidação das IGs no Brasil e na Paraíba.;
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária Maior Efetividade na Formulação e Implementação de Políticas para o Setor Agropecuário				
PROGRAMA E AÇÕES	**Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio** 8560 - Fomento à Inovação no Agronegócio - **INOVAGRO** **Programa 1426 - Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade** 8949 - Fomento à Conservação e o Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - **REGENAGRO** **Programa 0393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual** 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG **- INDGRAF** **Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários** 2122 - Proteção e Fiscalização de Cultivares - **PROTCULTIV2**				
		SDC.R4 – Minimizar os Problemas de Infraestrutura e Logística		Percentual de Contratos de Repasse Regulares	**Produtos Gerados:** 1) Não houve previsão, pois as demandas referentes às emendas parlamentares com recursos da OGU são dimensionadas pelo DIEL/CGPI. 2) Tendo em vista a situação apresentada, não há perspectivas de atuação; 3) Aguardando demanda para execução dos serviços de análise/fiscalização dos contratos. **Pontos de Atenção:** 1) Falta de pessoal habilitado nas prefeituras para elaboração das propostas e inserção no SICONV; 2) As emendas ficam quase em sua totalidade direcionadas para patrulha mecanizada; 3) Desconhecimento dos gestores municipais em relação à outras modalidades de repasse, como por exemplo, o financiamento de mercados públicos, matadouros, hortos florestais, passagens molhadas, etc.; 4) Necessidade de treinamento dos servidores do DPDAG quanto à análise de pleito e operacionalização no SICONV; 5) Maior acompanhamento dos contratos de repasse junto às prefeituras com mais freqüência. Colocamos como sugestão a possibilidade de verificação *in loco* da viabilidade do pleito.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária				
PROGRAMA E AÇÕES	Não Orçamentário				

Fonte: DPDAG

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

A partir do segundo semestre de 2009 iniciou-se o processo de desdobramento das estratégias nesta Unidade Jurisdicionada, com interrupções para alinhar os resultados apresentados pelos serviços da área finalísitca e de apoio, com a equipe da AGE, por e tratar de um tema novo, que a priori , não tínhamos domínio da ferramenta de gestão, não sendo possível concluir e apresentar a I RAE em 2009 o que ocorreu no dia 30/08/2010, sendo realizada a I e II e Reunião de Análise Estratégica – RAE da SFA/PB, com a participação do servidor Roberto Papa, compreendendo a I RAE o ano de 2009 e a II ERA o 1º e 2º trimestre de 2010, que teve a participação de quase todos os servidores ativos, terceirizados de apoio administrativo e estagiário e na última semana de outubro os serviços da área técnica e administrativa elaboraram e apresentaram a III RAE referente ao 3º trimestre, sob a cooredenação da Comissão de Gestão Estratégica.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Equipe:
Marcos José Pereira de Sousa - Engenheiro Agrônomo – FFA – Chefe até 27/09/2010
Jerônimo Barata de Melo – Engenheiro Agrônomo – FFA – Chefe a partir de 28/09/2010

Apoio Administrativo:
Elza Maria da Silva - Digitadora - Terceirizada
Lurdeth Firmino de Lima – Digitadora - Terceirizada

À Divisão de Defesa Agropecuária compete:

I - coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de:
a) vigilância zoossanitária e fitossanitária;
b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais;
c) fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários e de materiais biológicos de uso na agropecuária;
d) educação sanitária para defesa agropecuária;
e) fiscalização da produção, importação, exportação e comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de sementes e mudas, de produtos de uso veterinário, de alimentos para animais, de sêmen animal e de embriões de animais, bem como dos respectivos estabelecimentos produtores, fabricantes, fracionadores, processadores, manipuladores ou beneficiadores;
f) fiscalização de estabelecimentos rurais em que tenham sido constatadas violações ao uso de produtos e ou substâncias controladas e monitoradas, em produtos de origem animal ou vegetal;
g) fiscalização e controle da classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;
h) fiscalização de produtos e atividades com organismos geneticamente modificados de uso na agricultura e pecuária;
i) controle das execuções dos convênios, ajustes, acordos e contratos relativos à defesa agropecuária e das auditorias técnicofiscais e operacionais realizadas;

j) cadastro, registro e certificação dos produtos relacionados à defesa agropecuária e dos estabelecimentos que os fabricam, processam, fracionam, manipulam ou importam;
k) habilitação de profissionais sem vínculo com a administração pública federal para a emissão de certificados sanitários e fitossanitários;
II - implementar a operacionalização de:
a) ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários;
b) coleta e transmissão das informações e dados sobre defesa agropecuária;
c) mecanismos para liberação de autorizações prévias para importação e exportação de animais e produtos de origem animal e vegetal; e
d) mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas;
III - manter articulações com órgãos públicos que exercem atividades de defesa agropecuária, respeitada a subordinação hierárquico- administrativa;
IV - participar da elaboração de indicadores de desempenho institucional e operacional;
V - programar e promover auditorias técnicas e operacionais das atividades desempenhadas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas;
VI - coordenar e acompanhar os detalhamentos e execuções dos Planos Operativos Anuais, consoante diretrizes específicas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA;
VII - implementar mecanismos de articulação técnico-administrativa com as demais unidades técnico-administrativas da SFA/MAPA, com vistas a assegurar o cumprimento das programações das ações de defesa agropecuária;
VIII - promover e propor a organização, bem assim coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais, relacionados às atividades de competência;
IX - consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de defesa agropecuária desempenhadas, e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;
X - planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de interesse da defesa agropecuária; e
XI - propor, em articulação com os Serviços de Planejamento e Acompanhamento ou as Seções de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da defesa agropecuária.

Atividades Desenvolvidas

As atividades desenvolvidas pela Divisão de Defesa Agropecuária buscaram o atendimento da sua competência institucional e para tanto foram executadas diversas ações, destacando-se:

- Atividades rotineiras relativas a despachos, emissão de documentos e monitoramento das providências demandadas;
- Participação em diversas reuniões técnicas e administrativas internas, interinstitucionais e com outros segmentos afins;
- Participação em reuniões de cunho técnico de âmbito regional e nacional;
- Participação efetiva no planejamento e execução do Programa de Desenvolvimento Gerencial do MAPA;
- Supervisão e acompanhamento das ações desenvolvidas pelos serviços ligados à Divisão de Defesa Agropecuária;
- Supervisão da execução das ações de Defesa Sanitária Agropecuária a cargo do Órgão Estadual.

Análise Crítica de Desempenho

Como a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) não possui metas estabelecidas dentro do SIPLAN, não podemos mensurar quantitativamente o desempenho. No entanto, analisando as ações desenvolvidas e a sua abrangência, considera-se que a Divisão atendeu o que está estabelecido como de sua competência regimental. Considerando o imenso volume de serviços demandados pela Divisão e o fato desta dispor somente de um fiscal, se faz necessário uma melhor estruturação nesse sentido.

Como a Divisão não possui PI específico, os recursos utilizados foram os disponíveis nos diversos PI's da área técnica.

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ - SERÁ INFORMADO PELO MAPA						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		**Denominação:**				
Tipo do Programa:						
Objetivo Geral:						
Objetivos Específicos:						
Gerente:						
Público Alvo:						
Informações orçamentárias e financeiras do programa						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1						
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1						
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: será informado pelo MAPA.

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ

A **Divisão de Defesa Agropecuária** coordena os serviços abaixo relacionados:

I. Serviço de Inspeção e Saúde Animal (**SISA**)

II. Serviço de Inspeção de Sanidade Vegetal (**SISV**)

III. Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários (**SEFAG**)

O **SISA** compreende os programas descritos a seguir:

PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
AÇÃO: **4842** – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – **FEBREAFTOS**
AÇÃO: **8658** – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS **- PCEANIMAL**
AÇÃO: **2139** – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – **VIGIZOO2**
AÇÃO**: 2181 -** VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – **FISCANIMAL2**

PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
AÇÃO: **8938** – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – **INSPANIMAL3**
AÇÃO: **4723** – CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL – **RESIDUOS**

O **SISV** compreende os programas descritos a seguir:

PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
AÇÃO: **8939** – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL – **IPVEGETAL2**
AÇÃO: **4746** – PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS – **PADCLASSIF**
AÇÃO: **4745** – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS – **FISCORGEN**

PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
AÇÃO: **2134** – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – **VIGIFITO1**
AÇÃO: **8572** – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS – **PCEVEGETAL**
AÇÃO: **4738** – ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA – **ERRADMOSCA1**
AÇÃO: 2180 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – **FISCPLANTA2**
AÇÃO**: 8654 –** PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA **- PROMOEDUC**

O **SEFAG** compreende os programas descritos a seguir:

PROGRAMA: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
AÇÃO: **2124** - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL – **FISCINAN**
AÇÃO: **2140** - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO – **FISPROVET1**
AÇÃO: **2019** - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGROPECUARIOS – **FISCGENE**
AÇÃO: **2909** - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS AO COMBATE DE PRAGAS E DOENÇAS - **FISAGROTOX**
AÇÃO: **2179** - FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS - **FISCALSEM1**
AÇÃO: **2141** - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES - **FISFECOI**

A **Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG** compreende os programas descritos a seguir:

PROGRAMA: 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
AÇÃO: **4720** – APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA – **CERTORGAN1**
AÇÃO: **8591** – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS – **APOIOAGRIC**
AÇÃO: **8560** – FOMENTO À INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO – **INOVAGRO**
AÇÃO: **8593** - APOIO AO USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS EM AGROECOSSISTEMAS – **ORGMANEJO2**

PROGRAMA: 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual
AÇÃO: **2B47** – FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – IG - **INDGRAF**

PROGRAMA: 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade
AÇÃO: **8606** – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ-ORGÂNICO – **DESENORG**

PROGRAMA: 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
AÇÃO: **2B17** – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE – **FISCONTRATO**
AÇÃO: **8611** – APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO – **APPRODUTOR**

PROGRAMA: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
AÇÃO: **2177** - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS – **FISCAGRIC1**

PROGRAMA: 1437 – Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional
AÇÃO: **8548** – Promoção do Agronegócio no Exterior - **PROMOAGRO**

I. Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA

EQUIPE DE TRABALHO

Antônio Hybernon da Silva - Chefe - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Frederico Ronaldo de Arruda - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Janete Vatanabe Okamoto Lima - Médica Veterinária- Fiscal Federal Agropecuário
Marco Aurélio Viana Silva - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Elisângela Luiza de Souza Marques – Médica Veterinária – Fiscal Federal Agropecuário
Marcio Ayron Cavalcanti de Almeida – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Wilton Ribeiro Pinho – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Paulo Roberto Maciel Fernandes – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Manoel de Paula Rêgo – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Daniel Rodrigues Viana – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Francisco de Assis Pereira Carneiro – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Geraldo Gonçalves da Rocha – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Luiz Carlos Andrade da Costa – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Natanael Rodrigues Viana – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Vilberto Nunes Raimundo – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Bernadete Pereira – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários

João Batista da Silva - Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários

UTRA Patos:
Tarcisio Ferreira Maia - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Girley Medeiros Palmeira Maia – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Joaquim de Oliveira Santos – Agente de Atividade Agropecuária

UTRA Campina Grande:
João de Arruda Câmara - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Gilberto Bevenuto da Silva – Agente de Atividade Agropecuária

Apoio Administrativo:
Lucas Sales Carneiro da Cunha –Terceirizado

Art. 22 Ao Serviço de Inspeção e Saúde Animal compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal e de saúde animal.
Parágrafo único. As atividades especificadas no *caput* deste artigo ficam referenciadas pelas disposições contidas nos artigos 16 e 18 deste Regimento Interno.
Art. 16 Ao Serviço de Saúde Animal compete:
I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:
a) vigilância sanitária e epidemiológica;
b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais;
c) emissão de certificado sanitário internacional para a exportação de animais vivos, material genético de animais (sêmen, embriões, óvulos, ovos férteis de aves), produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo país importador;
d) autorização de importação para animais vivos e de material genético de animais, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA;
e) anuência de importação de produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA;
f) aplicação de medidas de defesa sanitária animal, com vistas a evitar disseminação de doenças;
g) educação sanitária;
h) auditorias técnico-fiscal e operacional de campanhas sanitárias;
i) cadastro, habilitação e capacitação de médicos veterinários sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades de saúde animal;
j) inquéritos epidemiológicos; e
k) rastreabilidade animal;
II - orientar e acompanhar:
a) aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais;
b) realização de exames laboratoriais, tratamentos e vacinações, para fins de expedição dos certificados sanitários internacionais de origem, na exportação de animais vivos, de sêmen animal, de embriões de animais e de ovos férteis de aves;
c) emissão de certificados sanitários para exportação de animais vivos e produtos de origem animal, na forma da legislação; e
d) bem-estar animal, quanto aos aspectos de saúde e no transporte por qualquer meio;
III - coletar, processar e manter os dados do sistema de informações sanitárias e epidemiológicas;
IV - orientar, acompanhar, controlar e proceder a supervisões das atividades de defesa sanitária animal executadas pelos médicos veterinários particulares, previamente habilitados;

V - orientar, controlar e auditar execuções de convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parceria voltados à defesa sanitária animal, emitindo parecer técnico sobre o trabalho realizado;
VI - propor e acompanhar realização da quarentena de animais;
VII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;
VIII - elaborar plano operativo anual das ações de defesa sanitária, conforme orientação técnica do Departamento de Saúde Animal, da SDA/MAPA;
IX - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;
X - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência;
XI - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; e
XII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.
Art. 18 Ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal compete:
I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:
a) inspeção *ante-mortem* e *post-mortem* de animais de açougue;
b) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue e que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matériasprimas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, destinados ao comércio interestadual e internacional;
c) fiscalização da classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, bem como da tipificação de carcaças;
d) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal, inclusive resíduos de valor econômico, destinados ao comércio interestadual e internacional;
e) reinspeção e fiscalização de produtos de origem animal no comércio varejista e atacadista, quando couber; e
f) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes;
II - orientar, controlar e auditar os acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção sanitária de produtos de origem animal;
III - promover, orientar, e controlar a emissão de certificados, quando destinados ao comércio interestadual ou internacional de produtos e derivados de origem animal processados em estabelecimentos registrados;
IV - instruir processos para fins de registro e apresentar pareceres conclusivos sobre:
a) produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origem animal; e
b) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem animal;
V - colher amostras de produtos, subprodutos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de origem animal, para fins de análise fiscal, controle e registro;
VI - subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de pessoal técnico para o desempenho de atividades relacionadas à tipificação de carcaças e à classificação de animais e de produtos de origem animal;
VII - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;
VIII - acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem animal desempenhadas junto aos estabelecimentos que abatem animais, industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal;

IX - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem animal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;
X - coletar, processar e manter os dados quantitativos e qualitativos, necessários à alimentação dos sistemas de informações relativos às atividades de inspeção e fiscalização de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origem animal;
XI - coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes;
XII - elaborar plano operativo anual das ações de inspeção de produtos de origem animal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da SDA/ MAPA;
XIII - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;
XIV - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência; e
XV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

- **PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária**

Tabela VIII

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0357
Denominação	Segurança da Sanidade na Agropecuária
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Objetivos específicos	Garantir a segurança alimentar.
Gerente	Francisco Sergio Ferreira Jardim
Responsável	SISA, UTRA/CG e SEDAP-PB.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação; Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação; Incidência da Praga "Cydia Pomonella"; Incidência da Praga "Mosca da Carambola"; Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina; Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica; Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca; Número de Ocorrências de Raiva Bovina; Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola; Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras; Taxa de Incidência da Doença "Cancro Cítrico".
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, arrmazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: **4842** – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – **FEBREAFTOS**
AÇÃO: **8658** – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS **- PCEANIMAL**
AÇÃO: **2139** – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – **VIGIZOO2**
AÇÃO: **2181** - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – **FISCANIMAL2**

♦ AÇÃO: 4842 – Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS

Tabela IX – Dados gerais da ação - **PI – FEBREAFTOS**

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Animal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	4842 – Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS
Tipo	Atividade
Prioridade	3
Unidade de Medida	Km2

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela IX.1 Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
4842 – Erradicação da Febre Aftosa.	FEBREAFTOS	Área Total Declarada Livre (Km2)	56.440	0	56.440	-	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Controle e Erradicação da Febre Aftosa.	FEBREAFTOS	Área Total Declarada Livre (Km2)	56.440	0	56.440	-	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Reunião Técnica.	23	Unid.
1.2. Reunião Técnica Nacional.	07	Unid.
1.3. Reunião com a Comunidade Organizada.	01	Unid.
1.4. Supervisão na Central.	01	Unid.
1.5. Supervisão nos EAC.	22	Unid.
1.6. Auditoria no Órgão Executor.	12	Unid.
1.7. Auditoria nas ULSAV.	18	Unid.
1.8. Supervisão/Fiscalização em Propriedades Rurais	02	Unid.
1.9. Supervisão do Atendimento a Suspeita de Doenças Vesiculares	01	Unid.
1.10. Palestra	01	Unid.
1.11. Auditoria nas ULSAV e EAC (Descentralizado)	09	Unid.
1.12. Auditoria nas ULSAV (Descentralizado)	12	Unid.
1.13. Auditoria nos EAC (Descentralizado)	12	Unid.
1.14. Atendimento a Suspeita de Doença Vesicular Fundamentada (Descentralizada)	03	Unid.
1.15. Atendimento a Supeita de Doença Vesicular não Fundamentada (Descentralizada)	15	Unid.
1.16. Vacinação Fiscalizada em Propriedade Rurais (Descentralizada)	774	Unid.

1.17. Animais Vacinados na Vacinação Fiscalizada (Descentralizado)	42.716	Unid.
1.18. Vacinação Assistida em Propriedades Rurais (Descentralizado)	751	Unid.
1.19. Animais Vacinados na Vacinação Assistida (Descentralizado)	60.283	Unid.
1.20. Vacinação Oficial em Propriedades Rurais (Descentralizado	1.008	Unid.
1.21. Animais Vacinados na Vacinação Oficial (Descentralizado)	9.514	Unid.
1.22. Propriedades Rurais com Vacinação (Descentralizado)	96.462	Unid.
1.23. Animais Vacinados (Descentralizado)	2.276.938	Unid.
1.24. Animais Quarentenados Fiscalizados (Descentralizado)	480	Unid.
1.25. Propriedades fiscalizadas com animais quarentenados. (Descentralizado)	16	Unid.

Fonte: SISA * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No PI FEBREAFTOS foi gasto 91,05%, considerando a dotação orçamentária descentralizada para o exercício.

Tabela IX.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
33.90.14	21.505,60	21.505,60	19.041,46	19.041,46	0,00	19.041,46	88,54
33.90.30	7.900,00	7.900,00	7.878,11	5.759,51	2.118,60	5.759,51	99,72
33.90.33	9.700,00	9.700,00	8.443,11	8.443,11	0,00	8.443,11	87,04
44.90.52	3.000,00	3.000,00	2.973,44	2.760,00	213,44	2.760,00	99,11
Total	**42.105,60**	**42.105,60**	**38.336,12**	**36.004,08**	**2.332,04**	**36.004,08**	**91,05**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Erradicação da Febre Aftosa tem como principal objetivo manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.

A execução é direta e descentralizada, em ações conjuntas com o serviço de defesa sanitária animal do Estado, que trabalha também com recursos oriundos de convênio com o MAPA.

Os recursos financeiros disponibilizados foram suficientes para a realização das atividades programadas.

Os recursos humanos e materiais disponibilizados também atenderam a contento para execução das atividades da ação.

O Serviço Estadual de Defesa Agropecuária ainda não concluiu a migração dos dados do cadastro de propriedades rurais, criadores e rebanhos para o sistema informatizado. Este cadastramento é de suma importância para alcançarmos a meta de área livre de febre aftosa.

O Estado realizou concurso público para a contratação de médicos veterinários e técnicos agropecuários no ano de 2008, mas ainda não foram convocados devido à lei de responsabilidade fiscal, dificultando assim o desenvolvimento das ações. Este ano o Serviço Veterinário Estadual trabalhou somente com recursos financeiros próprios, não houve convênio com o MAPA devido ao atraso na formalização do processo e o início da campanha eleitoral.

O número de atendimento a suspeita de doença vesicular caiu 37% em relação ao ano de 2009.

A vacinação dos bovídeos contra a febre aftosa vinha aumentando no decorrer dos anos, porém na última etapa da campanha de vacinação houve decréscimo no número de animais vacinados em torno de 10% em relação à campanha anterior.

Tabela IX.3

VACINAÇÃO CONTRA A FEBRE AFTOSA – 2010						
ESPÉCIE	1ª. Etapa – Abril			2ª. Etapa – outubro		
	Existente	**Vacinado**	**%**	**Existente**	**Vacinado**	**%**
BOVINA	1.343.646	1.114.731	82,96	1.269.451	931.363	73,37
BUBALINA	921	890	96,63	1.625	1.190	73,23
TOTAL	**1.344.385**	**1.115.621**	**82,98**	**1.271.076**	**932.553**	**73,37**

Fonte: SISA

Os entraves detectados, através de supervisões no Órgão Executor, não foram sanados, passamos mais um ano sem a contratação de médicos veterinários, auxiliares técnicos e administrativos, com o agravante de agora ter muitos funcionários desmotivados, comprometendo substancialmente o desenvolvimento das ações. A maioria dos relatórios técnicos encontra-se em atraso comprometendo inclusive o fechamento dos relatórios anuais deste Serviço.

♦ AÇÃO: 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL

Tabela X – Dados gerais da ação - **PI - PCEANIMAL**

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Animal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL
Tipo de Ação	Atividade
Prioridade	3
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela X.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	**Corrigida**	**Meta Realizada**	**%**	**Meta para 2011**
8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	4.208	4.208	4.156	98,76	*
PROCESSO	**PI**	**PRODUTO**	**FÍSICO**				
			Meta Prevista	**Corrigida**	**Meta Realizada**	**%**	**Meta para 2011**
01. Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	7.030	7.030	7.003	99,62	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1 Fiscalizar as Ações do Órgão Executor para Habilitação de Salas de Diagnóstico e Ações Fiscais (Ação Descentralizada).	26	Unid.
1.2. Fiscalizar Procedimento para Certificação de Propriedades Livres ou Monitoradas do PNECBT. (Ação Descentralizada)	02	Unid.
1.3. Certificar Propriedades Livres e Monitoradas do PNECBT (Ação Direta).	02	Unid.
1.4. Fiscalizar Curso para Habilitação de Veterinários Autônomos no PNECBT. (Ação Direta)	04	Unid.
1.5. Habilitar Salas de Diagnósticos do PNECBT (Ação Direta).	05	Unid.
1.6. Realizar Palestras Educativas. (Ação Direta, Ação Descentralizada)	01	Unid.
1.7. Participar de Reunião Técnica. (Ação Direta)	01	Unid.
1.8. Propriedades Trabalhadas em Brucelose. (Ação Descentralizada)	6.996	Unid.
1.9.Propriedades Trabalhadas em Tuberculose. (Ação Descentralizada)	6.894	Unid.
1.10. Animais Testados para Brucelose (Ação Descentralizada)	32.644	Unid.
1.11. Animais Testados para Tuberculose. (Ação Descentralizada)	31.919	Unid.
1.12. Animais Positivo Brucelose. (Ação Descentralizada)	51	Unid.
1.13. Animais Negativos Brucelose. . (Ação Descentralizada)	43	Unid.
1.14. Animais Positivos para Tuberculose (Ação Descentralizada)	43	Unid.
1.15. Animais Negativos para Tuberculose. (Ação Descentralizada)	31.876	Unid.
1.16. Fiscalização para Médicos Veterinários Habilitados. (Ação Direta, Ação Descentralizada)	26	Unid.
1.17. Propriedade com Foco Brucelose. (Ação Descentralizada)	70	Unid.
1.18. Propriedade com Foco Tuberculose. (Ação Descentralizada)	38	Unid.
1.19. Animais Sacrificados com Tuberculose. (Ação Descentralizada)	67	Unid.
1.20. Animais Sacrificados com Brucelose. (Ação Descentralizada)	67	Unid.
1.21. Número de Veterinários Habilitados no PNECBT. (Ação Direta)	05	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2010
02. Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Suídeos.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	-	-	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Fiscalizar as ações do Órgão Executor no Controle de Doenças dos Suídeos (Ação Descentralizada)	01	Unid.
2.2. Participar de Reunião Técnica (Ação Descentralizada)	03	Unid.
2.3. Realizar Palestras Educativas (Ação Direta e Descentralizada)	06	Unid.
2.4. Propriedades Afetadas.	0	Unid.
2.5. Número de Foco de Exames Negativos para Peste Suína Clássica (Ação Descentralizada)	01	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
03. Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	1.085	1.085	1.075	99,68	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
3.1. Fiscalizar o Órgão Executor nas Ações de Combate aos Morcegos Hematófagos e a outros Transmissores.	05	Unid.
3.2. Colheita de Material para Raiva dos Herbívoros e outras encefalopatias	16	Unid.
3.3. Resultado Positivo de Raiva e Outras Encefalopatias.	17	Unid.
3.4. Propriedade com Foco de Raiva.	17	Unid.
3.5. Morcegos Capturados	12	Unid.
3.6. Morcegos Tratados.	09	Unid.
3.7. Herbívoros Vacinados.	395.450	Unid.
3.8. Reunião Técnica com o Órgão Executor – SEDAP/PB.	03	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
04. Prevenção, Controle e Erradificação das Doenças da Equideocultura.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	4.269	4.169	4.156	99,69	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
4.10. Propriedades com Foco de AIE.	92	Unid.
4.11. Propriedades Interditadas com Foco de Mormo.	02	Unid.
4.3. Colheita de Amostra para AIE	4.885	Unid.
4.4. Colheita de Amostra para Mormo	4.640	Unid.
4.5. Resultados Positivos de Equídeos para AIE.	73	Unid.
4.6. Resultados Positivos de Equídeos para Mormo.	16	Unid.
4.7. Eqüídeos Sacrificados com AIE.	88	Unid.
4.8. Eqüídeos Sacrificados com Mormo.	14	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
05. Prevenção, Controle e Erradificação das Doenças da Avicultura.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	29	29	32	110,34	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
5.1. Fiscalizar as Ações do Órgão Executor no Cadastramento e Controle das Doenças das Aves em Granjas.	03	Unid.
5.2. Controlar e Certificar Núcleos e Estabelecimentos Avícolas como Livre para Salmoneloses e Micoplasmos.	08	Unid.
5.3. Participar de Reunião Técnica	01	Unid.
5.4. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – SUABES.	9.255	Unid.
5.5. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – SORO.	13.342	Unid.
5.6. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – OVOS BICADOS.	215	Unid.
5.7. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – MECÔNIOS.	350	Unid.
5.8. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – PINTOS OU AVES MORTAS.	278	Unid.

Fonte: SISA * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Da dotação orçamentária descentralizada prevista para o PI PCEANIMAL foram utilizados 49,71% nas suas atividades.

Tabela X.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
33.90.14	28.281,10	28.281,10	26.442,03	26.442,03	0,00	26.442,03	93,50
33.90.30	5.755,00	5.755,00	5.755,00	5.620,66	134,34	5.620,66	100,00
33.90.33	13.000,00	13.000,00	12.516,15	12.516,15	0,00	12.516,15	96,28
33.90.36	88,50	88,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.39	41.419,38	41.419,38	25.689,66	12.821,12	12.868,54	12.821,12	62,02
33.90.47	894,18	894,18	791,71	791,71	0,00	791,71	88,54
33.90.93	17.728,35	17.728,35	16.883,35	16.883,35	0,00	16.883,35	95,23
44.90.52	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**177.166,51**	**177.166,51**	**88.077,90**	**75.075,02**	**13.002,88**	**75.075,02**	**49,71**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela X.3 - **PI - ERPCEANIMAL**

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
44.90.52	548.988,00	548.988,00	548.988,00	0,00	548.988,00	0,00	100,00
Total	**548.988,00**	**548.988,00**	**548.988,00**	**0,00**	**548.988,00**	**0,00**	**100,00**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Obs.: Recurso descentralizado para a reestruturação da rede lógica de informática da SFA-PB.

Análise Crítica de Desempenho

Tem como principal objetivo garantir a segurança zoosanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais. A referida ação possui os seguintes processos básicos:

- Controle e a Certificação de Núcleos ou Estabelecimentos Avícolas livres das Micoplamoses e Salmoneloses Aviárias;
- Prevenção e Controle das doenças dos Eqüídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas;
- Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina;
- Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose;
- Controle e Erradicação das doenças dos Suídeos;
- Controle e Erradicação de Doenças dos Animais Aquáticos.
- As ações pertinentes ao Programa nacional de Sanidade Avícola –PNSA estão distribuídas entre o Serviço de Inspeção e Saúde animal – SISA/SFA/PB e a Gerência Executiva de Desenvolvimento Agropecuário – GEDA, ligada institucionalmente a Secretaria Executiva do desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP/PB.

O SISA por delegação vem acompanhando os trabalhos da SEDAP-PB na vigilância sanitária para salmonelose e micoplasmose aviária: colheita de 215 ovos bicados, 13.342 soros, 278 aves mortas, 11 swab de caixa, 8.827 swab de cloaca, 417 swab de arrasto (totalizando 9.255 suabes) e 350 mecônio. No monitoramento da Influenza Aviária e Doença de Newcastle em matrizes de granjas matrizeiras em final de produção, foram colhidas 480 swabs de cloaca e 480 swabs de traquéia (totalizando 960 suabes). Todos os exames na vigilância da salmonelose e micoplasmose e no monitoramento da Influenza Aviária e Doença de Newcastle apresentaram resultados negativos. Este SISA-PB, durante o período certificou 08 lotes em 3 granjas matrizeiras de aves.

No ano houve 4 reuniões do Comitê de Sanidade Avícola - COESA/PB (11.03, 16.09, 19.10 e 23.11.10) com as participações de representantes dos órgãos de defesa sanitária animal (SISA e SEDAP), representante da entidade de classe - AVIEP e médicos veterinários habilitados para emissão de GTA avícola. Na última reunião, por convocação do COESA, também estiveram presentes os empresários do setor avícola (de reprodução e comercial), onde tomaram conhecimento quanto as exigências/ adequações estruturais cobradas e prazos estipulados nas Instruções Normativas de nºs 56 (04.12.2007) e 59 (02.12.2009), sob pena de interdição das atividades.

Na Prevenção e Controle das Doenças dos Eqüídeos os dados tabulados são referentes às requisições e resultados de exames - ANEMIA INFECCIOSA EQUINA (AIE) e MORMO realizados por laboratórios particulares e credenciados pelo MAPA e por laboratórios oficiais - LANAGRO/PE. e LANAGRO/MG.

Contamos no estado com 2 laboratórios particulares, sendo um em Campina Grande e outro em Catolé do Rocha/PB que realizam os diagnósticos de Anemia Infecciosa Eqüina (AIE) e Mormo dos eqüídeos em trânsito. Os exames de AIE e Mormo de propriedades sob vigilância são realizados, respectivamente, pelos LANAGRO´s de Pernambuco e Minas Gerais.

Durante o ano de 2010, os laboratórios particulares e oficiais realizaram 4.885 diagnósticos de AIE e 4.640 de MORMO no estado da Paraíba, apresentando os seguintes resultados: 73 positivos para AIE (1,51 % dos exames); houve um acréscimo de 19,67% em relação a 2009 (61) e 16 positivos para Mormo (0,34 % dos exames); houve um decréscimo de 15,79% em relação a 2009 (19). Foram sacrificados no total 89 equídeos, sendo 73 com AIE (82%) e 16 com MORMO (18%).

Quanto às ações delegadas ao Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal - OEDSA, através da Gerência Executiva de Desenvolvimento Agropecuário - GEDA, sob a coordenação institucional da Secretaria Executiva do Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP/PB, para o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias - PNCRH, está relacionado ao cadastramento de propriedades rurais, monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos, execução da vigilância em áreas ou propriedades de risco e atendimento aos focos da doença raiva ou outras encefalites. Relacionamos a seguir as atividades realizadas pela SEDAP-PB:

a) Propriedades atendidas - 9.973 (acréscimo de 50,64 % em relação a 2009);
b) Nº animais vacinados contra raiva - 395.450 (acréscimo de 42,99 % em relação a 2009);
c) Propriedades com ocorrência de raiva - 17 (acréscimo de 12,81% em relação a 2009);
d) Nº de animais mortos - 17 (acréscimo de 340,0 % em relação a 2009);
e) Diagnósticos laboratoriais c/resultados (+) - 17 (acréscimo de 340,0 % em relação a 2009);
f) Morcegos hematófagos capturados - 09 (decréscimo de 64,22 % em relação a 2009);
g) Morcegos hematófagos tratados - 0.

Outra ação delegada ao Serviço Estadual de Defesa Agropecuária foi a de fiscalização ativa em propriedades rurais, para identificação do uso indevido de proteína animal (cama de aviário e proteínas de origem animal) na alimentação de ruminantes. O cronograma para o ano era de 15 amostras colhidas no estado, no entanto somente foram realizadas 3 colheitas (20% do programado). Nas 3 propriedades visitadas, constatou-se in loco o uso de cama de aviário, as quais foram imediatamente interditadas e contados os animais que faziam uso de cama de aviário (26 bovinos). Desse total, 17 bovinos de uma propriedade, já foram encaminhados para abate sanitário em estabelecimento inspecionado (SIE) com aproveitamento de carcaça, após a remoção e

destruição de material de risco para encefalopatia espongiforme bovina (EEB), conforme estabelecido pelo MAPA. Quanto às ações nas outras 2 propriedades interditadas (agosto de 2010), o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal - OEDSA, questionou sobre a legalidade de abate de fêmeas prenhes e animais caquéticos encontrados, confrontando com a legislação da inspeção. Até o presente momento, o SDA não se pronunciou.

As ações referentes ao Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos foram executadas pela SEDAP/PB, com supervisão e orientação do SISA. No estado da Paraíba não há granjas de reprodutores e comerciais, somente de "fundo de quintal". Acompanhamos as atividades do órgão executor - SEDAP/PB, nas atividades de atendimento a suspeita de Peste Suína Clássica - PSC nos municípios de Campo de Santana e Araruna. Mantivemos contato com as autoridades sanitárias dos municípios de Mataraca, Jacaraú e Catolé do Rocha, regiões limítrofes ao estado do Rio Grande do Norte, onde houve ocorrências de Peste Suína Clássica. Não houve disseminação dos focos dessa enfermidade ocorrida no estado do Rio Grande do Norte para o nosso Estado.

As ações referentes ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal foram executadas pelo Órgão Executor - SEDAP/PB, como, sacrifício sanitário dos animais positivos, fiscalização de revendas de vacinas, entre outros, com supervisão e gerenciamento do SISA/PB.

Comparando os dados de 2009 para a Brucelose Animal com os de 2010, constatamos: um acréscimo de 18,31% no nº de propriedades trabalhadas (5.913 para 6.996), um decréscimo de 15,02% (38.413 para 32.644) no nº de animais testados, um decréscimo de 75,49% (208 para 51) no nº de animais positivos, um acréscimo de 10,10% (17.191 para 18.929) no nº de bezerras vacinadas e 20,7% (3.912 para 4.709) no nº de rebanhos vacinados.

Quando se comparou os dados de 2009 aos de 2010, para a tuberculose animal, constatamos um acréscimo de 16,6% (5.913 para 6.894) no nº de propriedades trabalhadas, um acréscimo de 0,009% (31.631 para 31.919) no nº de animais testados e um decréscimo de 63,25% (117 para 43) no nº de animais positivos.

Ressalte-se que comparando dos dados de 2009 e 2010, tanto para a Brucelose como na Tuberculose Aninal, houve um decréscimo no percentual de animais positivos, respectivamente, 75,49% e 63,25%. Pode-se, concluir que as diretrizes do PNCEBT, no Estado da Paraíba estão conseguindo resultados positivos.

Durante o ano de 2010 foram sacrificados no estado, 67 bovinos, sendo 41 com brucelose e 26 com tuberculose.

Foram realizados 2 (dois) cursos de Treinamento em Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose e outras Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, em atendimento ao programa, com participação e habilitação de 40 médicos veterinários. Em Campina Grande/PB foi realizado um Encontro de Atualização para Médicos Veterinários habilitados em relação às atividades do PNCEBT.

Foi certificada a 2ª Propriedade Livre de Brucelose e Tuberculose, no município de Cacimba de Dentro/PB.

Tabela X.4

INFORME DE VACINAÇÃO CONTRA A BRUCELOSE 2009						
MÊS	NÚMERO DE REBANHOS			VACINAÇÃO		
	EXISTENTES	VACINADOS	% REB. VACINADOS	BEZERRAS EXISTENTES	BEZERRAS VACINADAS	% BEZERRAS VACINADAS
JANEIRO	52.931	146	0,28	84.519	604	0,71
FEVEREIRO	52.931	170	0,32	84.519	626	0,74
MARÇO	52.931	320	0,60	84.519	1464	1,73
ABRIL	52.931	446	0,84	84.519	1964	2,32
MAIO	52.931	519	0,98	84.519	1929	2,28

JUNHO	52.931	282	0,53	84.519	1194	1,41
JULHO	52.931	327	0,62	84.519	1114	1,32
AGOSTO	52.931	332	0,63	84.519	1675	1,98
SETEMBRO	52.931	223	0,42	84.519	1064	1,26
OUTUBRO	52.931	323	0,61	84.519	1683	1,99
NOVEMBRO	52.931	472	0,89	84.519	2689	3,18
DEZEMBRO	52.931	352	0,67	84.519	1185	1,40
TOTAL	**52.931**	**3.912**	**7,39**	**84.519**	**17.191**	**20,34**

INFORME DE VACINAÇÃO CONTRA A BRUCELOSE 2010

MESES	NÚMERO DE REBANHOS			VACINAÇÃO		
	EXISTENTES	VACINADOS	% REB. VACINADOS	BEZERRAS EXISTENTES	BEZERRAS VACINADAS	% BEZERRAS VACINADAS
JANEIRO	55.171	212	0,38	77.668	754	0,97
FEVEREIRO	55.171	111	0,20	77.668	404	0,52
MARÇO	55.171	299	0,54	77.668	1.006	1,30
ABRIL	55.171	335	0,61	77.668	1.513	1,95
MAIO	55.171	746	1,35	77.668	2.842	3,66
JUNHO	55.171	421	0,76	77.668	1.629	2,10
JULHO	55.171	871	1,58	77.668	3.369	4,34
AGOSTO	55.171	224	0,41	77.668	1.041	1,34
SETEMBRO	55.171	269	0,49	77.668	929	1,20
OUTUBRO	55.171	207	0,38	77.668	1.402	1,81
NOVEMBRO	55.171	475	0,86	77.668	2.196	2,83
DEZEMBRO	55.171	539	0,98	77.668	1.844	2,37
TOTAL	**55.171**	**4.709**	**8,54**	**77.668**	**18.929**	**24,37**

Fonte: SISA

Tabela X.5

CONDENSADO DOS RELATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DE TUBERCULOSE - 2009 e 2010

ANO	N°propriedades examinadas	Propriedades Positivas (%)	Propriedades Negativas (%)
2009	8.099	50 (0,61%)	8.049 (99,39%)
2010	6.899	19 (0,27%)	6.880 (99,73%)
Dife-rença	**1.200**	**31 (↓ 0,34 ptos. percentuais)**	**1.169 (↑ 0,34 ptos. percentuais)**

Fonte: SISA

Tabela X.6

SACRIFÍCIO DE ANIMAIS 2010

BRUCELOSE	TUBERCULOSE
TOTAL: 154	**TOTAL: 91**

Fonte: SISA

As ações referentes ao Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos foram executadas pela SEDAP/PB, com supervisão e orientação do SISA. No estado da Paraíba não há granjas de reprodutores e comerciais, somente de "**fundo de quintal**". Acompanhamos as atividades do órgão executor - SEDAP/PB, nas atividades de atendimento a suspeita de Peste Suína Clássica - PSC nos municípios de Campo de Santana e Araruna. Mantivemos contato com as autoridades sanitárias dos municípios de **Mataraca, Jacaraú e Catolé do Rocha**, regiões limítrofes ao estado do Rio Grande

do Norte, onde houve ocorrências de Peste Suína Clássica. Não houve disseminação dos focos dessa enfermidade ocorrida no estado do Rio Grande do Norte para o nosso Estado.

♦ AÇÃO: 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos –VIGIZOO2

Tabela XI – Dados gerais da ação - **PI – VIGIZOO2**

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Animal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos –VIGIZOO2
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XI.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos.	VIGIZOO2	Fiscalização Realizada (Unid.)	100.000	9.600	11.162	116,27	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos.	VIGIZOO2	Fiscalização Realizada (Unid.)	100.000	9.600	11.162	116,27	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Auditoria PVA	06	Unid.
1.2. Supervisão fiscalização volante	03	Unid.
1.3. Eventos pecuários fiscalizados (Descentralizado)	312	Unid.
1.4. Animais fiscalizados nos eventos pecuários (Descentralizado)	75.483	Unid.
1.5. Acompanhamento de embarque de animais (Descentralizado)	06	Unid.
1.6. Fiscalização dos animais embarcados (Descentralizado)	266	Unid.

Fonte: SISA * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: NÃO HOUVE DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA.

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos tem como principal objetivo manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.

A execução é descentralizada, para o serviço de defesa sanitária animal do Estado.

Os recursos financeiros utilizados nesta ação foram da Febre Aftosa, visto que a maioria das atividades é concomitante, isto é, as supervisões das ações delegadas são realizadas de modo geral e não especificamente do trânsito animal, seus produtos e subprodutos. Não solicitamos créditos orçamentários para essa ação.

As atividades realizadas nos postos de vigilância agropecuária não são realizadas a contento, há muitos funcionários despreparados para a função. O governo estadual realizou concurso público para a contratação de técnicos agrícolas que suprirão a deficiência de pessoal nos postos de vigilância, mas, até o momento nenhum técnico foi contratado para não ferir a lei de responsabilidade fiscal. Isto nos preocupa muito, porque não sabemos quando será essa contratação e os postos só funcionarão efetivamente, após a contratação desse pessoal.

Tabela XI.2

TRÂNSITO ANIMAL - GTA EMITIDA - 2010						
ANIMAIS	**TRÂNSITO INTERESTADUAL**		**TRÂNSITO INTRAESTADUAL**		**TRÂNSITO TOTAL**	
	N.º ANIMAIS	N.º GTA	N.º ANIMAIS	N.º GTA	N.º ANIMAIS	N.º GTA
BOVIDEOS	30.003	3.916	366.433	74.355	396.436	78.271
EQUIDEOS	2.485	838	1.134	243	3.619	1.081
OVINOS	17.197	862	133.317	8.882	150.514	9.744
CAPRINOS	8.965	797	61.411	5.413	70.376	6.210
SUÍDEOS	1.761	131	11.456	2.171	13.217	2.302
PINTOS DE UM DIA	-	-	-	-	-	-
AVES	-	-	-	-	-	-
OVOS FÉRTEIS	-	-	-	-	-	-
AVESTRUZ	-	-	-	-	-	-
CAMARÕES	-	-	-	-	-	-
PEIXES	-	-	-	-	-	-
ANIMAIS DE LABORATÓRIO	-	-	-	-	-	-
LAGOMORFOS	01	01	-	-	01	01
ANIMAIS SILVESTRES	15	05	-	-	15	05
TOTAL	**60.524**	**6.558**	**573.759**	**91.065**	**634.283**	**97.623**

Fonte: SISA

OBS: Os relatórios de aves e animais aquáticos não foram enviados à este Serviço até o dia 14 de fevereiro do ano de 2011 e não há previsão de encaminhamento.

Tabela XI.3

FISCALIZAÇÃO NOS POSTOS FIXOS - 2010		
ANIMAIS	**N.º ANIMAIS**	**N.º VEÍCULOS**
BOVINOS	45.521	3.546
BUBALINOS	28	03

OVINOS	8.753	499
CAPRINOS	4.656	355
SUÍNOS	2.651	215
EQUINOS	5.721	1.377
MUARES	36	08
ASININOS	25	05
GALINHAS	1.914.773	911
PINTOS DE UM DIA (GALINHA)	9.728.150	600
OVOS FÉRTEIS (GALINHA)	36.388.226	639
PERUS	-	-
PINTOS DE UM DIA (PERU)	2.000	01
OVOS FÉRTEIS (PERU)	4.792	04
RATITAS	-	-
PINTOS DE UM DIA (RATITA)	-	-
OVOS FÉRTEIS (RATITA)	-	-
CODORNAS	21.484	06
COLMÉIAS	-	-
ADULTO (PEIXE)	23.176	16
JUVENIL (PEIXE)	-	-
ALEVINO (PEIXE)	2.629.500	04
ADULTO (CRUSTÁCEO)	510.586	12
LARVA (CRUSTÁCEO)	1.650.100	02
PÓS LARVA (CRUSTÁCEO)	686.417.234	244
ADULTO (MOLUSCO)	3.451	01
SEMENTE (MOLUSCO)	-	-
PÓS LARVA (MOLUSCO)	6.700	01
ANIMAIS DE CIRCO	12	02
TOTAL	**739.367.575**	**8.451**
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	**QUANTIDADE**	**VEÍCULO**
PRODUTOS CÁRNEOS (ton.)	119.191	1.140
PRODUTOS LÁCTEOS (ton.)	1.220.309	300
PESCADOS (ton.)	14.155	144
COUROS E PELES (ton.)	2.748	106
OVOS (dúzia)	7.967.993	891
MEL (litro)	-	-
CAMA DE FRANGO (ton.)	236	19
OSSOS (ton.)	-	-
TOTAL	**9.324.632**	**2.600**
INSUMOS AGROPECUÁRIOS	**QUANTIDADE**	**VEÍCULO**
RAÇÃO ANIMAL (ton.)	29.384	2.188
PRODUTOS BIOLÓGICOS (dose)	52.065	08
SEMEN (dose)	227	01
TOTAL	**81.676**	**2.197**
TOTAL DE VEÍCULOS FISCALIZADOS:		**13.248**

Fonte: SISA

Tabela XI.4

FISCALIZAÇÃO VOLANTE - 2010		
ANIMAIS	**N.º ANIMAIS**	**N.º VEÍCULOS**
BOVINOS	2.711	98

BUBALINOS	0	0
OVINOS	42	01
CAPRINOS	36	01
SUÍNOS	0	0
EQUINOS	13	03
MUARES	20	01
ASININOS	0	0
GALINHAS	3.300	04
PINTOS DE UM DIA (GALINHA)	0	0
OVOS FÉRTEIS (GALINHA)	0	0
PERUS	0	0
PINTOS DE UM DIA (PERU)	0	0
OVOS FÉRTEIS (PERU)	0	0
RATITAS	0	0
PINTOS DE UM DIA (RATITA)	0	0
OVOS FÉRTEIS (RATITA)	0	0
CODORNAS	0	0
COLMÉIAS	0	0
ADULTO (PEIXE)	0	0
JUVENIL (PEIXE)	0	0
ALEVINO (PEIXE)	0	0
ADULTO (CRUSTÁCEO)	0	0
LARVA (CRUSTÁCEO)	0	0
PÓS LARVA (CRUSTÁCEO)	0	0
ADULTO (MOLUSCO)	0	0
SEMENTE (MOLUSCO)	0	0
PÓS LARVA (MOLUSCO)	0	0
ANIMAIS DE CIRCO	0	0
TOTAL	**6.122**	**108**
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	**QUANTIDADE**	**N.º VEÍCULOS**
PRODUTOS CÁRNEOS (ton.)	03	01
PRODUTOS LÁCTEOS (ton.)	05	03
PESCADOS (ton.)	0	0
COUROS E PELES (ton.)	0	0
OVOS (dúzia)	0	0
MEL (litro)	0	0
CAMA DE FRANGO (ton.)	0	0
OSSOS (ton.)	0	0
TOTAL	**08**	**04**
INSUMOS AGROPECUÁRIOS	**QUANTIDADE**	**N.º VEÍCULOS**
RAÇÃO PARA ANIMAIS (ton.)	14	01
PRODUTOS BIOLÓGICOS (dose)	0	0
TOTAL	**14**	**01**
TOTAL DE VEÍCULOS FISCALIZADOS:		**113**

Fonte: SISA

♦ **AÇÃO: 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL2**

Tabela XII – Dados gerais da ação - PI **FISCANIMAL2**

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Animal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária
Ação	2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL2
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Não ocorreu importação e exportação de Produtos de Origem Animal através do Porto de Cabedelo durante o ano de 2010.

➢ PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tabela XIII

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0356
Denominação	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Objetivos específicos	Garantir a segurança alimentar.
Gerente	Francisco Sergio Ferreira Jardim
Responsável	SIPAG/DT/SFA/PB
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal; Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC); Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: **8938** – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – **INSPANIMAL3**

AÇÃO: **4723** – CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL – **RESIDUOS**

♦ AÇÃO: 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3

Tabela XIV – Dados gerais da ação - **PI – INSPANIMAL3**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Ação	8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XIV .1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.	INSPANIMAL3	Estabelecimento Inspecionado (Unid.)	228	208	208	100	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Inspeção de estabelecimento de produto e subproduto de origem animal	INSPANIMAL3	Estabelecimento Inspecionado (Unid.)	228	208	208	100	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Supervisão em Estabelecimento de Carnes e Ovos.	04	Unid.
1.2. Supervisão em Estabelecimento de Leite e Derivados.	20	Unid.
1.3. Supervisão em Estabelecimento de Pescado e Derivados.	02	Unid.
1.4. Supervisão em Estabelecimento de Mel e Produtos Apícolas.	01	Unid.
1.5. Inspeção de Leite de Consumo.	15.321.099	L
1.6. Inspeção de Carnes e Derivados.	28.298.213	Kg
1.7. Inspeção de Leite e Derivados.	24.329.771	Kg
1.8. Inspeção de Pescado e Derivados.	247.523	Kg
1.9. Análise Laboratorial de Carnes, Derivados e Ovos.	79	Unid.
1.10. Análise Laboratorial de Leite e Derivados.	75	Unid.
1.11. Análise Laboratorial de Pescado e Derivados	03	Unid.
1.12. Análise de Água.	02	Unid.
1.13. Fiscalização no Comércio Varejista e Casa Atacadista.	43	Unid.
1.14. Capacitação de Técnicos.	07	Unid.
1.15. Auto de Infração.	26	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
02. Registro de Rótulos e Produtos de Origem Animal	INSPANIMAL3	Rótulo Registrado (Unid.)	63	68	68	100	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Análise de documentos/emissão de parecer técnico.	118	Unid.
2.2. Rótulos registrados.	68	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO

			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
03. Registro de Estabelecimentos de Produtos e Subprodutos de Origem Animal	INSPANIMAL3	Estabelecimento Registrado (Unid.)	0	01	01	100	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
3.1. Vistoria de Terreno.	13	Unid.
3.2. Emissão de Laudo de Vistoria de Terrenos.	13	Unid.
3.3. Emissão de Títulos de Registro de Estabelecimento Relacionado	01	Unid.
3.4. Processos Encaminhados para Registro no DIPOA.	02	Unid.

Fonte: SISA * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Analisando o PI INSPANIMAL 3, o percentual aplicado nas Atividades da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos e Subprodutos de Origem Animal, em relação a dotação orçamentária descentralizada, no exercício, foi de 95,32%.

Tabela XIV 2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	46.112,20	46.112,20	44.039,30	44.039,30	0,00	44.039,30	95,50
339030	21.400,14	21.400,14	21.400,14	16.569,23	4.830,91	16.569,23	100,00
339033	9.952,00	9.952,00	7.817,48	6.176,43	1.641,05	6.176,43	78,55
339036	1.263,20	1.263,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339039	7.614,00	7.614,00	7.427,41	7.427,41	0,00	7.427,41	97,55
339047	1.039,04	1.039,04	719,24	719,24	0,00	719,24	69,22
339093	111,00	111,00	111,00	111,00	0,00	111,00	100,00
449052	42.100,00	42.100,00	42.014,00	41.889,98	124,02	41.889,98	0,00
TOTAL	**129.591,58**	**129.591,58**	**123.528,57**	**116.932,59**	**6.595,98**	**116.932,59**	**95,32**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Durante o ano de 2010 a Ação "Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal" manteve a inspeção permanente nos estabelecimentos submetidos a este tipo de inspeção e a inspeção periódica dos demais estabelecimentos, tendo atingido e em alguns casos, ultrapassado as metas propostas. Foi aplicado o montante de R$ 123.528,57 que correspondeu a 95,32% dos recursos descentralizados. Destes, R$ 42.100,00 foram destinados à aquisição de materiais permanentes para uso na fiscalização. O total dos recursos aplicados em 2010 foi equivalente à aplicação dos recursos do ano de 2009, bem como, os recursos destinados à aquisição dos materiais permanentes.

A fiscalização realizada deu ênfase à implantação da verificação oficial dos autocontroles das empresas beneficiadoras de produtos de origem animal sob SIF e ao combate à fraude dos diversos produtos de origem animal, como também, deu-se continuidade as supervisões dos estabelecimentos, principalmente, os de beneficiamento de leite. Foi intensificada a coleta de amostras de produtos de origem animal para verificação da qualidade dos mesmos. Foram detectados alguns produtos fora

dos padrões estabelecidos pela legislação, tanto produzidos em estabelecimentos localizados na Paraíba, quanto de estabelecimentos localizados em outros Estados.

Foram realizadas viagens para atender solicitações do DIPOA (ex.: realização de auditorias em outros Estados) que tiveram os recursos descentralizados para esta SFA-PB que foi responsável pela geração das Ordens de Serviço.

Os estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Federal são submetidos à inspeção permanente ou a inspeção periódica por Agentes de Inspeção e Fiscais Federais Agropecuários, como também são submetidos à Supervisão Técnica por Fiscais sediados no SISA/DDA, pelo menos duas vezes ao ano. Também são realizadas auditorias por Fiscais designados pelo DIPOA em Brasília, para verificar as condições técnico-higiênico-sanitárias dos estabelecimentos e as ações realizadas pelos responsáveis pela inspeção local.

Este Serviço passou por auditoria técnica realizada por técnicos do DIPOA/SDA para a verificação dos processos sob a responsabilidade do mesmo.

Durante a inspeção, os Agentes de Inspeção, dentre as suas atividades, acompanham a realização das análises de triagem das matérias-primas e da conformação dos produtos acabados, pelos responsáveis do controle de qualidade dos estabelecimentos. Nos estabelecimentos de abate é realizada a inspeção ante-mortem e a inspeção pós-mortem de todos os animais abatidos por Fiscal Federal Agropecuário – Médico Veterinário, auxiliado por Agentes de Inspeção.

Ressaltamos que os recursos começaram a ser descentralizados a partir de janeiro de 2010, levando a uma aplicação racional dos mesmos.

Houve a participação de Fiscais em reuniões técnicas promovidas pelo DIPOA referentes à aplicação de procedimentos com vistas à verificação dos programas de autocontrole das empresas sob SIF (Serviço de Inspeção Federal), bem como, reuniões com a finalidade de avaliação e da intensificação das ações.

Como fatos relevantes ocorridos em 2010 tiveram-se a instalação do SIF em um Entreposto de Pescado e em uma Granja Avícola para a produção de ovos, bem como, foi efetuada a remoção de um Agente de Atividades Agropecuárias, para atender a inspeção e fiscalização de quatro usinas de beneficiamento de leite localizadas na microrregião de Sousa-PB, tornando a fiscalização mais efetiva.

Tendo em vista as necessidades de aprimorar a atuação do Serviço de Inspeção Federal e aplicação das ferramentas disponíveis, bem como, o aumento das atividades demandadas pelas empresas registradas no SIF e a necessidade da proteção da saúde dos consumidores, este serviço necessita de mais técnicos, Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção.

♦ AÇÃO: 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – RESIDUOS

Tabela XV – Dados gerais da ação - **PI - RESÍDUOS**

Função	Agricultura
Subfunção	Normalização e Qualidade
Programa	0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Ação	4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – RESIDUOS
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XV .1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
4723 – Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.	RESÍDUOS	Análise realizada (Unid)	186	169	169	100	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Monitoramento de produto de origem animal.	RESÍSUOS	Monitoramento realizado (Unid)	186	169	169	100	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Coleta de amostra.	169	Unid.

Fonte: SISA * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Da dotação orçamentária descentralizada para o PI-RESÍDUOS, foram gastos 96,91%.

Tabela XV.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	1.050,80	1.050,80	981,70	981,70	0,00	981,70	93,42
339033	1.188,33	1.188,33	1.188,33	1.107,07	81,26	0,00	100,00
TOTAL	**2.239,13**	**2.239,13**	**2.170,03**	**2.088,77**	**81,26**	**981,70**	**96,91**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Foram desenvolvidas ações emanadas pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes (CCRC) tanto na área vegetal quanto na área animal. Houve participações de fiscais em reuniões técnicas nacionais para repasse das diretrizes da citada Coordenação. O Programa Nacional de controle de Resíduos e Contaminantes foi estruturado para respaldar as exportações brasileiras, no entanto, nos últimos anos vem atuando na verificação e controle dos produtos elaborados por estabelecimentos voltados ao comércio nacional, com vistas a preservar a saúde dos consumidores, uma vez que são pesquisados resíduos de antibióticos, de drogas de uso veterinário e contaminantes inorgânicos.

Os estabelecimentos e produtos são amostrados por sorteio utilizando-se um programa estatístico, seguindo-se o escopo analítico do programa previamente aprovado e publicado. Foram sorteadas 170 amostras dos estabelecimentos sob SIF, um aumento de 739,13% em relação ao ano anterior, as quais, foram devidamente coletadas e encaminhadas aos laboratórios indicados onde foram analisadas, tendo sido todos os resultados se apresentado conforme a legislação vigente.

Quanto a execução financeira, foram emitidos, R$ 2.239,13 tendo sido aplicados R$ 2.088,77 ou seja, 96,21% que foram utilizados para deslocamento de Fiscal para participação da Reunião dos Gestores Estaduais.

Existe também o monitoramento dos produtos vegetais que não temos informações sobre a realização de coletas.

II. Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV

EQUIPE DE TRABALHO:

João Berquimas de Andrade - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário - Chefe
Carlos Augusto Ferreira de Carvalho - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
José Ribamar Vidal – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Carlos Henrique de Farias Ximenes – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Gecemar Cordeiro Júnior – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Edson Arnaldo Cavalcanti Loureiro - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
João Batista Diniz – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Valter José de Freitas Holanda – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Raimundo Luiz da Silva – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Walkyr Henriques de Araújo – Fiscal Federal Agropecuário
Valdemyr Soares de Oliveira – Agente de Atividade Agropecuária

UTRA Campina Grande:
Adriana Araújo Costa Truta - Engenheira Agrônoma - Fiscal Federal Agropecuário
Alexandre Agra Duarte – Engenheiro Agrônomo – FFA
Giovanni Perazzo Barboza – Engenheiro Agrônomo – FFA
Francisco Inácio Sousa Filho – Auxiliar Administrativo - CONAB
Adeval Primo Teodoro – Motorista - CONAB

Apoio Administrativo:
João Bosco Mariz Martins – Assistente Administrativo
Maria Auxiliadora Silva da Cunha – Terceirizada
Rosalina Feitosa dos Santos –Terceirizada
Alessandra Dantas de Araújo –Terceirizada – até dez/2010

Art. 23 Ao Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal e de sanidade vegetal.
Parágrafo único. As atividades especificadas no *caput* deste artigo ficam referenciadas pelas disposições contidas nos artigos 17 e 19 deste Regimento Interno.
Art. 17 Ao Serviço de Sanidade Vegetal compete:
I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:
a) vigilância fitossanitária;
b) prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais;
c) aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais;
d) educação fitossanitária;
e) fiscalização das atividades relacionadas aos organismos geneticamente modificados, em articulação com o SEFIA, SIFISV e SEFAG/DDA; e
f) acompanhamento das atividades e realização de auditorias
técnico-fiscais e operacionais relacionadas com centros colaboradores e estações quarentenárias.
II - orientar e acompanhar:
a) a aplicação das normas sanitárias que disciplinam:

1. importação e exportação de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal e de suas embalagens; e
2. fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, partes de vegetais e de produtos e subprodutos de origem vegetal, quando da ocorrência de pragas na região de origem;
b) articulação para a instalação de barreiras fitossanitárias, quando da ocorrência de pragas na região de origem, assim como, definir as rotas para o trânsito interestadual por produto;
c) emissão de certificados específicos e permissões de trânsito;
d) análise e instrução de processo de credenciamento de:
1. profissional, sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades fitossanitárias, bem como proceder ao específico cadastramento; e
2. centro colaborador e estação quarentenária;
e) cadastro, habilitação e capacitação de profissionais específicos, sem vínculo com a administração pública, para execução de atividades de sanidade vegetal;
f) atividades de defesa fitossanitária executadas pelos profissionais credenciados, e
g) apoio técnico para estabelecimento de áreas e locais livres de pragas, áreas de baixa prevalência de pragas e sistemas de medidas integradas de manejo de risco de pragas;
III - orientar, acompanhar, controlar e auditar a execução de:
a) acordos bilaterais referentes aos programas de exportação; e
b) convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parcerias voltados à defesa sanitária vegetal;
IV - cadastrar, registrar e fiscalizar propriedades rurais e empresas exportadoras que tenham aderido aos programas de exportação chancelados pelo MAPA;
V - coletar, processar e manter atualizados os dados do Sistema Nacional de Informação Fitossanitária, no âmbito regional;
VI - executar as atividades do Sistema Nacional de Avisos Fitossanitários, no âmbito da região;
VII - indicar a quarentena de vegetais e acompanhar a sua execução;
VIII - promover a execução de campanha fitossanitária;
IX - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às suas atividades;
X - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;
XI - elaborar plano operativo anual das ações de sanidade vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Sanidade Vegetal, da SDA/MAPA;
XII - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;
XIII - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência; e
XIV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.
Art. 19 Ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem
Vegetal compete:
I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:
a) fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias- primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal;
b) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho para o mercado nacional;
c) controle higiênico-sanitário dos produtos vegetais oriundos da produção interna, da importação e destinados à exportação;

d) coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; e
e) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes;
II - orientar, acompanhar e auditar:
a) atividades de inspeção e fiscalização de vinhos, de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, de competência estadual outorgada pela legislação específica; e
b) acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origem vegetal e da classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico;
III - emitir pareceres e proceder aos registros de:
a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos;
b) produtos, subprodutos, matérias-primas, derivados e resíduos de valor econômico de origem vegetal;
c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, embaladores, processadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem vegetal; e
d) pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas na classificação vegetal;
IV - colher amostras de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de produtos vegetais, subprodutos, derivados, matérias- primas, resíduos e materiais de valor econômico de origem vegetal para fins de análise fiscal e de controle de resíduos e contaminantes;
V - estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;
VI - opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades da classificação de produtos de origem vegetal;
VII - subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;
VIII - acompanhar, orientar e auditar as entidades certificadoras de produtos de origem vegetal credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
IX - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;
X - acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal desempenhadas junto aos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, bem como embalam, processam, industrializam, importam, exportam ou classificam produtos, matérias-primas, derivados e subprodutos de origem vegetal;
XI - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal;
XII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem vegetal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;
XIII - elaborar plano operativo anual das ações de inspeção de produtos de origem vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, da SDA/ MAPA;
XIV - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de atividades de competência;
XV - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências; e
XVI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

➢ PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tabela XVI

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0356
Denominação	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Objetivos específicos	Garantir a segurança alimentar.
Gerente	Francisco Sergio Ferreira Jardim
Responsável	SIPAG/DT/SFA/PB
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal; Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC); Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO**: 8939** – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL – **IPVEGETAL2**
AÇÃO: **4746** – PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS – **PADCLASSIF**
AÇÃO: **4745** – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS - **FISCORGEN**

♦ AÇÃO: 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2

Tabela XVII – Dados gerais da ação - P**I – IPVEGETAL2**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Ação	8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XVII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
8939- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.	IPVEGETAL 2	Estabelecimento Inspecionado (Unid.)	90	0	114	126,67	*
PROCESSO	**PI**	**PRODUTO**	**FÍSICO**				

			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Registro de Estabelecimento e Produto	IPVEGETAL 2	Registro Realizado (Unid.)	0	0	85	-	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Registro concedido de estabelecimento.	05	Unid.
1.2. Registro concedido de produto.	35	Unid.
1.3. Renovação, alteração e cancelamento de estabelecimento.	09	Unid.
1.4. Renovação, alteração e cancelamento de produtos.	39	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
02. Certificação de Produtos de Bebidas e Vinagres Importados	IPVEGETAL 2	Certificação Realizada	0	0	38	-	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Certificado de produto importado	38	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
03. Inspeção e fiscalização de bebida.	IPVEGETAL 2	Inspeção Realizada (Unid.)	90	0	114	126,67	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
3.1. Fiscalização realizada.	114	Unid.
3.2. Inspeção realizada.	114	Unid.
3.3. Produto fiscalizado.	06	Unid.
3.4. Produto amostrado.	06	Unid.
3.5. Produto apreendido.	03	Unid.
3.6. Produto em conformidade.	26	Unid.
3.7. Produto não conforme.	14	Unid.
3.8. Auto de Infração.	22	Unid.
3.9. Advertência emitida.	05	Unid.
3.10. Multas Aplicadas.	29	Unid.
3.11. Multas.	130.000,00	R$
3.12. Termo de Apreensão.	03	Unid.

Fonte: SISV

Desempenho Orçamentário e Financeiro: PI IPVEGETAL 2 – Durante o exercício utilizou-se o percentual de 96,31%, considerando a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XVII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	29.061,00	29.061,00	28.666,00	28.666,00	0,00	28.666,00	98,64
339030	2.900,00	2.900,00	2.900,00	2.900,00	0,00	2.900,00	100,00
339033	10.150,00	10.150,00	9.387,03	9.328,00	59,03	9.328,00	92,48
339039	2.301,83	2.301,83	1.900,37	1.524,56	375,81	1.524,56	82,56
339047	111,04	111,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449052	750,00	750,00	750,00	750,00	0,00	750,00	100,00
TOTAL	**45.273,87**	**45.273,87**	**43.603,40**	**43.168,56**	**434,84**	**43.168,56**	**96,31**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

De forma geral, o contingenciamento financeiro não afetou o desenrolar das ações ao amparo do PI, tendo sido plenamente contornados eventuais atrasos na descentralização de recursos mediante reprogramação de viagens a serviço, não havendo também registro de limitantes exógenas ao MAPA.

A fiscalização abrangeu todos os estabelecimentos registrados, aplicando-se nas inspeções os itens de verificação de Boas Práticas de Fabricação – BPF, mediante aplicação de lista de verificação que objetivou os itens de verificação dispostos pela Instrução Normativa nº 5, de 31 de março de 2000.

A aplicação da lista de verificação representa uma mudança fundamental de postura do órgão fiscalizador, ensejada pelo novo regulamento da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, aprovado pelo Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009. Perpassam esta mudança a priorização de atividades direcionadas à obtenção da conformidade de estabelecimentos no que tange aos programas de autocontroles (BPF) com o fim maior de assegurar a qualidade e segurança das bebidas por eles produzidas, em consonância às atribuições da inspeção de produtos de origem vegetal, dispostas pelo artigo 19 da Portaria nº 428/10.

Neste sentido, a racionalização do consumo de estrutura se fez necessária, mediante direcionamento da força de trabalho para a inspeção de estabelecimentos produtores, ação esta aprofundada para o nível de auditoria, sobretudo dos aspectos contemplados pela IN nº 5/00.

Registre-se, neste sentido, a capacitação de cinco fiscais atuantes na área de bebidas deste SISV em curso de segurança alimentar e avaliação da conformidade, com carga horária de 40 horas e formatado especificamente para FFAs da inspeção vegetal de todo o país, tendo sido patrocinado pela Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/DIPOV/SDA/MAPA; bem como ações conjuntas de FFAs da sede e da UTRA-CGE feitas pelo então SIPAG/DT/SFA-PB, com vistas à difusão e aplicação dos conhecimentos adquiridos em treinamento e uniformização de procedimentos de inspeção sob estes conceitos em aplicação.

Houve substancial incremento do emprego da força de fiscalização no controle de estabelecimentos, ocasionado não só pela complexificação da ação de inspeção, mas também pela administração dos processos derivados, a exemplo do acompanhamento do ajustes, apresentados voluntariamente por cronograma de adequação, exigidos por intimação ou por medidas de maior coatividade.

Do efeito acima decorre a revisão das metas da ação para baixo, com vistas a compatibilizar o número objetivo com os novos processos de fiscalização, padronizados e formalizados pela Portaria SDA/MAPA nº 272, de 09 de junho de 2010.

A meta posta de 90 inspeções visou auditoria de todos os estabelecimentos produtores de bebidas registrados no SISV/DDA/SFA-PB, sendo alcançado o número bruto de 114 inspeções feitas, com cobertura de 100% dos estabelecimentos, conquanto em seu desdobramento revele casos em que o procedimento completo não foi possível por paralisação das atividades do estabelecimento, bem como casos em que um mesmo estabelecimento foi inspecionado mais de uma vez, dada a necessidade de acompanhamento mais frequente do órgão fiscalizador.

Em 2010 foi feita uma ação de fiscalização específica para a indústria de refrigerantes, com vistas à apuração quantitativa de sucos de laranja, limão e uva neste tipo de produto, de forma similar à empreendida para a área de vinhos em 2008/2009.

Devem os refrigerantes de laranja e de uva conter 10%, em volume, do respectivo suco de fruta (art. 23, §2º do regulamento aprovado pelo Decreto 6.871/09) e o de limão, 2,5% (art. 23, §3º, idem), sendo estas as matérias primas mais caras para elaboração destes produtos, e esta característica ostensivamente utilizada como apelo de vendas. A subtração de suco do produto final não apenas ludibria o consumidor e instala condições desleais de concorrência, mas caracteriza ilícito de natureza fiscal, por aproveitar-se indevidamente da isenção de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, conforme Notas Complementares do Decreto nº 6.006/06, benefício este atribuível apenas aos produtos que atendam aos padrões de identidade e qualidade do MAPA.

A fraude por subtração da quantidade de suco prejudica, ainda, diretamente à cadeia produtiva das respectivas frutas, pelo decréscimo da demanda efetiva, a despeito dos sinais contraditórios dados ao segmento, deduzidos do consumo agregado crescente. Os reflexos deletérios são presumidamente mais perversos ao elo mais frágil, qual seja, o produtor rural, pois a demanda subtraída deixa de influenciar as margens de ganho, implicando renda inferior à que deveria ser auferida. Em última análise, esta "perda" causada pela conduta ilegal dos fabricantes enseja também preterição de investimentos, com desmobilização de potencial de emprego e renda ao longo cadeia.

Este tipo de ilícito não pôde ser detectado pelos métodos de análise fisicoquímica de amostras realizadas rotineiramente pelos LANAGROs, em face do padrão aprovado pela Portaria nº 544, de 16 de novembro de 1998, pois as mesmas levam em consideração apenas o ºBrix do produto e a acidez, parâmetros facilmente mascaráveis pela quantidade de sacarose adicionada e por aditivos intencionais. O levantamento foi realizado mediante confronto entre a entrada de matérias-primas no estabelecimento, mediante apresentação dos respectivos documentos comprobatórios, e a produção informada em dado período, considerados estoques iniciais e finais, estes comprovados *in loco*.

Como resultado da operação, dos três estabelecimentos produtores sob jurisdição deste serviço, foram encontradas não conformidades consistentemente comprovadas em dois deles, tendo sido apreendidos 35.364 litros de refrigerante, e apuração administrativa dos ilícitos, aos quais foram atribuídas em primeira instância sanções administrativas de multa, no valor total de R$75.000,00, e inutilização do produto não conforme.

Após o trânsito em julgado, se mantidas as decisões de primeiro grau, os feitos deverão ser representados ao Ministério Público Federal e ao conselho de classe dos responsáveis técnicos, para possível prosseguimento nas esferas penal e administrativa, respectivamente.

Surge também das operações quantitativas empreendidas, inclusive a pretérita, de vinhos, a convicção da necessidade urgente de construção de parceria com a Receita Federal, com vistas à consolidação de um serviço de inteligência fiscal, tanto de natureza setorial, a fim de subsídio a ações proativas, quanto de caráter particular, a fim de instruir procedimentos administrativos específicos. Considera-se que, para este fim, a base de dados sobre a produção dos estabelecimentos de bebidas propiciada pelo SICOBE – Sistema de Controle de Produção de Bebidas seja fundamental para a confiabilidade dos dados fornecidos sob comando normativo ao MAPA (art. 86

do regulamento aprovado pelo Decreto nº 6.871/09) e, por consequência, do controle de estabelecimentos que é função primaz deste órgão fiscalizador.

Consta, também, participação deste serviço em operação nacional para detecção de fraude pela substituição, total ou parcial, da sacarose por edulcorantes sintéticos em bebidas (Operação Doçura, da CGVB/DIPOV/SDA/MAPA), dada a substancial elevação dos preços do açúcar de cana na primeiro semestre de 2010.

Os edulcorantes sintéticos são substâncias de baixo ou nenhum valor energético, utilizados para conferir dulçor aos alimentos, de uso em bebidas regulamentado (Instrução Normativa SDA/MAPA nº 30/99, RDC Anvisa nº 18/08), sendo informação obrigatória ao consumidor, em face de seus limites de ingestão e da redução do quantitativo calórico do alimento.

Das amostras coletadas na jurisdição deste órgão fiscalizador, em junho de 2010, foram todas achadas conformes.

É de se destacar, no âmbito administrativo, medida de racionalização e atendimento ao princípio da eficiência, o zoneamento da jurisdição em seis roteiros viários, sendo atribuído à equipe da UTRA-Campina Grande o controle dos estabelecimentos alcançáveis a partir daquela unidade com menor dispêndio de recursos, em dois roteiros, perfazendo uma divisão equânime do quantitativo de estabelecimentos entre os grupamentos, compostos por três fiscais cada. Tal compartimento abrange também procedimentos não-fiscais, e foi instituído pelo Memorando SISV/DDA/SFA-PB nº 248/2010, de 11 de agosto de 2010.

Segue abaixo quadro demonstrativo das principais atividades desenvolvidas durante o exercício de 2010.

Tabela XVII..3

ATIVIDADES DO PI IPVEGETAL2		
DISCRIMINAÇÃO	**QUANTIDADE**	**UNIDADE DE MEDIDA**
Apreensões de Produtos	03	-
Estabelecimentos Interditados	06	Unidade
PRODUTOS APREENDIDOS		
PRODUTO	**QUANTIDADE**	**UNIDADE DE MEDIDA**
Cachaça	429	L
Polpa de Frutas	49.000	KG
Refrigerante	35.364	L
Vinho	-	-
Rótulos	-	-
PRODUTOS AMOSTRADOS (COLETA)		
PRODUTO	**QUANTIDADE TCA**	**QUANTIDADE LOTEN**
Cachaça	6	32.309 L
Vinho	4	154.801 L
Refrigerantes	3	188.691 L
Néctar	-	-
Whisky	-	-
Bebidas em geral	2	10.902 L
Vinagre	-	-
Polpas/Sucos	7	51.312 KG
Prep.Sólido p/Refresco	-	-

Fonte: SISV

♦ **AÇÃO: 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF**

Tabela XVIII – Dados gerais da ação **- PI - PADCLASSIF**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Ação	4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Tonelada

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XVIII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.	PADCLASSIF	Produto Fiscalizado (ton)	40.000	23.000	24.700	107,39	23.000

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01.Inspeção e fiscalização de produto	PADCLASSIF	Fiscalização Realizada (Unid)	182	182	187	102	185

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Fiscalização de Estabelecimento.	187	Unid.
1.2. Inspeção de Estabelecimento.	187	Unid.
1.3. Coleta de Amostra.	95	Unid.
1.4. Auto de Infração.	124	Unid.
1.5. Multas.	575.396,4	R$
1.6. Advertência.	35	Unid.
1.7. Quantidade de Produto Fiscalizado.	24.748,07	T
1.8. Quantidade de Produto sob Suspensão de Comercialização.	206,2	T

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
02. Classificação de Produto Importado	PADCLASSIF	Classificação Realizada (Unid.)	570	59.514	126.3000	212,2	90.000

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Quantidade de produto importado.	126,3	T
2.2. Certificado emitido.	13	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
03. Fiscalização de Classificadora Credenciada.	PADCLASSIF	Fiscalização Realizada (Unid.)	02	02	03	150	3

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
3.1. Fiscalização de credenciada.	03	Unid.
3.2. Número de certificado emitido pelo estabelecimento classificado credenciado.	396	Unid.
3.3. Quantidade de produtos classificados pelo estabelecimento classificador credenciado.	5.000,00	T

Fonte: SISV

Desempenho Orçamentário e Financeiro: O percentual utilizado no PI PADCLASSIF, em relação a dotação orçamentária descentralizada, foi de 97,48%.

Tabela XVIII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	25.366,50	25.366,50	24.512,64	24.512,64	0,00	24.512,64	96,63
339030	7.193,05	7.193,05	7.193,05	4.382,94	2.810,11	4.382,94	100,00
339033	3.123,04	3.123,04	3.116,28	3.116,28	0,00	3.116,28	99,78
339036	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339039	294,54	294,54	248,88	248,88	0,00	248,88	84,50
449052	19.361,89	19.361,89	19.361,89	16.229,23	3.132,66	16.229,23	100,00
TOTAL	**55.839,02**	**55.839,02**	**54.432,74**	**48.489,97**	**5.942,77**	**48.489,97**	**97,48**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

O Plano Interno PADCLASSIF, parte integrante do Programa 0356-Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, tem amplo espectro de atuação, abarcando produtores, indústrias, cerealistas, armazenadores e estabelecimentos comerciais.

Toda ação de padronização, classificação e fiscalização de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico está respaldada pela Lei nº 9972, de 25/05/2000; Decreto nº 6268, de 22/11/2007; Decreto nº 5351/05 e pela Portaria MAPA nº 300/05.

As ações executadas ao abrigo deste PI têm estreita correlação com a segurança alimentar da população e resguardo dos direitos do consumidor, pugnando pela diferenciação qualitativa dos produtos agrícolas, e assim seus efeitos perpassam a cadeia produtiva, oportunizando ganhos ao produtor rural, que passaria a receber não apenas por quantidade.

No desenvolvimento de suas atividades, foram fiscalizadas no exercício de 2010 24.700 toneladas métricas de produtos, suplantando a meta atribuída pelo SIPLAN, de 23.000 toneladas.

O quantitativo fiscalizado abrange a importação de 126,3 toneladas de trigo, via porto de Cabedelo, necessariamente submetidos ao padrão nacional de classificação, conforme legislação vigente.

Como diferencial do quantitativo total acima mencionado, foram fiscalizadas 24.700 toneladas de produto circulante no mercado interno, correspondente a 15.195 toneladas de arroz, 3.522 toneladas de feijão, 3,513 litros de óleo de soja, de óleo de algodão, canola e girassol, 1.355

toneladas de farinha de mandioca, 331 toneladas de milho pipoca, 130 toneladas de canjica de milho e 511 toneladas de farinha de trigo.

Foram fiscalizados 187 estabelecimentos embaladores, distribuidores e comércio atacadista, com coleta de 52 amostras fiscais para averiguação de conformidade e a segurança dos alimentos oriundos da área agrícola com valor econômico.

No que se refere à capacitação da equipe de fiscalização foram viabilizadas duas participações em reciclagem com o objetivo de aprimorar os conhecimentos, sobre as INs nº 06 (arroz) e nº 12 (feijão) em classificação vegetal no curso de reciclagem para entendimento a nível nacional em Fortaleza CE. Participaram os FFAs Raimundo Luiz da Silva e João Batista Diniz.

Também se registrou apresença do FFA Raimundo Luiz da Silva, no Encontro Nacional de RTs, em Fortaleza (CE), considerado como um evento de capacitação no entendimento das metas e ações a nível nacional para os procedimentos do ano de 2011.

Esse ano de 2010 não dá para fazer uma equiparação com os demais anos, devido os ficais da sede terem trabalhado diretamente com a classificação. Nos anos anteriores existia um revezamento com as ações da inspeção da área de bebida, então, para o próximo ano teremos subsídios para se fazer um comparativo.

♦ AÇÃO: 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN

Tabela XIX – Dados gerais da ação **- PI – FISCORGEN**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Ação	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Há

Fonte: SIPLAN

Resultados

<u>Desempenho Orçamentário e Financeiro</u>: Os recursos financeiros foram tempestivos e suficientes para a execução das atividades programadas, sendo o percentual de utilização do PI FISCORGEN de 96,90%, considerando a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XIX.1

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	**DOTAÇÃO**		**DESPESA EMPENHADA (R$)**	**DESPESA LIQUIDADA (R$)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)**	**VALORES PAGOS (R$)**	**PERC. UTILIZADO (%)**
	INICIAL (R$)	**FINAL (R$)**					
339014	3.513,00	3.513,00	3.373,28	3.373,28	0,00	3.373,28	96,02
339030	1.000,00	1.000,00	1.000,00	606,63	393,37	606,63	100,00
TOTAL	**4.513,00**	**4.513,00**	**4.373,28**	**3.979,91**	**393,37**	**3.979,91**	**96,90**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

<u>Análise Crítica de Desempenho</u>

O PI FISCORGEN é de execução direta da SFA, em atendimento as demandas da Coordenação de Biossegurança (CBIO). No exercício 2010, a CBIO demandou a fiscalização da regra de isolamento das lavouras de milho geneticamente modificadas, definidas pela Instrução Normativa N° 04/2007. O SISV-PB executou 30 fiscalizações, com emissão de termos de

fiscalização e a realização de teste de transgenia utilizando kit disponibilizado pela CBIO, porém todos apresentando resultado negativo para o evento de transformação fiscalizado.

O SISV- PB participou da IV Reunião Técnica de Fiscalização de OGM em Natal – RN entre os dias 23 a 28 de agosto de 2010.

Os recursos disponibilizados no exercício 2010 objetivaram assegurar as despesas com as fiscalizações e a reunião técnica citadas acima, sendo tempestivos e suficientes, com um percentual de utilização de 96,90 %.

- **PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária**

Tabela XX

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0357
Denominação	Segurança da Sanidade na Agropecuária
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Objetivos específicos	Garantir a segurança alimentar.
Gerente	Francisco Sergio Ferreira Jardim
Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação; Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação; Incidência da Praga "Cydia Pomonella"; Incidência da Praga "Mosca da Carambola"; Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina; Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica; Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca; Número de Ocorrências de Raiva Bovina; Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola; Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras; Taxa de Incidência da Doença "Cancro Cítrico".
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, arrmazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: **2134** – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – **VIGIFITO1**
AÇÃO: **8572** – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS **– PCEVEGETAL**
AÇÃO: **4738** – ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA – **ERRADMOSCA1**
AÇÃO: **2180** - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS - **FISCPLANTA2**
AÇÃO: **8654** – PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA - **PROMOEDUC**

♦ **AÇÃO: 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1**

Tabela XXI – Dados gerais da ação **- PI – VIGIFITO1**

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Vegetal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXI.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	**Corrigida**	**Meta Realizada**	**%**	**Meta para 2011**
2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.	VIGIFITO1	Fiscalização Realizada (Unid.)	12.000	9.000	10.238	113,76	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	**Corrigida**	**Meta Realizada**	**%**	**Meta para 2011**
01. Capacitação Técnica.	VIGIFITO1	Capacitação Realizada (Unid.)	0	0	30	-	*

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Cursos e Palestras Ministrados	08	Unid.
1.2. Participação em Reuniões Técnicas.	20	Unid.
1.3. Participação em Curso/Treinamento/Capacitação.	02	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	**Corrigida**	**Meta Realizada**	**%**	**Meta para 2011**
02. Fiscalização de Vegetais e Seus Produtos	VIGIFITO1	Vigilância Realizada. (Unid.)	0	0	08	-	*

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
2.1.Fiscalização/Acompanhamento de convênio e das demais ações realizadas pelo OEDSV.	25	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	**Corrigida**	**Meta Realizada**	**%**	**Meta para 2011**
03. Certificação Fitossanitária	VIGIFITO1	Certificação Realizada (Unid)	-	-	27	-	*

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE

3.1. Fiscalização na emissão de PTV realizada pelo OEDSV	14	Unid
3.2. Fiscalização no controle da emissão de CFO realizadas pelo OEDSV	13	Unid

Fonte: SISV * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Os recursos financeiros foram tempestivos e suficientes para a execução das atividades programadas, sendo o percentual de utilização do PI VIGIFITO1 de 85,95%, considerando a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXI.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	10.578,72	10.578,72	9.372,78	9.372,78	0,00	9.372,78	88,60
339030	2.048,00	2.048,00	2.048,00	1.219,74	828,26	1.219,74	100,00
339033	7.585,00	7.585,00	5.951,17	5.517,35	433,82	0,00	78,46
TOTAL	**20.211,72**	**20.211,72**	**17.371,95**	**16.109,87**	**1.262,08**	**10.592,52**	**85,95**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

A ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos, tem implementação descentralizada através da cooperação técnica com as instâncias estaduais para o trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional, por meio de celebração de convênios com órgãos públicos estaduais de defesa fitossanitária, que aportam serviços de profissionais especializados, equipamentos, e infra-estrutura física como contrapartida de uma proposta de convênio apresentada.

Durante o exercício 2010 foram executadas as ações do convênio 01/2008 celebrado entre a SFA-PB e a SEDAP-PB, Processo: 21032000368200836, que teve sua liberação dos recursos por força de ação cautelar n° 2.395-5 (STF) de 17 de julho de 2009, proferida pelo ministro Dr. Celso de Melo, passando o referido convênio a ter vigência de 03/07/2008 a 28/10/2010. O Convênio teve por objetivo manter a vigilância nos Postos Agropecuários e realizar levantamento para detecção de pragas quarentenárias presentes nas culturas de citros, banana e uva, com o objetivo de obter o reconhecimento oficial de área livre, com um valor global de R$ 774.460,00 sendo R$ 704.060,00 de repasse e R$ 70.400,00 de contrapartida, empenhados no exercício 2008, porém com liberação dos recursos e prorrogação de oficio publicadas no D.O.U. de 21 de outubro de 2009. Os recursos repassados foram utilizados para aquisição de material permanente, material de divulgação e impressão de formulários, visando a reestruturação de 07 Unidades locais de Sanidade Animal e Vegetal – ULSAVs e 05 Postos de Vigilância Agropecuária (PVAs).

A SEDAP-PB realizou fiscalizações em vegetais e seus produtos, utilizando recursos próprios e repassados através do Convênio 01/2008 . Os resultados das Ações de Defesa Sanitária vegetal executados pelo OEDSV foram repassados mensalmente ao SISV-PB através de relatório e utilizados para alimentar o SIPLAN.

Para verificar o cumprimento da legislação de Sanidade Vegetal, e em cumprimento a Portaria GAB/SFA-PB Nº 00151 de 27/11/2009, que determina o acompanhamento “in loco“ e visando a necessária articulação institucional para promover a integração de ações, o SISV realizou fiscalizações periódicas nos 05 PVAs e nas 07 ULSAVs. Durante o exercício foram realizadas 25 fiscalizações das ações desenvolvidas pelo OEDSV, na execução das atividades de Defesa Sanitária Vegetal, sendo 10 em PVAs e 15 em ULSAVs, para verificar a conformidade das ações desenvolvidas com a legislação em vigor, e o cumprimento das metas pactuadas através do

convênio 01/2008, além da participação do SISV-PB em 20 reuniões técnicas onde foram discutidos os mais diversos temas relacionados a vigilância e fiscalização de vegetais e seus produtos. Para as questões apuradas em cada fiscalização foram gerados relatórios, encaminhados ao chefe do SISV-PB, e em seguida ao Diretor Técnico da SFA-PB para providências e notificação ao OEDSV das inconformidades encontradas e medidas a serem adotadas.

Quanto à cooperação técnica, segue lista de palestras ministradas:

a) Participação no I Curso para capacitar engenheiros agrônomos na Emissão de Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) a praga quarentenária dos citros – Mosca Negra dos citros, onde foram ministradas as seguintes palestras:
   - Importância da Defesa Sanitária Vegetal para o Comercio Nacional e Internacional de Vegetais;
   - Normas, Procedimentos e Preenchimento do CFO/CFOC.

b) Participação no II Curso para capacitar engenheiros agrônomos na Emissão de Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) a praga quarentenária dos citros – Mosca Negra dos citros, e para as pragas da bananeira Sigatoka Negra e Moko da Bananeira, onde foram ministradas as seguintes palestras:
   - Importância da Defesa Sanitária Vegetal para o Comercio Nacional e Internacional de Vegetais;
   - Normas, Procedimentos e Preenchimento do CFO/CFOC.

c) Participação e fiscalização do Curso de Reciclagem para Técnicos da Defesa Agropecuária da SEDAP, em cumprimento de meta/fase do convênio 01/2008, onde ministrei as seguintes palestras:
   - Importância da Defesa Sanitária Vegetal para o Comércio Nacional e Internacional de Vegetais;
   - Legislação sobre Pragas Quarentenárias da Bananeira e Metodologia para Levantamento de Pragas;
   - Legislação sobre Pragas Quarentenárias dos Citros e Metodologia para o Levantamento de Pragas.
   - Participação de reunião técnica na EMATER regional de Campina Grande com apresentação da seguinte palestra:
   - Importância da Defesa Sanitária Vegetal e Certificação Fitossanitária para Engenheiros Agrônomos da EMATER-PB.

Para o Estado da Paraíba, destacamos o trânsito dos seguintes produtos vegetais possíveis veiculadores de pragas quarentenárias A2 de importância econômica para o nosso Estado e a quantidade fiscalizada pelo Órgão executor no exercício 2010: Banana (7.068,4 ton), citros (12.603,2 ton), mamão (5.401,80 ton), maracujá (665,70 ton) e Uva (164,5 ton).

Quanto ao resultado gerado pelo desenvolvimento das ações de sanidade vegetal no exercício 2010, considero que o principal avanço foi o acréscimo no número de Engenheiros Agrônomos habilitados para a emissão de CFO das pragas quarentenárias dos citros e banana, o acréscimo no número de levantamentos fitossanitários realizados para delimitar a área de ocorrência da mosca negra dos citros, e por conseqüência toda a área de bananicultura também foi beneficiada, com o monitoramento também da Sigatoka Negra e do Moko da bananeira, e finalmente a realização do Curso de Reciclagem dos Técnicos da Defesa Vegetal e a estruturação das ULSAVs contempladas no convênio 01/2008. Os principais problemas enfrentadas pela Defesa Sanitária Vegetal no Estado da Paraíba continuam sendo recursos humanos disponíveis e capacitados para execução plena das atividades necessárias para assegurar ao Estado a prevenção da entrada de pragas de importância econômica para o nossa agricultura, bem como o controle efetivo das pragas quarentenárias já presentes no Estado, e a necessidade de estruturação das ULSAVs e PVAs, que garantam o seu

pleno funcionamento. Visando solucionar estas questões esperamos que possa ser assinado o convênio plurianual SEDAP/SFA-PB 2011-2015, que assegura continuidade das ações de defesa, e em contrapartida que o governo do Estado contrate o pessoal já concursado e possa ainda realizar novos concursos para suprir a demanda por pessoal.

Os recursos, humanos, financeiros e materiais disponibilizados no exercício 2010 foram suficientes e tempestivos para o desenvolvimento dos trabalhos, tendo sido utilizando 96,93 % dos recursos disponibilizados.

♦ AÇÃO: 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL

Tabela XXII– Dados gerais da ação - **PI - PCEVEGETAL**

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Animal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL
Tipo	Atividade
Prioridade	3
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
8572 – Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais.	PCEVEGETAL	Área Controlada (Ha.)	180.000	140.000	140.000	100	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da Palma Forrageira.	PCEVEGETAL	Área Controlada (Ha.)	88.000	65.000	65.000	100	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Participação em reunião técnica	09	Unid.
1.2.Cadastramento de propriedades (Ação Descentralizada – OEDSV).	356	Unid.
1.3. Área Total Monitorada (Ação Descentralizada – OEDSV).	1.877,5	Ha
1.4. Termo de Fiscalização emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).	319	Unid.
1.5. Unidade de produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).	61	Unid.
1.6. Palestra educativa e reunião técnica	03	Unid.
1.7. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV)	90	Unid.
1.8. Propriedades Rurais Monitoradas/Fsicalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).	333	Unid.
1.9. Palestra Técnica/Reunião Técnica (Ação Descentralizada – OEDSV)	05	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
02. Vigilância, Prevenção e Controle das Pragas dos Citros.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	5.000	3.000	3.000	100	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Supervisão das Ações do OEDSV no Levantamento de Detecção das Pragas dos Citros e Cadastramento de Propriedade (Unidade Produtora)	13	Unid.
2.2. Participação em Reunião Técnica.	27	Unid.
2.3. Realização de Palestras Educativas.	02	Unid.
2.4. Área Total Monitorada (Ação Descentralizada – OEDSV).	2.188,95	Ha
2.5. Cadastramento de Propriedades (Ação Descentralizada – OEDSV).	887	Unid.
2.6. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).	284	Unid.
2.7. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).	636	Unid.
2.8. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV)	52	Unid.
2.9. Propriedades Rurais Monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).	887	Unid.
2.10. Palestra Técnica/Reunião Técnica (Ação Descentralizada – OEDSV).	17	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
03. Vigilância, Prevenção, Controle das Pragas da Bananeira.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	22.000	17.000	17.000	100	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
3.1. Supervisão das ações do OEDSV na manutenção de A.L. de Sigatoka Negra e levantamento de detecção do Moko da bananeira.	11	Unid.
3.2. Cadastramento de Propriedades (Ação Descentralizada – OEDSV)	1.950	Unid.
3.3. Área Total Monitorada (Ação Descentralizada – OEDSV)	5.014,77	Ha.
3.4. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV)	1.434	Unid.
3.5. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).	1.894	Unid.
3.6. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV)	103	Unid.
3.7. Propriedades Rurais Monitoradas/Fsicalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).	1.956	Unid.
3.8. Palestra Técnica/Reunião Técnica (Ação Descentralizada – OEDSV).	15	Unid.
3.9. Palestra Técnica/Reunião Técnica	11	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
04. Vigilância, prevenção e Controle da Praga da Videira.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	150	110	110	100	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
4.1. Supervisão das ações do OEDSV no levantamento de detecção do cancro da videira e cadastramento	05	Unid.
4.2. Participação em Reunião Técnica	02	Unid.
4.3. Cadastramento de Propriedades (Ação Descentralizada – OEDSV)	05	Unid.
4.4. Área Total Monitorada (Ação Descentralizada – OEDSV)	62,35	Ha
4.5. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV)	45	Unid.
4.6. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).	115	Unid.
4.7. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).	05	Unid.
4.8. Propriedades Rurais Monitoradas/Fsicalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).	47	Unid.
4.9. Palestra Técnica/Reunião Técnica	09	Unid.
4.10. Palestra Técnica/Reunião Técnica (Ação Descentralizada – OEDSV).	02	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
05. Vigilância, prevenção e Controle da Praga da Cana-de - açúcar.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	64.850	54.890	54.890	100	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
5.1. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).	08	Unid.
5.2. Propriedades Rurais Monitoradas/Fsicalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).	18	Unid.
5.3. Cadastramento de Propriedades Rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).	18	Unid.
5.4. Área Total Monitorada/ Fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).	860,61	Há
5.5. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).	03	Unid.
5.6. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).	15	Unid.

Fonte: SISV * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No PI PCEVEGETAL foi utilizado o percentual de 96,93% em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	18.834,62	18.834,62	18.773,29	18.773,29	0,00	18.773,29	99,67
339030	4.200,00	4.200,00	4.200,00	3.455,73	744,27	3.455,73	100,00
339033	11.750,00	11.750,00	10.719,31	10.549,65	169,66	8.356,98	91,23
339039	663,51	663,51	663,51	663,51	0,00	663,51	100,00
339047	100,77	100,77	100,77	100,77	0,00	100,77	100,00
TOTAL	**35.548,90**	**35.548,90**	**34.456,88**	**33.542,95**	**913,93**	**31.350,28**	**96,93**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela XXII.3 - **PI - ERPCEVEGETAL**

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUI-DADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339030	50.000,00	50.000,00	49.711,89	0,00	49.711,89	0,00	99,42
449052	2.531.998,72	2.531.998,72	2.528.472,72	0,00	2.528.472,72	0,00	99,86
Total	**2.581.998,72**	**2.581.998,72**	**2.578.184,61**	**0,00**	**2.578.184,61**	**0,00**	**99,85**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Obs.: O recurso descentralizado no PI **ERPCEVEGETAL** foi destinado à aquisição de veículos oficiais para várias Superintendências do MAPA.

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PI-PCEVEGETAL) tem como principal objetivo garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e seus subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de pragas. No Estado da Paraíba, a referida Ação possui 05 (cinco) processos básicos conforme abaixo:

- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da palma forrageira (cochonilha-do-carmim);
- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da videira (cancro da videira);
- Vigilância, prevenção e controle da pragas quarentenária dos citros (cancro cítrico, mosca negra, greening e pinta preta);
- Vigilância, prevenção e controle da pragas quarentenária da bananeira (sigatoka negra e moko da bananeira);
- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da cana de açúcar (ferrugem alaranjada).

A execução pode ser direta ou descentralizada em ações conjuntas com o órgão estadual de defesa agropecuária, com recursos provindos de convênio.

Os recursos financeiros foram disponibilizados conforme solicitado em programação anual, havendo pequenas divergências, adequadas a necessidade, apenas na distribuição por elemento de despesas, portanto sendo suficiente para atender a demanda da ação, inclusive com aporte de recursos suplementares, destinados ao desenvolvimento de outras atividades afins e complementares, tais como; treinamentos para capacitação; participação em reunião regional de defesa sanitária vegetal; etc..

Os recursos humanos e materiais disponibilizados também atenderam a contento a execução das atividades da ação.

Com relação à execução das metas, verificamos que foram atingidas em cerca 78% do previsto regionalizado, definidos pela SDA/MAPA, e 100% do corrigido dentro, portanto, dos limites aceitáveis no processo de planejamento, haja vista que fizemos uma correção na meta diminuindo em cerca de 22% objetivando, desta forma, se aproximar ao máximo da realidade do Estado, em termos de área explorada com as culturas trabalhadas. Na análise da relação físico-financeira, devem-se levar em consideração as atividades constituintes das metas e as suplementares.

O Serviço Estadual de Defesa Agropecuária, através do convênio firmado junto ao MAPA, realizou ações de defesa vegetal no âmbito das áreas produtoras de citros, uva e palma forrageira, notadamente ao que se refere a levantamentos fitossanitários em atendimento a IN 52, com o objetivo de prevenir a entrada de pragas quarentenárias nessas áreas. Nestes levantamentos, verificou-se a presença da praga quarentenária "mosca negra dos citros" no Estado, o OEDSV centrou esforços no sentido de delimitar a área infestada por tal praga, assim como, efetuou dois cursos de Certificação Fitossanitária de Origem para pragas da bananeira e citros, com o objetivo de melhor atender a demanda de CFO por parte dos produtores.

Tomando como referencia o ano de 2009, a atuação do órgão estadual responsável pela execução de defesa vegetal melhorou consideravelmente quanto à execução efetiva no que tange a ações de defesa vegetal.

Para que fossem executadas as ações necessárias para atender a Instrução Normativa nº 52 que estabelece a listagem de pragas quarentenárias para o Brasil e os procedimentos de atualização, a exemplo da manutenção de área livre de sigatoka negra e moko em bananeiras e levantamento fitossanitários em propriedades produtoras de citros e uva, esta SFA/PB propiciou apoio logístico necessário. Quanto à execução do convênio SEDAP/MAPA nº 001/2007, o mesmo sofreu alterações através de aditivos inclusive no quantitativo de algumas fases, foi realizado em sua totalidade.

♦ AÇÃO: 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA1

Tabela XXIII– Dados gerais da ação **- PI – ERRADMOSCA1**

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Vegetal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA1
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Há

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXIII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	**PI**	**PRODUTO**	**FÍSICO**				
			Meta Prevista	**Corrigida**	**Meta Realizada**	**%**	**Meta para 2011**
4738 – Erradicação da Mosca da Carmbola.	ERRADMOSCA1	Área Controlada (Ha)	96	0	96	100	96
PROCESSO	**PI**	**PRODUTO**	**FÍSICO**				

			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Monitoramento e instalação de armadilha de Feromônio tipo JACKSON, para captação da Mosca da Carambola.	ERRADMOSCA1	Nº de Armadilhas Monitoradas (Unid.)	08	08	08	100	96

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Instalação de Monitoramento de Armadilhas com Ferômonios.	08	Unid.
1.2. Número de Mosca Capturada em Armadilhas.	Indeterminada	Indivíduos Capturados

Fonte: SISV

Desempenho Orçamentário e Financeiro: NÃO HOUVE DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA NO PI ERRADMOSCA NO ANO DE 2010.

Análise Crítica de Desempenho

Esta praga atualmente está restrita aos estados do Amapá e Pará onde o Ministério da Agricultura executa trabalhos de erradicação desta praga. Quanto aos demais estados brasileiros estão no momento considerados como áreas livres. A mosca da Carambola ataca diversos hospedeiros entre os quais carambola, goiaba, caju, acerola, tangerina, tomate, amendoim, pimenta, etc, ocasionando prejuízos enormes a nossa fruticultura, com prejuízos anuais de mais de 02 bilhões de dólares.

O objetivo principal desta Ação é elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da Mosca da Carambola (Bactrocera carambolae) e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo território nacional e com isto uma abertura maior para a exportação de frutas para diversos paises.

No ano de 2010, foram instaladas 08 armadilhas tipo JACKSON, contendo Feromônio, sendo 02 (duas) no Porto de Cabedelo, 02 (duas) no Aeroporto, 02 (duas) na Rodoviária, e 02 (duas) na Central de Abastecimento de João Pessoa (CEASA/EMPASA). Estas armadilhas são monitoradas mensalmente, com a troca de Feromônio específico para captura unicamente para Mosca da Carambola.

A exemplo de anos anteriores, não houve captura de nenhum exemplar desta espécie nas armadilhas instaladas, ou seja, atualmente o Estado da Paraíba é considerado como área de baixo risco com um constante monitoramento de armadilhas instaladas em locais estratégicos acima descritos e de grande movimentação de produtos de origem vegetal e de pessoas.

Com relação aos recursos financeiros na rubrica 33.90.14, não foram utilizados pelo fato de que a ação é desenvolvida em sua totalidade nesta capital, não havendo necessidade para deslocamento dos Fiscais para áreas fora da Grande João Pessoa.

♦ AÇÃO: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos - FISCPLANTA2

Tabela XXIV – Dados gerais da ação - **PI – FISCPLANTA2**

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Vegetal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos - FISCPLANTA2
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXIV.1- Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos.	FISCPLANTA2	Partida Inspecionada (Unid.)	293	293	429	146,41	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
1.Vigilância e Controle Fitossanitários do Trânsito Internacional de Vegetais, suas Partes, Produtos e Subprodutos.	FISCPLANTA2	Partida Inspecionada (Unid.)	293	293	429	146,41	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termo de ocorrência	117	Unid.
1.2. Licenciamento de importação deferido.	60	Unid.
1.3. Termo de fiscalização emitido (carreta, vagão e navio).	52	Unid.
1.4. Termo de Destruição (colis posteux)	00	Unid.
1.5. Requerimento exportação e importação /embalagem de madeira	429	Unid.

Fonte: SISV * A informação será disponibilizada pelo MAPA

<u>Desempenho Orçamentário e Financeiro</u>: Em 2010 houve uma utilização percentual de 85,43% no PI FISPLANTA2, considerando a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXIV..2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	2.400,00	2.400,00	2.258,40	2.258,40	0,00	2.258,40	94,10
339030	3.000,00	3.000,00	3.000,00	1.750,56	1.249,44	1.750,56	100,00
339033	3.810,00	3.810,00	2.464,09	2.283,82	180,27	0,00	64,67
339039	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	100,00
TOTAL	**10.210,00**	**10.210,00**	**8.722,49**	**7.292,78**	**1.429,71**	**5.008,96**	**85,43**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

COMPARATIVO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ÁREA VEGETAL 2007/2008/2009/2010

Tabela XXIV..3

	Atividades Realizadas	Realizado 2007 (Unid.)	Realizado 2008 (Unid.)	Realizado 2009 (Unid.)	Realizado 2010 (Unid.)	Comparativo 2009/2010 (%)
1	Fiscalização de partida/produto	129	178	346	429	123,98
2	Termos de Ocorrência	37	36	72	117	162,5
3	Fiscalizações em Embalagem e Suporte de Madeira	28	88	278	-	-
4	Termos de Destruição	01	04	08	-	-
5	Termos de Vistoria de Ambiente	08	01	0	35	-
6	Licenciamentos nas Exportações e Importações	96	45	68	429	630,88

Fonte: SISV

Análise Crítica de Desempenho

O desempenho do Projeto Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos, no ano de 2010, ultrapssou as metas programadas, em 146,42 %, perfazendo 429 fiscalizações conforme dados do SIPLAN. O percentual de execução acima do programado ocorreu em função do ingresso de importações de produtos de origem vegetal, tendo SUAPE/PE como porto de entrada, e destino final o porto de Cabedelo/PB, com uma demanda maior de Embalagem e Suporte de Madeira, Vinhos e Bebidas em Geral, ressalvando-se que as importações de Trigo em Grão foram efetivadas diretamente através do Porto de Cabedelo. Atualmente não está havendo exportação de produtos de Origem Vegetal tendo em vista o Estado não apresentar produção neste seguimento do setor primário.

III. Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG

EQUIPE DE TRABALHO:

Hailton Pereira do Nascimento – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário – Chefe
Jerônimo Barata de Melo – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário – Chefe até set/2010
Cláudio Gilberto Pereira Monteiro - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Artur Vasconcelos Valadares – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Reginaldo Ferreira Teixeira – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Marcos José Pereira de Souza – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
José Noirto Monteiro – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Miguel Nelson Cavalcanti Costa – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Gesseraldo José Gico de Sousa – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
João Batista de Almeida - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Mageciene Chaves de Oliveira - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Maristela Amaral Macedo – Agente em Atividades Agropecuárias

UTRA – Campina Grande

Giovanni Perazzo Barboza – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Viviane Maria da Rocha de Almeida Andrade – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

José Antônio da Costa Filho – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Francisco de Assis Rodrigues - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário

UTRA – Patos
Francimar Alves de Sousa – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Tarcísio Ferreira Maia – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

Apoio Administrativo:
Erica Patricia Xavier Bezerra –Terceirizada

O Serviço de Fiscalização Agropecuário **-SEFAG /DDA/SFA/PB** foi instituído através da Portaria Ministerial de Nº 428, de 09 de Junho de 2010, que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na forma dos anexos I, II, III e IV a presente Portaria, nos Estados no seu **Art. 19**.
I - Ao Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários compete:
- programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos pecuários, relativas:
a) à produção, importação e exportação de produtos de uso veterinário; e
b) à produção, importação e exportação de produtos destinados à alimentação animal;
c) à produção, comércio, importação e exportação de material genético animal; e
d) à prestação de serviços de reprodução animal e de inseminação artificial.
e) emitir pareceres para registros de estabelecimento conforme Portaria 428 de 09 de julho de 2010.
II - Ao Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas compete:
- programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos agrícolas, relativas à:
a) produção, importação e exportação de agrotóxicos e afins;
b) produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos e inoculantes e biofertilizantes;
c) produção, certificação, comercialização, utilização, importação e exportação de sementes e mudas; e
d) pesquisa, produção, utilização, comercialização e importação de organismo geneticamente modificado, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/MAPA;
II - inscrever, no Registro Nacional de Sementes e Mudas RENASEM, as pessoas físicas e jurídicas que exercem as atividades de produção, beneficiamento, reembalagem, armazenamento e comércio de sementes e mudas;
III - credenciar, junto ao RENASEM, as pessoas físicas e jurídicas para exercerem as atividades de responsável técnico, entidade de certificação de sementes e mudas, certificador de sementes ou mudas de produção própria, laboratório de análise de sementes e mudas e de amostrador de sementes e mudas;
IV - emitir pareceres e proceder aos registros de:
a) estabelecimentos produtores, comerciantes, importadores e exportadores de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; e de produtos fertilizantes, corretivos e inoculantes;
V - cadastrar empresas fornecedoras de matérias-primas para a fabricação de produtos e as prestadoras de serviços de acondicionamento, armazenamento e de análises laboratoriais de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes;
VI - autorizar as importações e exportações de insumos agrícolas quando couber;
VII - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;
VIII - acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas e operacionais das atividades de fiscalização de insumos agrícolas desempenhadas junto aos:

a) estabelecimentos que produzem, importam e exportam agrotóxicos e afins e que produzem, comercializam, importam e exportam fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes e aos prestadores de serviços de acondicionamento e armazenamento desses produtos;
c) pessoas físicas e jurídicas que produzem, beneficiam, certificam, embalam, armazenam e comercializam sementes e mudas;
IX - coletar, processar e manter os dados quantitativos ou qualitativos dos sistemas de informações relativos às atividades de fiscalização;
X - elaborar plano operativo anual de fiscalização de insumos agrícolas, conforme orientação técnica da SDA/MAPA;
XI - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas;
XII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização de insumos pecuários desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;
XIII - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências; e
XIV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão Anual da SFA/MAPA.

O **SEFAG** é composto pelo seguinte Programa e respectivas Ações relacionadas a seguir:

- **PROGRAMA: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários**

Tabela XXV

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0375
Denominação	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Objetivos específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Gerente	Francisco Sergio Ferreira Jardim
Responsável	Jerônimo Barata de Melo
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de conformidade de corretivos agrícolas; Taxa de conformidade defensivos agrícolas; Taxa de conformidade fertilizantes agrícolas; Taxa de conformidade de inoculantes.
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: **2124** - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL – **FISCINAN**
AÇÃO: **2140** - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO – **FISPROVET1**
AÇÃO: **2019** - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGROPECUARIOS – **FISCGENE**
AÇÃO: **2909** - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS AO COMBATE DE PRAGAS E DOENÇAS - **FISAGROTOX**
AÇÃO: **2179** - FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS - **FISCALSEM1**
AÇÃO: **2141** - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES – **FISFECOI**

♦ AÇÃO: 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN

Tabela XXVI – Dados gerais da ação - **PI – FISCINAN**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade de Insumos e Serviços e Serviços Agropecuários
Ação	2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXVI.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.	FISCINAN	Fiscalização Realizada (Unid.)	162	166	211	127,11	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Registro de Estabelecimentos Fabricantes para Alimentação Animal.	FISCINAN	Registro Realizado (Unid.)	0	0	6	-	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termo de fiscalização.	272	Unid.
1.2. Coleta de amostra	26	Unid.
1.3. Auto de infração.	14	Unid.
1.4. Notificação.	17	Unid.
1.5. Produto Registrado.	06	Unid.
1.6. Amostras colhidas.	48	Unid.
1.7. Amostras analisadas.	26	Unid.
1.8. Termo de Apreensão.	25	Unid.
1.9. Produto registrado.	08	Unid.
1.10. Produtos Analisados	20	Unid.
1.11. Reunião Técnica Nacional.	01	Unid.

Fonte: SEFAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Na execução das atividades do PI FISCINAN foi utilizado 83,18%, cosiderando a dotação orçamentária descentralizada para o exercício 2010.

Tabela XXVI..2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUI-DADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
3390.14	12.035,00	12.035,00	9.818,18	9.818,18	0,00	9.818,18	81,58
3390.30	3.200,00	3.200,00	3.198,57	3.152,63	45,94	3.152,63	99,96
3390.33	1.772,00	1.772,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390.39	800,00	800,00	786,82	786,82	0,00	786,82	98,35
4490.52	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	100,00
TOTAL	**23.807,00**	**23.807,00**	**19.803,57**	**19.757,63**	**45,94**	**13.757,63**	**83,18**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Na execução das atividades de Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal foram realizadas 253 ações fiscais com emissão de igual quantidade de Termos de Fiscalização, que correspondente a 156,17% da meta programada para 2010; em relação ao ano de 2009, foi programada a realização de 120 fiscalizações e realizadas 208 perfazendo 173,33% do programado, donde infere-se que o resultado foi satisfatório e dentro da realidade fisica e financeira do PI em epígrafe.

Com relação a Ação 2124 do PI - FISCINAN, o “Registro e Cadastro de Estabelecimentos” no que se refere às metas programadas as mesmas foram atingidas satisfatoriamente. Em 2010 foram realizadas algumas atividades como: Registro de Estabelecimentos Fabricantes - 06; Produtos Registrados - 06; Análise Documental - 54; Vistoria de Estabelecimento - 26; Coleta de Amostras - 25; Formação de Processo - 52; Amostras Analisadas - 25; Produtos Fiscalizados - 2.293; Auto de Infração - 14; Termo de Advertência – 01; Produtos Cancelados – 48; Estabelecimentos Fabricantes Cancelados - 01; Eventos: Reunião Técnica Nacional, Cursos e Congressos - 01 e Termo de Fiscalização, incluindo estabelecimentos fabricantes e comerciais - 208.

Em 2010 ocorreu incremento na realização da ação fiscal tanto em Empresas Fabricantes, Comércio e realização de Auditorias em Boas Práticas de Fabricação – BPF’s. Os resultados obtidos com o atingimento das metas ocorreram a contento e conforme planejado para o exercício.

Para a execução das atividades do PI-FISCINAN, tivemos a participação direta dos Fiscais Federais Agropecuários - FFA’s das UTRA’s de Campina Grande e Patos e de outros colegas da sede.

A liberação dos recursos financeiros foi suficiente para atender aos objetivos do PI, sendo disponibilizados em tempo hábil em quantidade condizente com o Plano Operativo Anual – POA/2010 e utilizados com parcimônia e zelo, em obediência aos princípios da moralidade administrativa.

Em 2010 foi possível realizar auditorias para verificar a implantação da IN 04/2007 de Boas Práticas de Fabricação e implantação de Procedimentos Operacionais Padrões - POP's nas fábricas de alimentos, rações, ingredientes, concentrados e suplementos para animais. Estas metas foram programadas para 2010.

- **AÇÃO: 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET1**

Tabela XXVII – Dados gerais da ação **- PI - FISPROVET**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET1
Tipo de Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXVII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.	FISPROVET1	Produto fiscalizado (Unid.)	260	262	445	169,85	262

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Registro de estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário.	FISPROVET1	Estabeleci-mento registrado (Unid.)	0	0	55	-	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termos de fiscalização emitidos.	445	Unid.
1.2. Análise documental.	352	Unid.
1.3. Autuação de processos.	158	Unid.
1.4. Colheita de Amostras	0	Unid.
1.5. Estabelecimentos comerciais registrados no período.	55	Unid.
1.6. Total de estabelecimento comercial registrado	332	Unid.
1.7. Estabelecimentos comerciais renovados.	194	Unid.
1.8. Estabelecimentos comerciais cancelados	14	Unid.
1.9. Termo de apreensão.	15	Unid.
1.10. Auto de infração.	52	Unid.
1.11. Notificação.	97	Unid.
1.12. Produtos apreendidos (biológico/farmacêutico).	147	Unid.
1.13. Termo de advertência.	52	Unid.
1.14. Termos de multa	31	Unid.
1.15. Reuniões técnicas nacionais, cursos e treinamentos.	02	Unid.

Fonte: SEFAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No PI FISPROVET foi aplicado 94,99% em relação a dotação orçamentária descentralizada no exercício de 2010.

Tabela XXVII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	11.930,65	11.930,65	11.774,43	11.774,43	0,00	11.774,43	98,69
339030	2.950,00	2.950,00	2.950,00	2.950,00	0,00	2.950,00	100,00
339033	2.000,00	2.000,00	946,70	946,70	0,00	946,70	47,34
339039	4.500,00	4.500,00	4.437,77	4.437,77	0,00	4.437,77	98,62
449052	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00	3.110,00	100,00
TOTAL	**25.380,65**	**25.380,65**	**24.108,90**	**24.108,90**	**0,00**	**23.218,90**	**94,99**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

A fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário exige uma congregação de esforços muito grande, conseqüência da expressiva quantidade de estabelecimentos comerciais existentes no estado (registrados ou não), que remete a ação fiscal a desenvolver um número imenso de fiscalizações e uma gama de atividades burocráticas. A execução desta ação é realizada por um fiscal, lotado na sede, que conta com o apoio de dois outros, das Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA) de Campina Grande e Patos. As atividades desenvolvidas pela fiscalização estão descritas de forma sucinta no quadro acima.

Considerando o elevado número de municípios existentes no estado, a quantidade de estabelecimentos registrados, os estabelecimentos sem registro e a obrigatoriedade da renovação anual das licenças de funcionamento dos estabelecimentos registrados e ainda a reduzida força de trabalho disponível, o Serviço se decidiu pela execução da ação fiscal de forma planejada. Por decorrência, foi estabelecido um cronograma para a execução destas atividades, mais ou menos semelhante ao do ano de 2009, onde se priorizou a renovação das licenças que estavam vencidas ou por vencer e a fiscalização de novos estabelecimentos, muitos deles localizados em cidades que ainda não tinham sido contempladas pela fiscalização.

As fiscalizações, que foram realizadas em 445 estabelecimentos (81 ou 22,25 % a mais que no ano de 2009), resultaram na renovação das licenças de funcionamento de 194 deles (30 ou 18,29 % a mais que no ano de 2009), no cancelamento dos registros de 14 (06 ou 30 % a menos que no ano de 2009) e no registro de 55 (31 ou 36,05 % a menos que no ano de 2009). Os demais, 182 estabelecimentos ou 46,71 %, estão em fase de registro, foram autuados, abandonaram as suas atividades comerciais ou foram submetidos a fiscalizações de rotina. Em relação à meta estadual estabelecida pela Coordenação Nacional para a fiscalização de produtos de uso veterinário, de 262 fiscalizações, a mesma foi superada em 69,84 %, uma vez que foram realizadas 183 fiscalizações a mais. Esta superação ocorreu, sobretudo, devido ao incremento da fiscalização e à disponibilização de recursos financeiros de forma tempestiva, por parte do órgão central.

Dos 223 estabelecimentos que estavam registrados no ano de 2009, 187 ou 83,86 % foram fiscalizados durante o ano de 2010. Portanto, 36 estabelecimentos ou 16,14 % deles não foram fiscalizados. Estes estabelecimentos estão localizados na região metropolitana de João Pessoa e deixaram de ser fiscalizados pelo fato do Serviço, de forma planejada, ter optado por estender as ações a alguns municípios que ainda não tinham sido fiscalizados. Todos estes estabelecimentos serão fiscalizados durante o primeiro trimestre do ano de 2011.

Atualmente existem 332 estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário registrados no estado da Paraíba, distribuídos em 133 das suas 223 cidades, ou em 59,64 % delas;

no ano de 2009, este número era de 289 estabelecimentos, em 116 cidades (51,04 % delas). O aumento do número de cidades com estabelecimentos registrados (17 ou 5,88 %) se deveu, sobretudo, às fiscalizações que foram estendidas às localidades que ainda não tinham sido contempladas pela ação fiscal.

Foram lavrados 52 Autos de infração, motivados pela apreensão de produtos de uso veterinário e pela ausência de registro ou renovação da licença para funcionamento. A apuração dos processos administrativos instaurados nos anos de 2009 e 2010 determinou a aplicação de penalidades a 83 estabelecimentos, sendo 45 multas e 38 advertências, combinadas ou não com apreensões e inutilizações de produtos. As penalidades aplicadas sob a forma de pecúnia e não recolhidas pelos autuados não puderam ser enviadas à Procuradoria da Fazenda Nacional por não terem atingido o valor mínimo estabelecido pela legislação vigente. Os processos referentes a estas pecúnias se encontram arquivados no SEFAG/DDA/SFA-PB à espera de novas autuações, quando somados atingirão valor superior aquele previsto em lei e serão devidamente enviados, de forma agrupada, para inscrição na dívida ativa da união.

Os 15 Termos de apreensão emitidos (52 ou 77,62 % a menos que no ano de 2009), em 3,37 % dos estabelecimentos fiscalizados, resultaram na apreensão de 147 produtos de uso veterinário, donde se evidencia uma diminuição substancial (77,62 %) no número de estabelecimentos autuados em relação ao ano de 2009 (18,4 % dos estabelecimentos fiscalizados). Quanto ao número de produtos apreendidos também se observou uma redução, na ordem de 689 produtos ou 82,42 %, em relação ao ano de 2009. Considerando-se que 66,66 % das autuações ocorreram em estabelecimentos não registrados (em 2009 foram 35,82 %), constata-se que os estabelecimentos registrados e sob fiscalização rotineira passaram a adotar procedimentos de controle de qualidade sobre os produtos por eles comercializados, evidenciando-se assim o resultado positivo da ação fiscalizatória. Todos os produtos apreendidos serão destruídos, findo o rito processual administrativo.

Em relação à execução orçamentária e financeira 94,99 % destes recursos foram aplicados, tendo sido executado 98,62 % da rubrica 33.90.39, 47,34 % da rubrica 33.90.33, 100 % da rubrica 44.90.52, 98,69 % da rubrica 33.90.14 e 100,00 % da rubrica 33.90.30. Os recursos financeiros além de suficientes para o atendimento das demandas do setor foram disponibilizados de forma tempestiva, contribuindo assim de forma positiva para a execução da fiscalização.

O Serviço também teve a preocupação de desenvolver um trabalho constante de orientação e conscientização quanto ao cumprimento da legislação de produtos de uso veterinário, o que foi realizado durante as fiscalizações e através de palestras. Também realizou trabalho educativo sobre o uso de produtos veterinários junto aos estabelecimentos registrados, através da distribuição de cartilha institucional contendo orientações sobre o uso responsável de produtos de uso veterinário.

Quanto à participação em reuniões técnicas, o fiscal Gesseraldo José Gico de Souza se fez presente em duas: II Conferencia Nacional sobre Defesa Agropecuária, na cidade de Belo Horizonte, no período de 25 a 29/05/2010 e Reunião Técnica sobre Ações e Procedimentos de Fiscalização de Insumos Pecuários, na cidade de Aracajú, no período de 07 a12/11/2010. As duas reuniões se mostraram de grande valia para o aprendizado e reciclagem contínua, com reflexos positivos para o Serviço.

Para a execução das atividades a unidade central da Superintendência também contou com o apoio das Unidades Técnicas Regionais nas cidades de Campina Grande e Patos e executou ações conjuntas de fiscalização com a vigilância sanitária da Secretaria de Saúde do município de Campina Grande. Também merece registro a parceria estabelecida com o Conselho Regional de Medicina Veterinária na Paraíba – CRMV-PB, visando o disciplinamento e o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos Médicos Veterinários responsáveis técnicos dos estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário.

- **AÇÃO: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE**

Tabela XXVIII – Dados gerais da ação **- PI - FISCGENE**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	2019 - Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXVIII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
2019 – Fiscalização de Material Genético Animal.	FISCGENE	Fiscalização Realizada (Unid.)	102	27	0	0	97

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Registro de Estabelecimentos de Serviços Pecuários.	FISCGENE	Registro Realizado (Unid.)	0	0	1	0	03

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termo de fiscalização e Inspeção.	0	Unid.
1.2. Reunião Técnica Nacional, Cursos e Treinamentos.	0	Unid.
1.3. Análise documental.	0	Unid.
1.4. Formação de processo.	0	Unid.
1.5. Vistoria.	0	Unid.

Fonte: SEFAG

Desempenho Orçamentário e Financeiro*:* O PI FISCGENE utilizou na ordem de 69,11%, da dotação orçamentária descentralizada em 2010.

Tabela XXVIII..2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	531,00	531,00	320,63	320,63	0,00	320,63	60,38
339030	150,00	150,00	150,00	78,88	71,12	78,88	100,00
TOTAL	**681,00**	**681,00**	**470,63**	**399,51**	**71,12**	**399,51**	**69,11**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Em 2010, o PI FISCGENE, "Fiscalização de Material Genético Animal" não houve atividade de fiscalização e registro de estabelecimento, cujo resultado comparado à meta programada atingiu o percentual de 0%; tendo em vista as seguintes razões:

1. Houve uma deficiência temporária de pessoal, haja vista que o FFA, Responsável pelo PI entrou em gozo de Licença Premio e posteriormente Licença Médica, passando assim todo o exercício afastado das atividades. Como solução, foi indicado recentemente outro FFA para responder pelo PI, o que esperamos solucionar o problema para 2011.

2. Ressaltamos, ainda, como causa, a desativação dos estabelecimentos Criatórios e Incubatórios de Ratitas existentes no estado, que fecharam no ano de 2009, e que comprometem a execução da atividade.

Com relação à fiscalização de ovos férteis em incubatório foram produzidos 46.384.332 ovos férteis em estabelecimentos registrados, e em relação a pintos de 1 dia, foram produzidos 35.136.480 pintinhos.

Os recursos descentralizados na Natureza de Despesa 33.90.14, a liberação de recurso foi realizada dentro do programado, e atingiu o percentual de utilização de 60,38%.

Os recursos financeiros descentralizados pelo Órgão Central foram suficientes e utilizados com critério, visando às prioridades do serviço de fiscalização de produtos agropecuários.

♦ AÇÃO: 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX

Tabela XXIX– Dados gerais da ação - **PI - FISAGROTOX**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXIX.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.	FISAGROTOX	Fiscalização Realizada (Unid.)	100	0	142	142	100

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Registro de Fabricantes e Comerciantes de Agrotóxicos.	FISAGROTOX	Registro Realizado (Unid.)	0	0	0	0	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Análise documental	0	Unid.

1.2. Laudo de vistoria	0	Unid.
1.3. Termo de fiscalização	142	Unid.
1.4. Reunião técnica nacional	02	Unid.
1.5. Concessão e autorização de prestação de serviços.	142	Unid.

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
2. Fiscalização de Empresas Estabelecidas/SEDAP/PB (Ação Descentralizada).	FISAGROTOX	Empresa Fiscalizada (Unid.)	-	-	-	-	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Fabricante cadastrado	103	Unid.
2.2. Marca comercial cadastrada	1.459	Unid.
2.3. Comerciante cadastrado	74	Unid.
2.4. Município fiscalizado	24	Unid.
2.5. Firma fiscalizada	43	Unid.
2.6.Auto de infração emitido	07	Unid.
2.7.Auto de interdição emitido	-	Unid.
2.8. Auto de desinterdição emitido	-	Unid.
2.9. Auto de apreensão emitido	01	Und.
2.10. Termo de fiscalização emitido	04	Unid.
2.11. Transferência de titularidade	00	Produto
2.12. Inclusão de cultura	-	Unid.
2.13. Correção razão social	-	Unid.
2.14. Alteração marca comercial	-	Unid.
2.15. Cancelamento de produto	-	Unid.
2.16. Atualização de produto	-	Unid.
2.17. Alteração de cadastro	-	Unid.
2.18. Adequação de cadastro	-	Unid.
2.19. Alteração de endereço	-	Unid.
2.20. Adubo/fertilizante	-	Ton
2.21. Defensivo agrícola	-	Ton

Fonte: SEFAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No PI FISAGROTOX foi utilizado 98,46% da dotação orçamentária descentralizada para o exercício de 2010.

Tabela XXIX .2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	2.178,30	2.178,30	1.925,38	1.925,38	0,00	1.925,38	88,39
339030	200,00	200,00	195,56	195,56	0,00	195,56	97,78
339033	1.599,40	1.599,40	1.599,40	1.599,40	0,00	1.599,40	100,00
339036	1.918,30	1.918,30	1.900,40	1.900,40	0,00	1.900,40	99,07
449052	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	100,00
TOTAL	**17.896,00**	**17.896,00**	**17.620,74**	**17.620,74**	**0,00**	**5.620,74**	**98,46**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

As atividades da Fiscalização de Agrotóxicos e Afins na sua programação para o ano 2010, foram previstas a realização de 100 (cem) ficalizações, entretando realizou-se a quantia142 (Cento e quarenta e duas) devido a uma maior demanda nas solicitações de fumigação advindas do porto de Cabedelo-PB.

Quanto ao registro de fabricantes e comerciantes de agrotóxicos, naõ ocorreu, haja vista, a não inexistência de indústrias em nosso Estado.

O processo de fiscalização de empresas de fumigação de pragas quarentenárias estabelecidas na Paraíba, atingiu 100% da meta prevista.

Os trabalhos de fiscalização do comércio varejista, fica a cargo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Pecuária e Pesca – SEDAP, por força de Lei, ficando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encarregado do trabalho de supervisão.

♦ AÇÃO: 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas – FISCALSEM1

Tabela XXX – Dados gerais da ação **- PI – FISCALSEM1**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	Fiscalização de Sementes e Mudas – FISCALSEM1
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXX .1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas.	FISCALSEM1	Fiscalização Realizada (Unid.)	214	284	341	120,07	400

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011

1. Credenciamento de RT e Inscrição de Produtor e Comerciantes de Sementes e Mudas.	FISCALSEM1	Registro Realizado (Unid.)	214	284	341	120,07	400

ATIVIDADE		Unidade
1.1. Termo de fiscalização.	244	Unid.
1.2. Análise documental.	46	Unid.
1.3. Credenciamento de RT	08	Unid.
1.4. Inscrição de viveiro	23	Unid.
1.5. Inscrição de produtor de sementes	01	Unid.
1.6. Inscrição de produtor de mudas	07	Unid.
1.7. Inscrição de comerciante de sementes	23	Unid.
1.8. Inscrição de comerciante de mudas	03	Unid.
1.9. Laudo de vistoria	40	Unid.
1.10. Reunião Técnica e Evento Nacional.	03	Unid.
1.11. Formação de Processo	46	Unid.

Fonte: SEFAG

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Considerando a dotação orçamentária descentralizada durante o exercício de 2010, foram aplicados 99,86% nas atividades do PI FISCALSEM1.

Tabela XXX .2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUI-DADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	32.621,50	32.621,50	32.616,79	32.616,79	0,00	32.616,79	99,99
339030	6.301,00	6.301,00	6.300,82	6.300,24	0,58	6.300,24	100,00
339033	23.535,50	23.535,50	23.535,50	23.535,50	0,00	23.217,11	100,00
339039	5.970,30	5.970,30	5.778,59	5.778,59	0,00	5.598,59	96,79
339047	400,00	400,00	400,00	400,00	0,00	400,00	100,00
339092	1.717,48	1.717,48	1.717,43	1.717,43	0,00	1.717,43	100,00
339093	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	100,00	100,00
449052	123.000,00	123.000,00	122.919,85	122.919,85	0,00	18.579,85	99,93
TOTAL	**193.645,78**	**193.645,78**	**193.368,98**	**193.368,40**	**0,58**	**88.530,01**	**99,86**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

O Projeto Atividade “Fiscalização de Sementes e Mudas” teve um bom desempenho 2010, pois foram realizadas 341 fiscalizações, atingindo a meta estadual programada de 284, superando em 120,07%.

Nas atividades, foram lavrados 244 Termos de Fiscalização, realizaram-se 46 análises documentais; credenciaram-se 08 Responsáveis Técnicos; inscreveram-se 23 viveiros de mudas; inscreveram-se no RENASEM 23 comerciantes de sementes e 03 de mudas; inscreveram-se 01 produtor de semente e 07 produtores de mudas; lavraram-se 40 laudos de fiscalizações; houve a participação em 02 reuniões técnicas e 01 Evento e formaram-se 46 processos, atendendo a meta programada, em um percentual de 120,07%.

A normatização de material sem origem conhecida para propagação de mudas proporcionará um melhor desenvolvimento da fruticultura no Estado, e por conseqüência a produção de mudas. Neste PI, foi liberado na rubrica 33.90.14, R$ 32.621,50, tendo sido utilizado 32.616,79 que

corresponde a 99,99% para deslocamento dos Fiscais Federais Agropecuários nas atividades de fiscalização, treinamento, reunião técnica; na rubrica 33.90.30 foi liberado R$ 6.301,00 para aquisição de combustíveis, sendo utilizado 100,00% dos mesmos. Na rubrica 33.90.33 foi descentralizado o valor de R$ 23.535,03, para aquisição de passagem aérea com aplicação de 100,00%; Na 33.90.39 foi liberado R$ 5.970,30 para outros serviços de terceiros - pessoa jurídica com aplicação de 96,79%; na 33.90.47 foi disponibilizado R$ 400,00 e aplicado 100%; na 33.90.92 liberado 1.717,48 e aplicado 100%; na 33.90.93 disponibilizado R$ 100,00 aplicado 100% e na 44.90.52 disponibilizado R$ 123.000,00 e aplicado 99,93%.

As despesas foram utilizadas com critérios de parcimônia e responsabilidade; os custos estão compatíveis como programado e executado, incluindo viagens com o objetivo de: treinamento, atividades rotineiras e reuniões técnicas. Durante as atividades foram fiscalizados 110.000 quilos de sementes de milho, feijão e forrageiras e Relatoria de Processos de 1º Instancia. Com relação ao programado na fiscalização de sementes e mudas, a meta foi atingida em virtude da fiscalização do comércio de sementes e mudas, que antes era realizado pelo Estado. O registro de produtor de sementes e mudas também foi satisfatório porque houve aumento de produção no Estado ou área produtiva

♦ AÇÃO: 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Tabela XXXI – Dados gerais da ação **- PI - FISFECOI**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXXI.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.	FISFECOI	Fiscalização Realizada (Unid.)	198	-	222	104,5	198

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Registro de Estabelecimentos Produtores e Comerciais de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.	FISFECOI	Registro Realizado (Unid.)	11	-	11	100	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termo de fiscalização.	131	Unid.
1.2. Coleta de amostra.	74	Unid.
1.3. Produto amostrado.	1.180	t
1.4. Auto de infração.	05	Unid.

1.5. Notificação.	06	Unid.
1.6. Reunião Técnica Nacional, Cursos e Treinamentos.	02	Unid.
1.7. Análise documental.	12	Unid.
1.8. Laudo de vistoria.	17	Unid.
1.9. Emissão de registro.	08	Unid.
1.10. Formação de Processos	12	Unid.
1.11. Estab.Produtor Registrado	-	Unid.
1.12 Estab. Comercial Registrado	11	Unid
1.13. Estab. Produtor Cancelado	01	Unid
1.14. Estab. Comercial Cancelado	02	Unid

Fonte: SEFAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Em 2010, da dotação orçamentária descentralizada no PI – FISFECOI, foram aplicados 95,77 %.

Tabela XXXI..2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	30.991,50	30.991,50	30.794,52	30.794,52	0,00	30.794,52	99,36
339030	12.262,00	12.262,00	12.262,00	7.652,45	4.609,55	5.804,45	100,00
339033	15.714,00	15.714,00	13.433,28	13.317,83	115,45	10.894,38	85,49
339039	1.942,50	1.942,50	1.942,50	1.942,50	0,00	592,50	100,00
339092	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**61.010,00**	**61.010,00**	**58.432,30**	**53.707,30**	**4.725,00**	**48.085,85**	**95,77**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

No ano em exercício, foram realizadas 222 fiscalizações no PI FISFECOI, "FERTILIZANTES CORRETIVOS E INOCULANTES", alcançando-se 104,5 % da meta estabelecida para o exercício de 2010. Amostramos 1.180 toneladas de fertilizantes químicos, correspondente a 103,05% da meta programada, e realizamos 74 coletas de amostra para análises, correspondente a 110,04% da meta programada. Não realizamos nenhuma amostragem de calcário, devido a falta de produção dos estabelecimentos produtores da região, motivo justificado não somente pela ausência de demanda como também pelo baixo preço da tonelada do produto no mercado. Registramos 11 novos estabelecimentos comerciais, renovamos 18, e autuamos 05 estabelecimentos de fertilizantes, por deficiência nutricional, constatada em seus produtos. Com relação a quantidade de todos os produtos analisados no exercício do ano 2010, constatamos um índice de conformidade de 57,4%, e não conformidade de 42,6%.

As atividades do PI – FISFECOI, executadas no exercício de 2010, tiveram desempenho satisfatório, dentro do cronograma pré-estabelecido no Plano Operativo – 2010, considerando o atingimento de todas as metas físicas programadas para o referido exercício.

Com relação à aplicabilidade dos recursos financeiros na N.D 33.90.14(Diárias), foram utilizados 99,36 % dos recursos liberados. Na N.D 33.90.30 (Material de consumo), utilizamos 94,36% dos recursos disponibilizados. Na N.D 33.90.33 (Passagem Aérea), utilizamos 85,48% dos recursos disponibilizados, para deslocamento de 2 fiscais para participarem da III Reunião Anual de Insumos Agrícolas, na cidade de Camboriú. Na N.D 33.90.39 (Pessoa Jurídica). Utilizamos 100% dos recursos, e na ND – 33.90.92 (idenização de despensa anterior), os recursos não foram utilizados.

Todos os recursos foram utilizados compativelmente em suas finalidades. Ressaltamos também, que os recursos programados, foram disponibilizados e liberados tempestivamente, contribuindo desta forma, para o alcance das metas estabelecidas no Plano Operativo.

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

EQUIPE DE TRABALHO
Divaldo da Silva Cunha - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário – Chefe
Manoel Octávio Silveira da Mota – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário – Chefe Substituto
José Maurício de Andrade Teixeira - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Virgínio Carneiro da Silva - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Hermano Cavalcanti Leite - Auxiliar de Administração
Cícera Medeiros de Araújo - Auxiliar de Administração
Adalberto Nunes Soares – Assistente Técnico

Apoio Administrativo
Rosilene de Farias Oliveira –Terceirizada

A Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG foi criado na nova estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, através da Portaria Nº. 428, de 09 de junho de 2010, constando no Regimento Interno como Unidade Central de Execução Finalística subordinada ao Gabinete da SFA-PB, consta no art. 27 que ao DPDAG compete:

Art. 27. A Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG/SFA-UF) compete:

I - promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial:
a)inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, especialmente em:
1.indicação geográfica de produtos de origem agropecuária; e
2.marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio;
b) proteção de cultivares;
c) intercâmbio, conservação e uso sustentável de recursos genéticos;
d) agroecologia e sistemas orgânicos de produção agropecuária;
e) sistemas agropecuários de produção integrada;
f) proteção, manejo e conservação do solo e da água;
g) cooperativismo e associativismo rural;
h) assistência técnica, extensão rural e iniciativas ou processos inovadores de transferência de tecnologia;
i) infraestrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária;
j) fomento agropecuário sustentável, inclusive da heveicultura;
k) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização;
l) agricultura irrigada;
m) recuperação de áreas de agricultura e de pastagens degradadas;
n)preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais;
o) boas práticas agropecuárias, bem-estar animal e manejo zootécnico;
p) sistemas de integração de lavouras, pecuária e floresta;
q) apoio às iniciativas, projetos e ações voltadas ao fomento da agricultura de precisão e da biotecnologia agropecuária;

r) florestas plantadas;
s) exposições, leilões, feiras agropecuárias; e
t) agricultura de precisão.
II - orientar, a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltadas ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasse financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas;
III – orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com:
a)registro genealógico, incluindo provas zootécnicas e avaliações genéticas;
b) competições e demais atividades turísticas e hípicas;
c) credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade – OAC;
d) cadastramento de Organismos de Controle Social – OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação;
e) atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SISORG;
f) dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica:
g) mecanização e aviação agrícola;
IV - estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de:
a) cooperativas e instituições associativas rurais;
b) cadeias produtivas do agronegácio;
c) empresas e produtores de sementes e mudas;
d) empresas, organizações e iniciativas à assistência técnica, extensão rural e transfência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não;
e) empresas prestadores de serviços agrícolas e pecuários; e
f) certificação realacionada à produção e comercialização agropecuária.
V - promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários;
VI – executar, bem como orientar, acompanhar e fiscalizar a execução quando for o caso, das atividades de:
a) implementação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica e do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; e
b) desenvolvimento dos sistemas orgânicos de produção agropecuária;
VII – implementar e coordenar a Comissão da Produção Orgânica, na Unidade da Federal;
VIII – implementar, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas às políticas de crédito e investimentos públicos e à produção e comercialização agropecuária, especialmente voltadas para:
a) cafés, inclusive gestão dos armazéns e estoques sob guarda do MAPA;
b) cana-de-açucar, açúcar, álcool e demais produtos da agroenergia;
c) monitoramento das informações de produção, comercialização e estoques de açúcar e etanol, para subsidiar as respectivas políticas;
d) crédito rural;
e) zoneamento agropecuário, e seguro rural, inclusive o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO;
f) estoques públicos;
g) segurança alimentar; e
h) promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional;
IX – promover levantamentos, prognostiticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federal, visando apoiar as ações do desenvolvimento agropecuário;
X – participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e da água, bem como de sementes e mudas;
XI – instruir processos administrativos decorrentes de infração aos dispositivos legais;

XII – elaborar Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, conforme diretizes da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e orientações técnicas da SDC/MAPA;
XIII – executar, bem como orientar e acompanhar a execução, quando for o caso, em articulação com as cadeias produtivas e conforme diretrizes específicas, atividades de promoção do agronegácio brasileiro covistas à divulgação internacional;
XIV – gerenciar as programações orçamentárias e as execuções físicas das ações específicas;
XV –promover e propor a organização, bem como coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais relacionados às atividades de competência;
XVI – consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de política, produção e desenvolvimento agropecuários desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;
XVII – planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no que diz respeito às atividades de competência;
XVIII – propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da produção, política e desenvolvimento agropecuários;
XIX – Executar as atividades de fiscalização em empresas da agroindústria canavieira e da agroenergia, produtoras de açúcar e bicombustíveis, para obter informações de produção e comercialização quando demandadas pela Secretaria de Produção e Agroenergia.
Art. 28 Ao Serviço de Suporte Agropecuário e à Seção de Suporte Agropecuário, compete:
I – coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionadas ao desenvolvimento agropecuário;
II – prestar apoio ao Chefe de Divisão no que concerne às suas competências referidas no artigo anterior e especificamente em:
a) elaborar o Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário;
b) promover e organizar os fóruns consultivos às cadeias de produção; e
c) planejar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O **DPDAG** é composto pelos seguintes Programas e respectivas Ações relacionadas a seguir:

- **PROGRAMA: 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio**

Tabela XXXII

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	1442
Denominação	Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Objetivos específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Gerente	Márcio Antônio Porto Carrero
Responsável	Divaldo da Silva Cunha
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	2780 - Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas;

	2923- Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira; 2778 - Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira.
Público-alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: **4720** – APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA – **CERTORGAN1**
AÇÃO**: 8591** – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS – **APOIOAGRIC**
AÇÃO: **8560** – FOMENTO À INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO – **INOVAGRO**
AÇÃO: **8593** - APOIO AO USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS EM AGROECOSSISTEMAS – **ORGMANEJO2**

♦ AÇÃO: 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1

Tabela XXXIII – Dados gerais da ação **- PI – CERTORGAN1**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Ação	4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1
Tipo de Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXXIII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	CERTORGAN1	Unidade Controlada	0	0	0	0	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Credenciamento e Fiscalização do Exercício de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos por Técnicos do MAPA.	CERTORGAN1	Unidade Controlada	0	0	0	0	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade

1.1. Reunião com agricultores agroecológicos sobre os Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – Remígio/PB, Campina Grande/PB, Juarez Távora/PB, Patos/PB.	01	Unid.
1.2. Discussão e Avaliação da Implantação e Execução dos Cadastramentos das OCS	01	Unid.
1.3. Palestras sobre Certificação de Produtos Orgânicos - Campina Grande/PB.	01	Unid.
1.4 Participação do Encontro sobre Adequação do Setor Produtivo aos Mecanismos de Controle da Qualidade Orgânica – São Paulo/SP.	01	Unid.
1.5 Coordenar e Orientar Unidades de Produção Agroecológica nos Municípios: Lagoa Seca/PB, Remígio/PB, Sousa/PB, Patos/PB sobre os Mecanismos da Qualidade Orgânica.	04	Unid.
1.6 Palestra sobre Certificação de Produtos Orgânicos no SENGE/PB – Sindicatos dos Engenheiros no Estado da Paraíba.	01	Unid.

Fonte: DPDAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Durante o exercício de 2010, os recursos financeiros utilizados alcançaram o percentual de 93,06%, em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXXIII..2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	**DOTAÇÃO**		**DESPESA EMPENHADA (R$)**	**DESPESA LIQUIDADA (R$)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)**	**VALORES PAGOS (R$)**	**PERC. UTILIZADO (%)**
	INICIAL (R$)	**FINAL (R$)**					
339014	4.486,50	4.486,50	4.006,32	4.006,32	0,00	4.006,32	89,30
339030	1.150,00	1.150,00	1.150,00	500,00	650,00	500,00	100,00
339033	1.800,00	1.800,00	1.734,05	1.606,11	127,94	0,00	96,34
449052	500,00	500,00	495,00	0,00	495,00	0,00	99,00
TOTAL	**7.936,50**	**7.936,50**	**7.385,37**	**6.112,43**	**1.272,94**	**4.506,32**	**93,06**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

O PI CERTORGAN – Certificação da Produção Orgânica de Alimento, tem como finalidade, garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos. Uma atividade eminentemente fiscalizadora, porém até a publicação do Decreto Lei 6.323 de 27 de dezembro de 2007 que regulamentou a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Até então não havia o foco direcionado à fiscalização pelo MAPA, já que o mesmo era direcionado ao fomento através das ações, tais como: Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Produção Orgânica, Fomento ao Uso de Produtos e Processos Apropriados a Produção Orgânica.

Com a Regulamentação da Lei, as ações do CERTORGAN, passam a ocupar um maior espaço de trabalho, visto que a atividade fiscalizadora torna-se imperiosa, para atender a referida Lei. O aumento da produção agroecológica em ascensão no Estado da Paraíba movida por uma demanda cada vez maior, haja vista o número crescente de feiras agroecológicas, em torno de 36 feiras em todo o Estado, organizadas por Associações Agroecológicas que, por força da Lei 10.831, obrigatoriamente terão de serem cadastradas na SFA/PB, para serem legalmente reconhecidas como produtos orgânicos. Como foi prorrogado o prazo para cadastramento para 01 de Janeiro de 2011, ficando, portanto, iniciado os trabalhos para este fim, a partir desta data. Para atender um mercado consumidor, cada vez mais exigente em qualidade, faz com que esta atividade na SFA/PB venha a ter um maior desempenho para alcançar as metas programadas para o ano 2011.

Portanto, conforme a regulamentação inerente, toda produção orgânica de origem animal ou vegetal obrigatoriamente estará sujeita à fiscalização, deverá ser certificada ou cadastrada junto a SFA/PB, no caso de venda direta ao consumidor em feiras agroecológicas; por conseguinte, os mecanismos de garantia da qualidade da produção orgânica são assegurados pelos Sistemas: A - Certificação por Auditagem, B – Sistema Participativo de Garantia, C – Controle Social para a Venda Direta sem Certificação a partir de 2011.

♦ AÇÃO: 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC

Tabela XXXIV – Dados gerais da ação **- PI – APOIOAGRIC**

Função	Agricultura
Subfunção	Formação de Recursos Humanos
Programa	1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Ação	8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXXIV.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas.	APOIOAGRIC	Pessoa Beneficiada	-	-	2.109	-	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Coordenação e identificação dos processos de industrialização logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio e Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada.	APOIOAGRIC	Pessoa Beneficiada	-	-	2.109	-	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Realização e participação do 3º Seminário Estadual da Cultura do Abacaxi.	01	Unid.
1.2. Realização e participação no 14º AGROINT – Curso de Integração para a Exportação.	01	Unid.
1.3. Realização e participação no 2º Seminário Internacional de Indicação Geográfica.	01	Unid.
1.4. Coordenação e participação em reuniões técnicas sobre fruticultura, inovação tecnológica, sustentabilidade, competitividade e desenvolvimento regional.	17	Unid.
1.5. Coordenação e participação em visitas técnicas sobre fruticultura.	13	Unid.

1.6. Elaboração e aprovação de Plano de Trabalho sobre diagnóstico sistêmico da Cadeia Produtiva do Coco na Paraíba, focando a obtenção da Indicação de Procedência do Coco de Sousa.	01	Unid.
1.7 Curso de capacitação em boas práticas agrícolas e conservação de solo	01	Unid.
TOTAL	35	Unid.

Fonte: DPDAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Os recursos financeiros utilizados em 2010 representaram 88,53% da dotação orçamentária descentralizada, nesse exercício.

Tabela XXXIV.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	7.596,50	7.596,50	7.528,74	7.528,74	0,00	7.528,74	99,11
339030	1.861,99	1.861,99	1.861,99	1.861,99	0,00	1.861,99	100,00
339033	2.592,01	2.592,01	1.192,01	1.192,01	0,00	1.192,01	45,99
339039	750,00	750,00	750,00	750,00	0,00	0,00	100,00
TOTAL	**12.800,50**	**12.800,50**	**11.332,74**	**11.332,74**	**0,00**	**10.582,74**	**88,53**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

No ano de 2010 as ações do DPDAG, no que concerne ao PI APOIOAGRIC, foram direcionadas para a continuidade dos trabalhos iniciados em 2009.
Trabalharam-se as cadeias produtivas da fruticultura, em especial, as do abacaxi, citros, coco, uva e banana. Também foram envidadas ações para os setores de produção de cana e derivados e arroz vermelho.

Com relação aos Fóruns de Fruticultura (grupos de trabalho multi-institucionais) constituídos em 2009, os esforços foram canalizados para a sua devida consolidação e continuidade nas ações iniciadas em 2009 e propostas para 2010.

Buscou-se incrementar a organização social e gerencial, visando a profissionalização dos segmentos produtivos, bem como a melhoria da coordenação entre os elos das cadeias produtivas atendidas. A produção com adoção das boas práticas agrícolas, colheita e pós-colheita, o beneficiamento, e, principalmente, a comercialização foram abordados de forma sistêmica, montando estratégias para a formação de parcerias comerciais duradouras e benéficas.

A qualidade da produção e a capacidade de controle produtivo, destacando a oferta constante de quantidades suficientes de produtos por um período estabelecido, foram os alicerces que direcionaram o trabalho para a ampliar as formas de comercialização via contrato previamente estipulado. Promovendo assim formas mais adequadas de intercâmbio comercial, e conseqüente geração de emprego, renda e melhor distribuição de benefícios nas cadeias produtivas.

A profissionalização e capacitação do setor produtivo para a produção com qualidade e oferta de produtos e serviços aos mercados de consumo foi a tônica das atividades. Sempre voltadas ao estabelecimento de parcerias comerciais duradouras.

O papel do DPDAG como catalisador e promotor do desenvolvimento sustentável do agronegócio foi exercido quando buscamos a formação de grupos regionais de governança, com uma proposta construída conjuntamente entre representantes de diversas instituições atuantes no âmbito das cadeias produtivas do estado (Fóruns regionais/setoriais). As atividades propostas são executadas com um esforço comum levando em consideração as atribuições de cada instituição participante.

♦ AÇÃO: 8560 – Fomento à Inovação no Agronegócio – INOVAGRO

Tabela XXXV – Dados gerais da ação - **PI – INOVAGRO**

Função	Agricultura
Subfunção	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
Programa	1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Ação	8560 – Fomento à Inovação no Agronegócio – INOVAGRO
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Os recursos financeiros utilizados em 2010 representaram 95,54% da dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXXV.1

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	**DOTAÇÃO**		**DESPESA EMPENHADA (R$)**	**DESPESA LIQUIDADA (R$)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)**	**VALORES PAGOS (R$)**	**PERC. UTILIZADO (%)**
	INICIAL (R$)	**FINAL (R$)**					
339014	450,00	450,00	403,66	403,66	0,00	403,66	89,70
339033	1.100,00	1.100,00	1.077,18	1.077,18	0,00	1.077,18	97,93
TOTAL	**1.550,00**	**1.550,00**	**1.480,84**	**1.480,84**	**0,00**	**1.480,84**	**95,54**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Os recursos utilizados nessa ação foram para deslocamento ao Rio de Janeiro, mais precisamente na Universidade Federal. O objetivo desta viagem foi uma reunião com professores da UFRJ e professores da Universidade Federal de Santa Catarina no sentido de planejar e organizar o II Seminário Internacional de Indicação Geográfica, um segmento da propriedade intelectual. O referido seminário foi realizado em João Pessoa/PB, em outubro de 2010 e contou com mais de 130 participantes de todas regiões do Brasil. Foi considerado um sucesso e marco decisivo no avanço da Propriedade Intelectual e inserção da Paraíba e do Nordeste em redes nacionais de discussão.

Durante a viagem ao Rio de Janeiro ocorreu uma visita técnica ao Arranjo Produtivo Local da Caprinocultura na região serrana, onde houve a oportunidade de conhecer as diferentes estratégias utilizadas para o desenvolvimento sustentável deste segmento. Com esta experiência e ressalvando as diferenças entre os dois Estados, foi possível estabelecer um plano de ação para apoiar a caprinocultura paraibana, o que deve acorrer em meados de 2011.

♦ **AÇÃO: 8593 –** Apoio ao uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas **– ORGMANEJO2**

Tabela XXXVI – Dados gerais da ação - **PI – ORGMANEJO2**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Ação	**8593 –** Apoio ao uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas **– ORGMANEJO2**
Tipo de Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Durante o exercício de 2010, os recursos financeiros utilizados alcançaram o percentual de 84,19%, em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXXVI 1

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	**DOTAÇÃO**		**DESPESA EMPENHADA (R$)**	**DESPESA LIQUIDADA (R$)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)**	**VALORES PAGOS (R$)**	**PERC. UTILIZADO (%)**
	INICIAL (R$)	**FINAL (R$)**					
339014	2.124,00	2.124,00	2.110,18	2.110,18	0,00	2.110,18	99,35
339030	1.356,00	1.356,00	1.353,00	1.353,00	0,00	0,00	99,78
339036	10.620,00	10.620,00	8.407,50	8.407,50	0,00	8.407,50	79,17
TOTAL	**14.100,00**	**14.100,00**	**11.870,68**	**11.870,68**	**0,00**	**10.517,68**	**84,19**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Os trabalhos e ações do PI ORGMANEJO no ano de 2010 foram focados em atividades de uso e conservação racionais dos solos paraibanos. É sabido que uma grande fração dos solos do Estado da Paraíba encontra-se em franco processo de desertificação. Além disso, inúmeros produtores rurais, devido à falta de informação e orientação, acabam contribuindo para a degradação dos solos através de plantios denominados "morro abaixo", presença de práticas conservacionistas e desconhecimento quanto aos malefícios da erosão ocasionada por solos descobertos. Diante disso, o DPDAG e a EMBRAPA/Algodão firmaram parceria com o objetivo de capacitar técnicos da extensão rural para que os mesmos possam atuar como multiplicadores no processo de manejo sustentável de recursos naturais, com ênfase no manejo dos solos.

Os recursos foram utilizados para a realização de curso sobre Manejo Sustentável dos Solos, ocorrido no município de Lagoa Seca, em dezembro de 2010. O referido curso foi voltado para técnicos da Empresa Paraibana de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PB), lotados em diferentes regiões do Estado, com o intuito de capacitá-los sobre este tema tão importante para a agropecuária paraibana.

Para o ano de 2011 as ações do PI ORGMANEJO devem ser intensificadas, com a realização de cursos, capacitações, instalação de unidades demonstrativas e comemoração do dia mundial de conservação de solos.

- **PROGRAMA: 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual**

Tabela XXXVII

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0393
Denominação	Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.
Objetivos específicos	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.
Gerente	Jorge de Paula Costa Ávila
Responsável	Divaldo da Silva Cunha
Indicadores ou parâmetros utilizados	Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade

para avaliação do programa	BR); 2519-Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Modelo de Utilidade (Prioridade BR); Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia; Prazo de Concessão de Patentes; Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial; Prazo de Concessão de Registro de Marcas;
Público-alvo (beneficiários)	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: **2B47** – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – **IG - INDGRAF**

♦ AÇÃO: 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG - INDGRAF

Tabela XXXVIII – Dados gerais da ação - **PI - INDGRAF**

Função	Agricultura
Subfunção	Normalização e Qualidade
Programa	0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual
Ação	2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG - INDGRAF
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXXVIII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
Ação 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.	INDGRAF	Produtor Atendido (Unid.)	3.800	0	4.000	105	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Levantamento de produtos agropecuários com potencial de indicação geográfica e Apoio a projetos de promoção da IG.	INDGRAF	Produtor Atendido (Unid.)	2.400	0	3.800	158	*

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Reunião com o Fórum de Fruticultura da Borborema e Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas, visando a divulgação e planejamento de atividades para a Indicação Geográfica do Coco de Sousa e a Marca Coletiva do Citros da Borborema. Mês: Fevereiro. Local: Campina Grande e Sousa. Servidor: José Maurício Teixeira.	02	reunião

1.2. Reunião de nivelamento e divulgação sobre os conceitos de Indicação Geográfica e como deve ser o processo de reconhecimento de uma IG. Mês: Março. Local: Campina Grande, Areia e Sousa. Servidores: Manoel Octavio Silveira da Mota e José Maurício Teixeira.	03	reunião
1.3. Reunião técnica e palestra sobre IG para técnicos e gestores do Instituto Nacional do Semiárido, com objetivo de elaborar Convênio de Cooperação Técnica para fortalecimento das ações no Estado da Paraíba. Mês: Março. Local: Campina Grande. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01 01	reunião palestra
1.4. Reunião técnica da Coordenação de Indicação Geográfica. Mês: Abril. Local: Brasília. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	reunião
1.5. Participação no Seminário Internacional sobre Marcas de Qualidade. Mês: Maio. Local: São Paulo. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	seminário
1.6 Reunião técnica com docentes da UFSC/CIRAD e UFRJ, visando organização e realização do II Seminário Internacional de Indicação Geográfica. Mês: Maio. Local: Rio de Janeiro. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	reunião
1.7. Reunião ordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas Mês: Maio. Local: João Pessoa. Servidores: Manoel Octavio Silveira da Mota e José Maurício Teixeira.	01	reunião
1.8. Reunião extraordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas. Mês: Maio. Local: João Pessoa. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	reunião
1.9. Reunião com o Fórum de Fruticultura da Borborema e Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas e visita técnica aos produtores de coco nos núcleos de irrigação do distrito de São Gonçalo/Sousa. Mês: Maio. Local: Campina Grande, São Gonçalo e Sousa/PB. Servidores: Manoel Octavio Silveira da Mota e José Maurício Teixeira.	02 01	reunião visita técnica
1.10. Reunião ordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas. Mês: Junho. Local: Campina Grande/PB. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	reunião
1.11. Reunião extraordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas. Mês: Junho. Local: Campina Grande/PB. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	reunião
1.12. Reunião do Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas e reuniões técnicas com produtores de coco, divulgando a IG e esclarecendo dúvidas. Mês: Junho. Local: Sousa, Nazarezinho, Marizópolis, São Gonçalo e Aparecida. Servidores: Manoel Octavio Silveira da Mota e José Maurício Teixeira.	05	reunião
1.13. Visita ao Vale do Piancó para fiscalizar convênio. Mês: Junho. Local: Itaporanga, Santana dos Garrotes, Piancó, Diamante e Pedra Branca. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	visita
1.14. Reunião ordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas. Mês: Julho. Local: Campina Grande/PB. Servidores: Manoel Octavio Silveira da Mota e José Maurício Teixeira.	01	reunião

1.15. Reunião extraordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas. Mês: Julho. Local: João Pessoa/PB. Servidores: Manoel Octavio Silveira da Mota.	02	reunião
1.16. Reunião extraordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas. Mês: Julho. Local: Campina Grande. Servidores: Manoel Octavio Silveira da Mota.	02	reunião
1.17. Ministrar palestra na UFPB sobre Indicação Geográfica: ferramenta de desenvolvimento para a fruticultura paraibana. Mês: Agosto. Local: Areia/PB. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	palestra
1.18. Reunião ordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas Mês: Agosto. Local: Campina Grande. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	reunião
1.19. Reunião extraordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas. Mês: Agosto. Local: João Pessoa e Campina Grande. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	03	reunião
1.20. Reunião ordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas. Mês: Setembro. Local: João Pessoa/PB. Servidores: Manoel Octavio Silveira da Mota, José Maurício Teixeira.	01	reunião
1.21. Reunião extraordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas. Mês: Setembro. Local: João Pessoa e Campina Grande. Servidores: Manoel Octavio Silveira da Mota, José Maurício Teixeira.	05	reunião
1.22. Coordenar, organizar e ministrar palestra no II Seminário Internacional de IG: produtos de origem como estratégia de desenvolvimento. Mês: Setembro. Local: João Pessoa. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	palestra
1.23. Reunião ordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas. Mês: Outubro. Local: Campina Grande. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	reunião
1.24. Ministrar palestra sobre IG na reunião ordinária do Fórum de fruticultura do Vale do Piranhas. Mês: Outubro. Local: Sousa. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	palestra
1.25. Reunião técnica na UFRJ/CPDA para análise, desdobramentos e elaboração de publicação sobre o II Seminário Internacional de IG. Mês: Novembro. Local: Rio de Janeiro. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	reunião
1.26. Coordenar, organizar e ministrar palestra no Curso: Planejamento participativo e Boas Práticas de Produção para Agregação de Valor a Cadeia Produtiva do Arroz Vermelho. Mês: Novembro. Local: Itaporanga. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	01	palestra
1.27. Reunião ordinária do Fórum de IG e Marcas Coletivas. Mês: Novembro. Local: Campina Grande. Servidor: José Maurício Teixeira.	01	reunião

1.28. Reunião com instituições parceiras visando compromissos relativos ao convênio para a Indicação de Procedência do Coco de Sousa. Mês: Novembro. Local: Sousa e João Pessoa. Servidor: Manoel Octavio Silveira da Mota.	02	reunião
1.29. Reunião para criação do Núcleo de Inovação Tecnológica da Paraíba. Mês: Dezembro. Local: Campina Grande. Servidor: José Maurício Teixeira.	01	reunião

Fonte: DPDAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Da dotação orçamentária descentralizada em 2010, foram utilizados 99,54%.

Tabela XXXVIII..2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	5.334,80	5.334,80	5.267,66	5.267,66	0,00	5.267,66	98,74
339030	580,00	580,00	580,00	241,47	338,53	241,47	100,00
339033	7.025,71	7.025,71	7.025,71	7.025,71	0,00	7.025,71	100,00
339036	1.594,20	1.594,20	1.594,20	1.594,20	0,00	1.594,20	100,00
TOTAL	**14.534,71**	**14.534,71**	**14.467,57**	**14.129,04**	**338,53**	**14.129,04**	**99,54**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

No ano de 2010, os trabalhos com o PI INDGRAF tiveram foco na continuidade do Projeto de Indicação de Procedência do Arroz Vermelho do Vale do Piancó, cuja área de abrangência e beneficiários encontram-se descritos detalhadamente logo abaixo. Infelizmente o convênio celebrado com a FAEPA/SENAR passou por um longo processo de aditamento, ocasionando atrasos nas metas estabelecidas. Porém, o projeto não parou, pois algumas lideranças locais de produtores e técnicos envolvidos no processo deram continuidade aos trabalhos.

Alguns produtos interessantes podem ser citados em relação à cultura do arroz vermelho:

- Parceria formalizada entre a EMBRAPA/Meio Norte e a Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária (EMEPA), no sentido de testar variedades adaptadas à região. Este experimento foi conduzido na Fazenda Veludo de propriedade da EMEPA, localizada no município de Itaporanga, em condições edafoclimáticas iguais às enfrentadas pelos agricultores. Os resultados foram apresentados pelo Dr. Almeida em novembro de 2010, durante curso realizado na região. A perspectiva é que estas variedades estejam disponíveis para os produtores em Maio de 2011;
- Inclusão do arroz vermelho como cultura prioritária nas ações do Fórum Paraibano de IG, com esforços voltados para a inserção de novas instituições parceiras, bem como aumento de pesquisas relacionadas a este cereal;

Como resultado das ações do Fórum, foi realizado nos dias 23 e 24 de novembro o curso intitulado: Planejamento Participativo e Boas Práticas de Produção Para Agregação de Valor à Cadeia Produtiva do Arroz Vermelho. Tal curso contou com a participação de pesquisadores da Embrapa Meio Norte, Embrapa Arroz e Feijão, INSA, EMEPA e IBD. Vários produtores e técnicos estiveram presentes e muitos encaminhamentos foram tomados, principalmente no que diz respeito à criação de um Comitê Gestor, com a participação de todas instituições presentes no curso. Há

recursos assegurados pelo CNPq para a publicação de um boletim técnico sobre a cultura do arroz vermelho, a ser lançado ainda no primeiro semestre de 2011.

Outra prioridade de trabalho do PI INDGRAF no Estado da Paraíba foi a cultura do Coco de Sousa. A região de Sousa está localizada no sertão paraibano, distante aproximadamente 450 km da capital. São 12 municípios envolvidos, com cerca de 1.300 produtores, numa área de 1.500 a 2.000 ha cultivados, com estimativa de 250.000 cocos/dia e geração de aproximadamente 7.000 postos de trabalho. A maior parte da produção situa-se em três municípios (Sousa, Marizópolis e Aparecida), em núcleos de irrigação administrados pelo DNOCS. Também conta com a presença de empresas de beneficiamento, que produzem coco desidratado e outros derivados.

A cultura do coco é a principal atividade agrícola da região. Por ser um distrito de irrigação e apresentar condições edafo-climáticas favoráveis, localização geográfica propícia ao escoamento da produção e tradição no cultivo de coco e banana, possui grande potencial de crescimento e diversificação da atividade, inclusive com cultivo de outras fruteiras.

O Coco de Sousa, como é conhecido em diversos mercados de consumo (Brasília, Rio de Janeiro, Recife, João Pessoa, Fortaleza, etc), possui diferenciais de qualidade atribuídos à intensa radiação solar, elevadas médias de temperatura durante o ano, áreas irrigadas e solos férteis. Estes fatores podem ser responsáveis pela grande quantidade de água com altos teores de açúcares (Brix) presente no coco verde, proporcionando propriedades organolépticas diferenciadas.

Diante disso, a Indicação Geográfica pode oferecer proteção coletiva aos produtores desta região, evitando assim usurpações e fraudes, além de ser uma ferramenta de desenvolvimento regional e criar objetivos definidos e comuns a todos os elos da cadeia. Produtores, beneficiadores e comerciantes estabelecidos na região produtora podem obter ganhos econômicos e sociais com a proteção via sinal distintivo, desde que estejam organizados e ofereçam produto com reconhecida qualidade.

Conforme descrito na execução física das atividades, foram realizadas diversas viagens à região de Sousa ao longo do ano de 2010, com objetivo principal de organização dos produtores e da produção. O Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas se reuniu diversas vezes e o tema da Indicação Geográfica para esta cultura permeou os trabalhos. Percebe-se um ambiente favorável às ações, tanto por parte dos cooperados quanto dos técnicos e gestores da região.

Para o ano de 2011, os trabalhos continuarão e as perspectivas são boas pois já existe programação de treinamentos aos produtores através de parceria firmada entre o Fórum e a Embrapa Agroindústria Tropical. Além disso, a cultura do coco da região de Sousa foi inserida no Projeto Nordeste Territorial (PNT) do Banco do Nordeste e recursos serão destinados ao fortalecimento desta cultura.

Espera-se que o Plano de Trabalho para a Indicação de Procedência do Coco de Sousa transforme-se em convênio entre MAPA e SEBRAE/PB, resultando em mais um componente de fortalecimento da cadeia e inserção dos produtores nos mercados mais exigentes.

Por fim, a última prioridade de trabalho do PI INDGRAF foi de consolidação do Fórum de IG e MC da Paraíba. Ao longo do ano foram realizadas diversas reuniões, definidas prioridades de trabalho, divisões de tarefas e funcionamento orgânico do Fórum. Alguns trabalhos ficaram em segundo plano, devido ao fato do Fórum ter se envolvido na organização do II Seminário Internacional de Indicação Geográfica, em parceria com o projeto CAPES/COFECUB/UFRRJ e CIRAD/UFSC. Inúmeras reuniões foram realizadas durante o ano e várias ações de contatos com palestrantes e de organização em si tomaram muito tempo dos integrantes do Fórum. Quase aconteceu um verdadeiro racha nas reuniões, porém o resultado foi considerado ótimo, ao nosso ver e o grupo mais ativo do Fórum tornou-se mais coeso, experiente e autoconfiante. O sucesso do Seminário foi, em grande parte, devido ao alto nível dos palestrantes/discussões e interesse do público

Os beneficiários de uma possível indicação geográfica do arroz vermelho do Vale do Piancó são cerca de 2400 produtores rurais pertencentes aos 20 municípios que compõem o Vale

do Piancó. A área plantada com esta cultura corresponde a aproximadamente 5800 há, segundo o último levantamento realizado pelo IBGE em 2004.

Estes produtores possuem baixa escolaridade, organização ainda insipiente, baixo nível de tecnificação e uso de mão-de-obra familiar no trabalho agrícola.

A produção de coco na região de Sousa envolve aproximadamente 1300 produtores rurais que possuem propriedades no perímetro irrigado de São Gonçalo. A cadeia produtiva do coco da região de Sousa é importantíssima para a região, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Observando-se a execução física das atividades ao longo do ano de 2010, conclui-se que houve um bom desenvolvimento dos trabalhos no Estado da Paraíba, ocorrendo a continuidade dos trabalhos com o arroz vermelho, ótimo trabalho na região de Sousa, inúmeras reuniões e consolidação do Fórum de IG, palestras proferidas, formação de grupos de trabalho, realização de curso e o II SeminárioInternacional de Indicação Geográfica.

Como contraponto, pode-se destacar a cultura do citros da Borborema, que estava relacionada como prioridade de trabalho mas, no decorrer do ano, foi descartada pois não houve protagonismo e nem interesse efetivo por parte dos produtores no processo de trabalho para obtenção de uma Marca coletiva, que era o objetivo. A decisão de descartar esta cultura foi tomada de comum acordo pela equipe do antigo SEPDAG e levada à reunião do Fórum de Fruticultura da Borborema. Nesta reunião todos os membros foram unânimes em relatar que ainda não era a hora de aportar recursos, via convênio, para esta cultura

Nota-se também que, em comparação com o ano de 2009, os recursos disponibilizados e liquidados foram cerca de 55,31% menores. Em 2009, o total de recursos liquidados foi de R$ 26.154,48 e no ano de 2010 o valor liquidado ficou em R$ 14.467,57. Devido a esse contingenciamento de recursos, algumas atividades foram prejudicadas, principalmente aquelas relacionadas ao deslocamento para participação em reuniões e atividades de campo.

Reiteramos também nossa posição no que diz respeito a presença do MAPA na coordenação das atividades estaduais. É necessário que ocupemos nosso espaço no contexto das IGs e marcas coletivas, uma vez que são os profissionais do MAPA que fazem a diferença neste processo, tanto do ponto de vista do conhecimento adquirido, como na qualidade das palestras apresentadas. Nesse aspecto, o intercâmbio com servidores de outros estados deve ser estimulado ainda mais ao longo de 2011, a fim de que experiências sejam trocadas, opiniões sejam dadas, trabalhos em andamento sejam conhecidos e dificuldades comuns sejam compartilhadas.

Conclui-se também que é necessária uma articulação maior entre os estados do Nordeste e seus respectivos DPDAGs, com a possibilidade de criação de um Fórum Nordestino de IG e MC.

Diante do exposto acima e observando a tabela com a execução física das atividades, a conclusão geral é que o ano de 2010 foi ótimo na consolidação dos trabalhos do PI INDGRAF na Paraíba.

➢ PROGRAMA: 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

Tabela XXXIX

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	1426
Denominação	Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Objetivos específicos	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Gerente	Maria Cecília Wey de Brito
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Divaldo da Silva Cunha

Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	3019 - Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: **8606** – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ-ORGÂNICO – **DESENORG**
AÇÃO: **8949** – FOMENTO À CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS GENÉTICOS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – **REGENAGRO**

♦ AÇÃO: 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – DESENORG

Tabela XL– Dados gerais da ação - **PI - DESENORG**

Função	Agricultura
Subfunção	Normalização e Qualidade
Programa	1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade
Ação	8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – DESENORG
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XL.1 Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-orgânico	DESENORG	Pessoa Beneficiada (Unid.)	390	0	380	97.43	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Informação, Fomento e Treinamento em Sistemas de Produção Agropecuários.	DESENORG	Pessoa Beneficiada (Unid.)	380	0	370	97,43	*

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Participar de Oficina Temática de elaboração e qualificação do plano territorial de desenvolvimento Rural Sustentável do território litoral sul.	01	Unid.
1.2. Participar de reunião com a Prefeitura de Campina Grande relacionado com a atividade de promoção e desenvolvimento da Agricultura Orgânica na PB.	01	Unid.
1.3. Participação da 2º Reunião do CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável relacionado com o Programa de Sementes e o Projeto Várzea de Sousa.	01	Unid.
1.4. Reunião Ordinária com o Programa Território da Cidadania relacionado com as ações do MAPA dentro do Programa em apóio aos Projetos de pesquisa e transferência de Tecnologia.	01	Unid.

1.5. Visita a unidade de melhoramento genético na Estação experimental - Umbuzeiro.	01	Unid.
1.6. Participar de palestras com agricultores dos 13 municípios que compõe o Território da Cidadania da Zona Sul para agricultores e técnicos sobre Promotores de Desenvolvimento Sustentável.	01	Unid.
1.7Reunião com o Prefeito de Campina Grande,junto ao Superitendente da SFA/PB, sobre a VI Semena do Orgânico, proposta de execução em parceria com a Prefeitura municipal.	01	Unid.
1.8. Participação da IIº Reunião da CPOrg/PB com fins de formatar agenda da VI Semana do Orgânico' .	01	Unid.
1.9. Participar da abertura da VI Semana dos Alimentos Ogânicos	01	Unid.
1.10. Participação da Oficina Temática de elaboração/qualificação do plano territorial da Cidadania de Desenvolvimento Rural Sustentável do território do Cariri Ocidental.	01	Unid.
1.11.Participar de reunião com Presidente das Associações CAASP – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Certão, com fins entrega de Sementes do Programa Banco Comunitário e Adubação Verdes com fins de fortalecimento das ações relativa da Agricultura Orgânica.	01	Unid.
1.12. Reunião com a CPOrg/PB e parceiros sobre Legislação – Instrução Normativa Nº 54 – Campina Grande.	01	Unid.
1.13. Reuniões com CPOrg/PB e parceiros sobre ações desenvolvida na Agricultura Orgânica no Estado da Paraíba – ULTRA Campina Grande.	06	Unid.
1.14 Participar de reunião com Presidente das Associações CEPFS – Centro de Educação Popular e Formação Sindical, com fins entrega de Sementes do Programa Banco Comunitário e Adubação Verdes com fins de fortalecimento das ações relativa da Agricultura Orgânica.		
1.15. Participarção do dia de Campo promovido pelo Programa de Incentivo a Agricultura familiar – Guruji II.	01	Unid.
1.16 Participar de reunião Nacional do Programa Banco Comunitário e Adubação Verde, avaliar e discutir propostas e resultados, criar mecanismo que venha favorecer o conhecimento e capacitação dos agricultores familiares,is, com vistas encaminhamento de projetos produtivos no segmento da Agricultura Orgânica. Local: Campo Grande/MS	01	Unid.
1.17 Participar Da IVº reunião do CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.	01	Unid.
1.18 Participar da Biofach em São Paulo com fins de transferência de tecnologia as Associações dos Agricultores Agroecológico.	01	Unid.
1.19 Participar de reunião no município de Pedra de Fogo	01	Unid.
1.20 Execução da 2º etapa do Programa Banco Comunitário e Adubação Verde, distribuição de sementes em unidade produtivas agroecológica – Pedras de Fogo	01	Unid.
1.21. Palestra sobre uso de adubação verde no melhoramento do solo para os agricultores agroecólogicos do Assentamento Campo Verde – Pedras de Fogo	01	Unid.
1.22. Palestras sobre o uso das técnicas alternativas da agricultura orgânica no melhoramento do solo para os agricultores da Associação Agroecológica Cruz do Espírito Santo e Currais de Cima	01	Unid.
1.23. Palestra sobre Apicultura Biodinâmica no Sindicato de Agricultores Baia da Traição	01	Unid.

Fonte: DPDAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No ano de 2010, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 97,28% em relação da dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XL.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	1.048,50	1.048,50	985,58	985,58	0,00	985,58	94,00
339030	891,00	891,00	867,19	867,19	0,00	867,19	97,33
339033	1.224,00	1.224,00	1.219,84	1.219,84	0,00	1.219,84	99,66
339036	177,00	177,00	177,00	177,00	0,00	177,00	100,00
TOTAL	**3.340,50**	**3.340,50**	**3.249,61**	**3.249,61**	**0,00**	**3.249,61**	**97,28**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

A Superintendência Federal de Agricultura da Paraíba (SFA/PB), em parceria com Associações Agroecológicas, Sindicatos, ONG's, Gestores Municipais e outras Instituições Públicas tem procurado implementar uma política de desenvolvimento sustentável do agronegocio agroecólogicos em todo o Estado tendo como foco principal o pequeno agricultor que é responsável pela maio produção neste seguimento.

A cadeia produtiva da agricultura orgânica, desde a produção até a comercialização em feiras livres ou em estabelecimentos comerciais, tem recebido do SEPDAG/PB todo apoio no que tange a promoção, capacitação, divulgação e organização do segmento produto orgânico no Estado da Paraíba. No decorrer do ano 2009 praticamente, todas as regiões do Estado foram contempladas com capacitações sobre boas práticas de produção orgânica, material de divulgação da agricultura orgânica e apoio à comercialização através da padronização de barracas. Estas ações beneficiaram aproximadamente 600 produtores agroecólogicos tendo um aumento significativo de 50% em relação ao ano anterior, favorecendo uma melhor oferta de alimentos orgânico ao consumidor e assegurando uma ampliação de mercado, ao produtor que, comercializa seus produtos diretamente em feiras livres agroecológica nos diferentes municípios.

O SEPDAG realizou a VI Semana do Orgânico, de 24 á 29 de Maio de 2010 nos seguintes municípios: Abertura do Evento em Campina Grande, com presença de autoridade Federais, Estaduais e municipais, mídia, agricultores agroecológicos e público em geral. Mobilização, panfletagem, sorteios de brides. João Pessoa, dia de campo em agroecologia, Feira-exposição Agroecológica e Cultural promovidoa pelo PRO-HORTE/CINTURÃO VERDE/PMJP. Pedra de Fogo: palestras e apresentação foclórica,apresentação dd trabalho dos estudantes da rede municipal sobre meio ambiente promovido pelo SEBRAE/Prefeitura municipal. Monteiro : palestra e apresentação de trabalhos dos estudantes da rede municipal, recepção de agricultores dos municípios do Cariri e almoço de confraternização promovido pelo Projeto do Helder/Prefeitura municipal/SEBRAE AGROFLORA/SEBRAE. Rio Tinto : palestras, apresentação de trabalho por estudantes da rede municipal, lanche, promovido pela AGROFLOREA/SEBRAE e atividades de panflatagem, distrituição de material de divulgação nos municípios de: Jacaraú, Rio Tinto, Lagoa Nova, Lagoa Seca, Remígio(80 produtores e 300 consumidores), Solânea, Massaranduba (120 produtores e 200 consumidores), Monteiro (74 produtores e 287 consumidores), Areia (150 produtores e estudantes universitários) e João Pessoa (125 produtores e 300 consumidores). Na V Semana do Orgânico foi distribuído material de divulgação sobre a importância de se consumir alimentos orgânicos. A panfletagem ocorreu na praia do Cabo Branco, e nos municípios Areias, Guarabira, Sapé, Caldas Brandão, Itabaiana, ampliando a área em relação ao evento anterior atingindo um público cerca de 2500 pessoas.

Foram realizado vários curso e palestras com técnicos convidados e depoimentos de agricultores e agricultoras que foram beneficiados com cursos de capacitação: Fundamentos à Agricultura e Pecuária Orgânica, Importância da Adubação Verde no melhoramento do Solo,

Técnicas Alternativas na Agricultura Orgânica, Técnica em Apicultura Orgânica, nos municípios de Pitimbú, Congo, , Monteiro Sapé, Areias, Campina Grande,João Pessoa, Jacaraú Patos. Nestes cursos teórico/prático, estiveram presentes 700 participantes, dentre técnicos De Instituições públicas e privadas, tais como, EMATER, SEDAP, SEBRAE, PREFEITURAS MUNICIPAIS e Associações de produtores Agroecológicos dos referidos municípios.

Atividades de promoção do agro negócio agroecológico - 2010

No ano de 2010 foi realizado a VI Semana do Orgânico, abrangendo todas as regiões do Estado. Ampliação do Programa Banco Comunitário de Sementes e a realização de 06 reuniões da CPOrg/PB e 0l Oficina de campo além de várias palestras com entidades de Associações e Sindicatos com objetivo de promover informações e divulgar ao consumidor sobre o alimento orgânico, e ao produtor orgânico dar continuidade ao apoio às feiras agroecológica espalhadas por todo Estado.

- **PROGRAMA: 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário**

Tabela XLI

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	6003
Denominação	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria.
Objetivos específicos	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.
Gerente	Márcio Antônio Portocarrero
Responsável	Divaldo da Silva Cunha
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	2356 - Custo Médio do Transporte de Grãos;
Público-alvo	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO**: 2B17** – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE – **FISCONTRATO**
AÇÃO: **8611** – APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO – **APPRODUTOR**

- **AÇÃO: 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO**

Tabela XLII – Dados gerais da ação **- PI – FISCONTRATO**

Função	Agricultura
Subfunção	Administração Geral
Programa	6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Ação	2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No ano de 2010, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 95,89% em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XLII .1

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	9.027,00	9.027,00	8.534,50	8.534,50	0,00	8.534,50	94,54
339030	2.964,00	2.964,00	2.964,00	2.227,00	737,00	2.227,00	100,00
TOTAL	**11.991,00**	**11.991,00**	**11.498,50**	**10.761,50**	**737,00**	**10.761,50**	**95,89**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Execução Física das Atividades da ação 2B17 - FISCONTRATO

O DPDAG analisou 40 Projetos de Emendas Parlamentares em 2010 do Orçamento Geral da União (OGU) de 37 municípios do Estado da Paraíba, no valor Total de **R$ 7.819.500,00** (sete milhões, oitocentos e dezenove mil e quinhentos reais), os quais encontram-se na Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (GIDUR), da Caixa Econômica Federal da Paraíba – Agência Cabo Branco, em fase de contratação.

Dos projetos analisados, 40 emendas se destinaram à Aquisição de Patrulha Mecanizada, no valor de **R$ 7.819.500,00** (sete milhões, oitocentos e dezenove mil e quinhentos reais), conforme discriminação em tabela a seguir:

Tabela XLII .2

Contrato de Repasse 2010/PB – MAPA

MUNICÍPIO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	OBJETO	VALOR (R$)
1.Salgado de São Félix	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	331.000,00
2. Lagoa de Dentro	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
3. Cuité	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
4. Gado Bravo	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
5. Dona Inês	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
6. Salgado de São Félix	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
7. Imaculada	20.605.6003.8611.0000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
8. Conceição	20.605.6003.8611.0000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
9- Nova Palmeira	20.605.6003.8611.0000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
10. Água Branca	20.605.6003.8611.0000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
11. Damião	20.605.6003.8611.0000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
12. Umbuzeiro	20.605.6003.8611.0000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
13. Itabaiana	20.605.6003.8611.0000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00

14. Pilões	20.605.6003.8611.0000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
15. Santa Cruz	20.605.6003.8611.0000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
16. Puxinanã	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	97.500,00
17. São Vicente do Seridó	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	97.500,00
18. Alagoa Nova	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	429.000,00
19. Aroeiras	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
20. Cabaceiras	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	156.000,00
21. Gado Bravo	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	156.000,00
22. Ingá	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
23. Ingá	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	185.250,00
24 .Cuité	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
25. Queimadas	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	526.500,00
26.Logradouro	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	156.000,00
27. Caiçara	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
28. Sertaozinho	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	156.000,00
29. Aguiar	20.605.6003.7H17.0025	Aquis.de Patrulha Mecanizada	117.000,00
30. Borborema	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	117.000,00
31. Olivedos	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	117.000,00
32. Triunfo	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	117.000,00
33. Uirauna	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	121.875,00
34. Natuba	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	121.875,00
35. Mogeiro	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	121.875,00
36. Catolé do Rocha	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	121.875,00
37. Bom Sucesso	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	121.875,00
38. Aroeiras	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	121.875,00
39. Salgado de São Félix	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	121.875,00
40. Santarem	20.605.6003.7H17.0930	Aquis. de Patrulha Mecanizada	121.875,00
TOTAL			**7.819.500,00**

Fonte: DPDAG

Espera-se que com esses recursos das emendas parlamentares sejam beneficiados direta e indiretamente cerca de 380.000 produtores rurais e a população em geral dos municípios citados acima.

Em se tratando do Contrato de Repasse, de acordo com a Portaria Nº. 1.232, de 23 de dezembro de 2008, os planos de trabalho deverão ser analisados pela SFA-PB para análise de compatibilidade do objeto proposto com as ações regidas pela citada portaria e o seu respectivo enquadramento em relação aos dados cadastrais, programáticos e orçamentários, sendo de sua responsabilidade o deferimento ou indeferimento para alterações, reformulações ou complementações das informações prestadas pelo proponente.

O proponente deverá entregar o Projeto Básico diretamente à unidade da CAIXA ECONÔMICA responsável pela assinatura do contrato, na forma do art. 23 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008. Cabe ainda a CEF a operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise da prestação de contas.

Conclui-se então que, não faz parte da competência das SFA's a análise das Prestações de Contas dos Contratos de Repasse.

♦ AÇÃO: 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – APPRODUTOR

Tabela XLIII – Dados gerais da ação - **PI – APPRODUTOR**

Função	Agricultura
Subfunção	Abastecimento
Programa	6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Ação	8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – APPRODUTOR
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No ano de 2010, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 93,21% em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XLIII.1

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	**DOTAÇÃO**		**DESPESA EMPENHADA (R$)**	**DESPESA LIQUIDADA (R$)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)**	**VALORES PAGOS (R$)**	**PERC. UTILIZADO (%)**
	INICIAL (R$)	**FINAL (R$)**					
339014	1.593,00	1.593,00	1.111,96	1.111,96	0,00	1.111,96	69,80
339030	8.725,80	8.725,80	8.725,80	7.314,87	1.410,93	1.332,72	100,00
339039	1.500,00	1.500,00	1.175,09	1.175,09	0,00	1.175,09	78,34
339093	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	50,00	100,00
TOTAL	**11.868,80**	**11.868,80**	**11.062,85**	**9.651,92**	**1.410,93**	**3.669,77**	**93,21**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

As ações realizadas com a utilização do PI APPRODUTOR foram referentes à fiscalização de convênios e contratos de repasse celebrados entre o MAPA e prefeituras municipais/entidades. Ainda com referência aos convênios e contratos de repasse, foram realizadas reuniões técnicas para encaminhamento de pleitos de instituições do Governo do Estado da Paraíba. O ano de 2010 foi o primeiro na utilização do referido PI, principalmente com ações voltadas ao fomento,

acompanhamento e fiscalização de convênios. Para o ano de 2011 a meta é aumentar as ações relacionadas a este PI, haja vista a necessidade de um acompanhamento mais incisivo das fiscalizações. Há necessidade também de serem trabalhadas questões mais específicas de apoio aos produtores, como o apoio na gestão de associações legalmente constituídas, capacitações, cooperativismo, gestão de projetos e formação de novas lideranças.

➢ PROGRAMA: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Tabela XLIV

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0375
Denominação	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Objetivos específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Gerente	Francisco Sergio Ferreira Jardim
Responsável	Jerônimo Barata de Melo
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de conformidade de corretivos agrícolas; Taxa de conformidade defensivos agrícolas; Taxa de conformidade fertilizantes agrícolas; Taxa de conformidade de inoculantes.
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: **2177** - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS – **FISCAGRIC**

♦ AÇÃO: 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC

Tabela XLV – Dados gerais da ação **PI - FISCAGRIC**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XLV.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas.	FISCAGRIC	Fiscalização Realizada (Unid.)	06	06	03	50	*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO

			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Registro de Empresas Prestadoras de Serviço Agrícola.	FISCAGRIC	Registro Realizado (Unid.)	0	0	0	-	*

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Termo de fiscalização.	03	Unid.
1.4. Autorização e prestação de serviços.	01	Unid.

Fonte: DPDAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: NÃO HOUVE DESCENTRALIZAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2010.

Análise Crítica de Desempenho

Durante o exercício de 2010, o Projeto Atividade Fiscalização de Serviço Agrícolas(FISCAGRIC) atigiu um montante de 50% (cinquenta) por cento de suas atividades.

Até a presente data só temos realizado apenas Autorizações de Empresas Registradas em outros Estados, que atuam principalmente na cultura de cana-de açúcar, onde fiscaliza-se a questão do uso de EPI, Equepamentos, Produtos e Outros.

Foram realizadas 03(três) fiscalizações em empresas. Durante 0 período emitimos termos de fiscalização.

➢ PROGRAMA: 1437 – Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional

Tabela XLVI

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	1437
Denominação	Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País
Objetivos específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Gerente	Célio Brovino Porto
Responsável	Divaldo da Silva Cunha
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	2774 - Taxa de Participação do Brasil no Mercado Mundial de Produtos Agropecuários; 2775 - Taxa de Variação Anual das Exportações do Agronegócio;
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários

Fonte: SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: **8548** – PROMOÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO EXTERIOR - **PROMOAGRO**

♦ AÇÃO: 8548 – Promoção do Agronegócio no Exterior – PROMOAGRO

Tabela XLVII – Dados gerais da ação - **PI - PROMOAGRO**

Função	Agricultura
Subfunção	Promoção Comercial
Programa	1437 – Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional

Ação	8548 – Promoção do Agronegócio no Exterior – PROMOAGRO
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XLVII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
8548 – Promoção do Agronegócio no Exterior	PROMOAGRO	Pessoa Beneficiada (Unid.)	-	-	2.150		*

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2011
01. Promoção do Agronegócio no Exterior	PROMOAGRO	Pessoa Beneficiada (Unid.)	-	-	2.150		*

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Realização e participação do 3º Seminário Estadual da Cultura do Abacaxi.	01	Unid.
1.2. Realização e participação no 14º AGROINT – Curso de Integração para a Exportação.	01	Unid
1.3. Realização e participação no 2º Seminário Internacional de Indicação Geográfica – foco na divulgação de produtos típicos e tradicionais do agronegócio paraibano.	01	Unid
1.4. Coordenação e participação em reuniões técnicas sobre fruticultura, inovação tecnológica, sustentabilidade, competitividade e desenvolvimento regional.	19	Unid
1.5. Coordenação e participação em visitas técnicas sobre fruticultura.	08	Unid
1.6. Elaboração e aprovação de Plano de Trabalho sobre diagnóstico sistêmico da Cadeia Produtiva do Coco na Paraíba, focando a abertura de novos mercados de consumo nacionais e internacionais.	01	Unid
1.7. Realização e participação em Curso de capacitação em boas práticas agrícolas e conservação de solo.	01	Unid
TOTAL	32	Unid

Fonte: DPDAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No ano de 2010, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 98,46% em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XLVII..2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R$)	DESPESA LIQUIDADA (R$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$)	VALORES PAGOS (R$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R$)	FINAL (R$)					
339014	5.864,00	5.864,00	5.829,66	5.829,66	0,00	5.829,66	99,41
339030	1.650,00	1.650,00	1.568,93	1.568,93	0,00	1.568,93	95,09
TOTAL	**7.514,00**	**7.514,00**	**7.398,59**	**7.398,59**	**0,00**	**7.398,59**	**98,46**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

No ano de 2010 as ações do DPDAG, no que concerne ao PI PROMOAGRO, foram direcionadas para a complementar os trabalhos iniciados em 2009 e incrementar as exportações paraibanas de produtos agropecuários.

Os objetivos foram ampliar a participação do Estado da Paraíba no comércio internacional e também estimular a sua relação comercial com os outros Estados da Federação.

Trabalharam-se as cadeias produtivas da fruticultura, em especial, do abacaxi, citros e coco.

Com relação aos Fóruns de Fruticultura (grupos de trabalho multi-institucionais) constituídos em 2009, os esforços foram canalizados para a sua devida consolidação e continuidade nas ações iniciadas em 2009 e propostas para 2010. Foram efetuadas reuniões regionais mensais para a organização dos grupos e elaboração de agenda e plano de trabalhos anuais.

Buscou-se incrementar a organização social e gerencial, visando a profissionalização dos segmentos produtivos, bem como a melhoria da coordenação entre os elos das cadeias produtivas atendidas. A produção com adoção das boas práticas agrícolas, colheita e pós-colheita, o beneficiamento, e, principalmente, a comercialização foram abordados de forma sistêmica, montando estratégias para a formação de parcerias comerciais duradouras e benéficas.

A qualidade da produção e a capacidade de controle produtivo, destacando a oferta constante de quantidades suficientes de produtos por um período estabelecido, foram os alicerces que direcionaram o trabalho para a ampliar as formas de comercialização via contrato previamente estipulado. Promovendo assim formas mais adequadas de intercambio comercial, e conseqüente geração de emprego, renda e melhor distribuição de benefícios nas cadeias produtivas.

A profissionalização e capacitação do setor produtivo para a produção com qualidade e oferta de produtos e serviços aos mercados de consumo foi a tônica das atividades. Sempre voltadas ao estabelecimento de parcerias comerciais duradouras com a profissionalização do segmento.

O papel do DPDAG como catalisador e promotor do desenvolvimento sustentável do agronegócio foi exercido quando buscamos a formação de grupos regionais de governança, com uma proposta construída conjuntamente entre representantes de diversas instituições atuantes no âmbito das cadeias produtivas do estado (Fóruns regionais/setoriais). As atividades propostas são executadas com um esforço comum levando em consideração as atribuições de cada instituição participante.

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA

EQUIPE DE TRABALHO:

Ary Bonifário de Farias – Auxiliar de Administração
Cristiane Eduardo Pereira Costa - Agente Administrativo
Enoque Gomes de Alencar – Assistente Administrativo
Eny Soares Pereira de Souza Oliveira – Economista - Chefe Substituta até julho/2010
Isabelle Alves Oliveira do Nascimento - Agente Administrativo - Chefe Substituta a partir de julho/10

Maria do Socorro Niculau da Cunha – Chefe

Apoio Administrativo:
Rita Laurindo Costa –Terceirizada
Agripino Elias Gomes Júnior – Estagiário – até dez/2010

Consoante a Portaria nº 428 de 14.06.2010 que institui o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, no Art. 13 desse instrumento, foi criada a Seção de Planejamento e Acompanhamento - SePA, como Unidade de Assistência, subordinada ao Superintendente da SFA/PB.

Ao Serviço de Planejamento e Acompanhamento e à Seção de Planejamento e Acompanhamento compete:

I - promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto à:
a) orientação do planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos componentes das estratégias; e
b) atualização de instrumentos de apoio à gestão estratégica, especialmente, indicadores de desempenho e projetos estratégicos;
II - promover o processo de gestão operacional, quanto à:
a) internalização do Plano Plurianual;
b) orientação e acompanhamento de:
1. execução das ações (projetos e atividades) constantes do Plano Plurianual, inclusive daquelas que foram delegadas, bem como avaliação de desempenho, com base nos relatórios emitidos pelos sistemas de acompanhamento e de controle físico, orçamentário e financeiro; e
2. elaboração e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária;
c) orientação para desenvolvimento e inovação organizacionais, incluindo a melhoria contínua dos processos de trabalho;
d) execução, acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Gestão Pública, com realização periódica de pesquisa para aferir a satisfação dos usuários, internos e externos, em relação aos serviços prestados, especialmente sobre a qualidade do atendimento;
e) orientação para avaliação e revisão de indicadores de desempenho e demais instrumentos de gestão interna;
III - elaborar relatórios, periódicos e anuais, referentes à programação e ao monitoramento das execuções das ações, inclusive nos aspectos físico-orçamentário e financeiro;
IV - apoiar a realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federação, para apoiar as ações do MAPA;
V - acompanhar auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações físico-financeiras das ações desempenhadas por:
a) unidades administrativas executoras das atividades de defesa, inspeção e fiscalização, vigilância e desenvolvimento agropecuários, bem como demais atividades voltadas ao agronegócio;
b) instâncias intermediárias e locais do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária; e
c) órgãos estaduais e municipais, bem como, entidades privadas, executores de ações delegadas pelo MAPA; e
VI - consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Atividades Desenvolvidas

No exercício de 2010, a equipe de trabalho desta seção, alinhadas às atribuições institucionais, preconizada na Portaria/MAPA nº 428 de 14/06/2010, ao Mapa Estratégico do MAPA, correlacionada a perspectiva de processos internos com foco na iniciativa estratégica - excelência administrativa - ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira e na perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento, relacionadas as iniciativas estratégicas – informação e conhecimento, ambiente de trabalho e pessoas, foram realizadas as atividades:

1. A partir de junho de 2008, mensalmente, a equipe da SPA juntamente com a alta administração, realiza o planejamento do crédito orçamentário, fundamentado no modelo padrão do Plano Operativo do PI-MANUTSFAS e as seções, setores e serviço da área administrativa encaminham para a SePA os produtos do Plano Operativo, que são utilizados no cálculo dos indicadores de desempenho da área administrativa;
2. Nos meses de janeiro e março foi elaborado o Relatório de Gestão Indivual da SFA/PB, exercício 2009;
3. Em janeiro e fevereiro foi realizado o desdobramento das estratégias do 4º trimestre de 2009;
4. Em fevereiro foi realizada reunião da SPA com a alta administração e os chefes da área técnica e administrativa para apresentação e análise das despesas de custeio e investimento da área técnica, exercício 2009, com o bjetivo de orientar e fundamentar as programções mensais pertinentes a cada ação (PI) dos serviços, considerando o referencial comparativo do ano anterior, mês a mês;
5. No decorrer do ano essa seção desenvolveu e implementou demonstrativos orçamentários visando aperfeiçoar o monitoramento da programção orçamentária e execução financeira das despesas da área administrativa e técnica, alinhadas ao PLANO OPERATIVO DO PI MANUTSFAS e demais ações (PI's) da área técnica, com planilhas da área técnica discriminada por elemento de despesa, sendo alimentadas de informações provenientes dos setores: SMP, SEOF, SPR, GAB, STI e STR. Esta prática de gestão consiste em diariamente, os colaboradores desta seção consultar no SIAFI e FORMDIA – saldos de diárias – 33.90.14 do PI MANUTSFAS e as demais ações da área técnica, controle de passagens aéreas e demonstrativos de despesas do SMP os lançamentos realizados. O monitoramento do Plano Operativo do PI MANUTSFAS, realizado pela equipe da SePA, a partir de 2008, ocorre diariamtne e auxilia o gestor na tomada de decisão, dando subsídio para analisar a tendência das despesas com custeio e projeção de gastos com mobiliário, rede elétrica e hidráulica, serviço de alvenaria, sendo referencial comparativo no corrente exercício e subseqüentes;
6. Até junho, mensalmente, era encaminahado do DT, SAD e os chefes dos 05 (cinco) serviços da área técnica demonstrativo contendo as despesas realizadas por cada serviço referente a combustível, manutenção de veículo, correios (AR) e DETRAN, para conhecimento e auxiliar na . programação orçamentária do mês subsequente. Também até junho, mensalmente era enviado ao Superintendente o demonstrativo das despesas realizada por esta UJ para análise e demais encaminhamentos. Após conhecimento da alta administração esse demonstrativo era fixado no quadro de aviso para dar publicidade e transparência as despesas realizadas por esta UG. A paritr do novo regimento das SFA´s, Portaria/MAPA nº 428, publicada no D.O.U. de 14/06/2010, houve mudanças significativas nos serviços da área técnica, o que causou alterações internas, com funções e atribuições diferentes, que permitiu migrações de ações de um serviço para outro, alterando significativamente os demonstrativos, necessitando de ajustes que demorou bastante, causando descontinuidade hábil no processo;
7. No decorrer do ano foram realizadas algumas ações, dando continuidade ao Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos - PROVERH, a começar pelo projeto "Valorização e Reconhecimento do Servidor" que teve início em janeiro 2008. Como exemplo temos a homenagem ao dia internacional da mulher, as comemorações dos aniversariantes do

trimestre juntamente com a programação do dia das mães, dia dos pais, secretária, etc. que estão descritos no decorrer do relatório desta seção. O PROVERH tem como objetivo reconhecer, valorizar e agradecer a qualidade dos serviços prestados pelos servidores, no desempenho de suas funções, nos diversos setores da SFA/PB, sob a coordenação de Lourdes, Vânia e outros membros da Comissão do programa;

8. Em março houve a comemoração do Dia Internacional da Mulher, sendo disponibilizado cofee-break, distribuição de brindes para as mulheres, seguido de sorteio, atração musical de filha de servidora e leitura de mensagem;
9. Em maio realizou-se a comemoração do Dia das Mães e dos Aniversariantes do 1º trimeste - com a participação dos servidores ativos, terceirizados e estagiários, dando continuidade ao Projeto Aniversariante dos Servidores da SFA/PB, lançado em novembro de 2007. Esse Projeto consiste em a Superintendência encaminhar um cartão institucional para a residência de todos os funcionários ativos, terceirizados e estagiários e a cada três meses é comemorado os aniversariantes do trimestre.que constou de atração musical dos servidores: Josinéa, Padilha e filha de Vânia, homenagem aos aniversariantes do 1º trimestre com leitura de mensagem e fotos, sorteio debrindes para as mães, entrega de lembranças às mães e lanche;
10. Nos meses de maio a agosto foi realizado o desdobramento das estratégias do 1º e 2º trimestre de 2010;
11. Em maio ocorreu, na sede da SFA/PBA, a palestra Os Deveres e Proibições dos Servidores Públicos, de acordo com a Lei nº 8.112/90 e as Conseqüências de sua desobediência, com a Coordenadora Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE/MAPA - Natália Ciscotto Ferreira;
12. Em agosto comemorou-se o Dia dos Pais, sendo homenageado o pai mais jovem, o mais velho, seguido de apresentação musical dos servidores, lanche, entrega de lembranças aos pais, comemoração dos aniversariantes do segundo trimestre e outras atrações;
13. No mês de agosto, 11 servidroes participaram do Curso de Elaboração e Gestão de Projetos, em Recife/PE, por temas específicos, definidos pela AGE, com o bjetivo de compor, posteriormente, a comissão de implantação do Escritório de Projeto da SFA/PB, sob a orientação e coordenação da AGE/MAPA;
14. Em parceria com AGE/MAPA, com a participação do servidor Roberto Papa, da interlocutora da Gestão Estratégica na SFA/PB- Socorro Niculau e da facilitadora do Mapa de Aprendizagem – Vânia Leyton, foi realizada, no período de 23 a 27/08/2010, a Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem, na SFA/PB, sendo capacitado mais de 111 servidores da sede, que de forma espontânea, os servidores escolheram o horário e turma que iriam participar;
15. No dia 30/08/2010 foi realizada, com a participação do servidor Roberto Papa, a I e II e Reunião de Análise Estratégica – RAE da SFA/PB, compreendendo a I RAE o ano de 2009 e a II ERA o 1º e 2º trimestre de 2010, com participação de quase todos os servidores ativos, terceirizados de apoio administrativo e estagiários;
16. No dia 20/09 foi realizada, com a participação da interlocutora da Gestão Estratégica – Socorro Niculau e a facilitadora do Mapa de Aprendizagem – Vânia Leyton, a Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem na UTRA Campina Grande e apresentação da I e II RAE;
17. Em setembro ocorreu , em Brasília a Reunião Nacional dos Chefes das SPA'S e SePA'S, sob a coordenação da CGPLAN, com o objetivo de apresentar, analisar e discutir o novo regimento da seção, com base na Portaria/MAPAnº 428, de 14/06/2010, as ações de melhoria que a CMI e CMO/CGPLAN estãso desenvolvendo e definição de uma agenda de trabalho para 2011;
18. Em outubro, Socorro Niculau e Manoel Mota participarm do curso de Implantação do Escritório de Projetos no Setor Público;
19. No mês de outubro os serviços da área técnica e administrativa elaboraram a III RAE referente ao 3º trimestre;
20. No dia 29/11/10 a SFA/PB realizou a III RAE, com a participação dos servidores, estagiários e terceirizados da área de apoio administrativo;

21. No dia 16/12 foi realizada a V MOSTRA CULTURAL DA SFA/PB, coordenada pela equipe da SePA, com a temática Valorização e Reconhecimento do Servidor, constando da programação: comemoração dos aniversariantes do 3º e 4º trimestre, exposição dos produtos artesanais das artesãs da organização, homenagem aos servidores aposentados em 2009: e 2010 - Fátima e Gilberto, incluindo mostra fotográfica deles, entrega de certificados às artesãs, sorteio de produtos artesanais produzidos pelas servidoras artesãs com os servidores, V Mostra culinária dos servidores da SFA/PB,. O evento contou com a parceria da AFFAMA e ASMAPA;
22. Com o planejamento, realinhamento e monitoramento do Plano Operativo do PI MANUT da SFA/PB, a partir de 2008, extraímos os seguintes resultados:
    a) Produtos do Plano Operativo;

    b) Demonstrativo dos resultados orçamentários e financeiros/2009 – AÇÃO: MANUTSFA's;

    c) Indicadores de desempenho da área administrativa: está contido no Item 2.4.3. deste Relatório.

a) <u>Produtos do Plano Operativo</u>

Tabela XLVIII

Produtos do Plano Operativo do PI MANUT da SFA

SRH		ANOS		
		2008	2009	2010
		QUANT.	QUANT.	QUANT.
Treinamentos na área administrativa	nº	43	79	25
Servidores estatutários ativos	nº	103	104	106
Servidores celetistas	nº	19	19	17
Fiscais federais agropecuários ativos	nº	48	47	46
Fiscais federais agropecuários afastados	nº	02	07	36
Agentes de atividade agropecuária e de inspeção ativos	nº	13	14	14
Agentes de atividade agropecuária e de inspeção afastados	nº	02	02	12
Servidores administrativos estatutários ativos/celetista	nº	42	57	62
Servidores administrativos estatutários ativos/celetistas afastados	nº	01	01	16
Solicitação de aposentadoria	nº	04	4	1
Concessão de aposentadoria	nº	03	4	1
Servidores envolvidos na concessão de aposentadoria	nº	01	4	4
Concessão de pensão	nº	12	9	12
Concessão de licença maternidade	nº	02	1	2
Concessão de licença médica	nº	11	20	46
Concessão de licença médica	dias	1.114	448	1.047
Concessão de auxílio-funeral	nº	15	9	15
Concessão de licença assiduidade	nº	08	8	17
SMP				
Processos licitatórios iniciados compreendendo dispensa, inexigibilidade	nº	100	102	86
Processos licitatórios iniciados	Nº		44	5
Processos licitatórios concluídos/homologados	nº	92	39	5
Servidores envolvidos nos processos licitatórios	nº	03	5	6
Contratação de postos de abastecimento	nº	01	3	06
Elaboração de contratos de prestação de serviços	nº	04	11	20
Pedidos de compras de matérias ou serviços	nº	111	165	142
Solicitações apresentadas no Almoxarifado	nº	899	716	684
Solicitações atendidas no Almoxarifado	nº	899	721	684
SEOF				
Diárias pagas na SFA/PB	nº	1.702	1.866	1.317
Servidores envolvidos no pagamento de diárias	nº	03	4	4

Pagamentos efetivados	nº	2.687	2.190	2.065
Emissão de nota de empenho	nº	1.183	1.323	1.631
Servidores envolvidos na emissão de nota de empenho	nº	03	5	4
Concessão de suprimento de fundo	nº	97	82	94
Gabinete da SFA				
Passagens processadas	nº	127	111	148
Participação em eventos externos	nº	65	31	69
Participação em reuniões no MAPA	nº	05	5	11
Reunião com a equipe interna	nº	123	88	80
Reunião regional e nacional com os superintendentes	nº	03	2	38
SAG				
Manutenção física unidade descentralizada	nº	01	0	0
Processo de alienação de bens	nº	04	2	0
Inventario de bens móveis	nº	01	1	1
Manutenção da frota de veículo	nº	164	162	162
SPA				
Elaboração de relatório de atividades	nº	10	3	6
Reunião nacional	nº	02	1	1
Reunião regional	nº	03	3	-
SPR				
Registro de documentos encaminhados para setores internos	nº	7.994	10.053	10.937
Autuação de processos administrativos	nº	1.697	2215	2.331
Registro de documentos encaminhados para órgãos externos	nº	945	2794	1.272
Ofícios expedidos	nº	2.928	3512	3.506
SAOD				
Diárias processadas (emitidas) em toda SFA	nº	1.716	2.184	1.450
Diárias canceladas	nº	-	180	29
Diárias pagas	nº		1.866	1.303
Nº de servidores envolvidos na emissão de diárias	nº	4	4	4

Fonte: SePA

Tabela XLIX

Acompanhamento dos Resultados Orçamentários

PI - MANUT	2010		Quantidade por Mês												
ANO - 2010	**Unid**	**Ação**	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Maio**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**Total**
Monitoramento gastos com **telefonia**	R$	Prog	8.750,00	8.750,00	8.750,00	8.750,00	8.750,00	8.750,00	8.750,00	8.750,00	8.750,00	8.750,00	8.750,00	8.750,00	105.000,00
	R$	Realiz	6.567,10	7.969,98	8.880,77	8.081,57	8.204,87	7.697,24	6.957,97	8.006,48	7.822,33	7.203,31	6.849,25	6.033,31	90.274,18
		%	75,05	91,09	101,49	92,36	93,77	87,97	79,52	91,50	89,40	82,32	78,28	68,95	85,98
Monitoramento gastos com **energia elétrica**	R$	Prog	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,34	18.833,34	18.833,34	18.833,34	226.000,00
	R$	Realiz	16.085,13	17.867,92	17.469,76	16.609,97	16.832,19	15.502,11	11.323,53	10.764,94	11.657,10	12.906,66	13.017,67	13.774,45	173.811,43
		%	85,41	94,87	92,76	88,19	89,37	82,31	60,12	57,16	61,90	68,53	69,12	73,14	76,91
Monitoramento dos gastos com **combustíveis (contrato)**	R$	Prog	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	42.000,00
	R$	Realiz	1.717,10	99,27	2.897,75	1.842,72	2.459,48	1.461,85	1.320,77	1.173,20	1.540,87	1.225,17	2.321,92	2.337,81	20.397,91
		%	49,06	2,84	82,79	52,65	70,27	41,77	37,74	33,52	44,02	35,00	66,34	66,79	48,57
Monitoramento dos gastos com **manutenção frota de veiculos (contrato e revis. obrigatória) 3390. 30 e 3390.39**	R$	Prog	2.916,00	2.916,00	2.916,00	2.916,00	2.917,00	2.917,00	2.917,00	2.917,00	2.917,00	2.917,00	2.917,00	2.917,00	35.000,00
	R$	Realiz	0,00	0,00	1.255,20	1.627,08	1.043,90	1.341,50	0,00	3.838,11	0,00	3.851,48	3.292,44	768,72	17.018,43
		%	0,00	0,00	43,05	55,80	35,79	45,99	0,00	131,58	0,00	132,04	112,87	26,35	48,62
Monitoramento dos gastos com rede de **água/esgoto**	R$	Prog	1.183,33	1.183,33	1.183,33	1.183,33	1.183,33	1.183,33	1.183,33	1.183,33	1.183,34	1.183,34	1.183,34	1.183,34	14.200,00
	R$	Realiz	1.192,34	1.155,80	1.065,11	930,47	875,66	766,04	948,74	291,02	863,48	729,50	2.185,01	1.094,90	12.098,07
		%	100,76	97,67	90,01	78,63	74,00	64,74	80,18	24,59	72,97	61,65	184,65	92,53	85,20
Monitoramento dos gastos com **diárias**	R$	Prog	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	44.400,00
	R$	Realiz	1.798,26	1.751,24	2.550,24	1.491,02	3.278,83	2.941,83	2.013,16	2.527,75	1.816,68	985,06	5.348,16	5.960,16	32.462,39
		%	48,60	47,33	68,93	40,30	88,62	79,51	54,41	68,32	49,10	26,62	144,54	161,09	73,11
Monitoramento dos gastos com **passagens aéreas**	R$	Prog	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
	R$	Realiz	1.824,42		1.895,85	1.568,67	0,00	2.589,23	1.533,15	2.742,56	1.960,80	2,28	1.129,37	1.698,58	**16.944,91**
		%	72,98	0,00	75,83	62,75	0,00	103,57	61,33	109,70	78,43	0,09	45,17	67,94	56,48
Monitoramento de gastos com **Aluguel**	R$	Prog	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	7.800,00
	R$	Realiz	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	7.800,00
		%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Monitoramento de gastos com **Correios**	R$	Prog	6.083,33	6.083,33	6.083,33	6.083,33	6.083,33	6.083,33	6.083,33	6.083,33	6.083,34	6.083,34	6.083,34	6.083,34	73.000,00
	R$	Realiz	0,00	3.360,38	3.124,60	4.956,62	2.899,62	2.899,62	5.513,01	4.593,18	3.529,78	3.423,01	4.048,47	4.042,28	42.967,83

		%	0,00	55,24	51,36	81,48	47,67	47,67	90,62	75,50	58,02	56,27	66,55	66,45	58,86
Monitoramento de gastos com **Manut.Eq.Informática (contrato)**	R$	Prog	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	500,00	1.000,00	1.000,00	500,00	500,00	500,00	5.000,00
	R$	Realiz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Monitoramento de gastos com manutenção de **aparelhos condic. de ar (contrato)**	R$	Prog	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
	R$	Realiz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Monitoramento dos gastos com **Vigilância**	R$	Prog	35.923,00	35.923,00	35.923,00	35.923,00	35.923,00	35.923,00	35.923,00	35.923,00	35.923,00	35.923,00	35.923,00	35.923,00	431.076,00
	R$	Realiz	34.600,00	34.600,00	34.600,00	34.600,00	32.929,33	31.020,00	31.020,00	31.020,00	42.729,78	32.671,89	32.671,89	32.671,89	405.134,78
		%	96,32	96,32	96,32	96,32	91,67	86,35	86,35	86,35	118,95	90,95	90,95	90,95	93,98
Monitoramento dos gastos com **Limpeza**	R$	Prog	27.974,41	27.974,41	27.974,41	27.974,41	27.974,42	27.974,42	27.974,42	27.974,42	27.974,42	27.974,42	27.974,42	27.974,42	335.693,00
	R$	Realiz	24.391,59	24.391,59	24.391,59	24.391,59	24.391,59	24.391,59	38.393,20	26.397,82	26.397,82	26.397,82	26.397,82	26.397,82	316.731,84
		%	87,19	87,19	87,19	87,19	87,19	87,19	137,24	94,36	94,36	94,36	94,36	94,36	94,35
Monitoramento dos gastos com **Apoio Administrativo**	R$	Prog	37.375,25	37.375,25	37.375,25	37.375,25	37.375,25	37.375,25	37.375,25	37.375,25	37.375,25	37.375,25	37.375,25	37.375,25	448.503,00
	R$	Realiz	35.570,40	35.570,40	34.300,03	35.570,40	35.570,40	35.570,40	35.570,40	36.651,04	37.731,68	37.731,68	37.731,68	36.603,03	434.171,54
		%	95,17	95,17	91,77	95,17	95,17	95,17	95,17	98,06	100,95	100,95	100,95	97,93	96,80
Monitoramento dos gastos com **material de expediente**	R$	Prog	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	R$	Realiz	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	675,00	25.255,11	28.930,11
		%	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,86
Monit. dos gastos com **material gráfico e processamento de dados**	R$	Prog	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
	R$	Realiz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.746,36	26.746,36
		%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,28
Monitoramento dos gastos outros - **Detran (3390.39 e 3390.47)**	R$	Prog	0,00	1.000,00	1.400,00	1.800,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	0,00	0,00	12.600,00
	R$	Realiz	0,00	1.286,72	850,45	1.312,80	1.034,44	2.150,95	0,00	759,33	1.785,14	851,15	0,00	0,00	10.030,98
		%	0,00	128,67	60,75	72,93	73,89	153,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79,61
Monitoramento dos gastos outros - **Imprensa Nacional**	R$	Prog	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	12.500,00
	R$	Realiz	1.032,58	394,81	364,44	0,00	303,70	364,44	1.275,54	0,00	0,00	0,00	941,47	0,00	4.676,98
		%	99,13	37,90	34,99	0,00	29,16	34,99	122,45	0,00	0,00	0,00	90,38	0,00	37,42
Monitoramento dos gastos com **gênero de alimentação,**	R$	Prog	500,00	0,00	2.000,00	3.000,00	7.400,00	3.500,00	8.300,00	20.952,00	13.300,00	4.500,00	10.200,00	900,00	74.552,00
	R$	Realiz	470,00	0,00	1.714,00	1.594,82	2.048,20	0,00	4.660,69	1.693,20	1.708,00	23.161,96	1.267,00	26.966,14	65.284,01

suprimento Fundo, fardamento, extintores, mat. bens móveis e imóveis, mat.elétrico, hidráulico, construção, pneus copa e cozinha e outros 3390.30		%	94,00	0,00	85,70	53,16	27,68	0,00	56,15	8,08	12,84	514,71	12,42	2.996,24	87,57
Monitoramento dos gastos com **manut. de bens móveis e Imóveis, cursos, treinamentos, outros seguros, man. de telefone e equipamentos diversos, locação de PABX, serv. deslocam. e outros (com. geral) 3390.36 e 3390.39**	R$	Prog	400,00	400,00	400,00	400,00	4.400,00	400,00	4.400,00	11.900,00	2.400,00	400,00	2.800,00	400,00	28.700,00
	R$	Realiz	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	516,00	4.087,50	400,00	1.050,00	280,00	680,00	4.200,00	13.213,50
		%	100,00	100,00	100,00	100,00	9,09	129,00	92,90	3,36	43,75	70,00	24,29	1.050,00	46,04
Exercicio anterior	R$	Prog	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	R$	Realiz	0,00	0,00	0,00	1.717,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.717,43
		%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CUSTEIO	R$	Prog	151.330,31	151.830,31	154.230,31	157.630,31	164.631,33	234.731,33	167.531,33	188.183,33	171.031,36	159.731,36	166.431,36	154.731,36	2.022.024,00
	R$	Realiz	**126.298,92**	**129.498,11**	**136.409,79**	**139.345,16**	**132.922,21**	**129.862,80**	**145.267,66**	**132.508,63**	**141.243,46**	**152.070,97**	**139.207,15**	**215.200,56**	**1.720.412,68**
		%	83,46	85,29	88,45	88,40	80,74	55,32	86,71	70,41	82,58	95,20	83,64	139,08	85,08
Reforma	R$	Prog	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
	R$	Realiz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.320,65	0,00	0,00	0,00	0,00	33.850,00	44.170,65
		%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,83
Material Permanente	R$	Prog	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00
	R$	Realiz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	111.761,30	122.261,30
		%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,33	0,00	0,00	0,00	0,00	62,06
TOTAL GERAL															**1.886.844,63**

Fonte:SePA

Seção de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD

EQUIPE DE TRABALHO:
Josinéa de Ataíde Morais – Técnico em Contabilidade – Chefe
Augusto Pires Gonçalves – Agente Administrativo
Lúcio Flávio Ayres de Albuquerque – Engenheiro Civil
Gilvan de Carvalho Rodrigues – Agente Administrativo

Apoio Administrativo:
Anne Emanuelle Pereira Serra - Terceirizado
Evanusa Fernandes de Araújo Paulino –Terceirizado
Jailson Joventino da Silva – Técnico de Suporte Avançado - CTIS
João Bosco Mariz Martins Filho – Estagiário

A Seção de Apoio Operacional e Divulgação compete:

I - promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto a apoiar o titular da SFA/MAPA nas atividades de:
a) agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional; e
b) relacionamento com imprensa e promoção institucional;
II - promover atividades de comunicação visual;
III - auxiliar na divulgação de notícias e informações, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio;
IV - receber e adequar as informações das demais unidades administrativas e encaminhá-las ao órgão setorial de comunicação de governo para divulgação;
V - manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, em todas as esferas, e de instituições relacionadas às competências da SFA/MAPA;
VI - providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, observadas as instâncias de competências e orientações normativas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA;
VII - coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática no âmbito da SFA/MAPA; e
VIII - consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal

Atividades Desenvolvidas

No exercício de 2010, a Seção de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD, apoiou o Superintendente da SFA-PB nas atividades de agenda de trabalho para participar de reuniões internas, regionais e nacionais, cerimoniais e entrevistas na mídia. Auxiliou na divulgação de notícias e informações para outros órgãos, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio. Providenciou emissão de passagens aéreas. Mantém atualizado o cadastro de autoridades do setor público, em todas as esferas e de instituições relacionadas às competências da SFA-PB.

Na parte da informática a equipe executou os serviços técnico-administrativos no que diz respeito à parte de Hardware, Software e rede de computadores. Atualmente a rede é composta de 113 estações de trabalho, 02 Servidores – SFAPB01 e SFAPB02, 01 máquina para backup – SFAPB03 e um servidor firewall Aker BOX 611.

Com relação à parte de Software o setor desenvolveu os seguintes serviços: Manutenção do Sistema Automation Systen of Inventory – ASI, composto de 02 módulos: Almoxarifado e Patrimônio; Atualização do Cadastro de materiais; relatórios de nota de compras de materiais (OC);

Criação de 689 de guias de Materiais; Manutenção diária do SIPEORA; manutenção do Sistema SAPA, multiusuário para confecção de 1450 diárias; 92 suprimentos de fundos, publicação de 25 boletins local de pessoal do órgão; confecção e atualização de 48 carteiras de motoristas para condução de veículos oficiais; Manutenção do Sistema de Controle de Portarias – SICONPORTA e edição de 165 portarias; Manutenção do Sistema Controle do Certificado da Doença do Mormo; Manutenção em contas de e-mail; Manutenção e instalação dos seguintes sistemas: Controle para Aqüicultura – SICAQUI; Atualização do sistema de Controle de Brucelose e Tuberculose – SISBRUTU, versão 1.4 e Sistema Controle de Diária – SAPACPD – versão 4.2; Manutenção dos seguintes sistemas via WEB: Controle de Aniversariantes; Cadastro de Aposentados e Pensionistas – APPEN e Concessão de Suprimento de Fundos; Manutenção do Sistema do SAFINDE - Sistema de Acompanhamento Físico, Financeiro e Indicadores de Desempenho - versão 5.8. Com relação à parte de Hardware, foram instalados 07 microcomputadores com as respectivas configurações de rede, instalação de 06 impressoras portáteis; 1980 atendimentos aos chamados dos serviços, seções e setores como configuração de e-mails, backup de arquivos, compartilhamento em rede, instalação de Office e software do MAPA. Atualização e confecção de diversos tipos de documentos disponíveis em rede. Manutenção compreendendo reparos e substituição de peças de todas as estações de trabalho. Instalação e configuração de 10 notebooks

Serviço de Apoio Administrativo - SAD

EQUIPE DE TRABALHO:
João Gonçalves Abrantes New
Hiula Leite Nóbrega – Agente Administrativo
Maria de Lourde Cavour V. Trindade – Agente Administrativo
Adelina Stela Batista Vasconcelos de Souto - Agente Administrativo

Apoio Administrativo:
Lurdeth Firmino de Lima - Terceirizada

À Divisão de Apoio Administrativo e ao Serviço de Apoio Administrativo da Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SAD/SFA/PB,compete:

I - coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais;
II - orientar e acompanhar:
a) procedimentos licitatórios;
b) preparação e formatação de contrato, ajuste e demais instrumentos de parcerias;
c) alienação de bens móveis;
d) execução físico-financeira de convênio, ajuste, contrato, e demais instrumentos de pareceria, emitindo parecer técnico; e
e) atividade-meio e de execução orçamentária e financeira, junto às Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA/MAPA;
III - propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou a Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da área administrativa;
IV - programar e promover auditorias das atividades exercidas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas ou sob orientação;
V - coordenar os apoios operacionais e administrativos à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao Pregoeiro no âmbito da SFA/MAPA, especialmente de:
a) providências para publicação de avisos de licitações e de outros eventos previstos em lei;
b) realização de pesquisas de preços e composição dos respectivos mapas comparativos;

c) elaboração de minuta de edital de licitação ou equivalente; e
d) prestação de informações às empresas licitantes sobre andamento de processos;
VI - elaborar atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços;
VII - acompanhar:
a) cadastramento e atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
b) compra; e
c) formalização, acompanhamento e controle de contratos, convênios ajustes e demais instrumentos de parceria, inclusive das programações físico-financeiras;
VIII - manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais de consumo e permanente, bem como dos serviços prestados;
IX - promover coleta, processamento e manutenção dos dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
X - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais;
XI - prestar apoio administrativo requerido pela participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais; e
XII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Atribuições do Chefe do SAD/SFA/PB:

I - gerir a execução das atividades afetas à unidade organizacional;
II - emitir perecer pertinentes às respectivas competências;
III - elaborar relatórios operacionais, consoante orientações específicas do órgão setorial do Ministério;
IV - reconhecer dispensa e inexigibilidade de licitação, cujas despesas correm à conta dos Recursos alocados a SFA;
V - orientar e controlar, nos aspectos técnico-normativos, a execução das atividades de execução orçamentária e Financeira;
VI - acompanhar, avaliar e orientar os procedimentos administrativos relativos a contratações, licitações e aquisições;
VII - apoiar as atividades relativas a planejamento e acompanhamento, organização e modernização administrativa,
desenvolvimento de pessoas, adequação e manutenção dos equipamentos eletrônicos e de comunicação social e apoio técnico- operacional; e
VIII - praticar atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da unidade organizacional, observadas sua instância de competência e orientações técnico-normativas do órgão setorial do MAPA.

Setores Vinculados:

1. Seção de Atividades Gerais – SAG/SAD/SFA/PB;
1.1. Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG/SAD/SFA/PB;
1.2. Setor de Transportes – STR/SAG/SAD/SFA/PB;
1.3. Setor de Protocolo – SPR/SAG/SAD/SFA/PB;
1.4. Setor de Compras e Contratos – SCC/SAG/SAD/SFA/PB;
1.5.Núcleo de Manutenção Predial – NMAP/SAG/SAD/SFA-PB;
2. Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA/PB;
3. Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF/SAD/SFA/PB.

O SAD dispõe do seguinte programa:

- **PROGRAMA: 0750 – Apoio Administrativo**

Tabela L

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0750
Denominação	Apoio Administrativo
Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos específicos	Não Definido.
Gerente	-
Responsável	Hermes Ferreira Barbosa
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não informado no SIPLAN
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Fonte:SIPLAN

Principais Ações do Programa

AÇÃO: **4716** - OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS – **MANUTSFAS**

♦ AÇÃO: 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – MANUTSFAS

Tabela LI – Dados gerais da ação - **PI – MANUTSFAS**

Função	Agricultura
Subfunção	Administração Geral
Programa	0750 – Apoio Administrativo
Ação	4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUTSFAS
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Desempenho Orçamentário e financeiro - No exercício de 2010, dos recursos financeiros descentralizados, no PI MANUT, foram utilizados aproximadamente 88,39% em relação a datação inicial.

Tabela LI.1

Informações orçamentárias e financeiras da ação 2008					
NATUREZA DA DESPESA	**EMITIDO /REFORÇO (R$)**	**ANULADO (R$)**	**DISPONÍVEL (R$)**	**LIQUIDADO (R$)**	**PERCENTUAL UTILIZADO (%)**
33.90.14	34.507,76	3.622,01	0,00	30.885,75	89,50
33.90.30	232.155,41	0,89	0,00	232.154,52	99,99
33.90.33	40.880,69	9.537,83	0,00	31.342,86	76,67
33.90.36	12.325,00	0,00	0,00	12.325,00	100
33.90.39	510.433,00	0,00	0,00	510.433,00	100
33.90.37	867.460,71	0,00	0,00	867.460,71	100
44.90.52	163.358,40	935,40	0,00	162.423,00	99,42

33.91.39	11.262,00	0,00	0,00	11.262,00	100
33.91.47	905,00	0,00	0,00	905,00	100
33.50.39	3.760,64	0,00	0,00	3.760,64	99,86
33.90.47	5.014,00	0,00	0,00	5.014,00	100
33.90.92	618,94	0,00	0,00	618,94	100
TOTAL	**1.882.681,55**	**14.096,13**	**0,00**	**1.868.585,42**	**99,25**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela LI.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação 2009					
NATUREZA DA DESPESA	**EMITIDO /REFORÇO (R$)**	**ANULADO (R$)**	**LIQUIDADO (R$)**	**A LIQUIDAR (R$)**	**PERCENTUAL UTILIZADO (%)**
33.90.14	30.078,07	-	30.078,07	-	100
33.90.30	87.760,52	1.111,19	77.973,03	8.676,30	98,73
33.90.33	18.254,76	-	18.254,76	0,00	100
33.90.36	7.800,00	-	7.150,00	650,00	100
33.90.37	1.012.690,97	-	970.886,87	41.804,10	100
33.90.39	336.161,35	30,81	333.666,14	2.464,40	99,99
33.90.47	5.534,31	-	5.534,31	-	100
33.90.92	8.439,42	-	8.432,42	-	100
33.91.39	12.617,00	-	10.261,36	2.365,64	100
44.90.51	210.000,00	46.191,23	18.856,00	144.952,77	78
44.90.52	76.000,00	611,15	66.222,37	9.166,48	99,19
TOTAL	**1.805.336,40**	**47.944,38**	**1.547.322,33**	**210.069,69**	**97,34**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela LI.3

Informações orçamentárias e financeiras da ação 2010						
NATUREZA DA DESPESA	**DOTAÇÃO INICIAL/FINAL (R$)**	**DESPESA EMPENHADA**	**DESPESA LIQUIDADA (R$)**	**RP NÃO PROCESSADO (R$)**	**VALORES PAGOS (R$)**	**PERC UTILIZADO (%)**
33.90.14	33.139,20	32.462,39	32.462,39	0,00	32.462,39	97,96
33.90.30	150.662,99	146.659,36	65.866,44	80.792,92	39.927,39	97,34
33.90.33	17.682,34	17.682,34	17.581,92	100,42	15.883,34	100,00
33.90.36	7.780,00	7.780,00	7.150,00	630,00	7.150,00	100,00
33.90.37	970.404,83	970.404,83	873.603,43	96.801,40	803.199,86	100,00
33.90.39	328.991,74	328.991,74	285.732,65	43.259,09	285.332,65	100,00
33.90.47	2.455,83	2.455,83	2.243,01	212,82	2.243,01	100,00
33.90.92	1.717,43	1.717,43	1.717,43	0,00	1.717,43	100,00
33.90.93	116,00	116,00	116,00	0,00	116,00	100,00
33.91.39	6.032,58	6.032,58	4.676,98	1.355,60	4.676,98	100,00
44.90.51	260.242,58	44.170,65	10.320,65	33.850,00	10.320,65	16,97
44.90.52	122.261,30	122.261,30	16.800,00	105.461,30	0,00	100,00
TOTAL	**1.901.486,82**	**1.680.734,45**	**1.318.270,90**	**362.463,55**	**1.203.029,70**	**88,39**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

O exercício de 2010 foi bastante satisfatório no tocante as ações administradas coordenadas pelo SAD/SFA/PB, em particular no que se refere às realizações e conclusões de obras e serviços de engenharia, procurando atender de maneira prática e objetiva as demandas oriundas dos diversos setores desta Superintendência, visando contribuir para melhorar as condições de trabalho e de acessibilidade aos servidores, visitantes e ao público em geral.

A maioria das metas planejadas no exercício anterior se concretizaram, a exemplo da conclusão da nova guarita de acesso, do novo mura frontal, da calçada externa e interna da nossa

sede, das novas coberturas e novas divisórias do almoxarifado, arquivo e auditório, bem como a conclusão das obras de ampliação e modernização de nossa biblioteca.

Realizamos, ainda, processo licitatório para a execução de obras de melhoramento na rede elétrica, assim como fomos contemplados por uma licitação nacional que nos proporcionou uma reforma completa em toda rede lógica.

Adquirimos novos veículos, computadores e mobiliários em quantidades suficientes para suprir nossas necessidades.

Por fim, consciente de que fizemos, dentro das limitações, o melhor para tornar digna a Superintendência aos seus funcionários.

Seção de Atividades Gerais – SAG

EQUIPE DE TRABALHO:
Marcos Antonio Benjamim da Silva – Chefe do SAG/SAD
Maria do Carmo Barros – Agente Administrativo
Flavio Antonio Silva – Auxiliar de Serviços/CONAB**.**

Apoio Administrativo
Mauriceia Chagas Teotônio – Terceirizada
Renata Barbosa Figueiredo - Terceirizada

À Seção de Atividades Gerais compete:

I - promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância;
II - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas;
III - programar as aquisições de materiais e as contratações de serviços;
IV - promover:
a) operação do sistema informatizado de protocolo referente à documentação corrente;
b) ações relacionadas à funcionalidade do Sistema - SIGID;
V - administrar o arquivo central, mantendo as condições de guarda e conservação dos documentos, inclusive procedendo a controle e descarte do acervo documental;
VI - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e
VII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Atividades Desenvolvidas

- Acompanhamento dos trabalhos dos gerentes das empresas terceirizadas, das prestadoras dos serviços de energia elétrica, água, correios, manutenção de veículo e de condicionadores de ar, vigilância e telefonia, como também acompanhamos e controlamos , mensalmente, os pagamentos das faturas de água , energia elétrica e vigilância;
- Elaboração do inventário de bens móveis da SFA/PB, no exercício de 2010 referente a UTRA Campina Grande, Patos, UBS/Alagoinha, Prefeitura Municipal de Monteiro com conferência dos termos de responsabilidades;
- Colaboração, juntamente com o SMP, na elaboração dos projetos referentes às licitações das reformas dos banheiros, biblioteca, estacionamento de veículos para os visitantes, servidores, muro da frente, construção da guarita, reforma do teto do auditório maior

substituído por PVC, do arquivo, almoxarifado, substituição das divis´roias do SAG, SEOFe Laboratório de Bebidas e vinagres e instalações elétricas de toda a SFA e mudança nas instalações elétricas do auditório maior;

- Acompanhamento, como fiscal de contrato, das empresas terceirizadas de apoio administrativo e conservação, limpeza e jardinagem, controlando mensalmente os pagamentos das faturas, atestando-as analisando as obrigações sociais, vales transportes, ticket alimentação, freqüências, férias, a qualidade dos materiais, utilizados nesta SFA etc.;
- Acompanhamento dos trabalhos realizados pelos Setores de Material e Patrimônio, Almoxarifado, Setor de Compras e Contratos, Setor de Transportes, Protocolo e Arquivo, no exercício de 2010.

Gabinete Odontológico

EQUIPE DE TRABALHO:
Vânia Lúcia da Silva Leyton – Odontóloga

Apoio Administrativo
Josefa Cleide Lucas da Silva – Terceirizada

O Gabinete Odontológico tem como finalidade promover a saúde bucal através de ações preventivas e corretivas e assistência odontológica aos servidores ativos, inativos, pensionistas e respectivos dependentes e prestadores de serviço. Proporciona um tratamento qualificado, com profissionais responsáveis e empenhado em realizar um serviço de qualidade.

Atividades Desenvolvidas

Em 2010 ocorreram 173 atendimentos ao público alvo descrito abaixo e realizou 120 procedimentos diversos.

Tabela LII

Atendimento ao usuário

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2007	QUANTIDADE 2008	QUANTIDADE 2009	QUANTIDADE 2010
Servidores Ativos	92	54	88	48
Dependente dos Servidores	64	44	26	55
Inativo	09	05	18	10
Dependente do servidor inativo	-	-	05	01
Prestadores de serviços	51	32	14	58
Dependente do prestador de serviço	19	-	05	01
Pensionista	-	-	08	-
Dependente de pensionista	-	-	95	-
Estagiário	-	10	05	-
TOTAL	**235**	**145**	**264**	**173**

Fonte: GABINETE ODONTOLÓGICO

Tabela LIII

Procedimentos realizados

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2007	QUANTIDADE 2008	QUANTIDADE 2009	QUANTIDADE 2010
Exame clínico	18	10	07	20
Consulta Emergência	04	04	03	02
Restauração de amálgama	61	23	31	04

Rest. Fotopolimerizável simples	121	60	22	27
Rest. Fotopolimerizável ângulo	-	25	14	16
Rest. Fotopolimerizável 3 ou mais faces	-	13	14	05
Raspagem supra gengival (H.A)	22	18	18	16
Raspagem sub gengival (H.A)	18	15	13	01
Aplicação de flúor	12	10	03	06
Aplicação de selante	07	-	02	-
Exodontia Permanente	-	-	00	-
Exododntia decíduo	-	-	00	02
Remoção Raiz Residual	-		00	-
Encaminhamento p/ outras especialidades	06		00	12
Restauração Provisória	16		20	09
TOTAL	**285**		**147**	**120**

Fonte: GABINETE ODONTOLÓGICO

Análise Crítica

A diminuição nos atendimentos se deve, primeiramente, as condições físicas do Gabinete Odontológico, ultrapassado pela longevidade de uso. Também a Odontóloga teve suas tarefas divididas com o SIASS (SubSistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), até a sua integração na equipe do SIASS/PB/MF. Participou também de alguns cursos oferecidos pela Instituição, como:! – I Oficina dos grupos de Trabalho das Unidades do SIASS, nos dias 11 e 12 de março de 2010, em Recife/Pe; 2 - "Curso de Atualização em Dentística Restauradora" realizado em Campina Grande nos dias 17 e 18/06/2010; 3- Reunião com os servidores das ultra de Campina Grande e Patos sobre a inclusão dos mesmos no SIASS/Campina Grande; 4 – Ministrar Oficina do Mapa de Aprendizagem para atender servidores da Sede que foram efetivados no concurso, em Brasília no período de 29/09 a 01/10/2010; 4 – Ministrar Oficina do Mapa de Aprendizagem e Apresentação da 1ª RAE da SFA/PB, ano 2009, 1º e 2º trimestre dês 2010, na cidade de Campina Grande, nos dias 20/09 a 21/09/2010; 5 – Participar do Curso de Elaboração e Gestão de Projetos, no período de 04 a 08/10/2010, em Recife/Pe.

Foram ainda realizados 625 (seiscentos e vinte e cinco) verificações da Pressão Arterial dos servidores, nas quais comprovamos um percentual alto de hipertensão. Podemos ainda constatar a desmotivação de alguns servidores, levando-os a um problema de saúde mental, necessitando até de acompanhamento psiquiátrico e/ou psicológico, inclusive com afastamento do servidor. Constatamos também, em outros servidores, um nível elevado de glicose, inclusive fazendo uso diário de insulina, como também pudemos comprovamos ainda, em outros servidores, o uso abusivo do álcool.

Suporte Documental – SDOC

EQUIPE DE TRABALHO:

Marúzia de Borba Maranhão – Administradora – Responsável pelo SDOC
Raimunda Medeiros Vidal – Economista – Substituta
Ana Beatriz Lopes de Melo - Estagiária

Ao suporte documental compete:
I – verificar a certificação da existência do documento hábil que comprove a operação e retrate a transação efetuada;

II – arquivar no SDOC os processos licitatórios já encerrados;
III - arquivar os documentos comprobatórios dos atos e fatos da Unidade Gestora, para auditoria;
IV – fazer o registro a conformidade documental dentro do prazo de 72 horas;
V - organizar as conformidades em ordem cronológica;
VI - controlar os documentos mensais do RMB - Relatório Mensal de Bens e RMA - Relatório Mensal do Almoxarifado;
VII – registrar os documentos quando solicitados para pesquisas, no livro de protocolo e quando o período for superior a 30 (trinta) dias, enviar através do Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentações - SIGID; e
VIII – listar os processos, tanto de pagamento (diversos) como de suprimento de fundo e ordem de serviço (diárias) que se encontram no SDOC.

Atividades Desenvolvidas

Tabela LIV

Documentos recebidos e arquivados

DESCRIÇÃO	QUANT. 2008	QUANT. 2009	QUANT. 2010
Comprovante de diária (Ordem de Serviço - O. S.)	1.712	1.861	1.303
Concessão de Suprimento de Fundo (C. S. F.)	92	83	90
Concessão de Suprimento de Fundo	-	-	02
Processo diverso	664	773	501
Diária cancelada (O.S.)	03	-	29
Diária devolvida	07	05	08
Processo consultado por várias seções	314	140	89
Consulta a conformidade diária (geral)	28	03	03
Processo licitatório encerrado	08	17	24
Registro da conformidade diária	245	234	242
Processo de prestação de conta	93	96	85
Processo cartão corporativo	-	-	77
Ressarcimento de diária	06	05	03
Processo de prestação de conta anulado	02	01	01
Processos de licitações encerrados	-	-	24

Fonte: SDOC

Tabela LV

Documentos consultados pelos serviços, seções e setores

DESCRIÇÃO	PROCESSO			CONFORMIDADE DIÁRIA GERAL			
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	
SEOF	197	111	-	148	28	-	-
SMP	89	43	-	-	-	-	-
TRANSPORTE	03	05	-	-	-	-	-
SRH	01	-	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO	02	-	-	-	-	-	-
DT	01	-	-	-	-	-	-
SAD	05	-	-	-	-	-	-
SPA	09	40	-	-	-	-	-
STR	02	-	-	-	-	-	-
SIPAG	03	-	-	-	-	-	-
GABINETE	-	52	-	-	-	-	-
ARQUIVO/SPR	-	60	-	-	-	-	-
SEAP/PR	-	02	-	-	-	-	-
SEDESA	-	01	-	-	-	-	-
Todas os setores			-	148	28	-	-
TOTAL	**312**	**314**	**-**	**148**	**28**	140	**89**

Fonte: SIDOC

Análise Crítica de Desempenho

Muitos processos foram consultado na seção do SDOC.

Em comparação ao ano de 2009, houve um acréscimo nas Ordens de Serviços: Diárias; CSF e processos de licitação encerrados.

Embora que no ano de 2010, foi solicitado tanto verbal como por escrito, aquisição de móveis, matérias, etc., ainda se encontram com grandes dificuldades no envio dos documentos, da falta de informação completa para pesquisas dos processos, materiais necessários, causando baixa na motivação de trabalhar e um melhor desenvolvimento dos trabalhos no SDOC/SFA/PB. Esperamos que no ano de 2011, sejam concretizadas as melhorias prometidas.

Para finalizar, gostaria de registrar que a nossa expectativa com relação a todos os eventos ocorridos neste exercício ora findo seja realizado no próximo ano.

Setor de Material e Patrimônio – SMP

O SMP iniciou o exercício de 2010 conforme abaixo:

EQUIPE DE TRABALHO:
Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa – Engenheira – Chefe do SMP/SAG/SAD
Raimunda Medeiros Vidal – Economista
Maria Aparecida Batista de Freitas – Agente Administrativo
Arnaldo de Franca Bezerra – Assistente Técnico Contábil – Responsável pelo Almoxarifado – CONAB
Luiz Maria da Silva – CONAB
Maria do Carmo Barros – Agente Administrativo – Patrimônio
Maria das Graças Pedrosa Rodrigues Martins – Assistente Administrativo
Alcides Gomes de Melo - Assistente Administrativo

Apoio Administrativo:
Andréia Monique Cruz de Lima –Terceirizada até 01 de março de 2010;
Amarando Francisco Dantas Júnior - Estagiário

Em 14 de junho de 2010, foi publicada a **PORTARIA Nº 428, DE 9 DE JUNHO DE 2010,** aprovando o novo Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo em vista o Decreto nº 7.127, de 04 de março de 2010, que substituiu o Decreto Nº. 5.351 de 21 de janeiro de 2005, aprovando uma nova Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No novo Regimento Interno, as atribuições do SMP diminuíram, havendo a separação com o Setor de Compras e Contratos, passando as atribuições a serem:
I - controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido;
II - classificar, registrar e controlar bens de consumo, elaborando demonstrativo contábil;
III - proceder à redistribuição de bens de consumo;
IV - manter:
a) documentação relativa ao almoxarifado da Superintendência Federal, organizada e atualizada;
b) registros, bem como guarda dos materiais de consumo e permanente e promoção da conservação devida;
V - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;
VI - classificar, registrar e cadastrar bem patrimonial, elaborando demonstrativo contábil, bem como controlar a distribuição;
VII - proceder a mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis;

VIII - manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis da Superintendência Federal;
IX - executar os procedimentos de alienação de bens móveis;
X - providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis jurisdicionados à Superintendência Federal, junto aos órgãos competentes;
XI - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e
XII - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal;

Com esta separação, **a equipe de trabalho** também diminuiu ficando composta por:

Raimunda Medeiros Vidal – Economista – Chefe
Arnaldo de Franca Bezerra – Assistente Técnico Contábil – Responsável pelo Almoxarifado – CONAB
Luiz Maria da Silva – CONAB
Maria do Carmo Barros – Agente Administrativo – Patrimônio
Maria das Graças Pedrosa Rodrigues Martins – Assistente Administrativo

Apoio Administrativo:

Amarando Francisco Dantas Júnior - Estagiário

Atividades Desenvolvidas

As atividades são as descritas no Art. 31 do anexo I da Portaria MAPA Nº. 300, de 16 de junho de 2005, correspondendo essencialmente às de controle de almoxarifado e patrimônio. Não existe nenhum PI cujo responsável técnico seja do setor.

Com relação ao Almoxarifado, no desenvolvimento das atividades de controle de entrada e saída do material no sistema informatizado ASI (Automation System Inventory) – Módulo Almoxarifado - Entrada, quando do recebimento dos materiais entregues pelos fornecedores e atestados por comissão formada para este fim, e saída, quando do atendimento às requisições de materiais dos diversos setores. Esta atividade totalizou 716 (setecentos e dezesseis) solicitações e guias e entregas de materiais solicitados 721 (setecentos e vinte e um). O almoxarifado emite o RMA – Relatório Mensal do Almoxarifado, encaminhando-o ao Suporte Documental e mensagem através do Comunica no SIAFI a Setorial Contábil informando dessa entrega, além do Levantamento do Inventário de Material de Consumo que será emitido pela comissão designada na Portaria 0164 de 23.12.2010.

Com relação ao Patrimônio, que realiza o controle dos bens permanentes móveis e imóveis - Os móveis, no sistema informatizado ASI - Módulo Patrimônio, dando entrada quando da aquisição ou transferências de outras UG's; baixa, quando de doações e transferências a outras UG's, e dos bens imóveis no SPIU. Houve a emissão de termos de responsabilidades dos bens móveis, por setor, atualizando-os a cada troca e/ou remanejamento de bem entre os diversos setores, além disso, houve a emissão do RMB – Relatório Mensal de Bens ao Suporte Documental – e envio de mensagem através do Comunica no SIAFI à Setorial Contábil, informando dessa entrega e, anualmente, o Inventário de Bens Móveis e Imóveis realizado por Comissão de Vistoria de Bens Móveis e Imóveis, em 2010 nomeada pela Portaria 022 de 03.02..2011.

Com relação aos bens imóveis, o responsável é o servidor Marcos Antônio Benjamin da Silva, que enviou relatório em separado.

O Almoxarifado realiza serviços de controle de entrada e saída do material no sistema informatizado ASI (Automation System Inventory) – Módulo Almoxarifado. Entrada, quando do recebimento dos materiais entregues pelos fornecedores e atestados por comissão formada para este

fim, e saída, quando do atendimento às requisições de materiais dos diversos setores. Essa atividade totalizou 684 (seiscentos e oitenta e quatro) solicitações e guias e entregas de materiais solicitados. O almoxarifado emite o RMA – Relatório Mensal do Almoxarifado, encaminhando-o ao Suporte Documental e mensagem através do Comunica no SIAFI

O Patrimônio realiza o controle dos bens permanentes móveis e imóveis, no sistema informatizado ASI - Módulo Patrimônio, dando entrada quando da aquisição ou transferências de outras UG's; baixa, quando de doações e transferências a outras UG's, e dos bens imóveis no SPIU. Emite os termos de responsabilidades dos bens móveis, por setor, atualizando-os a cada troca e/ou remanejamento de bem entre os diversos setores, além disso, emite o RMB – Relatório Mensal de Bens ao Suporte Documental – e mensagem através do Comunica no SIAFI.

Almoxarifado

O **ALMOXARIFADO** está contido no Setor de Material e Patrimônio, inciso IV, Art. 39 do regimento Interno, cita: controlar a entrega e saída de materiais de consumo e de bens móveis. A tabela LVI apresenta as entradas de material, por classificação contábil, e a tabela LVII expressa as saídas de materiais, resultante das 689 requisições de materiais atendidas no período de 01/01 a 31/12/2010.

Tabela LVI

Entrada orçamentária de material de consumo

ELEMENTO DE DESPESA/CLASSIFICAÇÃO	MATERIAL	VALOR (R$)
339030-04	Gás engarrafado	517,00
339030-06	Alimentos para animais	20.650,00
339030-07	Gêneros de alimentação	5.662,70
339030-14	Material educativo e esportivo	1.353,00
339030-16	Material de expediente	22.351,07
339030-17	Material de Proc. de dados	9.697,92
339030-19	Mat. Acondic. e embalagem	4.040,00
339030-24	Material p/ manut. de bens imóveis	950,00
339030-29	Material p/ áudio vídeo e foto	869,00
339030-30	Material para comunicações	185,00
339030-35	Material laboratorial	506,40
339030-39	Material p/ manutenção de veículos	3.810,00
339030-44	Material de sinalização visual e outros	6.295,00
TOTAL		**76.887,09**

Fonte: ALMOX/SMP

Tabela LVII

Saída orçamentária de material de consumo

ELEMENTO DE DESPESA/ **CLASSIFICAÇAO**	**MATERIAL**	**VALOR (R$)**
339030-04	Gás engarrafado	517,00
339030-06	Alimentos para animais	20.650,00
339030-07	Gêneros de alimentação	4.517,35
339030-14	Material educativo e esportivo	1.353,00
339030-16	Material de expediente	14.562,78
339030-17	Material de Proc. de dados	7.687,75
339030-19	Mat. Acondic. e embalagem	3.460,75
339030-21	Material de copa e cozinha	531,13

Fonte: ALMOX/SMP

Tabela LVIII

Consumo anual de materiais requisitados	
SERVIÇO, SEÇÃO E SETOR	**VALOR(R$)**
Almoxarifado – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0012	187,09
Assessoria do Gabinete– BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0055	220,00
Divisão Técnica – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0036	436,18
Estação Meteorológica – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0027	61,55
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0029	1.618,88
Gabinete da Superintendência – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0007	1.889,63
Gabinete Odontológico – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0028	54,10
Laboratório de Sementes – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0031	691,71
SAG - Setor de Atividades Gerais – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0009	7.419,83
SAG - Setor de Atividades Gerais – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO, Arquivo - 0023	232,89
SAG - Setor de Atividades Gerais – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO, Biblioteca – 0018	45,52
SAG - Setor de Atividades Gerais – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO, Guarita – 0022	84,56
SAG - Setor de Atividades Gerais – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO, PABX – 0019	56,35
SAG - Setor de Atividades Gerais – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO, Recepção – 0020	24,60
SAG - Setor de Atividades Gerais – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO, Reprografia - 0050	1.320,09
Seção Orçamentária e Financeira – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0034	368,28
Ministério da Pesca e Aqüicultura – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0053	33.187,80
Serviço de Apoio Administrativo – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0006	3.063,67
Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0038	3.081,60
Serviço de Inspeção e Saúde Animal – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0051	1.053,80
Serviço de Fiscalização Agropecuária – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0026	757,05
Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0032	10,49
Setor de Material e Patrimônio – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0052	220,23
Setor de Compras e Contratos - BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0058	141,94
Setor de Patrimônio – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0041	1.011,74
Setor de Protocolo – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0024	1.152,23
Seção de Planejamento e Acompanhamento – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0043	264,17
Seção de Gestão de Pessoas – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0044	697,56
Seção de Tecnologia da Informação – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO – 0005	3.187,75
Suporte Documental – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, TÉRREO - 0046	46,84
Transportes – BR 230, EDF. SEDE PRINCIPAL, ANEXO - 0047	5.234,38
Unidade de Vigilância Agropecuária em Cabedelo – Centro, SEDE UVAGRO - 0054	352,97
Unidade TEC. Regional de Agricult., Pec. E Abast. Em C. Grande – CAMPINA GRANDE, SEDE DA REPRESENTAÇÃO - 0033	1.586,89
Unidade Técnica Regional de Agric. E Abast. Em PATOS, SEDE DA REPRESENTAÇÃO - 0016	611,84
TOTAL	**70.374,21**

Fonte: ALMOX/SMP

A Tabela LVIII evidencia o consumo anual de materiais requisitados pelos diversos serviços, seções e setores, totalizando R$ 70.374,21 (setenta mil, trezentos e setenta e quatro reais e vinte e um centavos).

O **Setor de Patrimônio** está contido no Setor de Material e Patrimônio e as atividades desenvolvidas em 2010 pelo Setor, estão descritas a seguir:

Doações

Em 2010 as doações foram as realizadas através do leilão 01/2009, conforme descrito abaixo.

Tabela LIX

	DOAÇÕES 2010	
CONTA	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (R$)**
	TIPO DE DOAÇÃO - LEILÃO	
142120400	APARELHOS DE MEDIÇÃO	750,00
142120600	APARELHOS E EQUIPAM. DE COMUNICAÇÃO	18.177,46
142120800	AP/EQUIP/UTENS.MEDICO/ODONT./HOSP	0,03
142121200	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	3.088,01
142123000	MAQUINAS AP.E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	859,16
142123200	MAQUINAS APAR. E EQUIPAM.GRAFICOS	8.376,00
142123300	EQUIPAMENTOS P/AUDIO, VIDEO E FOTO	16.896,19
142123400	MAQUINAS APAR. E EQUIPAM.DIVERSOS	20.307,33
142123500	EQUIPAMENTOS PROCESSAMENTO DADOS	81.001,13
142123600	MAQUINAS APAR./UTENS. DE ESCRITORIO	364,37
142123800	MAQUINAS FERRAM./UTENSILIOS OFICINA	0,01
142123900	EQUIP. HIDRAULICOS E ELETRICOS	5.404,55
142124000	MAQUINAS TRATORES E EQUIP.AGRIC.ROD	0,04
142124200	MOBILIARIO EM GERAL	4.388,75
142124800	VEICULOS DIVERSOS	168,01
142125100	PEÇAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	1.182,51
142125200	VEICULOS DE TRAÇAO MECANICA	96.432,71
TOTAL		**257.396,26**

Fonte: SAG/SMP

Balancete Contábil

Encaminhamento de relatório de Bens Móveis (R.M.B.) referente aos meses de janeiro a dezembro/10, mês a mês, em paralelo com o balancete contábil do SIAFI; encaminhamento de cópia de relatório de Bens Móveis e Balancete Contábil, mês a mês, ao Suporte Documental; encaminhamento de mensagem enviada do setorial de contabilidade do MAPA/DF, obedecendo ao calendário contábil.

Termo de Responsabilidade

Foram realizados acompanhamento e levantamento de bens móveis, emitindo termos a todos os responsáveis pelos serviços, seções e setores, devidamente assinados e conferidos, pelo uso e guarda dos mesmos.

Bens Móveis

A SFA/PB adquiriu, no exercício de 2010, os bens móveis relacionados abaixo, os quais foram cadastrados devidamente em suas contas contábeis e inseridos no acervo de bens permanente desta SFA, sendo em seguida emplaquetados e colocados nos Termos de Responsabilidades de cada serviço, seção e setor a que foi destinado.

Tabela LX

Relação dos Bens Móveis Adquiridos			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**VALOR (R$)**
01	APARELHO P/FAX	03	1.754,80
02	APARELHO VIDEO CONFERENCIA	01	11.710,81
03	ARMARIO MEDIO EM MADEIRA	03	2.477,50
04	AUTOMOVEL DE PASSAGEIRO	03	189,892,00
05	BEBEDOURO DE AGUA PARA GARRAFÃO	01	349,80
06	CADEIRA FIXA EM TECIDO	08	2.669,09

07	CAMARA FOTOGRAFICA	01	1.340,00
08	CAMARA DIGITAL	04	4.370,00
09	CENTRAL TELEFONICA	01	17.390,00
10	CLASASIFICADOR DE SEMENTES AMOSTRA DE ARROZ	01	4.849,24
11	CONDICIONADOR DE AR	04	6.699,99
12	DISCO RIGIDO(HD)- REMOVIVEL	02	435,96
13	FILMADORA DE VIDEO	01	1.450,00
14	FORNO DE MICROONDAS	01	329,00
15	FRAGMENTADORA DE PAPEL	01	190,00
16	GAVETEIRO VOLANTE EM MEDEIRA	06	3.840,00
17	GPS PORTATIL	01	1.888,88
18	IMPRESSORA HP	01	480,00
19	IMPRESSORA JATO DE TINTA	02	2.200,00
20	IMPRESSORA MATRICIAL	01	770,00
21	LEITOR DE CODIGO DE BARRAS	01	240,58
22	LEITORA DE INDENTIFICAÇÃO ELETRONICA DE USO ANIMAL	01	950,00
23	MAQUINA COPIADORA	01	3.860,00
24	MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA FORMATO EM L	07	9.008,30
25	MESA PARA REUNIAO EM MADEIRA .	02	3.430,00
26	MICRO PROJETOR	01	1.078,00
27	MICROCOMPUTADOR	07	58.193,00
28	MONITOR DE VIDEO LCD	03	2.280,00
29	PLACA DE INAUGURAÇÃO	01	6.300,00
30	POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO	07	3.850,00
31	PORTATIL NOTEBOOK	04	9.189,00
32	QUARTEADOR DE CEREAIS	01	763,99
33	REFRIGERADOR TIPO FRIGOBAR	03	2.175,10
34	SCANNER DE MESA	01	480,00
35	SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE PROJETOR	01	165,97
36	SWITCH PARA REDES	01	5.006,30
37	TANQUE-REDE CRIAÇÃO DE PEIXE	06	7.200,00
38	TELA PARA PROJEÇAO	01	1.770,00
39	TELEVISOR EM CORES	01	1.387,00
TOTAL		**96**	**372.414,31**

Fonte:ALMOX/SMP

Tabela LXI

Bens Móveis adquiridos por incorporação

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR DE AQUISIÇÃO (R$)
	FORNECEDOR – CGLSG		
01	APARELHO DE VÍDEO CONFERÊNCIA	01	11.710,81
TOTAL			**11.710,81**

Fonte: ALMOX/SMP

Imóveis

Foi realizada vistoria nos imóveis pertencentes ao acervo patrimonial do MAPA sob jurisdição da SFA/PB, nas cidades de Cuité, Monteiro, Alagoinha, UTRA Campina Grande e sede da SFA, VIGIAGRO.

Setor de Compras e Contratos - SCC

EQUIPE DE TRABALHO:
Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa – Engenheira – Chefe do SMP/SAG/SAD
Maria Aparecida Batista de Freitas – Agente Administrativo
Alcides Gomes de Melo - Assistente Administrativo

Em 14 de junho de 2010, foi publicada a **PORTARIA Nº 428, DE 9 DE JUNHO DE 2010,** aprovando o novo Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo em vista o Decreto nº 7.127, de 04 de março de 2010, que substituiu o Decreto Nº. 5.351 de 21 de janeiro de 2005, aprovando uma nova Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No novo Regimento Interno, foi criado o Setor de Compras e Contratos, saindo do antigo as suas atribuições, que são:

Ao Setor de Compras e Contratos compete:

I - promover:
a) apoio operacional e administrativo à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao pregoeiro da SFA;
b) providências requeridas para a formalização de compra ou de contrato de prestação de serviço e de execução de obra;
II - receber, conferir, classificar e registrar os pedidos de aquisições de materiais, prestações de serviços e execuções de obras;
III - controlar:
a) prazos estabelecidos para entrega de materiais e execução de serviços, bem como informar sobre aplicação de penalidades e multas devidas;
b) recebimento e guarda dos documentos de garantia, fornecidos pelos contratados; e
c) estudos de viabilidade de prorrogações de prazos de entrega de material e de execução de serviço e obra;
IV - operar o Sistema Integrado de Registro de Preços, no que se refere ao processamento dos registros referentes às compras e contratações;
V - fornecer subsídios para a elaboração de atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços;
VI - cadastrar e implementar atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
VII - manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais e da prestação de serviços;
VIII - propor:
a) aplicação de penalidades em casos de inadimplência e de descumprimento de obrigações contratuais;
b) designações e substituições de servidores para o exercício do encargo de fiscal de contrato, prestando informações pertinentes;
IX - receber, analisar e instruir processos para repactuações, reequilíbrios econômico-financeiros e reajustes de preços de serviços, bem como para demais alterações contratuais;
X - acompanhar os prazos de vigência dos contratos e de Atas de Registro de Preços, analisando as condições técnico-administrativas das execuções, face à viabilidade legal de prorrogação;
XI - elaborar minutas de editais e de instrumentos contratuais ou congêneres;
XII - solicitar as documentações indicadas para efetivação das contratações, bem como providenciar assinatura dos termos contratuais;
XIII - providenciar divulgação e publicação de termo contratual e demais ações consequentes;
XIV - manter registros dos contratos firmados e gerar cronogramas no SIASG;

XV - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal;

Atividades Desenvolvidas

As atividades são as descritas acima, correspondendo às compras, por dispensa, inexigibilidade ou licitação, além do acompanhamento dos contratos decorrentes das aquisições de serviços. Não existe nenhum PI cujo responsável técnico seja do setor.

No desenvolvimento das atividades diárias (acumulando-se todo exercício de 2010, mesmo que no primeiro semestre tenha sido o SMP), houve a confecção de 628 memorandos, 11% a menos do que no ano anterior, os quais geraram processos referentes a encaminhamentos diversos, entre eles:

- 90 (oitenta e seis) dispensas de licitação, 4,65 % a mais que no ano de anterior;
- 09 (nove) inexigibilidades de licitação, 55 % a menos que no exercício anterior;
- 07 (oito) processos de licitação, sendo 7 (sete) pregões e 01 (uma) tomada de preço, a mesma quantidade do exercício anterior, conforme quadro, que expressa, por modalidade de licitação, o valor estimado e o valor real das aquisições e/ou execuções de serviços;
- 20 (vinte) contratos, 66,67% a mais que o ano anterior;
- 13 (treze) termos aditivos a contratos vigentes (prorrogação de vigência e repactuações), 30% a mais do que no exercício anterior;
- 38 (trinta e oito) processos de aquisições através do Sistema de Registro de Preços, aderindo aos pregões de outras UASG's, 17,39% a mais que no exercício anterior;
- 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) processos de pagamentos, 15% a menos que o exercício anterior.

Dentre as responsabilidades deste Setor, estão as atualizações de dados dos sistemas informatizados do SIASG, dentre eles, SIDEC – Sistema de Divulgação de Compras, SISPP – Sistema de Registro de Preços Praticados, SICON – Sistema de Registro de Contratos, SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores e Portal de Convênios – www.convenios.gov.br. Os dois últimos geram atendimento contínuo aos cadastrados nesta Superintendência, que são hoje 152 (cento e cinquenta e dois) fornecedores cadastrados no SICAF, 15% a mais que o ano anterior; destes, 11 são pessoas físicas e 141 pessoas jurídicas. No SICONV existem mais de 250 entidades cadastradas, com um aumento de aproximadamente 3 %, em relação ao exercício anterior, que foi o ano da maior demanda, início do SICONV foi em outubro de 2008 .

Seguem quadros com as dispensa de licitação, inexigibilidade de licitação, resultados das licitações, contratos vigentes, termos aditivos de contratos vigentes, aquisições através de SRP, além de demonstrativo de pagamentos.

Tabela LXII

Dispensa de Licitação (Art. 24, Lei 8.666/93)

MEMO (Nº/DATA)	PROCESSO/ Nº 21032.	Nº / DATA DISPENSA – 06 Art. 24 - Inciso	SERVIÇO / MATERIAL	FORNECEDOR CNPJ / CPF	VALOR TOTAL (R$)	OB. / DATA DE PAGAMENTO
14-14/01/2010	000088/2010-42	01-14/01 Inciso XXII	Despesa estimativa com o consumo de energia elétrica para UTRACGE/DT-2009.	CELB 08.826.546/0001-95	3.900,00	Pag. mensal
28-19/01/2010	000104/2010-05	02-19/01 Inciso II	Aquisição de café para SFA/PB.	SÃO BRAZ S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS 08.811.226/0019-03	470,00	800094 29/01
44-02/02/2010	000171/2010-11	03- 02/02 Inciso XXII	Despesa estimativa com o consumo de energia elétrica para o Terminal Público Pesqueiro.	ENERGISA 09.095.183/0001-40	10.000,00	Pag. mensal
60-02/02/2010	000225/2010-49	04- 10/02 Inciso X	Reconhecimento de dívida na locação do imóvel onde funciona a Utra-Patos.	EVILÁSIO AYRES MOURA 016.302.534-72	650,00	Pag. mensal
62-12/02/2010	000255/2010-55	62 - 03/11 Inciso X	Contrato de locação de imóvel de Patos	EVILÁSIO AYRES MOURA 016.302.534-72	700,00	Pag. mensal
65-22/02/2010	000264/2010-46	05 – 15/03 Inciso II	Aquisição de material de divulgação para o Min. da Pesca	BUREAU DIGITAL SERV LTDA 05.871.768/0001-54	880,00	800437 29/03/2010
75-02/03/2010	000316/2010-84	06 – 23/03 Inciso II	Aquisição de pneus para SEPDAG/SFA-PB	CIRNE PNEUS COM.e SERV.Ltda. 35.304.542/0007-28	1.564,00	800526 14.04.2010
95–12/03/2010	000385/2010-98	10 – 31/03 Inciso II	Aquisição de Açúcar para SFA/PB.	CERALISTA FARIAS CNPJ: 08.717.774/0001-40	400,00	800525 14.04.2010
99 – 16/03/2009	000330/2009-44	40 - 16/08 Inciso XI	Contratação remanescente de serviços terceirizados	CERQUEIRA MELO	452.780,16 (anual)	Pag. mensal
114 – 22/03/2010	000474/2010-34	11 – 31/03 Inciso II	Locação de Som p/ Minist. da Pesca	J C PRODUÇÕES 05.102.533/0001-06	1.500,00	800512 13/04/2010

117 – 24/03/2010	000508/2010-91	12 – 31/03 Inciso II	Locação de equipamentos para o MINIST.PESCA.	JOSÉ ROGÉRIOP M. PINTO 04.233.558/0001-78	1.920,00	800498 09/04/2010
118-25/03/2010	000509/2010-35	14 – 09/04 Inciso II	Confecção de Materiais para o Ministério da Pesca.	BUREAU DIGITAL CNPJ: 05.871.768/0001-54	3.050,00	800590 23/04/2010
119-25/03/2010	000511/2010-12	07 – 29/03 Inciso II	Aquisição de peixes para Ministério da Pesca (Tilápia)	COLONIA DE PESCADORES Z22 06.955.125/0001-51	4.500,00	800589 23/04/2010
121-29/03/2010	000527/2010-17	13 – 09/04 Inciso II	Aquisição de café para SFA/PB.	SÃO BRAZ S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS 08.811.226/0019-03	1.316,00	801406 20/09/2010
127-30/03/2010	000548/2010-32	08 – 30/03 Inciso II	Locação de carro de som e tablado para Ministério da Pesca	WILLINGTON ALVES FREIRE 12.923.249/0001-58	700,00	800474 07/04/2010
137-31/03/2010	000549/2010-87	09 – 31/03 Inciso II	Locação de ônibus para o Ministério da Pesca	GA. LOCADORA E TURISMO 10.747.286/0001-27	8.000,00	800473 07/04/2010
152 – 15/04/2010	000670/2010-17	~~16~~ – CE 25 – 13/05 Inciso II	Aquisição de letras e placas de identificação p/ SFA-PB	JOÃO AURILIO FARIAS LEIROS 04.455.510/0001-04	1.785,00	800965 28/06/2010
153 – 13/04/2010	0000672/2010-06	15 – 13/04 inciso II	Aquisição de Tela 120 e suporte p/projetor Hi point	ONE FOR ALL- 11.344.939/000190 LUIZ FABIANO-10763681/0001-12	1.935,97	800948 22/06/2010
154 – 15/04/2010	000691/2010-24	~~17~~- CE 21- 07/05 Inciso II	Aquisição de bolsas plásticas 500 unidades.	MILLIEXPRESS REP.LTDA 08.623.794/0001-51	420,00	800822 02/06/2010
188 – 05/05/2010	000844/2010-33	32 - 21/06 Inciso II	Contratação p/revisões de veículos CHEVROLET	BRAZMOTORS VEÍCULO 70.113.683/0001-79	2.007,06	A cada revisão
117 – 24/03/2010	000508/2010-91	12 – 31/03 Inciso II	Locação de equipamentos para o MINIST.PESCA.	JOSÉ ROGÉRIOP M. PINTO 04.233.558/0001-78	1.920,00	800498 09/04/2010
198 – 13/05/2010	000918/2010-31	19 CE – 13/05 Inciso II	Aquisição de 02 câmeras digitais p/ SIPAG	PMTE COM. VAR.PROD.ELETR CNPJ 10.627.269/0001-56	994,00	Não efetivada
199 - 13/05/2010	000919/2010-86	~~18~~ CE 22 – 19/05 Inciso II	Aquisição de sacos de acondicionamento p/SEAP	MAGAZINE LTDA. 40.959.553/000190	2.450,00	801427 23/09/2010

200 - 13/05/2010	000917/2010-97	20 – 14/05 Inciso II	Aquisição de PNEUS p/ SEAP	CIRNE PNEUS COM.e SERV.Ltda. 35.304.542/0007-28	1.370,00	800989 30/06/2010
217- 21/05/2010	000992/2010-58	23 – 21/05 Inciso II	Aquisição de microcomputador	INFOSERV 05.570.101/0001-11	1.710,00	801196 16/08/2010
218 21/05/2010	000993/2010-01	24 – 24/05 Inciso II	Aquisição de microprojetor	VISTA COM ELETR.LTDA 08.607.295/0001-70	1.078,00	801173 10/08/2010
237 31/05/2010	001087/2010-15	~~26~~ – CE 31- 30/06 Inciso II	Aquisição de molduras p/galeria de fotos do GAB/PB	ALINE OLIVEIRA ART MOLDURA 08.649526/0001-09	400,00	801174 10/08/2010
242 – 07/06/2010	001154/2010-00	~~27~~	Serviço de fornecimento de refeições prontas p/ SFPA-PB	PADARIA MIRAMAR LTDA 09.237.694/0001-50	1.975,00	CANCELADA
247 – 08/06/2010	001163/2010-92	28 – Inciso II	Manutenção de SPLITs do auditório	ELETROFRIO COM. SERV.LTDA 41.122.896/0001-69	998,00	CANCELADA
255 15/06/2010	001187/2010-41	-	Serviço de Organização p/Semana do Pescador	ADERSON RAMOS 10.213.388/0001-62	3.900,00	CANCELADO
259 – 17/06/2010	001216/2010-75	29 – CE 18/06 Inciso II	Adesivos de identificação p/ veículos oficiais	LICITAÇÃO COM.PROD.INF.LTDA CNPJ 00.367.971/0001-74	580,00	801117 30/07/2010
260 17/06/2010	001217/2010-10	~~30~~ CE	Aquisição de camisas de malha fio 30 SEPDAG	MARCIC IMP.GRAFICA LTDA 05.956.054/0001-49	780,00	CANCELADO
286 08/07/2010	001337/2010-17	36 - 30/07 Inciso II	Serviço de goteiras no arquivo, auditório e almoxarifado SFA	CONSTRUARTE COM. SERV. LTDA 04.347.239/0001-93	3.146,00	801283 01/09/2010
289 08/07/2010	001350/2010-76	34 - 29/07 Inciso II	Fornecimento de refeições p/120 pesc.p/ inauguração de terminal pesqueiro em Cabedelo/PB	PADARIA MIRAMAR LTDA 09.237.694/0001-50	2.251,50	801116 30/07/2010
306 – 16/07/2010	001402/2010-12	~~33~~ CE 39 – 26/07 Inciso II	Aquisição de vidro fumê	VIDRAÇARIA SÃO PEDRO LTDA 07.601.444/0001-21	950,70	801344 10/09/2010
309 – 19/07/2010	001404/2010-01	35 - 30/07 Inciso II	Serviços de Manut.e instal. de ramal na assessoria do gabinete.	INTEK TELEINFORMÁTICA 01.360326/000192	541,50	801254 24/08/2010

332 – 02/08/2010	001496/2010-11	~~37~~ CE 42 - 24/08 Inciso II	Aquisição de açúcar	CEREALISTA CNPJ:08.717.774/0001-40	480,00	801440 27/09/2010
334-03/08/2010	001508/2010-16	38 - 04/08 Inciso II	Serviços de limpeza de manutenção de impressoras	MARIA KELLY WANDERLEY XAVIER (CONCEPTIVA) 06.220.252/0001-02	430,00	801330 10/09/2010
361 – 17/08/2010	001583/2010-79	~~41~~ CE 43 - 19/08 Inciso II	Recarga de extintores	EXJET COM. E SERV. CONTRA INCÊNDIO CNPJ 02.604.394/0001-12	517,00	801521 13/10/10
398 – 06/09/2010	001721/2010-10	44 - 06/09 Inciso II	Desinsetização e desratização	FGENES 07.833.708/0001-72	650,00	801601 e 801602 28/10/2010
411 – 15/09/2010	001741/2010-91	~~45~~ CE 51 - 06/10 Inciso II	Aquisição de Paquímetro p/SISV	MITUTOYO SUL AMERICANA 59.408.005/0002-81	3.132,66	800115 03/01/2011
417 – 17/09/2010	001757/2010-01	46 - 17/09 Inciso II	Aquisição de interface para Central Telefônica.	INTEK – CNPJ 01.360.326/0001-92	185,00	801431 23/2010
421 – 20/09/2010	001766/2010-94	~~47~~ CE 66 - 16/11 Inciso II	Aquisição de Envelope de Segurança p/SISV	ELC PROD SEG.IND.E COM.LTDA. 73.323.404/0001-90	3.906,37	800114 03/01/2011
424 – 20/09/2010	001770/2010-52	~~48~~ CE 56 - 25/10 Inciso II	Aquisição de Caixa de Papelão p/ SEFAG	GRÁFICA MUNDIAL LTDA CNPJ: 08.602.732/0001-63	1.800,00	801868, 801869 e 801870 09/12/2010
426-21/09/2010	001783/2010-21	61- 03/11 Inciso II	Publicação de notificação de auto de infração em jornal local (SEFAG)	JORNAL DA PARAIBA 08.703.373/0001-30	180,00	801717 18/11/2010
429 - 23/09/2010	001794/2010-10	50- 23/09 Inciso II	Manutenção de 11 aparelhos de ar-condicionados tipo SPLIT	RECLIMATEC CNPJ: 04.449.537/0001-94	2.410,00	801640 04/11/2010
450 – 05/10/2010	001837/2010-59	~~49~~ CE 55- 25/10 Inciso II	Aquisição copiadora digital SEFAG/SISV	MAQ-LAREM 40.938.508/0001-50	3.110,00 750,00	801664 e 801665 10/11/2010
455 - 06/10/2010	001864/2010-21	65- 06/10 Inciso II	Instalação de 2 SPLITS na UTRA-CG	SOFRIO REFRIGERAÇÕES LTDA 09.245.135/0001-91	640,00	801867 09/12/2010
461 – 08/10/2010	001866/2010-11	54- 08/10 Inciso II	Aquisição de Netbook	CYCLOS INFORMÁTICA LTDA 71.447.056/0001-37	1.050,00	801861 09/12/2010

483 – 22/10/2010	001938/2010-20	~~53~~ CE 60 - 29/10 Inciso V	Aquisição capa de processo	GRAFIPEL EDITORA GRAFICA LTDA. CNPJ 40953788/0001-75	675,00	800054 17/01/2011
485 – 22/10/2010	001984/2010-29	64- 03/11 Inciso II	Manutenção rede telefônica do STR	INTEK TELEINFORMÁTICA 01.360326/0001-92	400,00	800018 04/01/2011 RP
493 – 26/10/2010	001958/2010-09	~~57~~ CE 63 - 03/11 Inciso II	Aquisição de caixa de papel germitest	FARED COMERCIAL CNPJ: 07.259.396/0001-08	506,40	EM RESTOS A PAGAR
496 – 28/10/2010	001986/2010-18	~~58~~ CE 59 - 29/10 Inciso II	Serviço de manutenção corretiva na Central Telefônica	INTEK – CNPJ 01.360.326/0001-92	180,00	801709 17/11/2010
520 – 17/11	002069/2010-51	72 - 22/11 Inciso II	Aquisição de mat. Elétrico e hidráulico	JC JONAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO 04.625.176/0001-90	590,80	802030 29/12/2010
	002069/2010-51	67 - 18/11 Inciso II	Aquisição de material elétrico e hidráulico.	NORMA ELÉTRICA LTDA – ME 03.824.374/0001-10	485,90	Em restos a pagar
523 – 17/11	002078/2010-32	68 CE 19/11 Inciso II	Aquisição de pneus 175/65R-14 p/ SEPDAG e SISA/DT/SFA-PB	HC PEÇAS S/A 38.046.843/0014-16	1.920,00	801862 09/12/2010
525 – 18/11	002097/2010-78	69 - 18/11 Inciso II	Para pagamento fatura 0180635180851 – EMBRATEL ref. Novembro/2010 (como reconhecimento de divida)	EMBRATEL 33.530.486/0032-25	3.000,00	801739 23/11/2010 802022 28/12
529-22/11	002100/2010-53	70 - 22/11 Inciso II	Publicação de aviso de tomada de preços 01/2010	JORNAL A UNIÃO CNPJ:01.518579/0001-41	100,00	800047 17/01/2011
530-23/11	002108/2010-10	~~71~~ CE 73 - 29/11 Inciso II	Aquisição de bonés camisas e bolsas.	MARCIC IMPRESSOES GRAFICAS LTDA 05.956.054/0001-49	1.353,00	800014 14/01/2011
536-30/11	002139/2010-71	74 - 29/11 Inciso II	Dispensa c/ reconhecimento de dívida (findo contrato múltiplo)	CORREIOS E TELÉGRAFOS CNPJ: 34.028.316/0019-32	8.000,00	Pag. mensal
557 - 09/12	002187/2010-69	76 - 10/12 Inciso II	Aquisição de pneus 175/65R-13 p/ SISA/DDA/SFA-PB	HC PEÇAS S/A 38.046.843/0014-16	520,00	802037 29/12/2010
559 – 10/12	002190/2010-82	75 - 10/12 Inciso II	Manutenção de Splits para SFA	CONSEL 11.438.313/0001-42	1.350,00	800016 04/01/2011
565-13/12	002200/2010-80	77 - 13/12 Inciso II	Aquisição de totem e placas de inauguração	SIGN DISPLAY 11.290.034/0001-84	6.300,00	800033 05/01/2011
566-13/12	002201/2010-24	78 - 13/12 Inciso II	Aquisição de material de informática	INFORMAQ. COM. E RECICL.	400,00	NE 901219

573 – 15/12	002223/2010-94	~~79~~ 80 - 15/12 Inciso II	Aquisição de material ELÉTRICO	JC JONAS MAT. DE CONSTRUÇÃO	4.996,00	800053 17/01/2011
589 – 16/12	002233/2010-20	81 - 17/12 Inciso II	Aquisição de mat.p/ instalação de cancela eletronica	EDILSON MATOS DE PAIVA 11.647.186/0001-91	7.000,00	800051 17/01/2011
594 – 17/12	002238/2010-52	83 - 17/12 Inciso II	Aquisição de lavajato Trifasico	SUENIA Mª MARCONI DE SOUZA 08.968.617/0001-07	2.454,72	Em restos a pagar
595 - 17/12	002239/2010-05	84 - 17/12 Inciso II	Serviço elétrico no auditório maior	COMPAC	4.200,00	800077 e 800078 20/01/2011
596- 17/12	002237/2010-16	82 - 17/12 Inciso II	Aquisição de painéis de divisórias	AGIVALDO A VERA CRUZ-ME CNPJ : 05.830.521/0001-90	840,48	800075 20/01/2011
598 – 21/12	002264/2010-81	85 - 23/12 Inciso II	Aquisição de película da guarita	MICHEL VIRGINIO FREITAS CNPJ- 09.085.874/0001-63	1.730,00	800052 17/01/2011
599 – 21/12	002265/2010-25	86 - 23/12 Inciso II	Serviço de manutenção de impressora e scanner	MARIA KELLY WANDERLEY XAVIER (CONCEPTIVA) 06.220.252/0001-02	270,00	Em restos a pagar
613- 24/12	002326/2010-54	88 – 30/12 Inciso II	Aquisição de divisórias p/ LASO	AGIVALDO AQUINO 05.830.521/0001.90	2.300,00	Em restos a pagar
614- 24/12	002304/2010-74	87 - 27/12 Inciso II	Aquisição de fone de cabeça sem teclado	INTEK TELEINFORMATICA 01.360.326/0001-92	290,00	800074 20/01/2011
616 – 28/12	002327/2010-07	90 – 30/12 Inciso II	Aquisição de material de manutenção de bens imóveis	JC JONAS CNPJ: 04.625.175/0001-90	1.905,00	800056 17/01/2011
- (mesmo proc. TP 01/2010)	001939/2010-74	89 - 30/12 Inciso V	Recuperação da rede elétrica	AP ENGENHARIA	139.966,80	Pub. Dia 03/01/2011
628 30/12	002328/2010-43	91 - 30/12 IncisoII	Aquisição de aparelho celular para Gabinete/SFA-PB	70.120.662/0001-80	429,00	Em restos a pagar
TOTAL					733.007,02	

Fonte: SCC

* Observações: 1. O nº 52 não foi utilizado;
2. 90 dispensa tiveram processos autuados;
3. 5 foram canceladas;
4. CE significa Cotação eletrônica;
5. Os números tachados significam que foram cancelados; e
6. Foram efetivadas 85 dispensas de licitação.

Tabela LXIII

Inexigibilidades de Licitação (Art. 25, Lei 8666/93)

MEMO Nº/DATA	PROCESSO 21032	SIDEC Nº/DATA INEXIIGIBILIDADE	SERVIÇO / MATERIAL	FORNECEDOR CNPJ/CPF	VALOR TOTAL (R$)	OB. DATA DO PAGAMENTO
11-14//01	000080/2010-86	02 – 14/01 CAPUT Artigo 25	Despesa estimativa com o consumo de água para Sede e Ultras.	C A G E P A 09.123.654/0001-84	14.200,00	PAG. MENSAL
12-14/01	000089/2010-97	01 – 14/01 CAPUT Artigo25	Despesa por estimativa com publicações no Diário Oficial da União-2009.	IMPRENSA NACIONAL 04.196.645/0001-00	12.500,00	PAG. MENSAL
13-14/01	000087/2010-06	03 – 14/01 CAPUT Artigo 25	Despesas p/estimativa com emplacamento/Licenciamento e Seguro Obrigatório de veículos Oficiais da SFA/PB.	DETRAN- 09.188.376/0001-42	6.200,00 (IPVA) 16.400,00 (Seguro)	PAG. MENSAL
84 – 04/03	000343/2010-57	CAPUT Artigo 25	Revisão 30.000 Km (material e serviço) no veiculo Pajero, placa MOM-5763, do Gab/SFA-PB.	DIAS NETO (Mitsubishi) 07.816.107/000151	~~765,00~~ (material) ~~R$195,00~~ (serviço)	CANCELADA
112 –19/03	000466/2010-98	05 – 29/06 CAPUT Artigo 25	Revisão Veículo Oficial Sedesa X-Terra MNW 1316	CARNEIRO AUTOMOTORES LTDA (Renault) 04.093.214/0001-00	Material ~~1.876,34~~ Serviço ~~427,50~~	CANCELADA
186 – 05/05	000824/2010-62	04 – 21/06 CAPUT Artigo 25	Contratação p/revisões de veículos MITSUBISHI	DIAS NETO VEÍCULOS PEÇAS E SEVIÇOS 07.816.107/0001-51	Material – 1.165,28 Serviço – 562,00	A cada revisão
192 – 07/05	000852/2010-80	06 – 29/06 CAPUT Artigo 25	Contratação p/ revisões veículos FORD	CAVALCANTI PRIMO 09.127.069/0001-55	Material – 1.420,86 Serviço – 703,00	A cada revisão
251 – 09/06	001174/2010-72	07- 27/07 CAPUT Artigo 25	Contratação de revisão de veículos	J. CARNEIRO 09.256.546/	932,51 material 675,00 serviço	A cada revisão
410 – 14/09	001736/2010-88	8 -15/09 CAPUT Artigo 25	Inscrição do servidor Carlos Augusto Ferreira de Carvalho no XXIII Congresso Brasileiro de Entomologia	SOCIEDADE ENTOMOLOGICA DO BRASIL 14.476.436/0001-66	570,00	801696 12/11
531 – 29/11	002131/2010-12	9 -29/11 CAPUT Artigo 25	Treinamento em Propagação de Plantas frutíferas	SOCIEDADE DE INVESTIGAÇÕES FLORESTAL 18.134.684/0001-80	750,00	800011 e 800012 04/01/2011
TOTAL					**59.342,49**	

Fonte: SCC

Dos 08 processos de licitações realizados por esta Unidade Gestora, 7 foram pregões (4 realizadas as sessões públicas e duas ficaram para 2011) e uma tomada de preço. Considerando o valor estimado e o valor real, houve uma economicidade de R$ 64.840,47, que equivale a 16,78 % .

O demonstrativo abaixo expressa, por modalidade de licitação, o valor estimado e o valor real das aquisições e execução de serviços diversos, totalizando R$ 321.633,25 (trezentos e vinte e um mil, seiscentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos).

Tabela LXIV

Resultado das Licitações - 2010

MEMO (Nº/DATA)	PROCESSO Nº 21032.	MODADLIDADE E Nº	ITENS – SERVIÇO/MATERIAL	VALOR PREVISTO (R$)	VALOR REAL(R$)
98 - 16/03/2010	000440/2010-40	Pregão nº 01	Aquisição de combustíveis par a a Sede, UTRAs CGE e Patos	186.423,40	192.541,00
258 - 17/06/2010	001219/2010-17	Pregão nº 02	Projeto basico e executivo do SEDESA, Estac. Servidores e Refeitório	62.618,75	33.850,00
315 –23/07	001452/2010-91	Pregão nº 03	Forro	22.584,00	20.949,99
			Divisória	1.906,00	5.513,99
350 – 29/07	001090/2009-03	Pregão nº 04	Material de Expediente	112.941,57	68.778,27
484-22/10	001939/2010-74	Tomada de Preços 01	Const. estacionamento descoberto	~~16.651,61~~	Itens revogados
			Reforma dos sanitários	~~57.817,57~~	
			Recuperação rede elétrica	~~141.555,82~~	~~139.966,80~~ ~~(~~não empenhado em 2010~~)~~
500 - 06/10/2009	001768/2009-40	Pregão 05	Classificação de Produtos Vegetais Importados	~~62.536,74~~	Sessão em 2011
43(SAD) 13/10/2010	001878/2010-45	Pregão 06	Vigilância Sede	~~147.145,80~~	Sessão em 2011
		Pregão 07	Vigilância UTRAs CGE e Patos	~~92.296,56~~	
TOTAL GERAL DO PREVISTO E REALIZADO (NAS LICITAÇÕES EFETIVADAS)				**386.473,72**	**321.633,25**
DIFERENÇA ENTRE O PREVISTO E O REALIZADO					**64.840,47**

Fonte: SCC

Observação: os valores tachados não foram computados nos totais, tendo em vista não terem sido empenhados em 2010.

Tabela LXV

Relação dos Contratos Vigentes

Nº	CONTRATADA	OBJETO	Final vigência	Fiscal e Substituto
08/05	SHANALLY	Vigilância armada Pregão 06/05	08.01.10	Portaria 68/2009 Fiscal - Maria S. Niculau Cunha e Substituto - Cristiane Eduardo P. Costa
07/06	TNL PCS S/A (OI)	Telefonia móvel pessoal Dispensa 34/06	20.12.09	Port. Nº 010/07 Fiscal -Raimunda Medeiros Vidal e Substituto - Josinéia Ataíde Morais
08/07	ENERGISA	Fornecimento de energia elétrica – dispensa 34/07	05.12.10	Portaria 213/2007 / Fiscal Jonas Francisco de Oliveira e Portaria nº 214/2007 / Substituto Maria Zilma M. G. Costa
07/08	TELEMAR	Telefonia fixa comutada Pregão nº 01/2008	26.06.10	Port. Nº 88/2008 / Fiscal - Raimunda Medeiros Vidal e Substituto - Mª Aparecida Batista de Freitas
07/09	INTEK TELEINFORMATICA LTDA	Locação e manutenção preventiva e corretiva de central telefônica	04.11.2010	Port. Nº 135/2009 / Fiscal - Marcos Antônio Benjamin da Silva e Substituto – Flávio Antônio Silva
08/09	CORREIOS	Contrato Múltiplo	04.11.10	Port. Nº 141/Fiscal: Luís Alberto Macêdo Campêlo e Substituto: Lúcia Maria Vasconcelos de Barros
01/10	EQUILIBRIUM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	1- Execução de muro e guarita, 2- Adequação de ambiente para biblioteca e 3- Recuperação da calçada de entorno da sede	20.10.2010	Portaria nº 06/2010 / Fiscal: Lúcio Flávio Ayres de Albuquerque e substituto Maria Zilma Moreira Goncalves da Costa
02/10	AUTOMIX COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Aquisição de combustíveis em João Pessoa	03/06/2010	Port. Nº 49/2010 / Fiscal – Jonas Francisco de Oliveira e Substituto – Hermano Cavalcanti Leite
03/10	HERDEN SALES PORTO	Aquisição de combustíveis em Campina Grande	14/06/2010	Port. Nº 50/2010 / Fiscal - Jonas Francisco de Oliveira e Substituto - Hermano Cavalcanti Leite
04/10	EVILÁSIO AYRES MOURA	Locação de imóvel em Patos		Assinatura ficou para 2011
05/10	DIAS NETO VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	Revisões obrigatórias dos veículos marca MITSUBISHI	19.03.2011	Port. Nº 74/2010 / Fiscal – Jonas Francisco de Oliveira e Substituto – Elias Gomes de Araújo Neto
06/10	BRAZMOTORS VEÍCULOS E PEÇAS LTDA	Revisões obrigatórias dos veículos marca CHEVROLET	22.09.2011	Port. Nº 83/2010 / Fiscal – Jonas Francisco de Oliveira e Substituto – Elias Gomes de Araújo Neto
07/10	CAVALCANTI PRIMO VEÍCULOS LTDA	Revisões obrigatórias dos veículos marca FORD	23.07.2011	Port. Nº 82/2010 / Fiscal – Jonas Francisco de Oliveira e Substituto – Elias Gomes de Araújo Neto
08/10	J CARNEIRO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	Revisões obrigatórias dos veículos marca Renault	21/01/2012	Port. Nº 81/2010 / Fiscal – Jonas Francisco de Oliveira e Substituto – Elias Gomes de Araújo Neto
09/10	AUTOMIX COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Aquisição de Gasolina e álcool em João Pessoa Pregão eletrônico 01/2010	03.06.2011	Port. Nº 49/2010 / Fiscal – Jonas Francisco de Oliveira e Substituto – Hermano Cavalcanti Leite.

10/10	CAVALCANTI COM. DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Aquisição de Diesel em João Pessoa (derivado do Pregão eletrônico 01/2010)	04.06.2011	Port. Nº 50/2010 / Fiscal - Jonas Francisco de Oliveira e Substituto - Hermano Cavalcanti Leite
11/10	HERDEN SALES PORTO-ME	Combustíveis em Campina Grande (Gasolina e Álcool) – Pregão 01/2010	15.06.2011	Port. Nº 51/2010 / Fiscal – Jonas Francisco de Oliveira e Substituto – Francisco Inácio de Souza Filho
12/10	GM RANGEL COMBUSTIVEIS LTDA	Combustível em Patos – Pregão 01/2010	21.05.2011	Port. Nº 52/2010 / Fiscal – Jonas Francisco de Oliveira e Substituto – Joaquim de Oliveira Santos
13/10	CERQUEIRA MELO LTDA EPP	Remanescente dos serviços de recepção, infor- mática, telecomunicação, manutenção e copeira- gem -Dispensa nº 40/2010- inciso XI da lei 8.666	15.08.2011	Portaria nº 0105/2010 / Fiscal- Ary Bonifácio de Farias e Substituto - Enoque Gomes de Alencar
14/10	J.CARNEIRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Revisões obrigatórias dos veículos marca RENAULT	21.01.2012	Port. Nº 81/2010 / Fiscal – Jonas Francisco de Oliveira e Substituto – Elias Gomes de Araújo Neto
15/10	CLASSIC VIAGENS E TURISMO LTDA-ME	Fornecimento de passagens aérea nacional e internacional/ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2010-UASG 070002	08.10.2011	Portaria Nº 0154/2010 / Fiscal: Josinéa de Andrade Morais e Substituto: José Euvaldo Padilha Bezerra
16/10	AGIVALDO AQUINO VERA CRUZ	Aquisição de forro e divisórias	04.05.2011	Portaria Nº 0155/2010 / Fiscal: Lúcio Flávio Ayres de Albuquerque e substituto Marcos Antonio Benjamim da Silva
17/10	SODALITA INFOR. E TELECOMUNICAÇÃO LTDA	Reestruturação da rede local da SFA-PB, de modo a adequar as redes às novas tecnologias - Adesão ao Pregão(SRP)57/2009-UASG 130005	11.11.2011	Portaria Nº05/2011/Fiscal : Ruy Regis de Brito e substituto: Gilwan de carvalho Rodrigues
18/10	DATAGRAPHICS TEC. E INFORMAÇÃO LTDA	Reestruturação da rede local da SFA-PB, de modo a adequar as redes às novas tecnologias – Adesão ao Pregão(SRP)57/2009-UASG 130005	12.11.2011	Portaria Nº 03/2011/Fiscal: Ruy Regis de Brito e substituto: Gilwan de Carvalho Rodrigues
19/10	TM SOLUTIONS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Reestruturação da rede local da SFA-PB, de modo a adequar as redes às novas tecnologias – Adesão ao Pregão(SRP)57/2009-UASG 130005	01.12.2011	Portaria Nº 02/2011/Fiscal : Ruy Regis de Brito e substituto: Gilwan de Carvalho Rodrigues
20/10	ALSAR TECNOLIGIA EM REDES LTDA	Reestruturação da rede local da SFA-PB, de modo a adequar as redes às novas tecnologias – Adesão ao Pregão(SRP)57/2009-UASG 130005	11.112011	Portaria Nº 01/2011/Fiscal : Ruy Regis de Brito e substituto: Gilwan de Carvalho Rodrigues

Fonte: SCC

Tabela LXVI

Termos Aditivos Efetivados em 2010

Nº TERMOS	CONTRATO/CONTRATADO	OBJETO
01	05/2009 – GM RANGEL	AUMENTO 25% DO QUANTITATIVO
02	01/2010 - EQUILIBRIUM	PRORROGAÇÃO VIGÊNCIA
03	08/2007 – ENERGISA	ALTERAÇÃO PARA TARIFA VERDE
04	07/2008 - TELEMAR	PRORROGAÇÃO VIGENCIA
05	11/2009 - NEVSERVICE	REPACTUAÇÃO 2010
06	01/2010 - EQUILIBRIUM	ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DA VIGENCIA
07	01/2010 - EQUILIBRIUM	NÃO FOI EFETIVADO
08	08/2005 - SHANALLY	REPACTUAÇÃO 2010
09	01/2010 - EQUILIBRIUM	PRORROGAÇÃO POR 30 DIAS
10	8/2009 - CORREIOS	NÃO FOI EFETIVADO
11	07/2006 - TNL PCS	PRORROGAÇÃO VIGENCIA
12	08/2007 - ENERGISA	PRORROGAÇÃO VIGENCIA
13	11/2009 - NEVSERVICE	PRORROGAÇÃO VIGENCIA

Fonte: SCC

Tabela LXVII

Demonstrativo Adesões a Pregões de Outras Unidades– SRP

MEMO/ DATA/ PROCESSO	PREGÃO N. º	UASG	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR ESTIMADO (R$)	VALOR REAL (R$)	OB/ Data Pagamento
70 – 24/02 000277/2010-15	0011	160174	01	Gasolina – João Pessoa	20.000	2,40	2,39	A cada mês
			02	Óleo diesel – J.Pessoa	40.000	1,20	2,09	
			03	Álcool – João Pessoa	7.000	1,74	1,73	
88 – 08/03	0011	160174	07	Gasolina comum	2.000	2,53	2,60	A cada mês

000353/2010-92			08	Óleo diesel	7.000	2,09	2,25	
			09	Álcool	1.300	1,79	2,00	
123-29/03 000528/2010-61	32/2009	160176	37	Aquisição de água mineral	2.000	3,00	3,00	800576 23/04/2010
142 – 06/04 000600/2010-51	00050/ 2009	153065	19	Aquisição copos descartáveis p/ água.	2.000	2,860	1,60	800663(1250) 07/05/2010
290-09/07 001352/2010-65	017/2009	17/200 9	13	Aquisição de gaveteiros volantes.	00006	650,00	640,00	801452 29/09/2010
302-14/07 001382/2010-71	01/2010	193001	03	Ração balanceada	16.125kg	1,39	1,29	801167 09/08/2010
303-14/07 001383/2010-16	23/2009	153073	04 0	SPLIT 9.000 BTUs SPLIT 24.000 BTUs	01 0	1.500,00 3.400,0	1.140,00 2.799,9	801239 20/08/2010
333 – 02/08 001499/2010-55	03/2009	130028	03	Aquisição de veículo	01	38.000,00	37.914,00	801378 16/09/2010
341 – 06/08 001520/2010-12 347 – 10/08 001542/2010-82	07/2009 01/2010	130077 120021	07 14	Aquisição de Impressoras Aquisição 03 Notebook	02 03	1.810,00 6.025,00	1.100,00 2.713,00= 8.139,00	801377 16/09/2010 801379 16/09/2010
348 – 10/08 001548/2010-27	07/2009	130077	24	Aquisição de câmera fotográfica digital	01	1.500,00	1.340,00	800061 17/01/2011
351 –12/08 001555/2010-51 352 – 13/2010 001563/2010-06	07/2009 50/2009	130077 153065	24 2	Aquisição de câmeras fotográficas digital Aquisição de copos 50ML para café	02 1.666 centos	1.500,00 1,52	2.680,00 0,60	801503 06/10/10 801346 10/09/2010
354 – 16/08 001567/2010-86	23/2009	153073	46	Aquisição de GPS	01	2.100,00	1.888,88	801663 10/11/10
374 – 24/08 001625/2010-71	01/2010	120021	14	Aquisição de computadores	03	6.025,00	2.713,00	801455 29/09/2010
375 26/08 001642/2010-17	380/2009	153163	68	Aquisição Quarteador	01	2.002,00	763,99	801502 06/10/10
406 –14/09 001731/2010-55	11/2009	160049	06	Aquisição de classificador de sementes	01	6.500,00	4.849,24	801600 28/10/2010
425 – 21/09 001780/2010-98	39/2009	153217	01	Aquisição de central telefônica	01	21.411,42	17.390,00	800027/28 e 29 05/01/2011
448 - 04/10 001836/2010-12	83/2009	100001	05	Aquisição de disco rígido	02	543,66	435,96	801775 e 801776 26/11/2010

459 07/10 001853/2010-41	02/2010	158466	08	Aquisição de Café	790	2,13	2,13	801592 27/10/2010
462 – 08/10 001868/2010-18	12/2010	070002	01	Passagem aéreas	01	150.000,00	138.700,00	A CADA MES
477 – 18/10 001923/2010-61	57/2009	130005	12	Switch Distribuição	01	51.548,68	19.816,00	RESTOS A PAGAR
			1	Modulo 24 portas	01	39.490,54	8.651,00	
			1	Switch GigabitEthernet distribuicão	12	2.089,19	575,00	
			2	Switch acesso IV 48 portas	07	28.345,07	12.563,00	
			2	Switch acesso tipo I.II. III e IV	10	2.089,19	575,00	
			2	Switch rack 44U	01	7.693,48	4.025,00	
			2	Switch rack 12U	04	2.215,88	1.000,00	
478 – 18/10 001921/2010-72	57/2009	130005	28	Adaptador USB Wireless	02	259,75	360,00	RESTOS A PAGAR
			29	Placa PCI Wireless	02	286,50	340,00	
			30	Controlador Wireless	02	27.819,67	27.000,00	
			31	Acess Point	16	3.063,78	1.620,00	
479 – 18/10 001922/2010-17	57/2009	130005	45	Ponto telecomunicação	137	1.932,67	579,00	RESTOS A PAGAR
			47	Link óptico	16	14.218,62	2.150,00	
			49	Ponto elétrico 110v estabilizado	254	1.497,25	449,00	
			55	Ponto elétrico 220v não estabilizado	127	1.560,78	468,00	
480 – 18/10 001924/2010-14	57/2009	130005	34	No Break 7KVA	02	22.777,45	11.000,00	RESTOS A PAGAR
			41	Estabilizador 30KVA	03	20.331,22	13.500,00	
524 -19/11 002088/2010-87	11/2010	130056	09	Aquisição de Pneus p/ SISA e DPDAG	08	537,67	529,65	RESTOS A PAGAR
528 – 22/11 002101/2010-06	01/2010	160130	18	Plastificadora de papel p/ SEPDAG/DT-PB	01	780,00	495,00	RESTOS A PAGAR
542 – 02/12 002151/2010-85	08/2010	158155	01	Aquisição de apresentador de multimídia p/SISA	02	168,73	337,46	800113 03/01/2011
555 – 07/12 002185/2010-70	48/2009	110245	02	Aquisição de veículo VAN p/SEFAG	01	116.250,00	115.000,00	800073 20/01/2011
562 – 10/12 002198/2010-49	14/2010	158517	30	Aquisição de cadeiras p digitador	120	781,65	466,00	RESTOS A PAGAR
			31	Tipo diretor	03	953,99	526,00	
591 – 17/12 002236/2010-63	58/2009	154003	01	Aquisição de veículo RANGER	13	100.000,00	84.900,00	RESTOS A PAGAR

592 – 17/12 002235/2010-19	25/2010	925125	Lote 01	Aquisição de mobiliário	59	61.250,00	47.963,30	RESTOS A PAGAR
597 – 17/12 002253/2010-09	38/2010	080008	01	Aquisição de veículo	01	111.129,18	74.765,00	RESTOS A PAGAR
604 – 22/12 002274/2010-16	01/2010	120021	01 e 14	Aquisição de computadores e notebook	20	3.796,67	2.990,00	RESTOS A PAGAR
					02	6.025,00	2.713,00	
608 – 22/12 002289/2010-84	05/2010	158368	16	Aquisição de Aparelho telefônico sem fio	01	180,00	145,00	800062 17/01/2011
611 – 23/12 002298/2010-75	29/2009	160176	01	Aquisição veículo Van	01	131.000,00	102.998,00	RESTOS A PAGAR
629 – 31/12	58/2009	154003	01	Veículo pick-up	13	100.000,00	84.900,00	RESTOS A PAGAR
TOTAL DO PREVISTO E REALIZADO UNITÁRIO(R$)						**1.105.151,50**	**840.489,15**	
DIFERENÇA ENTRE O PREVISTO E O REALIZADO UNITÁRIO(R$)							**264.662,24**	
TOTAL GERAL DO PREVISTO E REALIZADO (R$)						**5.054.831,17**	**3.426.495,75**	
DIFERENÇA ENTRE O PREVISTO E O REALIZADO (R$)							**1.628.335,40**	

Fonte: SCC

*Valor estimado pela UASG gerenciadora do Pregão.

Setor de Transporte – STR

Equipe De Trabalho

O Setor de Transporte da SFA-PB, opera atualmente com equipe formada por 12 (doze pessoas), distribuídas em funções conforme abaixo discriminado:

Jonas Francisco de Oliveira – Chefe do STR/SFA-PB
José Célio Martins Silva - Assistente de operações
Elias Gomes de Araujo Neto – Assistente administrativo
Sandoilton Laurindo Firmino de Almeida – Apoio Administrativo
Clenes Antonio Inácio Oliveira – Motorista
José dos Santos – Motorista
José Pereira da Cunha – Motorista
José Garcia da Silva - Motorista
Francisco Rodrigues de Lima – Motorista
Fábio Antonio da Costa Carvalho – Motorista
Adílio Nélio Batista – Manutenção de veículos
Alexandro da Silva – Limpeza e conservação de veículos

Ao Setor de Transporte e ao Núcleo de Transporte compete:

I - manter sistema de controle de acompanhamento da utilização dos veículos;
II - orientar os usuários dos veículos quanto aos aspectos da utilização e da direção defensiva dos veículos;
III - promover recuperação, manutenção e revisão dos veículos;
IV - levantar e analisar custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis;
V - acompanhar, em consonância com o fiscal de contrato, a execução do contrato de prestação de serviços, relacionados aos veículos;
VI - detalhar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV, bem como a proposta de alienações dos veículos inservíveis ou antieconômicos;
VII - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais;
VIII - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; e
IX - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal;

Atividades Desenvolvidas

- No período compreendido entre janeiro à dezembro, a equipe de trabalho do STR/SFA-PB, operando com uma frota composta por 50 veículos; emitiu 2.962 ordens de saídas de veículos; 1.232 ordens de abastecimentos para um consumo de 46.909,07 litros de combustível necessários para que fossem trafegado um percurso de 458.921 km em atividades administrativas e de fiscalização de produtos agropecuários.
- Durante o referido período foram executadas nos veículos da SFA-PB, 56 manutenção preventiva,43 manutenção corretiva e 63 trocas de óleo lubrificantes, substituição de pneus em 07 veículos e 46 renovação de emplacamentos.
- As ações acima alencadas foram fundamentais na conservação dos veículos pertencentes a SFA-PB e principalmente na segurança dos condutores quando das atividades desenvolvidas no cumprimento de suas funções.

Tabela LXVIII

PROGRAMAÇÃO EXECUTADA - 2010
ATIVIDADES
Frota de veículo oficial
Emissão de ordem de saída de veículos oficial
Emissão de ordem de abastecimento
Km rodados da frota
Programar veículo para atender solicitações de serviços
Programar emplacamentos conforme tabela pelo DETRAN
Cadastro de veículo no Sistema de Controle de Veículo Automotivo - SCVA
Cadastro de ordem de saída de veículo no sistema SCVA
Cadastro de manutenção de veículo no sistema SCVA
Cadastro da abastecimento de veículo no sistema SCVA
Controle da autorização para conduzir veículo oficial
Vistoria nos veículos oficial quando da saída e retorno em viagem a serviço
Arquivar em pasta individual para cada veículo ordem de saída, combustível e manutenção
Supervisionar a limpeza e manutenção dos veículos
Elaborar relatório mensal e anual do consumo de combustível
Elaborar relatório Anual da programação executada no final do exercício

Fonte: STR

Tabela LXIX

ATIVIDADES EXECUTADAS RELATIVAS A MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	
63 Trocas de óleos lubrificantes	
56 Revisões preventivas	
43 Manutenções corretivas	
46 Renovações de emplacamentos	
CUSTO TOTAL DA MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	
PNEUS	R$ 6.320,50
PEÇAS	R$51.045,78
SERVIÇOS	R$ 12.183,55
TOTAL	**R$ 69.549,83**
CUSTO OPERACIONAL DA FROTA	
EMPLACAMENTO	R$ 10.030,98
COSUMO DE COMBUSTIVEL (46.909,07 L)	R$ 104.844,68
PNEUS	R$ 6.320,50
PEÇAS	R$ 51.045,78
SERVIÇOS	R$ 12.183,55
TOTAL	**R$ 184.425,49**

Fonte: STR

Tabela LXX

DISCRIMINAÇÃO DOS GASTOS DE COMBUSTIVEIS	
SEDE	32.885,19 L
UTRA – CG	6.065,11 L
UTRA-PATOS	5.867,00 L
S. DE FUNDO	2.091,77 L
TOTAL	**46.909,07** L

Fonte: STR

As atividades desenvolvidas pelo Setor estão descritas nos quadros abaixo.

Tabela LXXI

Programação Executada de 2008 a 2010

	2008		2009		2010	
ATIVIDADES	**QUANT.**	**VALOR (R$)**	**QUANT.**	**VALOR (R$)**	**QUANT.**	**VALOR (R$)**
Ordem de saída de veículos oficial	3.676 un	-	3.226	-	2.962	-
Ordem de abastecimento de veículo oficial	1.593 un	-	1824	-	1.232	-
Frota de veículo oficial	49 un	-	52	-	50	-
Km rodados da frota	689.148 km	-	1.163.812 km		458.921 km	-
Combustível consumido	73.300,43 L	153.434,72	75.032 L	156.770,27	46.909,07	104.844,68
Comb. Consumido Sede	-	-	55.222,31 L		32..885,19	
Comb. Consumido UTRA C.G	-	-	6.351,38 L	-	6.065,11	
Comb. Consumido UTRA Patos	-	-	8.860,52 L	-	5.867,00	
Comb. Consumido Suprimento de Fundo	-	-	4.898,78 L	-	2.091,77	
Combustível – gasolina	22.240,02	48.373,38	-	-		
Combustível – álcool	2.904,96	5.398,43	-	-		
Combustível - diesel	48.155,45	99.662,91	-	-		
Combustível – álcool e gasolina = flexpower	-	-	-	-		
Custo de manutenção da frota		**105.876,37**	-	**102.064,69**		**69.549,83**
Consumo de pneus	-	11.253,00	-	16.860,84		6.320,50
Consumo de peças	-	78.254,70	-	66.847,26		51.045,78
Serviço de manutenção		16.368,67		18.356,59		12.183,55
Emplacamento	-	9.737,47	-	11.396,00		10.030,98
TOTAL MANUTENÇÃO DA FROTA		**269.048,56**		**270.230,96**		**184.425,49**

Fonte: STR

Tabela LXXII

Relação da frota da SFA/PB por Grupo – 2010

GRUPO	VEÍCULO	PLACA	ANO
SEFAG	S - 10	MNS - 4276	2007
	BLAZER	MOC - 2019	2004
	CORSA	NPX - 3299	2009
	CORSA	NPX – 3319	2009
SISV	FRONTIER	MNF - 9094	2005
	RANGER	MOT - 0900	2003
	PÁLIO	MNN - 2462	2007
	PÁLIO	MNN - 2472	2007
	RANGER	NPW – 4936	2009
SISA	FRONTIER	MNF - 9084	2005
	S - 10	MNS - 4256	2007
	RANGER	MOS - 8584	2002

	FRONTIER	MNF – 9064	2005
	PÁLIO	MNK - 1531	2007
	S - 10	MNS – 4266	2007
	RANGER	MOT – 0770	2002
	PRISMA	NPX – 3309	2009
	LOGAN	MNW – 1316	2007
	XTERRA	MNW - 1316	2007
DPDAG	S - 10	MNS - 4386	2007
	GOL	MNI - 1085	2005
	LOGAN	HSH – 2334	2009
UTRA - C. GRANDE	ESCORT	MON - 8375	2002
	GOL	MOL - 2499	2004
	S - 10	MNS - 4456	2007
	CORSA	MOK – 3252	2010
	FRONTIER	MNI - 1135	2005
UTRA - PATOS	S - 10	MNS - 4376	2007
	GOL	MOL - 2489	2004
GABINETE	PÁLIO	MNN - 2432	2007
	PAJERO	MOM – 5763	2009
PESCA	L - 200	MNV - 5649	2004
	PÁLIO	MNE - 4718	2004
	PÁLIO	JGC - 2291	2008
	RANGER	MNZ - 1766	2008
	RANGER	JJU – 8081	2010
	BAÚ	NPV – 3967	2009
TRANSPORTES	PEUGEOUT	MNA – 1080	1995
	BAÚ	MOQ – 1260	2000
	GOL	MNX – 7842	1999
	GOL	MOL – 2669	2005
	PARATI	MOG – 2168	1999
	PARATI	MOC – 2029	2004
	ESCORT	MON – 8365	2002
	CAMINHÃO	MMN – 2665	1974
	BESTA	KGG – 3354	1995
	VAN	MNL – 3591	1996
	MOTO	MNS - 9508	2005
	CORSA	MNB - 5843	2004
	CORSA	MNB – 5763	2004

Fonte: STR

Tabela LXXIII

Consumo de combustível e manutenção mecânica por veículo

VEÍCULO	PLACA	ANO	SETOR	COMBUSTIVEL	QT LITRO	VLR NOTA (R$)	KM ROD	MANUTENÇÃO (R$)	TOTAL (R$)
RANGER	MOT - 0770	2002	SISA	DIESEL	613,18	1.287,67	8514	4.278,74	5.566,41
RANGER	MOT - 0900	2003	SISV	DIESEL	695,71	1.460,99	8778	825,59	2.286,58
PEUGEOT	MNA -1080	1995	STR	DIESEL	100,07	210,14	969	395,78	605,92
GOL	MNI - 1085	2005	DPDAG	GASOLINA	425,56	1055,38	4967	329,61	1.384,99
FRONTIER	MNI - 1135	2005	UTRA-CG	DIESEL	1.099,59	2.309,13	1.2866	946,25	3.255,38
BAÚ	MOQ - 1260	2000	STR	DIESEL	2.450,54	5.146,34	1.2920	4.665,60	9.811,94
XTERRA	MNW - 1316	2007	SISA	DIESEL	1.696,61	3.562,88	1.5685	1.287,56	4.850,44
PALIO	MNK - 1531	2007	SISA	FLEXPOWER	890,00	2.207,20	7.574	539,13	2.746,33
RANGER	MNZ - 1766	2007	PESCA	DIESEL	3.050,68	6.406,42	2.1738	7.877,51	14.283,93
BLAZER	MOC - 2019	2004	SEFAG	GASOLINA	855,00	2.120,00	6.186	70,16	2.190,16
PARATI	MOC - 2029	2004	STR	FLEXPOWER	1.700,73	4.217,81	1.5478	1.801,40	6.019,21
PARATI	MOG - 2168	1999	STR	ALCOOL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PÁLIO	JGC - 2291	2007	PESCA	FLEXPOWER	555,35	1.377,26	6975	40,00	1.417,26
PÁLIO	MNN - 2432	2007	GAB	FLEXPOWER	743,53	1.843,95	6133	1.478,56	3.322,51
LOGAN	HSH - 2334	2009	DPDAG	FLEXPOWER	1.018,56	2.526,02	1.1010	736,58	3.262,60
PÁLIO	MNN - 2462	2007	SISV	FLEXPOWER	633,87	1.571,99	6.179	135,01	1.707,00
PÁLIO	MNN - 2472	2007	SISV	FLEXPOWER	358,70	889,57	4.235	191,23	1080,80
GOL	MOL - 2489	2004	UTRA-PATOS	FLEXPOWER	1.054,82	2.615,95	1.4185	692,50	3.308,45
GOL	MOL - 2499	2004	UTRA-CG	ALCOOL	984,72	2.323,93	9.229	185,19	2.509,12
CAMINHÃO	MMN - 2665	1974	STR	DIESEL	1.572,50	3.302,25	7.490	845,56	4.147,81
GOL	MOL - 2669	2004	SAD	FLEXPOWER	1.163,86	2.886,37	1.0229	2.419,86	5.306,23
CORSA	NPX - 3299	2009	SEFAG	FLEXPOWER	1.315,18	3.261,66	1.2297	245,40	3.507,06
CORSA	MOK - 3252	2010	UTRA-CG	FLEXPOWER	350,44	869,09	3.919	0,00	869,09
PRISMA	NPX - 3309	2009	SISA	FLEXPOWER	686,55	1.633,98	7.651	245,40	1.879,38
S - 10	NPX - 3319	2009	SEFAG	DIESEL	200,68	4.961,68	2.4630	820,00	5.781,68
BESTA	KGG - 3354	1995	STR	DIESEL	61,42	129,00	430	1.756,67	1.885,67
VAN	MNL - 3591	1995	STR	DIESEL	399,71	839,40	2.798	496,52	1.335,92
S - 10	MNS - 4256	2007	SISA	DIESEL	1.500,75	3.151,57	15.706	630,27	3.781,84
S - 10	MNS - 4266	2007	SISA	DIESEL	1.420,69	2.983,44	15.634	136,78	3120,22
S - 10	MNS - 4276	2007	SEFAG	DIESEL	987,24	2.073,20	11.445	690,19	2.763,39
S - 10	MNS - 4376	2007	UTRA-PATOS	DIESEL	1.187,65	2.494,06	13.658	477,78	2.971,84

S - 10	MNS - 4386	2007	DPDAG	DIESEL	1.700,58	3.571,21	1.9785	603,77	4.174,98
S - 10	MNS - 4456	2007	UTRA-CG	DIESEL	900,69	1.891,44	1.1962	321,00	2.212,44
PÁLIO	MNE - 4718	2004	PESCA	FLEXPOWER	979,32	2.428,71	10.586	3.003,00	5.431,71
RANGER	NPW - 4936	2009	SISV	DIESEL	1.200,57	252,19	13.234	2.105,79	4.626,98
L - 200	MNV - 5649	2004	PESCA	DIESEL	2.291,89	4.812,96	14.819	10.943,10	15.756,06
PAJERO	MOM - 5763	2009	GAB	DIESEL	3.200,45	6.720,45	28.786	2.834,47	9.554,92
CORSA	MNB - 5763	2004	STR	FLEXPOWER	500,75	1.241,86	5.766	477,99	1.719,85
CORSA	MNB - 5843	2004	STR	FLEXPOWER	350,74	869,83	4235	1.159,93	2.029,76
LOGAN	HNT – 5857	2010	SISA	FLEXPOWER	17,88	44,34	152	0,00	44,34
GOL	MMX - 7842	1999	STR	ALCOOL	180,05	424,91	2.009	0,00	424,91
ESCORT	MON - 8365	2002	STR	GASOLINA	330,15	818,77	4.041	814,93	1.633,70
ESCORT	MON - 8375	2002	UTRA -CG	GASOLINA	127,00	314,96	1.589	321,14	636,10
RANGER	MOS - 8584	2002	SISA	DIESEL	800,03	1.680,06	9.631	3.248,75	4.928,81
FRONTIER	MNF - 9064	2005	SISA	DIESEL	274,00	575,40	2192	0	575,40
FRONTIER	MNF - 9084	2005	SISA	DIESEL	1.400,94	2.941,97	17.229	1.595,61	4.537,58
FRONTIER	MNF - 9094	2005	SISV	DIESEL	1.080,14	2.268,29	13.397	559,02	2.827,31
HONDA	MNS - 9508	2005	STR	GASOLINA	00,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL					**46.909,07**	**104.844,68**	**458.921**	**63.229,33**	**168.074,01**

Fonte: STR

Tabela LXXIV

Relação de consumo de combustível com suprimento em 2010

MÊS	KM RODADOS	CONSUMO (L)	VALOR (R$)
Janeiro	0	0	0
Fevereiro	2.199	177,80	381,83
Março	6.519	447,45	969,77
Abril	2.156	141,32	316,00
Maio	3.001	164,06	356,00
Junho	1.906	100,03	220,00
Julho	1.112	99,03	200,00
Agosto	2.773	185,689	381,19
Setembro	3.826	268,923	539,00
Outubro	3.654	240,81	494,26
Novembro	499	63,00	158,00
Dezembro	3.166	203,45	419,56
TOTAL	30.811	2091,56	4435,61

Fonte: STR

Tabela LXXV

Consumo de pneus e material de expediente via almoxarifado exercício 2010

DATA	VEÍCULO	PLACA	SETOR	MATERIAL	QUANT.	VALOR
20/12/2010	PEUGEOT	MNA - 1080	STR	PNEU	1	169,00
12/07/2010	GOL	MOL - 2489	UTRA-PATOS	PNEU	2	199,5
15/04/2010	PARATI	MOC - 2029	STR	PNEU	4	576,00
30/03/2010	FRONTIER	MNI - 1135	UTRA-CG	PNEU	4	2.056,00
10/03/2010	FRONTIER	MNF - 9094	SISV	PNEU	4	2.056,00
20/12/2010	PÁLIO	MNE - 4718	SEAP	PNEU	2	294,00
20/12/2010	L-200	MNV - 5649	SEAP	PNEU	2	970,00
TOTAL						**6.320,50**
MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS						**777,76**
TOTAL GERAL						**13.418,76**

Fonte: STR

Análise Crítica De Desempenho

Conforme dados apresentados ao longo do relatório de gestão do setor de Transportes, a SFA/PB, conta com uma frota de veículos e uma equipe de trabalho capazes de atender as suas demandas no que diz respeito as atividades meio e fim.

Ressalvamos aqui, apenas as necessidades da contratação de motoristas oficiais e da ampliação e melhoria do ambiente físico de trabalho e suas estruturas internas.

Registramos ainda que, em decorrência da execução de um planejamento no que diz respeito a manutenção preventiva, a SFA/PB possui hoje, uma frota composta por veículos bem conservados; isto reflete na completa realização das viagens programadas ao interior do estado.

Por fim, queremos enfatizar que com referencia aos gastos com manutenção mecânica**,** podemos observar que as despesas com mão de obra (serviços) quando relacionadas com material (peças), foram bastante reduzidas. Essa economicidade e também agilidade, foram conseguidas graças a idéia de executarmos alguns dos serviços na nossa própria casa.

Setor de Protocolo – SPR

EQUIPE DE TRABALHO:
Luiz Alberto Macedo Campelo - Agente Administrativo - Chefe do SPR
Lúcia Maria Vasconcelos de Barros – Agente Administrativo – Chefe Substituta do SPR
Ernany Lima Freitas - Serviço de Comunicação Administrativa

Apoio Administrativo:
Fernado Antonio Marinho da Silva – Terceirizado

ARQUIVO/SPR:

Luiz Alberto Macêdo Campêlo - Agente Administrativo – Responsável pelo Arquivo
João Procópio de Alencar – Auxiliar Administrativo
Edmilson Valentim da Silva – Auxiliar Administrativo

Ao Setor de Protocolo e ao Núcleo de Protocolo compete:

I - receber, distribuir e expedir a documentação corrente;
II - classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas, com lançamento no Sistema SIGID;
III - sistematizar, recuperar e prestar informações relativas ao trâmite documental;
IV - receber e expedir malotes;
V - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e
VI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Atividades Desenvolvidas

O Setor de Protocolo tem como principal atividade AUTUAÇÃO DE DOCUMENTOS (PROCESSO), a administração e coordenação do sistema SIGID e registro dos documentos, com o objetivo de padronizar os procedimentos gerais referentes à gestão de processos e correspondências da Superintendência.

Tabela LXXVI

Atividades desenvolvidas

ATIVIDADES	QUANTIDADE (UNID.)			
	2007	2008	2009	2010
Processo Autuado	1.533	1.697	2.215	2.331
Ofício Expedido	2.163	2.928	3.512	3.506
Registro de Ofício Circular Expedido nº 29	1.017	807	953	932
Registro de documentos - Malote Expedido SPR/SFA-PB nº 123 – via ECT/PB	557	908	727	957
Registro de documentos - Malote Recebido DCA//MAPA nº 119 – via ECT/DF	807	868	792	1.002
Registro de documentos enviados –Registrados CR/SEDEX- com ou sem AR- Via ECT/PB	1.119	1.525	1.826	1.644
Registro de documentos enviados - Relação de Postagem Simples – via ECT/PB	9.047	5.591	12.227	13.489
Registro de documentos encaminhados para os setores internos da SFA/PB – Guia de Remessa interna nº 3.155	6.556	7.994	10.053	10.937
Registro de documentos encaminhados para outros órgãos-externos–Mala Oficial - Guia de	730	945	2.794	1.272

Remessa Externa nº 483				
Registros de documentos encaminhados a UTRA-CGR nº 92	-	-	-	427
Registro de documentos encaminhados a UTRA-PATOS nº 47	-	-	-	147
Registro de documentos recebidos p/UTRA-CGR nº 110	-	-	-	905
Registro de documentos recebidos p/UTRA-PATOS nº 137	-	-	-	415
ARQUIVO/SPR	**REGISTRO**			
Processo arquivado	856	867	1.250	622
Processo solicitado	37	522	10	11
Processos catalogados por Setor	1.380	727	657	122
Ofício arquivado	1.167	1.285	1.250	5.179
Ficha Financeira Solicitada	43	47	49	05
Despacho do arquivo	32	37	29	15
Consulta "in loco"	11	17	09	18
Documentos diversos número caixas	37	142	79	25

Fonte: SPR

Análise de desempenho

Mesmo com a falta de treinamentos para os servidores do setor, através da participação em cursos presenciais que os capacitariam para atualização dos seus conhecimentos na gestão de documentos e nas diversas atividades da área administrativa inerentes aos processos vinculados a SFA/PB, obtemos um bom desempenho dos servidores do SPR e ARQUIVO facilitado pelo gerenciamento setorial das competências e procedimentos, superação, trabalho em equipe, espírito público e qualidade do serviço prestado.

Por várias vezes foi programado pelo SPR/SFA-PB e entregue ao SePA/SFA-PB a planilha do Plano de Ação – 2009 e anos anteriores, porém até o momento não foi disponibilizada pelo órgão competente de capacitação da SFA/PB informação, programação, oferta de treinamento ou qualquer orientação oficial (memorando, circulares, cartilha, etc) sobre os procedimentos a serem tomados pelos servidores para sua capacitação presencial, portanto não houve capacitação dos servidores do SPR e ARQUIVO no exercício de 2010.

Com a redução dos recursos alocados para as Superintendências, se faz necessário que o órgão responsável pelo planejamento identifique e priorize as solicitações setoriais referentes à aquisição de material e na execução dos serviços, para melhoria do ambiente de trabalho, oferecendo condições de trabalho a todos os servidores, como também, capacitá-los para aumentar eficiência de seu trabalho e abranger seus conhecimentos nas diversas atividades envolvidas na área administrativa.

Seção de Gestão de Pessoas – SGP

EQUIPE DE TRABALHO:

Aderson Aquino Monteiro - Assistente de Operações
Amarando Francisco Dantas - gente Administrativo
Carmen Berta Cavalcanti D. Machado - Agente Administrativo (Fgr 01)
Karina Yokoyama de Mello - Agente Administrativo
Márcia Mônica Vieira de Moraes - Agente Administrativo

Maria José Pereira de Carvalho - Agente Administrativo
Maria Marineide Marinho Cavalcanti - Auxiliar Administrativo

Apoio:
Julyeth Dias da Silva - Estagiária .

Ao Serviço de Gestão de Pessoas e à Seção de Gestão de Pessoas compete:

I - promover aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados lotados na SFA/MAPA;
II - orientar a execução das atividades de:
a) registros funcionais;
b) preparo de pagamento de pessoal;
c) concessões de:
1. férias, licenças e aposentadorias;
2. benefícios sociais e assistenciais; e
3. exames médicos periódicos.
III - providenciar a realização de perícia médica;
IV - controlar as atividades dos estagiários;
V - identificar as necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/MAPA,
VI - cadastrar e manter atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas, consultores, educadores e empresas especializadas;
VII - providenciar inscrição e analisar os processos de participação de servidores em cursos externos e em outros eventos similares;
VIII - prover apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas;
IX - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;
X - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e
XI - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal;

Atividades Desenvolvidas

A **Seção de Gestão de Pessoas** desenvolveu as seguintes atividades:

1. Atendimento ao público: servidores ativos,inativos, beneficiários de pensão, representantes legais e empresas consignatárias;
2. Elaboração/Alimentação das Folhas de Pagamento ;
3. Exclusão/Inclusão dos benefícios de Insalubridade /Adicional Noturno e Auxílio Transporte para os servidores que se encontraram em gozo de Férias/Licença Médica/ Licença Premio;
4. Encaminhamento de atestados médicos para FUNASA/PB com a finalidade de: concessão de Licenças Médicas/ Aposentadorias/Pensões;
5. Concessões de Licenças Prêmio;
6. Inclusão / Exclusão /Alteração de Cadastro dos servidores ativos/inativos/pensionistas no SIAPE/SIAPECAD/SIAPENET;
7. Recadastramento dos servidores inativos/pensionistas;
8. Fornecimento de margem consignável dos servidores ativos/inativos/pensionistas para as empresas consignatárias;
9. Fornecimento de Declarações;
10. Fornecimento de Certidões;

11. Encaminhamento de Processos para Junta Médica Oficial/PB de ativos/inativos e dependentes inválidos a fim de concessão de pensão, aposentadoria e isenção de imposto de renda;
12. Concessão de Pensão;
13. Instrução de Processos dos 3,17% e 28,86% de herdeiros (Alvará Judicial);
14. Concessão de pagamento Auxílio-Funeral;
15. Pagamento de Substituição de Chefias;
16. Publicação de Portarias Aposentadoria/ Pensão no DOU;
17. Cadastramento de Aposentadoria/Pensão no sistemas SISAC e SRH/10;
18. Cadastramento, Adesão e Exclusão de titulares e dependentes no PAS/MAPA;
19. Entrega de Carteiras do PAS/MAPA;
20. Entrega de contracheques ativos;
21. Atendimento à Diligências Judiciais – AGU / Juízos expedidores;
22. Inclusões de Processos Judiciais no Módulo SICAJ;
23. Inclusão de Processos de Exercícios Anteriores no Módulo de Pagamento Processos Administrativos;
24. Controle de Freqüências;
25. Entrega de Portarias;
26. Arquivamento de documentações de ativos e inativos;
27. Atendimento às solicitações de auditorias da Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União.

Tabela LXXVII

Demonstrativo das atividades executadas

ATIVIDADES	QUANTITATIVO	PERCENTUAL (%)
Inativos recadastrados	239	97,55%
Pensionistas recadastrados	610	98,71%
Concessão de aposentadoria	01	-
Concessão de licença médica	73	-
Concessão de licença prêmio	17	-
Concessão de auxílio funeral	15	-
Concessão de pensão	12	-
Sist. de apreciação e registro dos atos de Admissões e concessões - SISAC	12	-
Processo de exercícios anteriores	50	-
Processo judicial	49	-
Processo de alvará judicial herdeiro	01	-
Confecções de Notas Técnicas	58	-
Benefícios excluídos (Falecimento/Maioridade/Emprego público/Casamento)	05	-
PAS/MAPA/UNIMED Adesão	130	-
Servidor do SRH participante de Treinamento/Cursos/Oficinas/Comissão	05	-

Fonte: SGP

Tabela LXXVIII

Gestão de Pessoas

Servidores Ativos	Agente Administrativo	17
	Agente de vigilância	08
	Analista de Sistemas	01
	Agente de Portaria	01
	Agente de Inspeção	09
	Agente de Atividade Agropecuária	05
	Administrador	01

	Economista	02
	Engenheiro	02
	Fiscal Federal Agropecuário	46
	Motoristas	04
	Odontólogo	01
	Técnico Agrícola	01
	Técnico de Contabilidade	01
	Excedente de Lotação	01
	SUB-TOTAL	**100**
Servidores Cedidos		05
Contratados por tempo determinado		00
Servidores Inativos		245
Pensionistas		618
TOTAL		**863**
Estagiários		11
CLT ANS DEC 6657/08		17
CLT ANS DEC 6657/08 Cedido outro Órgão		02
Cedidos CONAB		26
Cargos comissionados – DAS (área fim)		05
Cargos comissionados – DAS (área meio)		01
Função gratificada (área meio) FGR		11
Função Comissionada Técnica - FCT		02

Fonte: SIAPE / SCC/ SGP

Tabela LXXIX

Concessão de Pensão - 2010

NOME INSTITUIDOR	MAT SIAPE	ÓBITO	PENSIONISTA	SIAPE	PORT./ DOU	CONTROLE SISAC
Nelson Sampaio de Jesus	15569	14.12.09	Ana Neves Sampaio	05276543	Port. 01 de 13.01.10	10953175-05-2010-000004-4
Matias Guedes Bezerra	19194	31.08.07	Edenete Cruz dos Santos	05278392	Port. 03 de 14.01.10	10953175-05-2009-000069-1
Jose Capitulino da Silva	15518	10.12.09	Iraci Pedro da Silva	05283167	Port. 05 de 21.01.10	10953175-05-2010-000002-8
Genival Lima Gomes	15491	22.01.10	Maria das Neves Gomes	05289025	Port. 08 de 10.02.10	10953175-05-2010-000003-6
Jose Ferreira da Silva	19355	05.03.10	Jacira Herminio da Silva	05295815	Port. 18 de 10.03.10	10953175-05-2010-000006-0
Vicente Cavalcanti Roque	19416	14.06.09	Horacio Roque Henriques	05289556	Port. 09 de 03.03.10	10953175-05-2010-000005-2
Jose Imperiano da Costa	19146	07.04.10	Maria Macedo Imperiano da Costa	05311403	Port. 032 de 23.04.10	10953175-05-2010-000007-9
Roberto Djalma Guedes Pereira	15418	22.04.10	Cely Regis Schuer Guedes Pereira	05316561	Port. 041 de 10.05.10	10953175-05-2010-000008-7
Francisco de Freitas Carneiro	15257	01.06.10	Iolanda Fernandes carneiro	05382726	Port. 0144 de 04.11.10	10953175-05-2010-000010-9
Manoel Ramos Filho	15549	23.09.10	Maria Aldeniria Barros	05382866	Port. 0146 de 28.10.10	10953175-05-2010-000011-7
Newton Raposo da Silva	19300	30.10.10	Albertina de Miranda da Silva	05386551	Port. 156 de 19.11.10	10953175-05-2010-000009-5
Benjamin Moraes Neto	15621	03.11.10	Maria Eleonora Guimaraes Lima	5385911	Port. 0153 de 16.11.10	10953175-05-2010-000012-5

Fonte: SGP

Tabela LXXX

Concessão de aposentadoria

NOME DO SERVIDOR	SIAPE	PROCESSO	PORT. DOU	CONTROLE SISAC
Gilberto Vaz de Figueiredo	15617	21032.000961/2010-05	45 de 26.05.10	10953175-04-2010-000013-4

Fonte: SGP

Tabela LXXXI

Atos do exercício e registro no SISAC

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC
Admissão	00	00
Desligamento	00	00
Aposentadoria	01	01
Pensão	12	12

Fonte: SGP

Analise crítica sobre a situação do Recursos Humanos

- Quadro de pessoal administrativo não renovado, não contemplado no último concurso, edital 01 de 29 de outubro de 2009;
- Orientação insuficiente sobre o conteúdo técnico na formalização de processos;
- Pouco treinamento/atualização na área operacional do sistema e Legislação. Ex: extrator de dados , cadastro, pagamento, pensão e aposentadoria.

Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

EQUIPE DE TRABALHO:

Eduardo Marcelo Meira – Chefe da SEOF
Kelson Caldas Ribeiro – Ajudante Geral – CONAB
Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa – Chefe Substituta – até julho/2010
Eny Soares Pereira de Souza Oliveira – Chefe Substituta – a partir de julho/2010
Cândida Fernandez Medeiros – Assisnte Administrativo
Humberto de Albuquerque Gomes - Assisnte Administrativo
Emílio Pinto de Fiqueiredo - Assistente Administrativo

Apoio Administrativo
Camilo Flamarion de Oliveira Franco Filho – CIEE – Estagiário – NS – a partir de dezembro 2010

Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira e à Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência Federal;
II - efetuar pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas, mediante prévia autorização do Superintendente Federal ou Superintendente e controlar a respectiva prestação de contas;
III - executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema SIAFI;
IV - manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria;
V - analisar e emitir parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias;
VI - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;

VII - verificar e registrar a conformidade de gestão:
VIII - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e
IX - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal;

Análise Crítica de Desempenho

No ano de 2010 os recursos orçamentários e financeiros destinados às despesas correntes e de investimentos da SFA/PB somaram R$ 6.116.902,18.

Quanto ao desempenho da equipe que coordenamos, há necessidade de reciclagem dos servidores anistiados do extinto BNCC, tendo em vista o período que ficaram fora das atividades dos serviços públicos e dos procedimentos nas instituições, apesar de demonstrarem interesse em aprender a execução das tarefas diárias.

Tabela LXXXII

Balancete Contábil 2008 a 2010

NATUREZA DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	2008 (R$)	2009 (R$)	2010 (R$)
31.90.08	Outros Benefícios Assistenciais	24.310,74	48.363,40	53.552,95
33.30.41	Contribuições	1.281.500,00	-	-
33.50.30	Material de consumo	-	-	-
33.50.39.01	Inst. Caráter Assist. Cult. e Educacional -CIEE	-	-	-
33.50.39.08	Entidades Representativas de Classe	-	-	-
33.90.14	Diárias – Pessoal Civil	290.645,67	369.072,31	403.940,67
33.90.30	Material de Consumo	371.886,78	302.359,82	371.431,20
33.90.33	Passagens e Despesas c/ Locomoção	220.081,81	144.549,21	177.988,45
33.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	25.859,73	15.558,87	21.009,72
33.90.37	Locação de Mão-de-Obra	929.244,88	1.107.382,39	1.157.166,83
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	607.382,01	520.572,43	443.708,86
33.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	5.014,00	6.345,91	4.897,89
33.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	1.309,78	9.793,92	3.434,86
33.90.93	Indenizações e Restituições	556,50	485,99	17.395,35
33.91.39	Outros serv. de terceiros– pess. juríd– op. intra – orçamentário	11.262,00	12.617,00	6.032,58
33.91.47	Obrigações tributárias e contributivas - op.intra orçamentário	-	480,00	-
?}44.30.42	Auxílios	1.422.560,00	-	-
44.90.51	Obras e Instalações	-	163.808,77	44.170,65
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	263.717,34	407.924,65	3.412.172,17
TOTAL		**5.455.331,24**	**3.109.314,67**	**6.116.902,18**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela LXXXIII

Documentos emitidos

DESCRIÇÃO	SISTEMA	QUANTIDADE			
		2007	2008	2009	2010
Ordem bancaria	SIAFI	2.024	2.714	273	2.065
Nota de empenho	SIAFI	284	450	343	299
Nota de empenho	SIASG	1.033	1.348	1253	1332
Nota de lançamento	SIAFI	180	112	119	73
Nota de lançamento	SIIASG			10	43
GPS	SIAFI	36	42	43	47
DARF	SIASG	411	608	10	
DARF	SIAFI	411	608	508	469
Emissão de Memorando	-	-	14	25	-
Guia de Recolhimento da União	-	22	20	18	145
Emissão de Relação de ordem bancária	SIAFI	-	360	305	

Emissão de Relatorio de ordem bancaria	SIAFI	-	360	409	386
Programações Financeiras	SIAFI	-	722	1036	717
TOTAL		**3.990**	**6.390**	**6.458**	**5.576**

Fonte: SEOF

Tabela LXXXIV

Documentos CPR (Contas a Pagar e Receber)

DESCRIÇÃO	SISTEMA	QUANTIDADE			
		2007	2008	2009	2010
SF – Suprimento de Fundos	SIAFI	208	100	103	94
AV – Autorização de Viagem	SIAFI	1.288	1.731	1.922	1.317
NO – Nota Fiscal de Pagamento/Fatura – com Contrato	SIAFI	361	401	349	374
NP – Nota Fiscal de Pagamento/Fatura	SIAFI	219	232	313	206
GD – GRU Devolução de Despesas	SIAFI	-	20	18	27
TC – Termo de Convênio	SIAFI	13	14	-	-
CD – Classificação de Despesas	SIAFI	167	139	128	186
NS – Nota de Lançamento de Sistema	SIAFI	3.094	3.537	3.755	2.858
TOTAL		**5.350**	**6.174**	**6.588**	**5.062**

Fonte: SEOF

Tabela LXXXV

Processos analisados

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE			
	2007	2008	2009	2010
PCDP´s – Proposta de Concessão de Deslocamento e Passagens (DT, GAB e SAD)	1.482	1.355	1922	1.317
Suprimentos de Fundos	208	102	103	94
Pagamentos de Processos	788	533	662	580
Pagamento de Concessões de Ordens de Serviços	180	-		-
TOTAL	**2.658**	**1.990**	**2687**	**1.991**

Fonte: SEOF

PROGRAMA NACIONAL DA GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO – GESPÚBLICA

NÚCLEO ESTADUAL DO GESPÚBLICA NA PARAÍBA

Organização Âncora: SFA-PB

Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Paraíba
Superintendente – Hermes Ferreira Barbosa
E-mail: gab-pb@agricultura.gov.br
Endereço NE/PB: BR 230, Km 14
Cidade: Cabedelo – PB **CEP:** 58.310-000
Telefones:(83) 3216-6300 **Fax:** (83) 3246 – 2325

Coordenador Executivo: Maria Elizabeth Costa Viana
E-mail: elizabeth.viana@saude.gov.br / elizabeth.viana@gmail.com
Fone: (83) 3612-3415/ 9332-4320

O Núcleo Estadual do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, através da organização âncora – Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB, no ano de 2010, realizou as ações descritas a seguir e participou dos eventos relacionados abaixo:

Tabela LXXXVI

Atividades realizadas

EVENTOS	QUANTIDADE	PARTICIPANTE
1. Curso de Preparação para Banca Examinadora Gestão	01	05
2. Palestras de Sensibilização do Gespública - GRA/PB, Hemocentro João Pessoa, DPF/PB, Hospital Clementino Fraga – João Pessoa	04	35
3. Oficinas de Auto-Avaliação 250 pontos em João Pessoa (1ª AA- DPF/PB)	01	14
4. Oficinas de Auto-Avaliação 250 pontos no DPF Alagoas, Pernambuco (1ª AA)	02	60
5. Oficina para Elaboração do Relatório de Avaliação do DPF - Ceará	01	14
6. Validação das Auto-Avaliações 250 pontos e Plano de Melhoria	04	-
7. Reuniões Ordinárias do Núcleo	04	07
8. Participação no PQGF – Reunião de consenso em Natal/RN	01	02
9. Auto-avaliação – Unidades da ANVISA – DF	01	14
10. Participação com parceria no Seminário Regional em Busca da Excelência e Congresso Paraibano de Qualidade, realizado no período de 25 a 26/08/2010, na FIEP	01	350
11. Reunião de Avaliação do Programa Paraibano de Qualidade - PPQ	01	15
12. Visitas e reunião com a direção e Comitê da Qualidade do HEMOCENTRO/PB, realizada por Maria de Fátima Lima do TRT e Elizabeth Viana.	02	8
TOTAL	**19**	**518**

Fonte: NR/PB/GESPÚBLICA

Tabela LXXXVII

AUTO-AVALIAÇÃO DA GESTÃO E VALIDAÇÃO		
ORGANIZAÇÕES	**CONSULTOR / RNGP**	**INSTITUIÇÃO DO CONSULTOR**
ANVISA/DF/GGSAN	Maria Elizabeth Costa Viana	DATASUS/MS/PB
DPF/PB	Maria Elizabeth Costa Viana	DATASUS/MS/PB
DPF/AL	Maria Elizabeth Costa Viana	DATASUS/MS/PB
DPF/PE	Maria Elizabeth Costa Viana	DATASUS/MS/PB
BANCA EXAMINADORA		
PQGF	**CONSULTOR RNGP MARIA ELIZABETH COSTA VIANA**	**CARGA HORÁRIA (H)**
	Maria Elizabeth Costa Viana	96
	Tiago Nunes	96
CURSO DE PREPARAÇÃO PARA BANCA EXAMINADORA GESTÃO		

Maria Elizabeth Costa Viana -Instrutora	16
Maria do Socorro Niculau da Cunha	16

Fonte: NR/PB/GESPÚBLICA

Comitê Gestor do GESPÚBLICA:

Adalgisa Fernandes de Sá - NEMS
E mail: adalgisa.sa@saude.gov.br
Telefone: 3612 3422

Carlos Antonio Andrade Silva – Receita Federal
E-mail: carlos-antonio.silva@receita.gov.br
Telefone: 3216 4473

Samuel Hardman Norat - TRT
E-mail: svnorat@trt13.jus.br
Telefone: 3533 6033

Maria do Socorro Niculau da Cunha - SFA
E-mail: maria.cunha@agricultura.gov.br
Telefone: Tel: 3216 6329 / 6315 / 6300

Renato Martins Leitão - EMLUR
E mail: renatomleitao@yahoo.com.br
Telefone: 3214 7614

Georgiana Cordeiro Montenegro - CORREIOS
E mail: georgianacordeiro@hotmail.com
Telefone: 32163683

Conclusões

Após leitura e análise em profundidade deste relatório, percebe-se de maneira clara e concisa toda complexidade do trabalho executado pela Superintendência Federal de Agricultura da Paraíba no exercício de 2010.

Deve-se ressaltar que todo este trabalho tem reflexo direto na sociedade, pois, através dele, a população tem acesso a alimentos inócuos e seguros, garantindo assim a segurança alimentar dos paraibanos.

Porém, na maioria das vezes, muito deste trabalho não é percebido por grande parte das pessoas, uma vez que o mesmo se dá em ambientes de produção de insumos e alimentos, não tendo o mesmo reconhecimento que outros órgãos possuem junto à sociedade. Mas o mais importante não é este reconhecimento, e sim a garantia que a sociedade tem de estar consumindo produtos sem resíduos e de qualidade.

Outra constatação importante refere-se ao volume significativo de produtos fiscalizados e inspecionados e a abrangência das atividades de controle de pragas e doenças, animal e vegetal.

Também incluem-se ações desenvolvidas na área de fomento e desenvolvimento das cadeias produtivas, com a realização de vários seminários, palestras, dias de campo e reuniões técnicas que contribuíram em muito para a criação e consolidação de espaços de debate, conhecimento técnico, transferência de tecnologia e capacitação, permitindo assim um ambiente de profissionalização e planejamento deste setor, tão necessário à agropecuária paraibana.

Não menos importantes foram as ações desenvolvidas pela área administrativa, dando o suporte e as condições necessárias para a realização dos trabalhos finalísticos, altamente dependentes do bom funcionamento e agilidade desta área.

Ressalte-se as ações voltadas à valorização e reconhecimento dos recursos humanos, através de cursos, capacitações, celebrações, modernização e informatização de processos e um maior conhecimento de toda estrutura, funcionamento, missão institucional e visão de futuro do MAPA, fazendo com que estes servidores sintam-se inseridos e percebam sua importância na missão e objetivos traçados, ocasionando um compromisso maior com a instituição.

Outra constatação importante diz respeito ao fato que os recursos alocados no ano de 2010 para esta Superintendência foram utilizados quase em sua totalidade, ocorrendo pouco devolução. Isso demonstra um amadurecimento na gestão como um todo, ocasionado pela melhoria, planejamento e agilidade em vários processos ao longo do exercício.

Porém, nem tudo caminhou conforme o planejado, ocorrendo problemas e dificuldades que sempre aparecem na administração pública. Os mesmos devem ser diagnosticados, reconhecidos, assumidos e enfrentados com planejamento e união de todos.

Estas dificuldades encontradas, relatadas na introdução deste relatório, bem como na análise crítica dos diferentes programas, devem ser mitigadas com ações a serem traçadas e desenvolvidas ao longo do exercício de 2011, para a plena realização dos objetivos propostos.

Dentre as ações a serem desenvolvidas, destacam-se aquelas relacionadas a um melhor planejamento da SFA/PB como um todo, definindo-se metas claras que possam ser monitoradas e medidas através de índices.

Há necessidade de se estabelecer uma avaliação periódica das execuções, por meio de reuniões técnicas para apresentação do desempenho obtido e análise do mesmo. A SFA/PB necessita de um Plano de Melhoria Contínuo, com a correção sistemática de lacunas existentes nos diversos setores.

Outra ação importante para atenuar os problemas e dificuldades será a de melhorar a interlocução e comunicação entre os setores de defesa, fiscalização e fomento desta Superintendência, estabelecendo prioridades de trabalho e metas em conjunto, evitando-se ações sobrepostas e canalizando esforços conjuntos para vencer os principais desafios impostos pela agropecuária paraibana. O caso do combate à febre aftosa é um exemplo que se encaixa perfeitamente como exemplo.

As ações executadas em parceria com as esferas municipais e estaduais devem ser intensificadas, pois é notório que órgãos que trabalham de forma isolada, senhores de si, muitas vezes não conseguem atingir a população que mais necessita do poder público.

Por fim, constata-se claramente que as atividades realizadas pela SFA/PB estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do MAPA, cujo desdobramento das estratégias está relacionado no conteúdo geral deste relatório, constante das tabelas I a VII. Some-se a isso a constatação que as metas operacionais estão descritas no item 2.3.2.- Execução Física das ações realizadas pela SFA/PB, oriundas do SIPLAN, são definidas pelos coordenadores nacionais de ação (PI), vinculados ás Secretarias do MAPA.

Diante disso, do exposto ao longo de todo este relatório, das considerações observadas neste capítulo e analisando-se com profundidade todo rol de trabalho executado pela Superintendência Federal de Agricultura da Paraíba no exercício de 2010, conclui-se que houve cumprimento das atribuições previstas em regimento e das metas operacionais estabelecidas.

Enfim, submete-se o relatório à apreciação dessa Controladoria e ao TCU, afim de que o mesmo seja analisado de maneira detalhada, conscientes de nossos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1.Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SFA-PB	22101	130024

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1- Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ					
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: será informado pelo MAPA.

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4- Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ – SERÁ INFORMADO PELO MAPA					
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: será informado pelo MAPA.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ					
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: será informado pelo MAPA.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UJ concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concebidos	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ				
	Recebidos SE / GCOF	130101	**SAD**	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ		
			22101.20.122.0750.4716 **MANUTSFAS**			1.518.982,94
			22101.20.122.0750.2000 **ADM SEDE1**			13.490,60
			22101.20.128.0360.4572 **CAPACITA**			20.483,58
			22101.20.121.0360.1K40 **AGE**			30.644,89
			22101.20.122.0750.2000 **MANUTCRH1**			2.703,42
			TOTAL SE			**1.586.305,43**
	Recebidos SDC / GCOF	130101	**DEPDAG**			
			22101.20.125.1442.4720 **CERTOGAN**			7.436,50
			22101.20.128.1442.8591 **APOIOAGRIC**			12.800,50
			22101.20.572.1442.8560 **INOVAGRO**			1.550,00
			22101.20.665..0393.2B47 **INDGRAF**			14.534,71
			22101.20.665.1426.8606 **DESENORG**			3.340,50

			22101.20.541.1442.8593 **ORGMANEJO2**		14.100,00
			22101.20.691.1437.8548 **PROMOAGRO**		7.514,00
			22101.20.572.1426.8949 **REGENAGRO**		0,00
			22101.20.122.6003.2B17 **FISCONTRATO**		11.991,00
			22101.20.605.6003.8611 **APPRODUTOR**		11.868,80
			22101.20.122.1442.2272 **GAPSDC**		9.032,43
			TOTAL SDC		**94.168,44**
	Recebidos SDA /GCOF	130101	**SISA**		
			22101.20.604.0357.4842 **FEBREAFTOS**		39.105,60
			22101.20.604.0357.2181 **FISCANIMAL**		0
			22101.20.604.0357.8658 **PCEANIMAL**		107.166,51
			22101.20.125.0356.8938- **INSPANIMAL3**		87.491,58
			22101.20.665.0356.4723 **RESIDUOS**		2.239,13
			22101.20.604.0357.2139 **VIGIZOO2**		0,00
			SUBTOTAL		**236.002,82**
			SISV		
			22101.20.603.0357.4738 **ERRADMOSCA1**		0,00
			22101.20.125.0356.4745 **FISCORGEN**		4.513,00
			22101.20.603.0357.2180 **FISCPLANTA2**		10.210,00
			22101.20.125.0356.8939 **IPVEGETAL2**		44.523,87
			22101.20.125.0356.4746 **PADCLASSIF**		36.477,13
			22101.20.603.0357.8572 **PCEVEGETAL**		35.548,90
			22101.20.367.0357.8654 **PROMOEDUC**		0,00
			22101.20.603.0357.2134 **VIGIFITO**		20.211,72
			SUBTOTAL		**151.484,62**
			SEFAG		
			22101.20.125.0375.2124 **FISCINAN**		17.807,00
			22101.20.125.0375.2140 **FISPROVET1**		21.380,65
			22101.20.125.0375.2019 **FISCGENE**		681,00

			22101.20.125.0375.2909 **FISAGROTOX**		5.896,00
			22101.20.125.0375.2179 **FISCALSEM1**		70.645,78
			22101.20.125.0375.2141 **FISFECOI**		61.010,00
			SUBTOTAL		**177.420,43**
			TOTAL SDA		**564.907,87**
			TOTAL GERAL		**2.245.381,74**
Movimentação Externa	**Concebidos**	**NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ**			
	Recebidos				

Natureza da Movimentação de Crédito		**UJ Concedente ou Recebedora**	**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
				4- Investimentos	**5- Inversões Financeiras**	**6- Outras Despesas de Capital**
Movimentação Interna	**Concebidos**	**NÃO SE APLICA**				
	Recebidos SE / GCOF	130101	**SAD**		**NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ**	
			22101.20.122.0750.4716 **MANUTSFAS**	382.503,88		
			TOTAL SE	**382.503,88**		
	Recebidos SDC / GCOF	130101	**DEPDAG**			
			22101.20.605.6003.8611 **APPRODUTOR**	0,00		
			22101.20.125.1442.4720 **CERTOGAN**	500,00		
			TOTAL SDC	**500,00**		
	Recebidos SDA / GCOF	130101	**SISA**			
			22101.20.604.0357.4842 **FEBREAFTOS**	3.000,00		
			22101.20.125.0356.8938- **INSPANIMAL3**	42.100,00		
			22101.20.604.0357.8658 **PCEANIMAL**	70.000,00		
			ERPCEANIMAL	548.988,00		
			SUBTOTAL	**664.088,00**		
			SISV			
			22101.20.125.0356.8939	750,00		

			IPVEGETAL2		
			22101.20.603.0357.8572 **PCEVEGETAL**	0,00	
			22101.20.125.0356.4746 **PADCLASSIF**	19.361,89	
			ERPCEVEGETAL	2.581.998,72	
			SUBTOTAL	**2.602.110,61**	
			SEFAG		
			22101.20.125.0375.2140 **FISPROVET1**	4.000,00	
			22101.20.125.0375.2909 **FISAGROTOX**	12.000,00	
			22101.20.125.0375.2124 **FISCINAN**	6.000,00	
			22101.20.125.0375.2179 **FISCALSEM1**	123.000,00	
			SUBTOTAL	**145.000,00**	
			TOTAL SDA	**3.411.198,61**	
			TOTAL GERAL	**3.794.202,49**	
Movimentação Externa	Concebidos	**NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ**			

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	**Despesa Liquidada**		**Despesa paga**	
	2009	**2010**	**2009**	**2010**
Modalidade de Licitação				
Convite Tomada de Preços Concorrência Pregão Concurso Consulta Registro de Preços **Contratações Diretas**	**NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ – SERÁ INORMADO PELO MAPA**			

Dispensa Inexigibilidade **Regime de Execução Especial** Suprimento de Fundos **Pagamento de Pessoal** Pagamento em Folha Diárias **Outros**	

Fonte: será informado pelo MAPA.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ - SERÁ INFORMADO PELO MAPA							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: será informado pelo MAPA.

2.4.2.1.3 Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ – SERÁ INFORMADO PELO MAPA							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: será informado pelo MAPA.

2.4.2.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1- Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite		-	-	-
Tomada de Preço	393.299,89	10.320,65	393.299,89	10.320,65
Pregão	1.759.202,95	5.029.638,05	1.694.071,86	1.371.144,83
Concurso	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	425.047,67	523.805,87	425.047,67	377.277,22
Inexigibilidade	63.111,86	34.241,90	63.111,86	30.413,48
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	32.697,81	29.059,59	33.149,81	28.857,41
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha - **auxílio funeral**	48.363,40	53.552,95	48.363,40	53.552,95
Diárias	369.072,31	403.940,67	369.072,31	403.940,67
Outros Serviços de Terceiros P. Física (Colaborador eventual)	-	13.229,72	-	13.229,72
Indenizações/ restituições e exercícios anteriores	10.279,91	19.112,78	10.279,91	19.112,78
Convênio	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.2.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	SERÁ INFORMADO PELO MAPA							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	**3390.37** 1.107.382,39	**3390.37** 1.157.166,83	**3390.37** 1.009.762,06	**3390.37** 1.060.365,42	**3390.37** 97.620,33	**3390.37** 96.801,41	**3390.37** 944.631,01	**3390.37** 989.961,85
2º elemento de despesa	**3390.39** 520.572,43	**3390.39** 443.708,86	**3390.39** 477.890,95	**3390.39** 387.205,42	**3390.39** 42.681,48	**3390.39** 56.503,44	**3390.39** 477.890,95	**3390.39** 384.525,42
3º elemento de despesa	**3390.14** 369.072,31	**3390.14** 403.940,67	**3390.14** 369.072,31	**3390.14** 403.940,67	**3390.14** 0,00	**3390.14** 0,00	**3390.14** 369.072,31	**3390.14** 403.940,67
Demais elementos do grupo	492.190,72	655.743,00	442.388,02	495.311,66	49.802,70	160.431,34	442.388,02	433.846,09

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.2.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa	**4490.52** 407.924,65	**4490.52** 3.412.172,17	**4490.52** 326.106,17	**4490.52** 225.285,03	**4490.52** 81.818,48	**4490.52** 3.186.887,14	**4490.52** 326.106,17	**4490.52** 85.255,03
2º elemento de despesa	**4490.51** 163.808,77	**4490.51** 44.170,65	**4490.51** 18.856,00	**4490.51** 10.320,65	**4490.51** 144.952,77	**4490.51** 33.850,00	**4490.51** 18.856,00	**4490.51** 10.320,65
3º elemento de despesa	–		–		–		–	
Demais elementos do grupo	–		–		–		–	
5 – Inversões Financeiras	**NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ**							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicadores de desempenho da área finalística

Tabela LXXXVIII

Prevencão, controle e erradicacão de doencas dos animais – PCEANIMAL	
Indicador	Índice de propriedade atendida - Ipa
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de propriedade atendida realizada o nº de propriedade atendida programada
Cálculo 2010	Ipa = 4.156 / 4.208 = 98,76%
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	98,76%
Resultado 2009	100,20%
Resultado 2008	149,67%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela LXXXIX

Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL	
Indicador	Custo por propriedade atendida - Icpa
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº a propriedade atendida realizada
Cálculo	Icpa = 88.077,90 / 4.156 = R$ 21,19
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	R$ 21,19 (por propriedade atendida)
Resultado 2009	R$ 4,18 (por propriedade atendida)
Resultado 2008	R$ 6,82 (por propriedade atendida)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções.

Fonte: SISA

Tabela XC

Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	
Indicador	Índice de área controlada - Iac
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre a área controlada realizada e a área controlada programada
Cálculo	Iac = 140.000 / 140.000 = 100%
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	100%
Resultado 2009	100%
Resultado 2008	90,27%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XCI

Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	
Indicador	Custo por área controlada = Icac
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e a área controlada realizada por hectare
Cálculo	Icac = 34.456,88 / 140.000 = R$ 0,25
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	R$ 0,25 (por hectare de área controlada)
Resultado 2009	R$ 0,91(por hectare de área controlada)
Resultado 2008	R$ 0,36 (por hectare de área controlada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções.

Fonte: SISV

Tabela XCII

Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIFITO1	
Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização realizada programada
Cálculo	Ifr = 10.238 / 9.000 = 113,76 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	113,76%
Resultado 2009	212,5 %
Resultado 2008	141,18%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XCIII

Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIFITO1	
Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfr
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	Icfr = 17.371,95 / 10.238 = R$ 1,70
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	R$ 1,70 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R$ 459,49 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R$ 367,88 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XCIV

Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal – IPVEGETAL2	
Indicador	Índice de estabelecimento inspecionado - Iei
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de estabelecimento inspecionado realizado e o nº de estabelecimento inspecionado programado
Cálculo	lei = 114 / 90 = 126,67 %

Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	126,67%
Resultado 2009	96,44%
Resultado 2008	101,33%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XCV

Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal – IPVEGETAL2	
Indicador	Custo por estabelecimento inspecionado - Icei
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de estabelecimento inspecionado realizado
Cálculo	Icei = 43.603,40 / 114 = R$ 382,48
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	R$ 382,48 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2009	R$ 98,26 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2008	R$ 152,64 (por estabelecimento inspecionado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XCVI

Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL	
Indicador	Índice de estabelecimento inspecionado - Iei
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de estabelecimento inspecionado realizado e o nº de estabelecimento inspecionado programado
Cálculo	Iei = 208 / 208 = 100 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	100%
Resultado 2009	100%
Resultado 2008	116,94 %
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela XCVII

Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL	
Indicador	Custo por estabelecimento inspecionado - Icei
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o orçamento aplicado e o nº de estabelecimento inspecionado realizado
Cálculo	Icei = 123.528,57 / 208= R$ 593,89
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	R$ 593,89 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2009	R$ 701,02 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2008	R$ 498,12 (por estabelecimento inspecionado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela XCVIII

Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais - PADCLASSIF	
Indicador	Índice de produto fiscalizado - Ipf
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre nº de produto fiscalizado realizado e o nº de produto fiscalizado programado
Cálculo	Ipf = 24.700 / 23.000 = 107,39 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	107,39%
Resultado 2009	156 %
Resultado 2008	102,56 %
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XCIX

Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais - PADCLASSIF	
Indicador	Custo por produto fiscalizado - Icpf
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de produto fiscalizado realizado
Cálculo	Icpf = 54.432,74 / 24.700 = R$ 2,20
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	R$ 2,20 (por produto fiscalizado)
Resultado 2009	R$ 1,11 (por produto fiscalizado)
Resultado 2008	R$ 0,82 (por produto fiscalizado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela C

Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	
Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo	Ifr = 211 / 166 = 127,11 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	127,11%
Resultado 2009	126,83 %
Resultado 2008	128,44%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela CI

Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	
Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfr
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	Icfr = 19.803,57 / 211 = R$ 93,85
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no

	SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	R$ 93,85 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R$ 49,26 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R$ 73,90 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela CII

Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM1

Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo	Ifr = 341 / 284 = 120,07 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	120,07%
Resultado 2009	109,18%
Resultado 2008	118,91%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela CIII

Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM1

Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfr
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	Icfr = 193.368,98 / 341 = R$ 567,06
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	R$ 567,06 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R$ 913,62 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R$ 415,71 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela CIV

Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECOI

Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo	Ifr = 222/ 198 = 112,12 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	112,12%
Resultado 2009	111,43 %
Resultado 2008	134,54%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela CV

Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECOI	
Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfr
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	Icfr = 58.432,30 / 222 = R$ 263,21
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado 2010	R$ 263,21 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R$ 177,06 (por fiscalização realizada)
Resultado	R$ 96,03 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela CVI

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos – FISCPLANTA2	
Indicador	Índice de partida inspecionada = Ipi
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de partida inspecionada realizada e o nº de partida inspecionada programada
Cálculo	Ipi = 429 / 293 = 146,41 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	146,41 %
Resultado 2009	240,28 %
Resultado 2008	147,10%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela CVII

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos –FISCPLANTA2	
Indicador	Custo por partida inspecionada = Icpi
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de partida inspecionada realizada
Cálculo	Icpi = 8.722,49 / 429 = R$ 20,33
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	R$ 20,33 (por partida inspecionada)
Resultado 2009	R$ 6,84 (por partida inspecionada)
Resultado 2008	R$ 19,85 (por partida inspecionada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela CVIII

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos – FISCANIMAL2	
Indicador	Índice de partida inspecionada = Ipi
Tipo	**Eficácia**

Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de partida inspecionada realizada e o nº de partida inspecionada programada
Cálculo	Ipi = 12 / 22 = 54,55 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
PARA ESSA AÇÃO NÃO FOI DESCENTRALIZADO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, EM VIRTUDE DA REESTRUTURAÇÃO DAS SFA'S, CONFORME PORTARIA Nº 428 DE 14/06/2010	
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	0,00%
Resultado 2009	54,55 %
Resultado 2008	139,13%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela CIX

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos – FISCANIMAL2

Indicador	Custo por partida inspecionada = Icpi
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de partida inspecionada realizada
Cálculo	Não houve descentralização orçamentária/financeira
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
PARA ESSA AÇÃO NÃO FOI DESCENTRALIZADO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, EM VIRTUDE DA REESTRUTURAÇÃO DAS SFA'S, CONFORME PORTARIA Nº 428 DE 14/06/2010	
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	R$
Resultado 2009	Não houve descentralização orçamentária/financeira
Resultado 2008	R$ 125,95 (por partida inspecionada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Indicadores de desempenho da área administrativa

Tabela CX

Indicadores da área Administrativa 2008

SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	VALOR	MENSAL
			SRH		
Ialimed (%)	Eficácia	Afastamento em dias dos servidores / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	(1.114 / 103 x 365) x 100 = **2,96** %	0,24 %
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de servidores totais afastados com Licença Médica	(11 / 103) x 100 = **10,67** %	0,89 %
Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de servidores FFA com afastamento por licença médica	(7 / 48) x 100 = **14,58** %	1,21 %
Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administ.ativos) x100	Índice de servidores Adm com afastamento licença médica	(2 42) x 100 = **4,76** %	0,40 %
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	Índice de concessão de aposentadoria em 30 dias	(03 / 4) x 100 = **75** %	6,25 %
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	3 / 1 = **3**	
			SMP		
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	92 / 100) x 100 = **92** %	7,66 %
Iaalm (%)	Eficácia	(Número de pedidos atendidos/ número de pedidos apresentados) X 100	Índice de atendimento do almoxarifado	(899 / 899) x 100 = 100 %	100 %
Iplic	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de processos de licitação.	92 / 3 = **30,67**	
			SEOF		
Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	(1.702 / 1.716) x 100 = **99,18** %	8,26 %
Icfg(%)	Eficácia	(Nº de conformid.atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade da gestão (contábil)	(5 / 12) x 100 = **41,66** %	3,47 %

Ieof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	1.868.585,42 / 1.882.681,55) X 100 = **99,25 %**	
Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	1.702 / 3 = **567,33**	
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	1.183 / 3 = **394,33**	

Fonte: SPA

Indicadores de desempenho da área administrativa

tabela CXI

Indicadores da área Administrativa 2009

SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	VALOR	MENSAL
SRH					
Ialimed (%)	Eficácia	Afastamento em dias dos servidores / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	(448 / 123 x 365) x 100 = **0,99** %	0,08%
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de servidores totais afastados com Licença Médica	(10 / 123) x 100 = **8,13** %	0,68 %
Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de servidores FFA com afastamento por licença médica	(07 / 47) x 100 = **14,89** %	1,24 %
Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administ.ativos) x100	Índice de servidores Adm com afastamento licença médica	(1 / 57) x 100 = **1,75** %	0,15 %
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	Índice de concessão de aposentadoria em 30 dias	(04 / 4) x 100 = **100** %	8,33 %
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	4 / 4 = **1**	
SMP					
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	39 / 44) x 100 = **88,64** %	7,39 %
Iaalm (%)	Eficácia	(Número de pedidos atendidos/ número de pedidos apresentados) X 100	Índice de atendimento do almoxarifado	(721 / 716) x 100 = 100,70 %	100,70 %
Iplic	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de processos de licitação.	39 / 5 = **7,8**	
SEOF					

Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	(1.866 / 1.922) x 100 = **97,08** %	8,09%
Icfg(%)	Eficácia	(Nº de conformid.atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade da gestão (contábil)	0 / 12) x 100 = 0 %	0,00 %
Ieof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	1.757.392,02 / 1.805.336,40) X 100 = **97,34%**	
Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	1.866 / 4 = **466,75**	
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	1.323 / 5 = **264,60**	

Fonte: SPA

Indicadores de desempenho da área administrativa

Tabela CXII

Indicadores da área Administrativa 2010

SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	VALOR	MENSAL
			SRH		
Ialimed (%)	Eficácia	Afastamento em dias dos servidores / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	(1.064 / 100 x 365) x 100 = **2,91** %	0,24%
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de servidores totais afastados com licença médica	(15 / 100) x 100 = 15 %	1,25 %
Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de servidores FFA com afastamento por licença médica	(11 / 46) x 100 = **23,91** %	1,99 %
Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administ.ativos) x 100	Índice de servidores Adm com afastamento licença médica	(02 / 40) x 100 = **5** %	0,42
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) x 100	Índice de concessão de aposentadoria em 30 dias	(01 / 01) x 100 = **100** %	100 %
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	1 / 4 = **0,25**	
			SMP		

Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	5 / 5) x 100 = **100** %	100 %
Iaalm (%)	Eficácia	(Número de pedidos atendidos/ número de pedidos apresentados) X 100	Índice de atendimento do almoxarifado	(684 / 684) x 100 = 100 %	100%
Iplic	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de processos de licitação.	5 / 6 = **0,83**	
SEOF					
Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	(1317 / 1.922) x 100 = **97,08** %	8,09%
Icfg(%)	Eficácia	(Nº de conformid.atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade da gestão (contábil)	4 / 12) x 100 = 33,33%	2,77%
Ieof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	1.680.734,45 / 1.901.486,82) X 100 = **88,39%**	
Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	1.866 / 4 = **466,75**	
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	1.631 / 4 = **407,75**	

Fonte: SePA

3. Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ					
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

3.2 Análise Crítica

Não se aplica

4. Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R$ 1,00

		Restos a Pagar Processados		
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	65.131,05	0,00	65.131,05	0,00
2009	704.218,10	0,00	704.218,10	0,00
2008.	333.577,78	0,00	333.577,78	0,00
Restos a Pagar não Processados				

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	418.755,36	21.025,70	397.729,66	0,00
2009	589.410,43	85.282,01	502.248,82	1.879,60
2008	788.319,45	99.559,25	688.760,20	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2. Análise Crítica

O que não foi cancelado foi pago, de acordo com o quadro.

5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva	Ingressos em 2010	Egressos em 2010
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	100	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	-	05	-	-
1.4.2 Removidos	-	02	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	05	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	01	-	-

2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas		13		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total		125		

Fonte: SIAPE /SGP

QUADRO A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	**De 31 a 40**	**De 41 a 50**	**De 51 a 60**	**Acima de 60**
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	**03**	**23**	**48**	**26**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	**03**	**02**	-
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	**01**	**02**	**03**
2.3. Funções gratificadas	-	-	**06**	**07**	-

Fonte: SIAPE /SGP

QUADRO A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	**03**	**05**	**27**	**73**	-	**01**	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	**01**	-	**04**	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	**06**	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	**01**	**12**	-	-	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE /SGP

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010

	Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1	**Integral**		
1.1	Voluntária	**119**	**01**
1.2	Compulsório	**01**	**-**
1.3	Invalidez Permanente	**37**	**-**
1.4	Outras	**-**	**-**
2	**Proporcional**		
2.1	Voluntária	**84**	**-**
2.2	Compulsório	**02**	**-**
2.3	Invalidez Permanente	**02**	**-**
2.4	Outras	**-**	**-**

Fonte: SIAPE /SGP

QUADRO A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	522	06
2. Proporcional	84	06

Fonte: SIAPE /SGP

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes 1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Custo do exercício (Valores em R$ 1,00)
Nível superior					
Área Fim	03	02	01	-	49.456,63
Área Meio	06	06	04	08	
Nível Médio					8.235,60
Área Fim	-	-	-	01	
Área Meio	03	02	01	02	

Fonte: SIAPE /SGP

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

QUADRO A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008,2009 e 2010

Valores em R$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Despesas Variáveis: Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Total
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009			NÃO SE APLICA					
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	11.558.812,99	-	4.680.073,57	707.739,28	1.307.441,83	-	74.923,41	18.328.991,08
2009	14.812.795,84	-	7.419.586,21	1.087.174,78	1.085.677,25	884,10	25.870,11	24.431.988,29
2010	16.288.408,51	-	9.121.378,00	1.252.714,69	728.016,31	152.131,50	50.661,13	27.593.310,14
Servidores com Contratos Temporários								
2008	380,00	-	1.900,00	2.660,00	3.390,62	-	11.400,00	19.730,62
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	58.828,85	-	52.638,41	-	11.616,02	-	-	123.083,28
2009	191.649,26	-	15.735,35	-	12.731,70	-	-	220.116,31
2010	306.580,54	-	16.470,82	-	24.064,64	9.901,00	4.733,75	361.750,75

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	723.521,32	143.597,39	371.825,26	96.964,84	15.755,79	4.004,46	-	1.355.669,06
2009	729.197,79	124.670,38	737.488,76	161.092,50	14.592,00	7.508,18	1.886,29	1.776.435,90
2010	702.349,33	112.825,82	726.884,63	147.802,83	29.778,00	10.282,62	-	1.729.923,23
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	206.014,77	50.841,83	179.350,73	7.410,00	31.635,97	669,07	3.965,06	479.887,43
2009	435.197,28	54.305,09	49.925,86	7.526,44	26.334,37	827,11	227,88	574.344,03
2010	535.153,31	56.365,53	126.701,16	15.414,83	47.284,16	7.808,50	1.936,15	790.663,64

Fonte: SIAPE /SGP

5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA PARAÍBA

UG/Gestão: 130024/00001 **CNPJ: 00.396.865/0020-98**

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	V	O	**P**	09.222.175/ 0001-18	08.01.2005	08.01.2011	18	18					
2009	L	O	**P**	24.270.795/ 0001-16	15.12.2009	15.12.2011	24	19		5			

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SCC

QUADRO A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA PARAÍBA

UG/Gestão: 130024/00001 **CNPJ: 00.396.865/0020-98**

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1, 2 e 3	O	**A**	10.651081/ 0001-43	15.08.2010	15.08.2011	19	19	07	07	01	01	

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SCC

QUADRO A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
13/2010	1	24	SEDE DA SFA-PB
	1	01	UTRA CGE
	1	01	UTRA PATOS
	2	01	SEDE DA SFA-PB

3	01	SEDE DA SFA-PB

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: SCC

5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Tabela CXIII

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	VALOR	MENSAL
			SRH		
Ialimed (%)	Eficácia	Afastamento em dias dos servidores / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	(1.064 / 100 x 365) x 100 = 2,91 %	0,24%
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de servidores totais afastados com licença médica	(15 / 100) x 100 = 15 %	1,25 %
Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de servidores FFA com afastamento por licença médica	(11 / 46) x 100 = 23,91 %	1,99 %
Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administ.ativos) x 100	Índice de servidores Adm com afastamento licença médica	(02 / 40) x 100 = 5 %	0,42
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) x 100	Índice de concessão de aposentadoria em 30 dias	(01 / 01) x 100 = 100 %	100 %
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	1 / 4 = 0,25	

Fonte: SePA

6. Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse , termo de parceira e outros.

6.1. Transferências efetuadas no exercício

6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA PARAÍBA

CNPJ: 00.396.865/0020-98 **UG/GESTÃO: 130024/00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1 - Convênio	702742/2008	FAEPA	177.726,00	17.772,00	177.726,00	177.726,00	31/12/2008	05/05/2011	Regular
1- Convênio	722656/2209	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraiba	127.450,00	27.450,00	127.450,00	127.450,00	30/12/2009	30/12/2010	Regular
1- Convênio	703666/2009	Associação Brasileira dps Criadores de Gir Leiteira – ABCGIL/MG	162.100,00	12.968,00	162100,00	162.100,00	22/12/2009	13/01/2011	Regular
1 - Convênio	707128/2009	Instituto de Desenvolvimento Comunitário e Participação Social Instituto COEP	179.426,00	16.318,00	179.426,00	179.426,00	20/11/2009	03/11/2010	Regular

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Parceria
4 - Termo de Cooperação
5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: DPDAG

6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante

Nome:
CNPJ: **UG/GESTÃO:**

Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	01	03	0	177.726,00	468.976,00	0,00
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	01	03	0	177.726,00	468.976,00	0,00

Fonte: DPDAG

6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante

Nome:
CNPJ: **UG/GESTÃO:**

Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	02	177.726,00			100%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	02	177.726,00			100%

Fonte: DPDAG

6.1.4. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:		**UG/GESTÃO:**			
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montante repassados**			**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
2009	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R$)	306.876,00	
2008	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade		

Fonte: DPDAG

6.1.5. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		**UG/GESTÃO:**			
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montantes repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda **não vencido**	Quantidade			
		Montante repassado (R$)			
	Com prazo de análise **vencido**	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		
			Montante repassado (R$)		
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		02	
		Montante repassado (R$)		306.876,00	

2008	Quantidade de contas prestadas	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada Quantidade Reprovada Quantidade de TCE
	Contas NÃO analisadas	Quantidade Montante repassado
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade Montante repassado

Fonte: DPDAG

6.2. Análise Crítica

Análise está contida no PI FISCONTRATO e APPRODUTOR deste Relatório.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contrtos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 189 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes aos contratos estão disponíveis e atualizada**s** no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, de acordo com o item 7do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Cabedelo/PB, 17 de março de 2010.

Maria Zima Moreira Gonçalves da Costa
Chefe do SCC/SAG/SAD/SFA-PB

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes aos convênios e contratos de repasse, sendo este geridos pela Caixa Econômica Federal, onde analisamos as propostas das entidades convenentes, de ambas as modalidades, exceto os convênios formalizados diretamente pelos órgãos singulares do MAPA, sob a responsabilidade desta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizadas no sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceira – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, de acordo com o item 07 do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Cabedelo/PB, 21 de março de 2011.

Jerônimo Barata de Melo
Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária
DDA/SFA/PB

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei n° 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portuguez de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP

DECLARACAO/SLMBS
15/2/2011

DECLARAÇÃO

Declaramos, que os servidores abaixo relacionados, entregaram as Declarações de Bens e Rendas, de que trata a Lei nº 8.730 de 1993 e Decisão Normativa TCU nº 107 de 27.10.2010, referente ao ano calendário 2009, exercício 2010, visando atender ao disposto no Anexo II, parte A, Item 8.

2. Antônio Hybernon da Silva
3. Carmen Berta Cavalcanti Dunda Machado
4. Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro
5. Eduardo Marcelo Meira
6. Gecemar Cordeiro Júnior
7. Hermes Ferreira Barbosa
8. João Gonçalves de Abrantes New
9. Jerônimo Barata de Melo
10. Jonas Francisco de Oliveira
11. Josinéa de Ataíde Morais
12. Lucio Flavio Ayres de Albuquerque
13. Luiz Alberto Macedo Campelo
14. Marcia Monica Vieira de Moraes
15. Marcos Antônio Benjamim da Silva
16. Marcos José Pereira de Souza
17. Maria do Socorro Niculau da Cunha
18. Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa
19. Maruzia de Borba Maranhão

Cabedelo, 28 de março de 2011.

Carmen Berta Cavalcanti D. Machado
Chefe SGP/ SAD/SFA-PB

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

QUADRO A.9.1 - Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Considerações gerais:

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: GAB

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X				
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					

8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	**X**	
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		**X**
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		**X**
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		**X**
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		**X**
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.		**X**
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?		

Considerações Gerais:

ITEM 6 – 50% do papel adquirdo para impressão foi reciclável, pregão nº 04/2010, item 75.

ITEM 11 - implantação da Colete Seletiva Solidária, EM 31/07/2009, durante a comemoração dos 149 anos do MAPA, criação da Comissão da Colete Seletiva Solidária da SFA/PB, Portaria/GAB/SFA-PB nº 0008 de 17/101/2010 e 0198 de 29/10/2007, Realimentação da Coleta Seletiva dos Materiais Recicláveis na SFA/PB em 21/09/2009. Elabroação do Plano de Gestão da Coleta Seletiva da SFA/PB e celebração do Acordo de Cooperação entre a SFA/PB e a Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis ASTRAMARE, em 31/07/2009.

ITEM 12 – Celebração do Termo Aditivo nº 03/2010, em 01/06/2010, da SFA/PB com ENERGISA – Tarifa Horosazonal Verde, publicada no D.O.U. de 04/06/2010.

ITEM 13 – Palestra de sensibilização dos funcionários da Empresa de Limpeza Urbana – EMLUR com os servidores da SFA/PB, em julho e setembro/2009, 03 reuniões da Comissão da Colete Seletiva Solidária da SFA/PB com os funcionários da empresa prestadora de limpeza dessa organização e com a associação responsável pela coleta dos recicláveis da SFA/PB – a ASTRAMARE, distribuição dos cestos da coleta seletiva nos diversos serviços, seções e setores e fixação dos coletores externos e identificação dos cestos de papel nos setores com o nome: SÓ PAPEL. Os servidores foram avisados dessas ações através do serviço de som do PABX, quadro de aviso, Memorando Circular/GAB/SFA/PB nº 16 de 27/07/2009 e 33 de 11/09/09.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: SCC

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como Bens de Uso Especial, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	**UF 1**	-	-
	município 1 – Cabedelo	**1**	**1**
	município 2 – Campina Grande	**1**	**1**
	município "n"	-	-
	UF "n"	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
	Subtotal Brasil	-	-
EXTERIOR	**PAÍS 1**	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	Subtotal Exterior	-	-
	Total (Brasil + Exterior)	-	-

Fonte: SAG

QUADRO A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	**UF 1**	-	-
	município 1 – Patos – PB	**1**	**1**
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
	UF "n"	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
	Subtotal Brasil	-	-
EXTERIOR	**PAÍS 1**	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	Subtotal Exterior	-	-
	Total (Brasil + Exterior)	-	-

Fonte: SAG

QUADRO A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
SFA/PB	196500027.500-7	Próprio	Bom	497.217,85	10/02/10	3.089.322,69	44.170,65	759.752,51
SFA/PB	198100049.500-2	Próprio	Bom	53.172,00	28/11/05	130.777,68	-	109.589,34
			Total				44.170,65	869.341,85

Fonte: SAG

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação 1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 03 Terceirizados: 22				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100% em serviço				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X

Considerações Gerais:

ITEM 3 - a alta administração juntamente com a equipe de TI da SFA/PB analisa e delibera a respeito das necessidades e prioriza as ações de melhoria a serem adotadas na área administrativa.

ITEM 5 – dos 22 funcionários terceirizados em TI, 03 atual diretamente no centro de processamento de dados, e o restante nos diversos setores da UJ.

ITEM 6 - existe um equipamento (FIREWALL) na SFA/PB, monitorado pela CGTI/MAPA.

ITEM 12 – Exixte apenas contrato de serviço de TI

LEGENDA
Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: SAOD/SCC

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

A INFORMÇÃO ESTÁ CONTIDA NO ITEM 2.4.2.2.1. - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

14. Informações sobre Renúncia Tributária sob a gestão da UJ

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

QUADRO A.14.1 - Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ						

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

QUADRO A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Valores	2008		2009		2010	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia Contrapartida Medidas de Compensação	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ					

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

QUADRO A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						

CE	
DF	
ES	
GO	
MA	
MT	
MS	
MG	
PA	
PB	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ
PR	
PE	
PI	
RJ	
RN	
RS	
RO	
RR	
SC	
SP	
SE	
TO	
Σ	

QUADRO A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ					
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídica

QUADRO A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ					
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

QUADRO A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Jurídicas

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ					
PR						
PE						
PI						

RJ	
RN	
RS	
RO	
RR	
SC	
SP	
SE	
TO	
Σ	

14.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

QUADRO A.14.7 – Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ

Renúncia	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010
NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ							

14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

QUADRO A.14.8 - Prestação de Contas de Renúncia de Receitas

Situação	2008		2009		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas						
PC Aguardando Análise						
PC em Análise	**NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ**					
PC não Aprovadas						
PC Aprovadas						

14.7 Comunicações à RFB

QUADRO A.14.9 - Comunicações à RFB

Renúncia	2008				2009				2010			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.
NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ												

14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

QUADRO A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas							
Ano	Descrição	Metas			Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
		Indicador	Prev.	Real.	Nac.	Diretos	Indiretos
2008	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ						
2009							
2010							

14.9 Declaração

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

14.10 Fiscalições Realizadas pela RFB

QUADRO A.14.11 - Ações da RFB					
Renúncia	Fiscalizações	Autos de Infração		Recolhimento	
		Qtd. Empresas	Valor (R$)	Qtd. Empresas	Valor (R$)
TOTAL	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ				

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a UJ

NÃO HOUVE AUDITORIA NESTA UJ NO ANO DE 2010, PORTANTO NÃO HÁ PENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO PLANO DE PROVIDÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

ACÓRDÃO Nº 6384/2009 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena ao(s) responsável(eis), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.084/2008-2 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2007)

1.1. Responsáveis: Adriana Araujo Costa Truta (646.360.894-72); Alberto Jerônimo Pereira (135.037.821-68); Antonio Hyberon da Silva (132.026.774-20); Antônio Guimarães da Silva Sobrinho (237.840.674-68); Artur Vasconcelos Valadares (047.789.794-00); Carlos Alberto de Melo Queiroz (141.191.964-53); Carlos Augusto Ferreira de Carvalho (139.279.574-53); Carlos Henrique de Farias Ximenes (373.987.684-00); Carmen Berta Cavalcanti Dunda Machado (448.851.994-68); Claudio Gilberto Pereira Monteiro (070.548.584-68); Cristiane Eduardo Pereira Costa (685.845.804-25); Divaldo da Silva Cunha (086.797.204-10); Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro (072.493.574-68); Eduardo Marcelo Meira (181.312.634-87); Elisângela Luiza de Souza (069.953.157-82); Eny Soares Pereira de Souza Oliveira (106.134.122-49); Francisco de Assis Cruz

(020.417.584-49); Frederico Ronaldo de Arruda (084.930.064-91); Gesseraldo José Gico de Souza (226.512.094-49); Gilberto Bevenuto da Silva (136.285.504-91); Gilwan de Carvalho Rodrigues (203.634.194-20); Giovanni Perazzo Barboza (251.217.314-34); Giucelia Araujo de Figueiredo (301.399.104-68); Hailton Pereira do Nascimento (109.752.414-00); Hermes Ferreira Barbosa (036.461.574-53); Hiula Nobrega Leite (285.534.894-34); Ivone Severina de Melo Pereira do Nascimento (344.878.241-68); Jamir Mascena de Sousa (139.596.974-49); Jerônimo Barata de Melo (089.399.264-04); João Batista Diniz (092.175.924-04); Jonas Francisco de Oliveira (203.154.064-53); Jose Antonio da Costa Filho (131.476.844-15); José Marcos do Nascimento (203.230.184-91); José Noirto Monteiro (131.476.764-04); José Ribamar Vidal (073.292.701-30); Josinea Cavalcanti de Ataide (096.241.554-53); José Calazans dos Santos (150.533.771-20); João Batista de Almeida (131.967.584-00); João Berquimas de Andrade (086.147.414-72); Kelson Caldas Ribeiro (176.401.804-49); Lucia Maria Vasconcelos de Barros (498.740.714-00); Luciano Jorge Pereira (010.802.102-53); Luiz Alberto Macedo Campelo (299.552.204-06); Lúcio Flavio Ayres de Albuquerque (086.738.614-20); Mageciene Chaves de Oliveira (044.789.754-34); Marcia Monica Vieira de Moraes (299.295.984-72); Marcio Ayron Cavalcanti de Almeida (507.190.334-20); Marco Aurelio Viana Silva (109.412.584-91); Marcos Antônio Benjamin da Silva (146.498.884-68); Marcos Bethamio de Almeida Ferreira (044.547.744-04); Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa (220.125.754-04); Maria do Socorro Niculau da Cunha (219.600.034-53); Maruzia de Borba Maranhão (141.968.594-53); Miguel Nelson Cavalcanti Costa (148.893.314-68); Otilia Maria Rodrigues Pessoa (141.202.834-53); Raimunda Medeiros Vidal (041.635.084-49); Reginaldo Teixeira Ferreira (078.744.134-15); Rivaldo Lins Rocha (131.898.914-00); Tarcisio Ferreira Maia (132.192.784-34); Ugo Fabio Gomes de Souza Marques (726.292.664-00); Virginio Carneiro da Silva (070.634.314-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Paraíba – Mapa

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB(SECEX-PB)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

NÃO HOUVE AUDITORIA NESTA UJ NO ANO DE 2010, PORTANTO NÃO HÁ PENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO PLANO DE PROVIDÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**

Síntese da providência adotada:

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

NÃO HOUVE AUDITORIA NESTA UJ NO ANO DE 2010, PORTANTO NÃO HÁ PENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO PLANO DE PROVIDÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

QUADRO A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: **Código SIORG**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação **Código SIORG**

Descrição da Deliberação:

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação **Código SIORG**

Justificativa para o seu não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

NÃO HOUVE AUDITORIA NESTA UJ NO ANO DE 2010, PORTANTO NÃO HÁ PENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO PLANO DE PROVIDÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

QUADRO A.15.3 - Relatório de Cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: **Código SIORG**

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

Órgão/entidade objeto da recomendação **Código SIORG**

Descrição da Recomendação:

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação **Código SIORG**

Síntese da providência adotada:

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

NÃO HOUVE AUDITORIA NESTA UJ NO ANO DE 2010, PORTANTO NÃO HÁ PENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO PLANO DE PROVIDÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

QUADRO A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: **Código SIORG**

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

Órgão/entidade objeto da recomendação **Código SIORG**

Descrição da Recomendação:

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação **Código SIORG**

Justificativa para o seu não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

A OCI EXISTE NO MAPA, NÃO HÁ NA SFA/PB E NEM RECEBEMOS NENHUMA DEMANDA DA AUDITORIA DO OCI/MAPA.

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e do Desempenho da Gestão no Exercício

ANEXO II

Parte B - DO ANEXO II – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Declaração do Contador com Ressalva

QUADRO B.1.2 - Declaração do Contador com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA PARAÍBA	130024

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a). CONTA COM IMPROBIDADE: 14290.00.00.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Brasília/DF**	**Data**	**31 de dezembro de 2010.**
Contador Responsável	**Alberto Jerônimo Pereira**	**CRC nº**	**006624/T-GO**

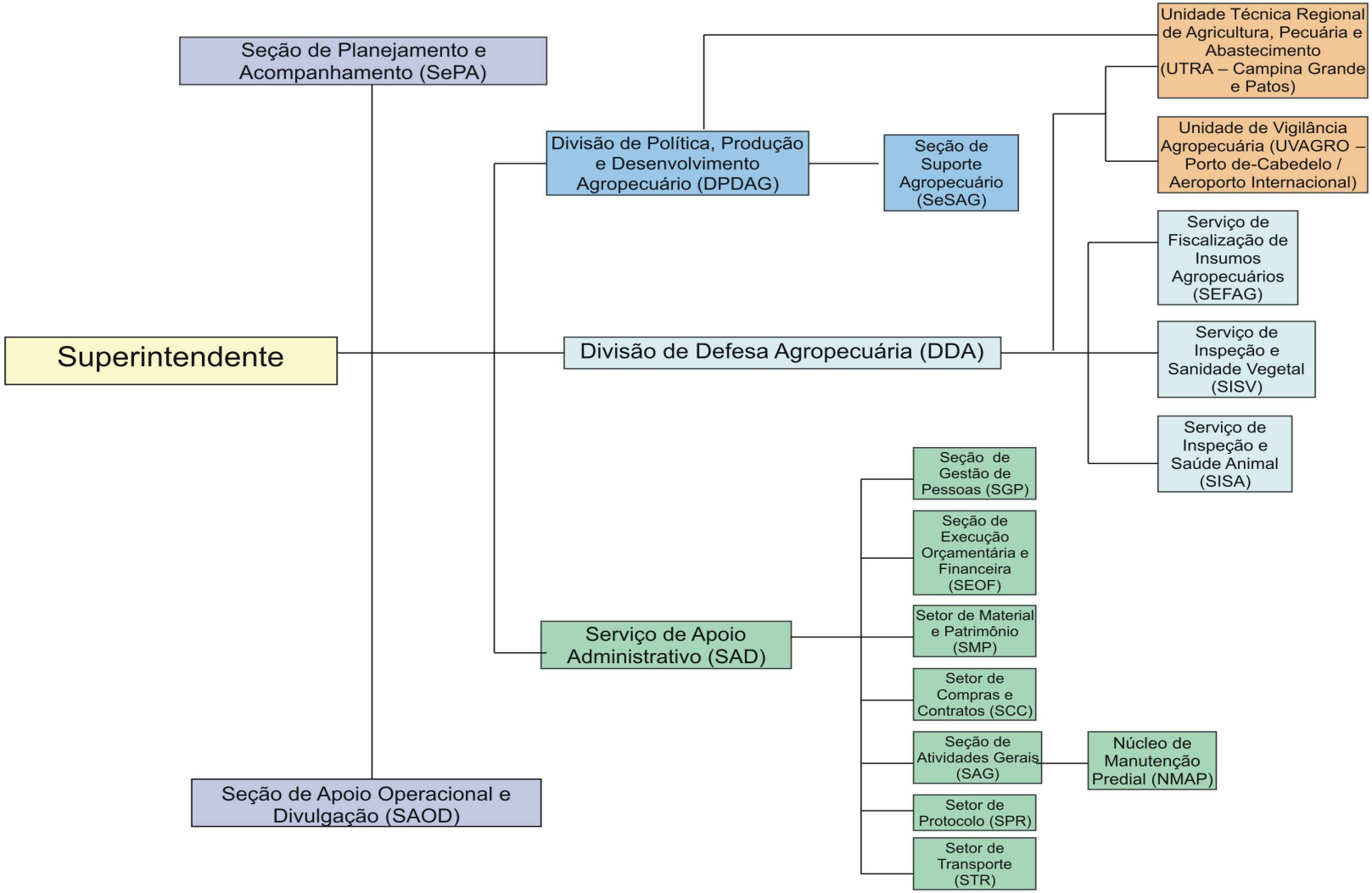
Fonte: MAPA

Documentos Pesquisados na Elaboração do Relatório de Gestão Individual da SFA/PB - 2010

- Indicadores para Planos Internos (PI) de Programas que Integram o PPA 2008-2011 do MAPA;
- Portaria MAPA 428, de 09/06/2010;
- Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010;
- Resolução Nº 234, de 01/09/2010;
- Decisão Normativa TCU Nº 107, de 27/10/2010;
- Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010;
- Portaria CGU nº 2.546, de 27/12/2010;
- Norma de Execução CGU nº 03, de 27/12/2010;
- Relatórios de Gestão da SFA/PB, exercício 2007, 2008 e 2009.

ANEXO I

ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NA PARAIBA



ANEXO II

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO 2010											
Servidor (a)	**Categoria. Funcional**	**Serviço seção, setor.**	**PI**	**Curso/Evento**	**Período/ Local/ Realização**	**Carga Horária (h/a)**	**Taxa de Inscrição (R$)**	**Passag. Aérea (R$)**	**V. Suprim. (R$)**	**Diária. Participante (R$)**	**Diária. Motorista (R$)**
ÁREA ADMINISTRATIVA											
Seção de Gestão de Pessoas - SGP											
Maria Marineide Marinho Cavalvanti	NI	SGP	-	Introdução à Educação a Distância.	02 a 15/08/10 Curso a Distância	15	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Administração de Conflitos.	16/06 a 07/09/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	26/08/10 João Pessoa-PB	04					
	NI	SGP	-	Gestão de Pessoas.	08/09 a 10/10/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Cargos e Funções.	11 a 24/10/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Cultura Organizacional.	25/10 a 17/11/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Laboratório de Gestão.	18/11 a 30/12/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**07**		**169**	-	-	-	-	-
Carmem Berta C. D. Machado	NI	SGP	-	Introdução à Educação a Distância.	02 a 15/08/10 Curso a Distância	15	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Administração de Conflitos.	16/06 a 07/09/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	
	NI	SGP	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	25/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Gestão de Pessoas.	08/09 a 10/10/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Cargos e Funções.	11 a 24/10/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-

	NI	SGP	-	Cultura Organizacional.	25/10 a 17/11/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Laboratório de Gestão.	18/11 a 30/12/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**07**		**169**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Márcia Mônica Vieira de Morais	NI	SGP	CAPACITA 1	Sensibilização Sobre o Novo Modelo de Plano de Saúde.	21 a 22/01/10 Brasília-DF	16	-	Pago p/ MAPA	-	860,67	-
	NI	SGP	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	27/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**20**	**-**	**-**	**-**	**860,67**	**-**
Karina Yokoyama de Mello	NI	SGP	-	Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal.	01 a 30/04/10 Curso aDdistância	30	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Redação Oficial e Revisão Gramatical UFSC/CSE/CAD.	01 a 30/05/10 Curso a Distância	45	-	-	-	-	-
	NI	SGP	ADMSEDE 1	Treinamento de Usuários Cadastradores do Sistema CGU/PAD-CGU.	01/06/10 Brasília-DF	07	-	1.195,10	-	614,04	-
	NI	SGP	-	MOZZILA. ENAP	01 a 30/06/10 Curso a Distância	20	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Prestação de Contas de Convênios.	01 a 30/08/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	PAD- Formação para Membros de Comissões –ESAF.	01 a 30/08/10 Curso a Distância	27	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	PAD-Formação para Membros de Comissões. M. da Fazenda.	09 a 13/08/10 João Pessoa-PB	27	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	27/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Gestão Pública UFSC/CSE/CAD.	01/08 a 30/12/10 Curso a Distância	180	-	-	-	-	-

	NI	SGP	-	Curso Sobre Migração do SRH.	27/09 a 01/10/10 Brasília-DF	40	-	1.151,12	-	1.483,20	-
	NI	SGP	-	Processo Administrativo Disciplinar.	01 a 30/09/10 Curso a distância	32	-	-	-	-	-
	NI	SGP	-	Licitações e contratos Administrativo.	01 a 30/11/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**12**		**472**	**-**	**2.346,22**	**-**	**2.097,24**	**-**
Aderson Aquino Monteiro	NI	SGP	CAPACITA 1	Sensibilização Sobre o Novo Modelo de Plano de Saúde.	21 a 22/01/10 Brasília-DF	16	-	Pago p/ MAPA	-	873,52	-
	NI	SGP	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**20**	**-**	**-**	**-**	**873,52**	**-**
TOTAL SGP				**30**		**850**	**-**	**2.346,22**	**-**	**3.831,43**	**-**
Seção de Apoio Operacional e Divulgação / SAOD /GAB. SUPERINTENDENTE											
José Euvaldo Padilha	NI	SAOD	ADMSEDE1	Reunião dos Interlocutores com a Coordenadora Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares.	31/05 A 01/06/10 Brasília-DF	08	-	998,89	-	403,66	-
	NI	SAOD	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SAOD	MANUT	XI Encontro Nacional Sobre Encerramento do Exercício 2010.	21 a 24/11/10 Recife-PE	32	-	-	-	701,94	-
TOTAL INDIVIDUAL				**03**		**44**	**-**	**998,89**	**-**	**1.105,60**	**-**
Gilwan de Carvalho Rodrigues	NI	SAOD		Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL SAOD				**04**		**48**	**-**	**998,89**	**-**	**1.105,60**	**-**
Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA											

Maria do Socorro Nicolau da Cunha	NI	SePA	MANUT	Legislação do Relatório de Gestão 2009.	22a 24/02/10 Brasília-DF	08	-	866,66	-	629,27	-
	NI	SePA	-	Oficina de Preparação para Banca Examinadora do PQGF – Ciclo 2010.	14 a 15/04 Brasília-DF	16	-	Paga p/ MPOG	-	MPOG	-
	NI	SePA	-	Os Deveres e Proibições dos Servidores Públicos Segundo a Lei nº 8.112/90 e as Consequências de sua Desobediência.	28/05/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	Ética e Serviço Público. ENAP.	21/06 a 12/07/10 Curso a Distância	10	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	Ciclo de Palestra Gerencial a Importância da Estratégia nas Organizações Modernas.	30/06/10 João Pessoa-PB	09	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem da SFA-PB.	23/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	I e II Reunião de Análise Estratégica – RAE da SFA-PB.	30/10/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SePA	MANUT	Seminário de Fortalecimento do SIORG (Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal).	14/09/2010 Brasília-DF	08	-	1.348,00	-	606,58	-
	NI	SePA	ADM SEDE 1	Reunião das SPA's Aprovado pelo Sub Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração.	23 e 24/09/2010 Brasília-DF	16	-	1.464,29	-	830,78	-

	NI	SePA	AGE	Elaboração e Gestão de Projetos.	04 a 08/10/10 Recife-PE	40	-	-	-	871,78	184,76
	NI	SPA	AGE	Avaliação e Certificação das Unidades Organizacionais.	24 a 25/11/10 Brasília-DF	16	-	1.042,96	-	606,58	-
	NI	SePA	-	III Reunião de Análise Estratégica –RAE da SFA-PB.	29/11/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SePA	AGE	Homogeneizar Rotinas de Execução do SIAFI GERENCIAL.	01 a 02/12/10 Brasília-DF	16	-	762,78	-	813,23	-
	NI	SePA	AGE	Implementação do Escritório de Projetos no Setor Público.	06 a 10/12/10 Brasília-DF	40	-	1.698,58	-	1.468,28	-
TOTAL INDIVIDUAL				**14**		**195**	**-**	**7.183,27**	**-**	**5.826,50**	**184,76**
Enoque Gomes de Alencar	NS	SePA	-	Os Deveres e Proibições dos Servidores Públicos Segundo a lei nº 8.112/90 e as Conseqüências de sua Desobediência.	28/05/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NS	SePA	-	Ciclo de Palestra Gerencial a Importância da Estratégia nas Organizações Modernas.	30/06/10 João Pessoa-PB	15	-	-	-	-	-
	NS	SePA	-	Capacitação sobre o Processo de Contas 2010 CGU.	25/11/10 João Pesoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	I e II Reunião de Análise Estratégica – RAE da SFA-PB.	30/10/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NS	SePA	-	III Reunião de Análise Estratégica –RAE da SFA-PB.	29/11/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-

TOTAL INDIVIDUAL				**05**		**31**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ary Bonifácio de Farias	NI	SePA	-	Os Deveres e Proibições dos Servidores Públicos Segundo a Lei nº 8.112/90 e as Consequências de sua Desobediência.	28/05/10 João Pessoa- PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**08**	-	-	-	-	-
Cristiane Eduardo Pereira Costa	NI	SePA	-	Ética e Serviço Público.	21/06 a 12/07/10 Curso a Distância ENAP	10	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	Redação Oficial e Revisão Gramatical.	05/04 a 21/05/10 Curso a Distância ENAP	45	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	Introdução à ED.	02/08 a 11/10/10 Curso a Distância	15	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	Administração de Conflitos	16/08 a 07/09 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	Gestão de Pessoas.	08/09 a 10/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	Laboratório de Gestão.	18/11 a 30/12/10 Curso a distância	30	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	I e II Reunião de Análise Estratégica – RAE da SFA-PB.	30/10/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	Capacitação sobre o Processo de Contas 2010.	25/11/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	III Reunião de Análise Estratégica –RAE da SFA-PB.	29/11/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				09		172	-	-	-	-	-
Isabelle Alves O. do Nascimento	NI	SePA	-	Ética e serviço público.	21/06 a 12/07/10 Curso a Distância	10	-	-	-	-	-

	NI	SePA	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	SePA	AGE	Elaboração e Gestão de Projetos.	04 a 08/10/2010 Recife-PE	40	-	-	-	885,26	-
	NI	SePA	-	Ciclo de Palestra Gerencial a Importância da Estratégia nas Organizações Modernas.	30/06/10 João Pessoa-PB	03	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**04**		**57**	**-**	**-**	**-**	**885,26**	**-**
Eny Soares Pereira de Souza Oliveira	NS	SePA	-	Os Deveres e Proibições dos Servidores Públicos Segundo a Lei nº 8.112/90 e as Conseqüências de sua Desobediência.	28/05/10 João Pessoa- PB	04	-	-	-	-	-
	NS	SePA	-	Introdução à ED.	02/08 a 11/10/10 Curso a Distância	15	-	-	-	-	-
	NS	SePA	ADMSEDE1	Homogeneizar Rotinas de Execução do SIAFI GERENCIAL.	01 a 02/12/10 Brasília-DF	16	-	762,78	-	824,42	-
	NS	SePA	-	Curso de Gestão Orçamentária e Financeira.	2010 Curso à distância	60	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**04**		**95**	**-**	**762,78**	**-**	**824,42**	**-**
TOTAL SePA				**38**		**558**	**-**	**7.946,05**	**-**	**7.536,18**	**184,76**
Serviço de Apoio Administrativo – SAD											
João Gonçalves de Abrantes New	NI	SAD	MANUT	V Congresso Brasileiro de Pregoeiros.	15 a 19/03/10 Foz do Iguaçu-PR	40	-	2.044,66	-	822,40	-
	NS	SePA	-	Os Deveres e Proibições dos Servidores Públicos Segundo a Lei nº 8.112/90 e as	28/05/10 João Pessoa- PB	04	-	-	-	-	-

				Conseqüências de sua Desobediência.							
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**44**	**-**	**2.044,66**	**-**	**822,40**	**-**
TOTAL SAD				**02**		**44**	**-**	**2.044,66**	**-**	**822,40**	**-**
Setor de Protocolo – SPR											
Luiz Alberto M. Campelo	NI	SPR	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	26/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lúcia Maria Vasconcelos de Barros	NI	SPR	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL SPR				**02**		**08**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF											
Eduardo Marcelo Meira	NI	SEOF	-	Introdução à ED.	02/08 a 11/10/10 Curso a Distância	-	-	-	-	-	-
	NI	SEOF	MANUT	XI Encontro Nacional Sobre Encerramento do Exercício 2010.	21 a 24/11/10 Recife-PE	32	-	-	-	694,48	-
	NI	SEOF	ADM SEDE	Homogeneizar Rotinas de Execução do SIAFI GERENCIAL.	01 a 02/12/10 Brasília-DF	16	-	854,83	-	813,23	-
TOTAL INDIVIDUAL				**03**		**48**	**-**	**854,83**	**-**	**1507,71**	**-**
Emílio Pinto de Figueiredo	NI	SEOF	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Humberto de Albuquerque Gomes	NI	SEOF	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL SEOF				**05**		**56**	**-**	**854,83**	**-**	**1.507,71**	**-**
Setor Material e Patrimônio - SMP											
Raimunda Medeiros Vidal	NS	SMP	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	27/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-

	NS	SMP	MANUT	XI Encontro Nacional Sobre Encerramento do Exercício 2010.	21 a 24/11/10 Recife-PE	32	-	-	-	701,94	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**36**	**-**	**-**	**-**	**701,94**	**-**
TOTAL SMP				**02**		**36**	**-**	**-**	**-**	**701,94**	**-**
Setor de Compras e Contratos - SCC											
Maria Zilma G. M. da Costa	NS	SCC	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL SCC				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Seção de Atividades Gerais – SAG											
Marcos Benjamim da Silva	NI	SAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Maria do Carmo Barros	NI	SAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL SAG				**02**		**08**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Setor de Transporte – STR											
Jonas Francisco de Oliveira	NI	STR	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	23/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
José Garcia da Silva	NI	STR	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	26/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
José Pereira da Cunha	NI	STR	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	26/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
José Célio Martins da Silva	NI	STR	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	26/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Clenes Antônio Inácio	NI	STR	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	26/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	-	-	-	-	-
Elias Gomes de A. Neto	NI	STR	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	26/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	-	-	-	-	-
TOTAL STR				*** 01**		**24**	-	-	-	-	-
Gabinete Odontológico											
Vânia Lúcia da Silva Leyton	NS	GAB ODONTO	CAPACITA 1	I Oficina dos Grupos de Trabalho das Unidades SIASS.	10 a 13/03/10 Recife-PE	16	-	-	-	693,66	-
	NS	GAB ODONTO	-	Farmacologia Aplicada à Odontologia.	15/06 a 14/08/10 Curso a Distância	100	-	-	-	-	-
	NS	GAB ODONTO	MANUT	Curso de Atualização em Dentista Restauradora.	17 a 18/06/10 Campina Grande-PB	16	-	-	-	233,72	-
	NS	GAB ODONTO	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	26/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NS	GAB ODONTO	AGE	Elaboração e Gestão de Projetos.	04 a 08/10/2010 Recife-PE	40	-	-	-	878,70	-
TOTAL INDIVIDUAL				**05**		**176**	-	-	-	**1.806,08**	-
TOTAL ODONTOLÓGICO				**05**		**176**	-	-	-	**1.806,08**	-
TOTAL DA ÁREA ADMINISTRATIVA				**92**		**1.812**	-	**14.190,65**	-	**17.311,34**	**184,76**
ÁREA TÉCNICA											
Divisão de Defesa Agropecuária - DDA											
Marcos José Pereira de Souza	FFA	DDA	FEBREAFTOS	Participar da 1ª Reunião dos DT's.	13 a 16/04/10 Brasília-DF	32	-	1.080,40	-	824,42	-
	FFA	DDA	PCEANIMAL	II Conferência de Defesa Agropecuária.	25/05 a 29/05/10 Belo Horizonte - MG	24	-	1.069,35	-	995,52	-

	FFA	DDA	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	26/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	FFA	DDA	PCEANIMAL	Seminário Nacional sobre Brucelose e Tuberculose Animal.	07/ a 10/09/10 Belo Horizonte-MG	24	-	1.440,32	-	783,12	-
	FFA	DDA	AGE	Elaboração e Gestão de Projetos.	04 a 08/10/10 Recife-PE	40	-	-	-	886,70	184,64
TOTAL INDIVIDUAL				**05**		**124**	**-**	**3.590,07**	**-**	**3.489,76**	**184,64**
TOTAL DDA				**05**		**124**	**-**	**3.590,07**	**-**	**3.489,76**	**184,64**
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV											
Adriana Araújo Costa Truta	FFA	SISV	VIGIFITO	II Conferência Nacional de Defesa Agropecuária.	25 a 29/05/10 Belo Horizonte-MG	24	-	1.069,35	-	995,52	-
	FFA	SISV	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	FFA	SISV	FISCORGEN	IV Reunião Técnica sobre Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (OGM).	23 a 28/08/10 Natal-RN	36	-	-	-	1.129,20	-
	FFA	SISV	PCEVEGETAL	II Curso de Análise de Risco de Pragas.	06 a 10/12/10 Brasília-DF	32	-	1.000,04	-	1.034,80	-
	FFA	SISV	VIGIFITO	XIX Encontro Nacional de Fitossanitaristas-ENFIT.	29/11 a 03/12/10 Curitiba-PR	32	-	1.092,90	-	928,60	-
TOTAL INDIVIDUAL				**05**		**128**	**-**	**3.162,29**	**-**	**4.088,12**	**-**
Carlos Augusto Ferreira de Carvalho	FFA	SISV	PCEVEGETAL	Encontro de Responsáveis por Convênios.	04 a 07/05/10 Fortaleza-CE	32	-	981,93	-	981,70	-
	FFA	SISV	-	IV Congresso Brasileiro de Mamona.	07 a 10/06/10 João Pessoa-PB	32	-	-	-	-	-
	FFA	SISV	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	23/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-

	FFA	SISV	-	II Seminário Internacional de Indicação Geográfica.	20 a 22/09/10 João Pessoa-PB	24	-	-	-	-	-
			PCEVEGETAL	XXIII Congresso Brasileiro de Entomologia.	26 a 30/09/10 Natal-RN	32	540,00	-	120,00	847,42	-
	FFA	SISV	AGE	Curso de Elaboração e Gestão de Projetos.	04 a 08/10/10 Recife-PE	40	-	-	-	886,70	-
	FFA	SISV	FISCALSEM	III Reunião Anual de Insumos Agrícolas – RAIA.	22 a 26/11/10 Balneário de Camboriú- SC	32	-	1.285,96	-	822,40	-
	FFA	SISV	VIGIFITO	XIX Encontro Nacional de Fitossanitaristas-ENFIT.	29/11 a 03/12/10 Curitiba-PR	32	-	1.092,90	-	928,60	-
TOTAL INDIVIDUAL				**08**		**228**	**540,00**	**3.360,79**	**120,00**	**4.466,82**	**-**
José Ribamar Vidal	FFA	SISV	PCEVEGETAL	Treinamento sobre a Puccinia Kuehnni-Ferrugem da Cana-de açúcar.	26 a 28/01/10 São Paulo-SP	16	-	1.974,00	-	606,81	-
	FFA	SISV	FISCORGEM	IV Reunião Técnica sobre Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (OGM).	23 a 28/08/10 Natal-RN	36	-	-	63,09	1.129,20	-
	FFA	SISV	AGE	Curso de Elaboração e Gestão de Projetos.	04 a 08/10/10 Recife-PE	40	-	-	-	886,70	-
	FFA	SISV	FISCPLANTA 2	XIX Encontro Nacional de Fitossanitaristas do MAPA ENFIT.	29/11 a 03/12/10 Curitiba-PR	32	-	1.141,91	-	1.129,20	-
TOTAL INDIVIDUAL				**04**		**124**	**-**	**3.115,91**	**63,09**	**3.751,91**	**-**
Gecemar Cordeiro Júnior	FFA	SISV	IPVEGETAL 2	Curso de Segurança Alimentar e Avaliação da Conformidade para os FFAs da Inspeção Vegetal.	03 a 07/05/10 Bento Gonçalves-RS	40	-	968,09	-	1.176,40	-

	FFA	SISV	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**44**	**-**	**968,09**	**-**	**1.176,40**	**-**
Carlos Henrique de Farias Ximenes	FFA	SSV	IPVEGETAL 2	Curso de Segurança Alimentar e Avaliação da Conformidade para os FFAs da Inspeção Vegetal.	14 a 18/06/10 Bento Gonçalves-RS	40	-	1.205,81	-	1.176,40	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**40**	**-**	**1.205,81**	**-**	**1.176,40**	**-**
Walkyr Henriques de Araújo	FFA	SISV	IPVEGETAL 2	Curso de Segurança Alimentar e Avaliação da Conformidade para os FFAs da Inspeção Vegetal.	14 a 18/06/10 Bento Gonçalves-RS	40	-	1.205,81	-	1.176,40	-
	FFA	SISV	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**44**	**-**	**1.205,81**	**-**	**1.176,40**	**-**
Alexandre Agra Duarte	FFA	SISV	IPVEGETAL 2	Curso de Segurança Alimentar e Avaliação da conformidade para os FFAs da Inspeção Vegetal.	01a 07/08/10 Bento Gonçalves-RS	40	-	1.777,37	-	1.176,40	-
	FFA	SISV	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/09/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**44**	**-**	**1.777,37**	**-**	**1.176,40**	**-**
Giovanni Perazzo Barbosa	FFA	SISV	IPVEGETAL 2	Curso de Segurança Alimentar e Avaliação da conformidade para os FFAs da Inspeção Vegetal.	01a 07/08/10 Bento Gonçalves-RS	40	-	1.292,32	-	1.176,40	-
	FFA	SISV	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/09/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**44**	**-**	**1.292,32**	**-**	**1.176,40**	**-**

Raimundo Luiz da Silva	FFA	SISV	PADCLASSIF	Curso de Qualificação em Classificação Vegetal de Arroz e Feijão.	23 a 28/05/10 Fortaleza-CE	40	-	971,92	-	1.194,10	-
	FFA	SISV	PADCLASSIF	II Reunião Técnica co RTs da Qualidade Vegetal e dos Gestores do PNCRC.	05 a 11/12/10 Fortaleza-CE	48	-	548,45	-	1.483,20	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**88**	**-**	**1.520,37**	**-**	**2.677,30**	**-**
João Batista Diniz	FFA	SISV	PADCLASSIF	Curso de Qualificação em Classificação Vegetal de Arroz e Feijão.	23 a 28/05/10 Fortaleza-CE	40	-	971,92	-	1.194,10	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**40**	**-**	**971,92**	**-**	**1.194,10**	**-**
Francisco Inácio Sousa Filho	NI	SISV	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/09/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adeval Primo Teodoro	NI	SISV	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/09/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
João Bosco Mariz Martins	NI	SISV	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	25/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL SISV				**32**		**836**	**540,00**	**18.580,68**	**183,09**	**22.060,25**	**-**
Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA											
Janete Vatanabe Okamoto Lima	FFA	SISA	PCEANIMAL/ FEBREAFTOS	II Conferência de Defesa Agropecuária.	25/05 a 29/05/10 Belo Horizonte - MG	24	-	1.069,35	-	995,52	-
	FFA	SISA	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	26/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-

	FFA	SISA	-	Curso de Prestação de Contas de Convênios.	04/10 a 01/11/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**03**		**58**	**-**	**1.069,35**	**-**	**995,52**	**-**
João de Arruda Câmara	FFA	SISA	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/09/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Gilberto Bevenuto da Silva	FFA	SISA	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/09/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Márcio Ayron C. De Almeida	FFA	SISA	INSPANIMAL	Reunião p/ Nivelamento dos Diversos Programas Coordenados p/ DILEI e Outras Ações de sua Competência.	22 a 26/03/10 São Paulo-SP	32	-	962,35	-	981,70	-
	FFA	SISA	INSPANIMAL	Treinamento do Novo Modelo de Inspeção de Pescado Baseado nos Autocontroles do DIPOA.	08 a 12/03/10 Recife-PE	40	-	-	-	886,70	-
	FFA	SISA	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	23/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**03**		**76**	**-**	**962,35**	**-**	**1.868,40**	-
Antônio Hybernon da Silva	FFA	SISA	PCEANIMAL	II Conferência de Defesa Agropecuária.	25 a 29/05/10 Belo Horizonte - MG	24	-	1.069,35	-	995,52	-
	FFA	SISA	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	25/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**28**	**-**	**1.069,35**	**-**	**995,52**	-

Wilton Ribeiro Pinho	FFA	SISA	INSPANIMAL	Treinamento sobre Verificação Oficial de Autocontroles em Fiscalização de Ovos.	04 a 08/10/10 Brasília-DF	32	-	1.140,68	-	1.034,80	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**32**	**-**	**1.140,68**	**-**	**1.034,80**	**-**
Frederico Ronaldo de Arruda	FFA	SISA	PCEANIMAL	XIV Treinamento em Métodos de Diagnósticos e Controle da Brucelose e Tuberculose Animal e Noções ETT.	23 a 28/05/10 Patos-PB	40	-	-	-	904,40	-
	FFA	SISA	PCEANIMAL	Seminário Nacional sobre Brucelose e Tuberculose Animal.	07/ a 10/09/10 Belo Horizonte-MG	24	-	1.459,94	-	783,12	-
	FFA	SISA	PCEANIMAL	V Congresso Norte Nordeste de reprodução Animal.	26 a 27/08/10 Campina Grande-PB	08	-	-	-	237,86	-
	FFA	SISA	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	23/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**04**		**76**	**-**	**1.459,94**	**-**	**1.925,38**	**-**
TOTAL SISA				**15**		**278**	**-**	**5.701,37**	**-**	**6.819,62**	**-**
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG											
Viviane Maria Rocha Andrade Almeida	FFA	SEFAG	FISCALSEM 1	II Reunião Técnica de Sementes e Mudas.	10 a 15/05/10 Foz de Iguaçu-PR	40	-	1.426,16	-	822,40	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM 1	Curso Prático de Fiscalização de Mudas.	09 a 14/08/10 Campinas-SP	40	-	1.238,26	-	999,40	-
			-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/09/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM 1	Reunião Regional do DFIA-NE.	18 a 23/10/10 Recife-PE	40	-	-	-	1.099,00	-

	FFA	SEFAG	FISCALSEM 1	III Reunião Anual de Insumos Agrícolas.	22 a 26/11/10 Balneário de Camboriú- SC	40	-	1.285,96	-	822,40	-
	FFA	SEFAG	APOIOAGRIC	Treinamento em Propagação de Mudas Frutíferas.	05 a 10/12/10 Viçosa-MG	40	750,00	1.265,29	-	999,40	-
TOTAL INDIVIDUAL				**06**		**204**	**750,00**	**5.215,67**	**-**	**4.742,60**	**-**
Jerônimo Barata de Melo	FFA	SEFAG	FISAGROTOX	V Reunião Regional do Nordeste.	13 a 16/04/10 Natal-RN	16	-	-	-	646,82	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM 1	Reunião Anual com os SEFAG's.	03 a 07/05/10 Brasília-DF	40	-	953,65	-	1.034,80	-
	FFA	SEFAG	FISCINAN	Reunião Técnica com os SEFAG'S.	07 a 11/06/10 Padre Bernardo-GO	40	-	1.544,31	-	822,40	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	II Conferência Nacional de Defesa Agropecuária.	25 a 28/05/10 Belo Horizonte-MG	24	-	946,70	-	995,52	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	Curso de Fiscalização de Mudas com os Chefes de SEFAG's.	09 a 14/08/10 Campinas-SP	40	-	1.258,27	-	999,40	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	Reunião Técnica Administrativa com Chefes dos SEFAG's.	23 a 27/08/10 Brasília-DF	40	-	1.285,96	-	1.034,80	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	III Reunião Anual de Insumos Agrícolas-RAIA.	22 a 26/11/10 Balneário de Camboriú- SC	32	-	1.285,96	-	822,40	-
TOTAL INDIVIDUAL				**07**		**232**	**-**	**7.247,85**	**-**	**6.356,14**	**-**
Mageciene Chaves de Oliveira	FFA	SEFAG	FISCALSEM	Ciclo de Reunião da Comissão de Sementes e Mudas.	02 a 06/08/10 Foz do Iguaçu-PR	40	-	1.957,67	-	822,40	-
			-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	26/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**44**	**-**	**1.957,67**	**-**	**822,40**	**-**

João Batista de Almeida	FFA	SEFAG	FISCALSEM	Reunião Técnica de Elaboração de Procedimentos de Insumos.	12 a 17/04/10 Foz do Iguaçu-PR	40	-	1.271,32	-	999,40	-
	FFA	SEFAG	FISAGROTOX	Seminário Nacional de Agrotóxicos.	13 a 18/06/10 São Luiz-MA	40	-	987,58	-	1.129,20	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	I Curso de Fiscalização de Mudas.	05 a 10/07/10 Linhares-ES	32	-	1.546,69	-	999,40	-
	FFA	SEFAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	FFA	SEFAG	FISFECOI	III Reunião Anual de Insumos Agrícolas - RAIA.	22 a 26/11/10 Balneário de Camboriú- SC	32	-	1.285,96	-	822,00	-
TOTAL INDIVIDUAL				**05**		**148**	**-**	**5.091,55**	**-**	**3.950,00**	**-**
José Noirto Monteiro	FFA	SEFAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	FFA	SEFAG	FISFECOI	III Reunião Anual de Insumos Agrícolas - RAIA.	22 a 26/11/10 Balneário de Camboriú- SC	32	-	1.247,68	-	822,40	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**36**	**-**	**1.247,68**	**-**	**822,40**	**-**
Reginaldo Teixeira Ferreira	FFA	SEFAG	FISCALSEM	Ciclo de Reuniões da Comissão de Sementes e Mudas.	02 a 06/08/10 Foz do Iguaçu-PR	40	-	1.957,67	-	822,40	-
	FFA	SEFAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	FFA	SEFAG	AGE	Elaboração e Gestão de Projeto.	04 a 08/10/10 Recife-PE	40	-	-	-	886,70	-
	FFA	SEFAG	FISFECOI	Reunião Técnica Regional Nordeste.	18 a 23/10/10 Recife-PE	40	-	-	-	1.099,10	-

	FFA	SEFAG	FISCALSEM	III Reunião Anual de Insumos Agrícolas - RAIA.	22 a 26/11/10 Balneário de Camboriú- SC	32	-	1.285,96	-	822,40	-
TOTAL INDIVIDUAL				**05**		**156**	**-**	**3.243,63**	**-**	**3.630,60**	**-**
Hailton Pereira do Nascimento	FFA	SEFAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	FFA	SEFAG	FISFECOI	Reunião Técnica Região Nordeste.	18 a 23/10/10 Recife-PE	40	-	-	-	1.099,10	212,40
	FFA	SEFAG	FISFECOI	III Reunião Anual de Insumos Agrícolas - RAIA.	22 a 26/11/10 Balneário de Camboriú- SC	32	-	1.247,68	-	822,40	-
TOTAL INDIVIDUAL				**03**		**76**	**-**	**1.247,68**	**-**	**1.921,50**	**212,40**
Gesseraldo José Gico de Souza	FFA	SEFAG	FISPROVET	II Conferência Nacional de Defesa Agropecuária.	25 a 29/05/10 Belo Horizonte-MG	24	-	946,70	-	995,52	-
	FFA	SEFAG	-	Reunião Técnica Sobre Ação e Procedimentos Fiscais de Insumos Pecuários.	07 a 12/11/10 Aracajú-SE	32	-	Pago p/ SDA	-	1.198,30	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**56**	**-**	**946,70**	**-**	**2.193,82**	**-**
Giovanni Perazzo Barbosa	FFA	SEFAG	FISCALSEM	Reunião Técnica para Elaboração de Procedimentos Fiscais de Insumos.	12 a 17/04/10 Foz do Iguaçu-PR	40	-	1.271,32	-	999,40	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**40**	**-**	**1.271,32**	**-**	**999,40**	**-**
Maristela Amaral Macedo	AAA	SEFAG	CAPACITA	Encontro Nacional do Subprograma de Educação dos Servidores do MAPA.	15 a 19/03/10 Brasília-DF	40	-	1.024,99	-	1.259,00	-
	AAA	SEFAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	25/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**44**	**-**	**1.024,99**	**-**	**1.259,00**	**-**

José Antônio da Costa Filho	FFA	SEFAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/09/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Cláudio Gilberrto P. Monteiro	FFA	SEFAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/09/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Francisco de Assis Rodrigues	FFA	SEFAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	20/09/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**01**		**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL SEFAG				**38**		**1.048**	**750,00**	**28.521,74**	**-**	**26.697,86**	**212,40**
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG											
Manoel Octavio Silveira da Mota	FFA	DPDAG	-	Curso de Integração para Exportação.	25 a 26/02/10 João Pessoa-PB	16	-	-	-	-	-
	FFA	DPDAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	24/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	FFA	DPDAG	AGE	Elaboração e Gestão de Projetos.	04 a 08/10/10 Recife-PE	40	-	-	-	886,70	-
	FFA	DPDAG	AGE	Implementação do Escritório de Projetos no Setor Público.	06 a 10/12/10 Brasília-DF	40	-	1.282,46	-	1.483,20	-
TOTAL INDIVIDUAL				**04**		**100**	**-**	**1.282,46**	**-**	**2.369,90**	**-**
Virgínio Carneiro da Silva	FFA	DPDAG	-	Curso de Integração para Exportação.	25 a 26/02/10 João Pessoa-PB	16	-	-	-	-	-
			-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	23/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**20**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Adalberto Nunes Soares	NS	DPDAG	-	Elaboração e Gestão de Projetos.	04 a 08/10/10 Recife-PE	40	-	-	-	886,70	-
	NS	DPDAG	PROMOAGRO	Curso para Boas Práticas Agrícolas, Visando Melhoria do Segmento Produtor com Foco no Agronegócio.	14 a 16/12/10 Campina Grande-PB/ Lagoa Seca-PB	16	-	-	-	401,04	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**56**	**-**	**-**	**-**	**1.287,74**	**-**
Hermano Cavalcanti Leite	NI	DPDAG	-	Curso de Integração para Exportação.	25 a 26/02/10 João Pessoa-PB	16	-	-	-	-	-
			-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	23/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	DPDAG	PROMOAGRO	Curso para Boas Práticas Agrícolas, visando melhoria do Segmento Produtor com Foco no Agronegócio.	14/12 a 16/12/10 Campina Grande-PB/ Lagoa Seca-PB	16	-	-	-	401,04	-
TOTAL INDIVIDUAL				**03**		**36**	**-**	**-**	**-**	**401,04**	**-**
Cícera Medeiros de Araújo	NI	DPDAG	-	Curso de Integração para Exportação.	25 a 26/02/10 Curso a Distância	16					
	NI	DPDAG	-	Introdução à Educação a Distância.	02 a 15/08/10 Curso a Distância	15	-	-	-	-	-
	NI	DPDAG	-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	23/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
	NI	DPDAG	-	Administração de Conflitos.	16/06 a 07//09/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
	NI	DPDAG	-	Gestão de Pessoas.	08/09 a 10/11/10 Curso a distância	30	-	-	-	-	-

	NI	DPDAG	-	Cargos e funções.	11 a 24/10/10 Curso a Distância	30	-				
	NI	DPDAG	-	Cultura Organizacional.	25/10 a 17/11/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
	NI	DPDAG	-	Laboratório de Gestão.	18/11 a 30/12/10 Curso a Distância	30	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**08**		**185**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Divaldo da Silva Cunha	FFA	DPDAG	-	Curso de Integração para Exportação.	25 a 26/02/10 João Pessoa-PB	16	-	-	-	-	-
			-	Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem.	23/08/10 João Pessoa-PB	04	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				**02**		**20**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL DPDAG				**21**		**417**	**-**	**1.282,46**	**-**	**3.256,60**	**-**
TOTAL DA ÁREA TÉCNICA				**111**		**2.703**	**1.290,00**	**57.676,32**	**183,09**	**63.126,17**	**397,04**
TOTAL SFA/PB				**203**		**4.515**	**1.290,00**	**71.866,97**	**183,09**	**80.437,51**	**581,80**